

2021

volume 24 | número 1 | jan-abr



NOVOS
CADERNOS
NAEA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Reitor: Emmanuel Zagury Tourinho

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação: Maria Iracilda da Cunha Sampaio

NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS

Diretor Geral: Armin Mathis • Diretora Adjunta: Mirleide Chara Bahia

NOVOS CADERNOS NAEA

Publicação do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/UFPA

Periodicidade quadrimestral, volume 24, número 1, janeiro-abril de 2021

Print ISSN: 1516-6481 – Eletrônica ISSN: 2179-7536 – DOI: 10.5801/S21797536

EDITORA CIENTÍFICA

Mirleide Chara Bahia – NAEA/UFPA

COMISSÃO EDITORIAL • NAEA

Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior • Geografia | Francisco de Assis Costa • Economia | Luís Eduardo Aragón Vaca • Geografia | Oriana Trindade • Economia | Raimundo Heraldo Maués • Antropologia | Silvio Figueiredo • Sociologia

CONSELHO EDITORIAL

Alfredo Wagner de Almeida • Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, Brasil

Andréa Zhouri • Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil

Ana Maria Araújo • Universidad de la República, Montevideo, Uruguai

Célio Bermann • Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil

César Barreira • Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil

Christian Azais • Université d'Amiens, Amiens, França

Clóvis Cavalcanti • Fundação Joaquim Nabuco, Recife, Brasil

German Palacio • Universidad Nacional de Colômbia, Letícia, Colômbia

Edna Maria Ramos de Castro • Universidade Federal do Pará, Belém, Brasil

Eduardo José Viola • Universidade de Brasília, Brasília, Brasil

Emilio Moran • Indiana University, Indiana, Estados Unidos

Geraldo Magela Costa • Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil

Henri Acselrad • Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Heloisa Costa • Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil

Ignacy Sachs • École des Hautes Etudes em Sciences Sociales, Paris, França

Jose Ricardo Ramalho • Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

José Vicente T. dos Santos • Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil

Marcel Bursztyn • Universidade de Brasília, Brasília, Brasil

Marcelo Sampaio Carneiro • Universidade Federal do Maranhão, São Luís, Brasil

Maria Manoel Batista • Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal

Marilene da Silva Freitas • Universidade Federal do Amazonas, Manaus, Brasil

Martin Coy • Universitât Innsbruck, Innsbruck, Áustria

Paola Bolados • Universidade de Valparaíso, Valparaíso, Chile

Pedro Jacobi • Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil

Pierre Salama • Université Paris XIII, Paris, França

Pierre Teisserenc • Université Paris XIII, Paris, França

EQUIPE TÉCNICA

Assistentes editoriais: Rafaela Santos Carneiro e Helbert Michel Pampolha de Oliveira

Revisão textual: Albano Rita Gomes

Editoração eletrônica: Ione Sena

Capa: Andrea Pinheiro

Universidade Federal do Pará
Núcleo de Altos Estudos Amazônicos



Universidade Federal do Pará
Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
Novos Cadernos NAEA • v. 24, n. 1 • p. 1-317 • janeiro-abril, 2021
Print ISSN: 1516-6481 – Eletrônica ISSN: 2179-7536 – DOI: 10.5801/S21797536

A Revista Novos Cadernos NAEA é um periódico quadrimestral, de caráter interdisciplinar, dedicado à publicação de trabalhos científicos e acadêmicos sobre temas relevantes às áreas do desenvolvimento, sociedade, economia e meio ambiente, com o objetivo de fomentar o diálogo entre as diversas áreas do conhecimento e suas competências, de pesquisadores e instituições de ensino e pesquisa do Brasil e do exterior.

A revista publica textos originais e inéditos em português, espanhol, inglês e francês. Adota a avaliação anônima por pares (*peer review*) para trabalhos submetidos às seções: artigos originais e de revisão, resenhas, notas de pesquisa, conferências e, eventualmente, dossiês temáticos, volumes especiais e/ou suplementos.

INDEXADORES

Latindex – Crossref – Portal de Periódicos da CAPES – Google Scholar – Research Bib – e-Revistas/Plataforma Open Access de Revistas Científicas Electrónicas Españolas y Latinoamericanas – Directory of Open Access Journals (DOAJ) – DRJI – Directory of Research Journal Indexing

IDENTIFICADORES

Universal Impact Factor – Journal For Free – Portal para Periódicos de Livre Acesso na Internet – Livre Diretório Luso-Brasileiro IBICT – Sumarios.org – Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal – Microsoft Academic Search – Library of Congress/HLAS Online – Elektronische Zeitschriftenbibliothek (EZB) – Georgetown University Library – SEER IBICT – Cibera: Iberoamérica/España/Portugal – Library Catalog – University of Texas at Austin – WordCat – Diadorim – Diretório de Políticas de Acesso Aberto das Revistas Científicas Brasileiras

CONTATOS

Núcleo de Altos de Estudos Amazônicos/Universidade Federal do Pará
Rua Augusto Corrêa, nº 1, Cidade Universitária Prof. José da Silveira Netto, bairro do Guamá
CEP: 66.075-900, Belém, Pará, Brasil
Tel.: (+55 91) 3201 8515
E-mail: revistanovoscadernosnaea@gmail.com

SUBMISSÃO DE ARTIGOS

<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn>
Homepage do NAEA: <http://www.naea.ufpa.br/>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação - CIP (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Novos Cadernos NAEA, v. 24, n. 1 – janeiro-abril, 2021 – Belém. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/UFPA, 2021.

Quadrimestral

ISSN Print 1516-6481

ISSN Eletrônico 2179-7536

DOI: 10.5801/S21797536

O vol. 1, nº 1 desta Revista foi publicado em junho de 1998. 1. Desenvolvimento – Periódicos. 2. Meio Ambiente – Periódicos. 3. Amazônia – Periódicos.

CDD 338.9811

© Copyright/Direitos de cópia para este número: NAEA/UFPA
Título e textos amparados pela Lei 5.988, de 14 de dezembro de 1973.



Ministério
da Educação

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA



SUMÁRIO

Editorial

Artigos

- 11 Conocimiento etnobotánico de la palma *Mauritia flexuosa* L.f. entre los aripaños, descendientes de cimarrones, Aripao, Bolívar, Venezuela
Conhecimento etnobotânico da palma *Mauritia flexuosa* L.f. entre os aripaños, descendentes de maroons, Aripão, Bolívar, Venezuela
Berta E. Pérez e Paul A. Hurtado
-
- 35 Resignificações da vida ribeirinha: das margens do rio Tocantins ao Assentamento Mirindiba em Araguaína – Tocantins – Brasil
Re-significations of ribeirinha life: from the Tocantins river to the Mirindiba Settlement in Araguaína – Tocantins – Brazil
Eliseu Pereira de Brito e Henrique Martins da Silva
-
- 57 Panorama dos estudos sobre identidade de lugar
Overview of studies on place identity
Elisa Ferrari Justulin Zacarias e Maria Inês Gasparetto Higuchi
-
- 73 Plantas alimentícias não convencionais em Belém, Pará: conhecimento, usos e segurança alimentar
Non-conventional food plants in Belém, Pará: knowledge, uses and food security
Délio Reis Matos de Aquino e Maria do Socorro Almeida Flores
-
- 99 *La gripe hespanhola*. memórias histórico-literárias na ficção amazônica do século XX
***La gripe hespanhola*: historical-literary memories in Amazonian fiction of the century XX**
Francisco Pereira Smith Júnior
-
- 123 Políticas de governança ambiental urbana na arena eleitoral: o caso do Rio de Janeiro nas eleições municipais de 2016
Urban environmental governance policies in the electoral arena: the case of Rio de Janeiro in the municipal elections of 2016
Antonio Teixeira de Barros
-
- 147 Educação ambiental: desafios e perspectivas no contexto da Educação Básica
Environmental education: challenges and perspectives in the context of basic education
Tainá Silva Candido Toscan
-
- 167 O panóptico do desenvolvimento e o discurso ambiental institucional: uma reflexão a partir do Amazonas
The panoptic of development and institutional environmental discourse: a reading from the state of Amazonas
Francisca Dionéia Ferreira e Francimara Souza da Costa
-

- 183 Conjunto habitacional Residencial Macapaba, na cidade Macapá-AP: direito à cidade?
Macapaba Residential housing development, in the city Macapá-AP: right to the city?
Naiara Videira dos Santos e Edila Arnaud Ferreira Moura
-
- 205 Entraves no mercado da pesca artesanal: entre a dependência e a desconfiança
Barriers in the market of small-scale fishing: between the dependency and distrust
Mauro Macedo Campos, Lobana Chagas de Almeida e Geraldo Márcio Timóteo
-
- 231 Economia do agronegócio no Brasil: participação brasileira na cadeia produtiva da soja entre 2015 e 2020
The economics of agribusiness in Brazil: domestic share in the soybean supply chain between 2015 and 2020
Gabriel da Silva Medina
-
- 255 Regularização fundiária, apropriação privada de terras públicas e resistência camponesa no Sudeste Paraense
Land regularization, private appropriation of public lands and peasant resistance in Southeast Paraense
Marcelo Fernando Terence
-
- 279 A silvicultura do eucalipto na Região Geográfica Intermediária de Araguaína: implicações socioespaciais sob a ótica do meio técnico-científico-informacional
The silviculture of eucalypt plantations in the Intermediate Geographic Region of Araguaína: socio-spatial implications from the perspective of the technical-scientific-informational milieu
Luciano da Silva Guedes e Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior
-

Resenha

- 307 VICENTINI, Yara. **Cidade e história na Amazônia**. Curitiba: Editora da UFPR, 2004
Adailson Soares Dantas e Flavio Henrique Souza Lobato
-

EDITORIAL

Iniciando as edições da Revista Novos Cadernos NAEA (NCNAEA) no ano de 2021, apresentamos o volume 24, número 1, que traz artigos com uma diversidade de temáticas e discussões de áreas do conhecimento distintas.

Os trabalhos foram organizados em três grupos temáticos. O primeiro grupo reúne cinco trabalhos sob diferentes enfoques, interligados por assuntos que denominamos de *Lugares, memórias e conhecimentos etnoculturais*.

Em “Conocimiento etnobotánico de la palma *Mauritia flexuosa* L.f. entre los aripaeños, descendientes de cimarrones, Aripao, Bolívar, Venezuela”, Berta E. Pérez e Paul A. Hurtado apresentam o amplo conhecimento que os descendentes de quilombolas da comunidade de Aripao, possuem, refletida em suas atividades tradicionais de subsistência, como a coleta de diversos Produtos Florestais Não Madeireiros (PFNMs), corroborado por meio da investigação da palmeira moriche (*Mauritia flexuosa* L.f.).

Eliseu Pereira de Brito e Henrique Martins da Silva, no artigo intitulado “Ressignificações da vida ribeirinha: das margens do rio Tocantins ao Assentamento Mirindiba em Araguaína – Tocantins/Brasil”, tratam das ressignificações ribeirinhas em comunidade formada por famílias que foram expulsas dos seus territórios com o enchimento do lago da usina hidrelétrica Estreito, em Babaçulândia.

No artigo “Panorama dos estudos sobre identidade de lugar”, Elisa Ferrari Justulin Zacarias e Maria Inês Gasparetto Higuchi apresentam o estado da arte da literatura acadêmica, com base em levantamentos de estudos publicados em Periódicos CAPES, *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e *ScienceDirect*.

Na sequência, Délio Reis Matos de Aquino e Maria do Socorro Almeida Flores, trazem a temática “Plantas alimentícias não convencionais em Belém, Pará: conhecimento, usos e segurança alimentar”, por meio da qual discorrem sobre os conhecimentos e o uso das Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC), utilizadas como alimento em um levantamento realizado na Escola Estadual “Mário Barbosa”, localizada no bairro da Terra Firme (Belém-Pará).

Encerrando esse grupo temático, temos o artigo “*La gripe hespanhola*: memórias histórico-literárias na ficção amazônica do século XX”, de Francisco Pereira Smith Júnior, que faz uma análise da crônica *Preces, Remédio Contra Epidemia*, de Campos Ribeiro, uma obra de 1942. Nela apresenta a possibilidade de uma

reflexão a respeito do auge da epidemia da gripe espanhola em Belém, após a economia da borracha, e permite revisitar os dramas da população naquela época.

O segundo grupo temático agrupa quatro artigos em torno de questões referentes a *Meio ambiente, políticas públicas e discursos ambientais*. Inicia com o artigo de Antonio Teixeira de Barros, denominado “Políticas de governança ambiental urbana na arena eleitoral: o caso do Rio de Janeiro nas eleições municipais de 2016”, em que o autor analisa como os 11 candidatos à eleição para a prefeitura do Rio de Janeiro em 2016 incorporaram temas ambientais em seus programas de governo, especialmente por meio de propostas de governança ambiental urbana.

Em seguida, no artigo “Educação ambiental: desafios e perspectivas no contexto da Educação Básica”, Tainá Silva Candido Toscan traz um panorama do que tem sido pesquisado nos últimos quatro anos (2016-2020) sobre a Educação Ambiental (EA) na Educação Básica (EB), identificando as percepções dos autores sobre o tema e o lugar da EA no contexto educacional da atualidade.

Francisca Dionéia Ferreira e Francimara Souza da Costa, apresentam uma reflexão a respeito da constituição e dos efeitos do discurso ambiental institucional no Amazonas e a relação deste com o panóptico do desenvolvimento sustentável, no artigo intitulado “O panóptico do desenvolvimento e o discurso ambiental institucional: uma reflexão a partir do Amazonas”.

Fechando esse grupo, o artigo “Conjunto habitacional residencial Macapaba, na cidade Macapá-AP: direito à cidade?”, de Naiara Videira dos Santos e Edila Arnaud Ferreira Moura, traz a análise referente ao direito à cidade, a partir do debate sobre a transferência de moradores para o referido conjunto habitacional de moradia popular na capital amapaense.

Por fim, o terceiro grupo temático, com quatro artigos, concentra temáticas que giram em torno do tripé *Economia, território e desenvolvimento*. O primeiro trabalho intitula-se “Entraves no mercado da pesca artesanal: entre a dependência e a desconfiança”, de Mauro Macedo Campos, Lohana Chagas de Almeida e Geraldo Márcio Timóteo, no qual são analisados os mercados acessados pelos pescadores artesanais das comunidades pesqueiras de Campos dos Goytacazes, região Norte do estado do Rio de Janeiro, buscando identificar as possibilidades de escoamento de pescado no município e os entraves burocráticos que limitam a constituição de novos espaços.

Em seguida, Gabriel da Silva Medina, no artigo intitulado “Economia do agronegócio no Brasil: participação brasileira na cadeia produtiva da soja entre 2015

e 2020”, traz um levantamento da evolução da participação dos grupos brasileiros nessa cadeia, produzida no País.

No artigo “Regularização fundiária, apropriação privada de terras públicas e resistência camponesa no Sudeste Paraense”, Marcelo Fernando Terence busca identificar e analisar casos de apropriação ilegal de terras públicas federais na mesorregião do Sudeste Paraense, a partir da seleção de imóveis rurais localizados em glebas públicas e ocupados por famílias integrantes de movimentos sociais de luta por essa causa.

A seção de artigos se encerra com o trabalho de Luciano da Silva Guedes e Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior, intitulado “A silvicultura do eucalipto na Região Geográfica Intermediária de Araguaína: implicações socioespaciais sob a ótica do meio técnico-científico-informacional”, que aborda a expansão e as implicações socioespaciais do eucalipto na porção setentrional do Tocantins, tomando como base teórica o pensamento de Milton Santos quanto ao meio técnico-científico-informacional e ao uso do território.

Por fim, tem-se a resenha intitulada “Uma história sobre a ‘natureza’ das cidades na Amazônia: constituição, modernidade e processos contemporâneos”, elaborada por Adailson Soares Dantas e Flavio Henrique Souza Lobato, com base no livro “Cidade e história na Amazônia”, de Yara Vicentini.

Percebe-se a diversidade de temas presentes, trazendo contribuições ao interesse da revista em fomentar o diálogo interdisciplinar e que, por conseguinte, enriquecem o debate científico a que ela se propõe.

Mirleide Chaar Bahia
Editora da Revista Novos Cadernos NAEA



Conocimiento etnobotánico de la palma *Mauritia flexuosa* L.f. entre los aripaños, descendientes de cimarrones, Aripao, Bolívar, Venezuela

Conhecimento etnobotânico da palma *Mauritia flexuosa* L.f. entre os aripaños, descendentes de maroons, Aripão, Bolívar, Venezuela

Berta E. Pérez - Doctor en Antropología, de la Universidad de Minnesota (U of M). Investigadora Asociada Titular del Instituto Venezolano de Investigaciones Científicas (IVIC). E-mail: bperez211@yahoo.com

Paul A. Hurtado - Licenciado en Comunicación Social, de la Universidad Católica Santa Rosa (UCSR). E-mail: paulhurta2@gmail.com

Resumen

Los aripaños, descendientes de cimarrones de la comunidad de Aripao, estado Bolívar, Venezuela, tienen una estrecha relación con su entorno ambiental y los diversos recursos naturales que este ofrece. Esta se refleja en sus actividades tradicionales de subsistencia, como en la recolección de diversos productos forestales no maderables (PFNMs). En este artículo argumentamos que los aripaños aún conservan un conocimiento etnobotánico profundo y amplio sobre los PFNMs, corroborado por medio de nuestra investigación de la palma de moriche (*Mauritia flexuosa* L.f.). Se realizaron varios trabajos de campo en períodos de lluvia y de sequía, empleando varias técnicas de recolección de datos, como observación participativa, entrevistas abiertas y semi-estructuradas. Desde la perspectiva del conocimiento ecológico local (CEL), nuestro análisis indica que existe una correspondencia entre el conocimiento etnobotánico que ellos poseen sobre los PFNMs y su continuidad cultural a través de la práctica de sus actividades tradicionales de subsistencia.

Palabras claves

Conocimiento etnobotánico. *Mauritia flexuosa* L.f. Afrodescendiente. Bajo Río Caura. Venezuela.

Resumo

Os Aripaños, descendentes de quilombolas da comunidade de Aripão, estado de Bolívar, Venezuela, têm uma relação estreita com seu meio ambiente e os diversos recursos naturais que oferece. Isso se reflete em suas atividades tradicionais de subsistência que praticam, como a coleta de diversos produtos florestais não madeireiros (PFNMs). Neste artigo argumentamos que os Aripaños ainda detêm um profundo e amplo conhecimento etnobotânico sobre PFNMs, corroborado por meio de nossa investigação da palmeira moriche (*Mauritia flexuosa* L.f.). Diversos trabalhos de campo foram realizados em períodos de chuva e seca, utilizando diversas técnicas de coleta de dados, como observação participativa, entrevistas abertas e semiestruturadas. Do ponto de vista do conhecimento ecológico local (CEL), nossa análise indica que há uma correspondência entre o conhecimento etnobotânico que possuem sobre PFNMs e sua continuidade cultural por meio da prática de suas atividades tradicionais de subsistência.

Palavras-chave

Conhecimento etnobotânico. *Mauritia flexuosa* L.f. Afro-descendente. Bajo Río Caura. Venezuela.

No obstante, el CEL no es necesariamente estático ni permanente en el tiempo; este puede cambiar paulatinamente debido a la introducción de factores externos o internos que suelen alterarlo, transformándolo o desapareciéndolo gradualmente. Conforme con Anderson *et al.* (2011, p. 2):

Gran parte de este conocimiento es tradicional, es decir, aprendido hace mucho tiempo y transmitido con diversos grados de fidelidad durante al menos dos o tres generaciones. Sin embargo, el conocimiento etnobiológico puede cambiar rápidamente. Cada tradición tuvo un principio (cf. Hobsbawm and Ranger 1983), y fue en sí mismo una creación nueva para su tiempo. Los ecosistemas cambian, llegan nuevas plantas y animales y las personas aprenden nuevas formas de pensar; los sistemas etnobiológicos cambian en consecuencia y son típicamente flexibles y dinámicos¹.

Si bien existe una pérdida de conocimientos ancestrales, en especial sobre la clasificación, el manejo, las propiedades, los beneficios y la utilización de recursos naturales, tanto los campos académicos como la antropología, ecología, etnobotánica y etnoecología así como los sectores empresariales invierten grandes e importantes esfuerzos en rescatar y registrar aquellos conocimientos ecológicos tradicionales que aún se conservan (BERKES, 1993; GERIQUE, 2006; JOHNSON, 1992; STUDLEY, 1998; WARREN, 1991).

A pesar de que estos conocimientos se contrasten con aquellos modelos percibidos como formales y occidentales y se generen entre sí tensiones a medida de que surgen argumentos científicos, económicos, políticos, ambientales y/o éticos a la palestra (ELLEN; PARKES; BICKER, 2000; ZENT, 2005), esta inversión no deja de estar motivada por esa valiosa e indispensable información que revela conocimientos significativos sobre el valor alimenticio, medicinal, ecológico, técnico y ritualístico, entre otros, asociados a esa estrecha relación que los grupos tradicionales tejen entre su entorno ecológico y su cultura.

1 DESCRIPCIÓN BOTÁNICA DE LA PALMA DE MORICHE (MAURITIA FLEXUOSA L.F.)

La palma de moriche (*Mauritia flexuosa* L.f.), es una monocotiledónea leñosa de la familia Arecaceae. Ésta tiene una amplísima distribución geográfica en la zona tropical del centro y norte de América del Sur, desde el piedemonte andino oriental

¹ Traducción del inglés al español hecha por los autores: "Much of this knowledge is traditional, that is, learned long ago and passed on with varying degrees of faithfulness for at least two or three generations. However, ethnobiological knowledge can change rapidly. Every tradition had a beginning (cf. Hobsbawm and Ranger 1983) and was itself a new creation in its time. Ecosystems change, new plants and animals arrive, and people learn new ways of thinking; ethnobiological systems change accordingly and are typically flexible and dynamic".

de Bolivia, Perú, Ecuador y Colombia hasta las zonas de tierras bajas de Venezuela, Guyana Inglesa, Surinam, Guyana Francesa, Brasil y las islas de Trinidad y Tobago (ARISTIGUIETA, 1968; TRUJILLO-GONZÁLEZ *et al.*, 2011).

Su presencia está relacionada con el nacimiento de pequeños cursos de agua, esteros, jagüeyes, lagunas, ríos y áreas inundables a causa de las precipitaciones. La longevidad de esta palma es de cuarenta años, aproximadamente. El tallo, único o solitario, de color café claro, puede alcanzar una altura entre 25 a 30 metros y tener un diámetro entre 30 a 60 centímetros. Al final del tallo, se encuentran de 11 a 14 grandes hojas con raquis de 2,5 metros de longitud que conforman la corona de la palma. La inflorescencia es erecta, con pedúnculo de 1 metro y raquis de 1,5 metro de largo, y la infrutescencia consiste en racimos con más de mil frutos que sirven de refugio y sustento alimenticio para aves, anfibios, insectos y ciertos mamíferos.

Es a partir de los cuatro años que la palma femenina comienza a dar frutos; cada uno de ellos con dimensiones promedio entre 5-6 cm. de largo y 4-5 cm. de ancho, de forma ovoidea, y tiene un peso promedio de 60 g. El epicarpio tiene una apariencia escamosa, de color rojo en estado de madurez; el mesocarpio o pulpa es de color amarillo fuerte y con un sabor agridulce; y el endocarpio, de color blanco crema, envuelve una semilla de color marrón claro y de gran proporción en relación con el fruto, tanto en peso como en tamaño, es decir, alrededor de 50 %, en cada caso (GUERRA *et al.*, 2011).

2 ÁREA DE ESTUDIO Y LA COMUNIDAD DE ARIPAO

2.1 ENTORNO ECOLÓGICO

En Venezuela la presencia de la palma *Mauritia flexuosa* L.f. se identifica con terrenos inundables como aquellos de la Cuenca del Orinoco. Además de crecer y proliferarse en los llanos venezolanos, la palma también se encuentra en la Región Guayana. En el estado Bolívar, por ejemplo, se puede apreciar en toda su extensión este-oeste, con el Río Orinoco a su norte, bosques de galería y morichales asociados a los cursos de agua que interrumpen ocasionalmente una vegetación no boscosa (o de sabanas) propia de esta área por presentar un bioclima de Bosque Seco Tropical (Bs-T), según la clasificación de Zonas de Vida de Holdridge (CVG-TECMIN C. A., 1994a, 1994b); y por lo tanto, dicho paisaje continúa y se replica en el norte de la Cuenca del Río Caura, es decir, el área del Bajo Río Caura que engloba a la comunidad de Aripao, parroquia Aripao, municipio Sucre, la cual ha sido seleccionada particularmente para este estudio.

La zona norte del Bajo Río Caura está marcada por la presencia de Bosque Seco Tropical (Bs-T) y Bosque Húmedo Tropical (Bh-T), si se toma en consideración la oscilación de la temperatura y las precipitaciones promedio anuales. Ésta se caracteriza por tener bosques siempreverdes, pequeñas áreas de bosque ribereño, sabanas y matorrales, con dos estaciones climáticas, marcadas por temporada de sequía entre diciembre y abril, y temporada de lluvia entre mayo y noviembre (ROSALES; HUBER, 1996).

La sabana, que se mantiene mediante la quema regular, cubre la mayor parte del norte de la cuenca (delimitada aproximadamente por una línea este-oeste que cruza la cuenca ligeramente al sur de Aripao). Dentro de la porción norte, los bosques se presentan principalmente como bosques de tierras bajas siempreverdes en las pendientes de Monte Oscuro y como bosques de galería semidecíduos que crecen a lo largo de las laderas del Caura y sus afluentes más bajos. Las sabanas más pequeñas a menudo van acompañadas de un bosque de galería compuesto en mayor o menor grado de palmas *Mauritia flexuosa* L. (“moriche”) (VISPO; KNAB-VISPO, 2003, p. 12)².

La agrupación de pocas o muchas de esta especie de palma, que crece como individuos aislados, se caracteriza visualmente en el paisaje por su peculiar fisonomía ya que constituye prácticamente un ornamento paisajístico de un ecosistema conocido como “morichal”. De acuerdo a Fernández (2007, p. 91): “Los morichales son comunidades de plantas típicas de ambientes húmedos y caracterizadas por la presencia de la palma *Mauritia flexuosa* (moriche)”. Además añade que (FERNÁNDEZ, 2007, p. 93):

El morichal es un ecosistema de mayor fragilidad ecológica...Su preservación es importante pues regula una parte considerable de la dinámica fluvial de la sabana y de los flujos de energía, organismos y nutrientes entre los ecosistemas terrestres y los acuáticos. Por otra parte, contiene el mayor número de hábitats para la fauna silvestre que las sabanas que lo circundan y es vital en el ciclo biológico del recurso íctico continental de esa parte del país.

No obstante, las comunidades de morichales no son necesariamente homogéneas. Valois González (1987) fue el pionero en describir, en detalle, cada una de los cinco estadios de sucesión ecológica, resaltando, en mayor o menor

² Traducción del inglés al español hecha por los autores: “Savanna, which is maintained by regular burning, covers most of the northernmost part of the watershed (roughly delimited by east-west line crossing the watershed slightly south of Aripao). Within this northern portion, forests occur mainly as evergreen lowland forests on the slopes of Monte Oscuro and as semi-deciduous gallery forests growing along the shores of the Caura and its lower tributaries. Smaller savanna streams are often accompanied by a gallery forest composed to a larger or lesser degree of *Mauritia flexuosa* L. (“moriche”) palms”.

grado, el protagonismo de la palma de moriche en cada uno de estos nichos ecológicos. Estas etapas son: 1. **Pantanos Herbáceos o Zona Inundable** (Figura 2, ilustración 1); 2. **Morichales Abiertos** (Figura 2, ilustración 2); 3. **Morichales Cerrados** (Figura 2, ilustración 3); 4. **Morichales de Transición** (Figura 2, ilustración 4); y 5. **Bosque Siempreverdes de Pantano Estacional** (Figura 2, ilustración 5), y cuyas características están también resumidas en Fernández (2007), Lasso, Rial y González (2013) y Marrero y Rodríguez (2014). Cada una de estas etapas se encuentra, en mayor o menor grado, en la parte norte de la Cuenca del Río Caura y, en especial, en el entorno ecológico que rodea a la comunidad de Aripao.

Figura 2 - Cinco estadios de sucesión ecológica de los morichales



Fuente: ilustración copiada y re-elaborada de la original por Daniel Garrido, ilustrador, desde Fernández (2007, p. 96).

2.2 ENTORNO ANTROPOLÓGICO

Contrario al Alto Río Caura, en donde habitan diversos grupos indígenas y en su mayoría el grupo étnico Ye'kwana, en el Bajo Río Caura se encuentran comunidades criollas (Maripa, Puerto Cabello, Las Trincheras y Jabillal) y afrovenezolanas (Aripao), además de asentamientos semipermanentes habitados por grupos indígenas (Kari'ña, Ye'kwana, Sanemá, Hiwi y Piapoco), en las afueras (Suapure, Colonial y Cejal) y dentro de algunas de las comunidades ya mencionadas (Puerto Cabello, Aripao y Maripa – ver Figura 1).

Se delimitó a la comunidad afrodescendiente de Aripao como objeto de estudio para este trabajo por ser el centro de investigación antropológica sociocultural en los últimos 28 años de uno de los autores. La reconstrucción histórica de Aripao (PÉREZ, 1997, 2000, 2002) reseña que con la ayuda de algunos grupos indígenas, como los Ye'kwana, aquellos cimarrones, ascendientes de los aripaños, se desplazaron a mediados del Siglo XVIII a través de las zonas inter-fluviales del territorio suramericano, es decir, desde la Guyana Holandesa (Surinam y Demerara), cruzando la zona selvática del noroeste de Brasil, hasta llegar al Alto Río Caura y desde ahí, con un pasado de cimarroneras (cumbes o quilombos), descender paulatinamente hasta llegar al Bajo Río Caura, en donde

finalmente se establecieron de manera sedentaria a mediados del Siglo XX en lo que hoy se conoce como el pueblo de Aripao.

La construcción de una carretera de asfalto, de aproximadamente 4 Km entre la comunidad y la carretera principal (Troncal 19) que comunica a Ciudad Bolívar (capital del estado Bolívar) con Caicara del Orinoco, fue la “puerta” hacia la modernidad que los conectó con el mundo exterior. Como resultado, los aripaños obtuvieron progresivamente acceso a bienes y servicios gubernamentales, como viviendas rurales, dispensario de salud, escuela primaria, electricidad, agua directa a sus hogares desde los morichales, servicios de telecomunicación (telefonía, radio y televisión), etc. Se ofrecieron empleos gubernamentales a través de los cuales muchos aripaños se convirtieron en servidores públicos (bedeles, maestros, policías, personal de oficinas), mientras que otros se insertaron como pequeños empresarios dentro y fuera de la comunidad.

Hoy en día, Aripao cuenta con una población aproximada de 300 habitantes. A pesar de estos cambios socioculturales experimentados desde mediados del Siglo XX, los aripaños aún practican sus actividades de subsistencia tradicional, como la pesca, la cacería, la agricultura itinerante, la ganadería, la cría avícola y porcina, y la recolección de recursos forestales no maderables (RFNM), como lo son el fruto del moriche, *Mauritia flexuosa*, y el de la sarrapia, *Dipteryx odorata* [Aubl.] Willd, entre otros.

3 METODOLOGÍA

Con el propósito de actualizar y verificar los datos recabados en años anteriores (1993, 1994, 1995, 1997, 2000, 2002, 2016) por uno de los autores, se realizó otro trabajo de campo sobre la palma *Mauritia flexuosa* L.f. a mediados del mes de marzo hasta mediados del mes de abril del año 2015. Debido a que este trabajo de campo no coincidió precisamente con el período de cosecha del fruto de moriche, se seleccionaron particularmente las técnicas de observación (o visitas a morichales), así como entrevistas abiertas y semi-estructuradas para la recolección de datos; esta última herramienta se consideró como una de las más importantes porque se necesitaba nutrir algunos vacíos de información encontrados en los datos anteriores sobre esa relación eco-cultural que los aripaños han forjado con la palma de moriche.

Para tales efectos se aplicó una entrevista semi-estructurada a doce familias, bajo el consentimiento de que la información obtenida sería empleada para este estudio. Las preguntas y repreguntas fueron dirigidas para: 1. definir la palma como un recurso forestal no maderable; 2. registrar los ciclos de pre-cosecha,

cosecha y post-cosecha del fruto de la palma de moriche; 3. identificar los morichales en donde se recolecta el fruto; 4. detallar el procesamiento del fruto, la extracción y la preservación de su pulpa; y 5. examinar el aprovechamiento de la palma, como el fruto y su pulpa, el cogollo, la hoja y otras partes que la conforman. Este intercambio de preguntas y respuestas no excluyeron el registro de comentarios adicionales relacionados con la retención o pérdida del conocimiento etnobotánico de la palma como tampoco relatos que resaltaran el significado simbólico-cultural que la misma representa para los aripaños.

4 RESULTADOS Y DISCUSIÓN

Los resultados derivados de esta investigación confirmaron la vigencia del CEL que poseen los aripaños sobre la palma *Mauritia flexuosa* L.f., ya que este conocimiento es aún puesto en práctica en las actividades tradicionales dirigidas a fortalecer sus dinámicas internas de subsistencia. Con el fin de ilustrar adecuadamente su relativa continuidad y permanencia entre los aripaños, la discusión de los resultados obtenidos se divide en esta sección en tres partes: 1. CEL de los morichales; 2. CEL de la palma de moriche y su ciclo anual; y 3. CEL sobre el uso de la palma de moriche como un RFNM.

4.1 CONOCIMIENTO ECOLÓGICO LOCAL DE LOS MORICHALES

Según los aripaños, los *morichales* se caracterizan por ser el lugar de origen de una agrupación de pocas o muchas palmas de moriche que crecen como individuos aislados y cuyas raíces siempre reposan en cursos de agua que emanan de la tierra. Además de la palma, también se encuentran una pequeña diversidad de especies acuáticas (peces pequeños, culebras de agua y tortugas [terecay, *Podocnemis unifilis*] recién nacidas) y un cierto tipo de vegetación que son afines a este tipo de ecosistema, conocido como humedales, el cual atrae una diversidad de especies de aves y mamíferos (monos araguato, *Alouatta siniculus*) en busca de semillas, frutos y agua.

Si bien este recurso hídrico (o “río” o “riito”, como a veces se refieren los aripaños al morichal) no se percibe a simple vista por estar cubierto de matorrales o pequeños parches de bosques siempreverdes que interrumpen la extensión de la sabana, los aripaños saben fácilmente como llegar a un morichal al visualizar en el paisaje la imponente imagen de esa peculiar fisonomía propia de la palma de moriche, como lo es su corona conformada por muchas hojas con raquis en la cúspide de su alto y su delgado tronco. Estos recursos de agua son

muy importantes para los aripaños porque les ofrece especialmente una fuente de agua que todavía es limpia y libre de contaminantes para el uso y consumo humano, además de representar un vínculo histórico-cultural estrecho entre su pasado y presente.

De acuerdo a los aripaños, sus ancestros de origen cimarrón no solo migraron de un asentamiento a otro para evadir su posible recaptura y, por ende, su inserción nuevamente a la esclavitud, sino también lo hicieron porque estaban en la búsqueda de mejores recursos de agua para su supervivencia física y cultural (PÉREZ, 2000). Fue a finales del Siglo XIX cuando los ancestros de los aripaños finalmente aseguraron no solo su libertad, sino también dieron con aquellos recursos de agua que tanto buscaban. Según los aripaños es por ello que el pueblo de Aripao está rodeado de agua. Además de estar bordeado por el Río Caura hacia el oeste y el noroeste, el pueblo de Aripao también cuenta con lagunas, caños, riachuelos y numerosos morichales ubicados a su norte, noreste, sureste, sur y oeste.

Entre estos recursos hídricos, se encuentran los siguientes morichales: Patiecito, Las Nieves, Palancón, Pozo Azul, Morichito, Agua Fría, Capital, Barrialón, Morichal Potrero, Las Pantaletas, Corrientoso, Barbascal, Paso de Justa, Morichalito, Los Cerritos, Paso El Oso, Pasito Vagabundo y Pozo Abajo, entre otros. La mayoría de los aripaños comentan que muchos de estos morichales se interconectan entre sí a través de pequeños y estrechos canales de agua que se forman naturalmente por la misma corriente de agua que tiene un morichal y cuya fuerza de desplazamiento en una dirección determinada lo une con otro similar.

Como se mencionó anteriormente, los morichales representan un ecosistema que ha ofrecido un recurso hídrico muy importante tanto para los aripaños hoy en día, como también lo fue para sus antepasados. Es por ello, que los aripaños han sido muy celosos y vigilantes con sus morichales. Además de ser identificados como los lugares en donde se lleva a cabo la recolección del fruto de la palma de moriche como una actividad tradicional de subsistencia que acontece una vez al año durante la temporada de lluvias, la mayoría de estos morichales son utilizados por los aripaños todo el año por la fuente de agua que éstos les proporcionan para el uso y consumo humano.

Tal cual y como en el pasado, estos morichales continúan siendo sitios de diversión (balnearios) particularmente para los niños y adolescentes de la población. Pero también éstos siguen siendo una alternativa para las mujeres aripañas en el lavado de ropa y, de igual forma, para los hombres aripaños en el llenado de tobos plásticos grandes con agua para el consumo y uso familiar en

el hogar; esta disyuntiva se deriva principalmente cuando se presentan problemas en el bombeo de agua que suministra este preciado líquido directamente a los hogares aripaños, ya sea por falta de mantenimiento del sistema operativo o por fallas del sistema eléctrico a nivel local, regional o nacional, inclusive hoy en día.

De todos los morichales que rodean Aripao, Patiecito (Foto 1) es el único utilizado, quizás por su tamaño y cercanía al pueblo, para bombear su recurso hídrico cristalino, limpio y descontaminado³ directamente a los hogares aripaños por medio de tuberías. Sin embargo, Patiecito se ha convertido gradualmente en un balneario para aquellos habitantes de otros pueblos cercanos y turistas nacionales a partir de la década de los 70 del Siglo XX hasta el presente. En este lugar, particularmente, se han encontrado personas foráneas al pueblo utilizando jabón contaminante para bañarse e inclusive, para lavar sus carros, además de dejar basura (sobretudo plástico) dentro y fuera del morichal. Ante esta penetración de personas foráneas, tanto cercanas como lejanas a la comunidad de Aripao, los aripaños (incluyendo a los niños, quienes por imitación a los adultos como una forma de aprendizaje informal) continúan ejerciendo vigorosamente su rol de guardián sociocultural y ecológico-ambiental con el fin de proteger y resguardar su comunidad y su entorno ecológico, como son sus morichales.

Foto 1 - Morichal Patiecito



Fuente: Berta E. Pérez, feb. 2000.

³ Desde el año 2002 hasta el presente, el estado prístino que caracterizaba a la Cuenca del Caura está siendo progresivamente amenazado y afectado por la minería ilegal. Contrario a un área extensiva de las riberas y aguas del Río Caura y sus afluentes, los morichales no han sido aún contaminados por la actividad minera (PRONUNCIAMIENTO..., 2020).

4.2 CONOCIMIENTO ECOLÓGICO LOCAL DE LA PALMA DE MORICHE Y SU CICLO ANUAL

El CEL que los aripaños poseen sobre el ciclo de producción, reproducción y recolección de sus RFNMs que se encuentran en su entorno ecológico, les ha permitido sacar el máximo provecho de los mismos. Por ejemplo, ellos particularmente tienen un conocimiento ecológico anual, dentro de un ciclo de tres años, que involucra la producción, reproducción y recolección entre el fruto de la palma *Mauritia flexuosa* L.f. y aquél del árbol de sarrapia (*Dipteryx odorata* [Aubl.] Willd.), ya que la recolección de ambos frutos conforman primordialmente una de sus actividades tradicionales de subsistencia (PÉREZ; SOUTO, 2011, p. 138).

Por esto, los aripaños relacionan la máxima o mínima producción del fruto entre la palma de moriche y el árbol de la sarrapia en concordancia con la asociación y fluctuaciones que podrían haber entre los diferentes componentes del ecosistema, es decir, condiciones atmosféricas, procesos ecológicos, interacciones entre especies y la fenología de las plantas (PÉREZ; SOUTO, 2011, p. 137).

Asimismo, El CEL les ha también facultado no solo distinguir la palma *Mauritia flexuosa* L.f. de otras palmas, sino también conocer los beneficios que ésta les brinda para su supervivencia física y cultural. De acuerdo a la interpretación de los datos obtenidos, se pudieron encontrar algunas asociaciones que los aripaños hacen entre la palma de moriche, su ecosistema y su utilidad sociocultural: 1. el morichal por ser un lugar que ofrece agua fresca, limpia y sin contaminantes para el uso y consumo humano; 2. el fruto por constituir un recurso alimenticio para los seres humanos, animales de cría y la fauna en general; 3. el cogollo u hojas tiernas por proveer las fibras con las cuales se elaboran los hilos entorchados para el tejido de chinchorro o hamaca; 4. las hojas por su forma muy peculiar y textura firme para la construcción de techos de viviendas recreacionales (churuata); 5. el tronco por sus rasgos estructurales y su color verde-marrón; y 6. el morichal por ser un sitio en donde habitan seres sobrenaturales, como los encantos, los cuales se pueden evadir si se siguen las normas culturales prescritas y proscritas establecidas sobre el uso apropiado de dicho ecosistema.

4.3 PERÍODO DE PRE-COSECHA

En el período de pre-cosecha, los aripaños prestan especial atención a la fase de floración y, posteriormente, a la cantidad de racimos que cada palma de moriche provee, así como a la formación, crecimiento, colocación y coloración del

fruto en los mismos y la fase de maduración. Cada palma puede tener entre 4 a 5 racimos y cada racimo puede dar aproximadamente 1.000 frutos. La pre-cosecha del fruto consiste en la observación y estimación cuantitativa de la floración, la cual comienza para finales de febrero o principios de marzo del mismo año de la recolección del fruto. Este mismo procesamiento de información prosigue con la formación de racimos y frutos a partir del mes de abril hasta finales de mayo.

Entre los meses de mayo y junio, los frutos comienzan a madurar y, posteriormente, caen al suelo o al agua en el mes de junio. La información de la cantidad de frutos de moriche a recolectar, por morichal, para el año de recolección, proviene de aquellas familias nucleares o extendidas que estén interesadas en efectuar ese proceso de observación y estimación cuantitativa entre la floración, producción de racimos y frutos. Por lo general, los aripaños han estimado alrededor de un total entre 300.000 y 600.000 Kg. en frutos de moriche durante una jornada de recolección (junio-septiembre) que corresponde a un ciclo anual normal.

La norma es esperar a que cada uno de los frutos del racimo caiga al suelo o al agua, tras verse madurado, pues el racimo no soporta el peso de la carga. Usualmente, los frutos comienzan a caer a principio del mes de junio, al menos que haya habido una temporada de lluvias seguidas y continuas durante el período de sequía (diciembre-mayo) que precede a la cosecha, por la cual los frutos empezarían a caer a mediados del mes de mayo. La caída, y por ende, la recolección de estos frutos puede durar todo el período de cosecha (mayo/junio-septiembre), aunque con mayor intensidad, claro está, a comienzos de la etapa de maduración del fruto.

4.4 PERÍODO DE COSECHA

Antes de la década de los años 60 del Siglo XX, la actividad tradicional de subsistencia de *morichar* (palabra local para la recolección del fruto de moriche) era practicada por todas las familias aripañas (o *morichaleros* – palabra local para los recolectores del fruto), quienes pernoctaban todo el día en los morichales, recolectando los frutos de moriche e introduciéndolos en sacos grandes para transportarlos posteriormente hasta sus hogares en un *guayare* (cesto de origen indígena llevado en la espalda y sujetado con una banda que cruza sobre la frente) fabricados de fibras vegetal por los hombres aripaños. Pero con los compromisos laborales y escolares adquiridos por una mayoría de ellos con la entrada de la modernidad a mediados del Siglo XX, esta actividad de *morichar* se ha visto limitada y es ahora asumida básicamente por las mujeres aripañas,

especialmente durante la jornada de la mañana hasta el mediodía. No obstante, los demás miembros familiares podrían unirse a ellas tanto para la recolección de frutos adicionales en la jornada de la tarde, antes del sol poniente, como en las jornadas diarias durante el período vacacional escolar y laboral que comienza a mediados de julio y culmina en septiembre.

Sí el hogar está conformado por una familia nuclear, la madre sale a *morichar* usualmente acompañada con sus hijos menores de edad y, sí viene de un hogar de familia extendida, podría estar acompañada de su madre, suegra, hermana y/o sobrina. Usualmente, salen al amanecer para lograr una posible y mayor ventaja en la recolección del fruto ante la competencia que podría existir con las otras familias de la comunidad e inclusive, con la misma fauna silvestre de la zona, como araguatos (*Alouatta*), báquiros (*Tayassu pecari*), dantas (*Tapirus terrestres*), aves, entre otros, que también se alimentan de estos frutos.

Los morichales que fueron particularmente señalados para la recolección del fruto de moriche son: Patiecito, Morichito, Morichal Potrero, Morichalito y Pozo Abajo. Según los aripaños, estos y los demás morichales que bordean al pueblo de Aripao les pertenecen a todos ellos por igual. Si bien ellos tienen la libertad de recolectar los frutos en cualquiera de estos morichales, se podrían encontrar casos muy aislados en que uno de éstos esté “asociado” a una familia en particular por el uso recurrente del mismo en los períodos de cosecha o le “pertenezca” por encontrarse ubicado en los linderos de su hogar o finca como, por ejemplo, el morichal Las Nieves, el cual “pertenece” a la familia Tomedes.

Pero en ambos casos, este derecho adquirido por tradición se pierde cuando el morichal se deja de usar para la recolección anual del fruto. De igual forma, ninguno de estos casos excluye a que otras familias aripañas, ya sea por viveza o por jocosidad, se adelanten al morichal en cuestión para aprovecharse en ser los primeros en la recolección de los frutos ya caídos. Pero este tipo de comportamiento más bien se da o es practicado por los niños provenientes de varias familias, quienes recurrentemente, en conjunto y en forma de juego, recogen los frutos de moriche en cualquiera de estos morichales.

El período de cosecha dura aproximadamente entre 3 a 4 meses (mayo/junio-septiembre). En los años de una cosecha moderada o normal, la recolección del fruto de moriche comienza a principios del mes de junio y finaliza para finales del mes agosto o principios del mes de septiembre. A medida que el período de cosecha del fruto gradualmente disminuye a finales del mes de agosto, la recolección diaria declina a una visita intercalada de un día de por medio, ya que sólo queda la recolección de pocos frutos o “*recorte*”, como lo apodan los aripaños. En el caso de máxima cosecha, las familias se dirigen a los morichales

diariamente a partir de mayo hasta dos o tres veces al día. Pero según a la cantidad de frutos recolectados diariamente, los aripaños podrían dejar de asistir a los morichales por un día hasta no terminar de procesar lo ya recolectado y así evitar el proceso de putrefacción de los frutos ya recogidos.

Durante el período de recolección, cada familia parte de su casa, caminando hacia aquellos morichales que les corresponden o de su preferencia, vistiendo ropa cómoda y fresca o destinada para esa actividad relacionada con el agua, es decir, franela, short o pantalón de algodón, zapatos o sandalias de goma, y gorra o sombrero. Además de cargar ocasionalmente en la espalda un bulto o mochila con alguna comida o merienda, también llevan en sus manos un machete y tobos de plástico, con asas, que contienen utensilios comúnmente empleados para la recolección del fruto, como cucharillas y cuchillos. Una vez adentrados en los morichales, la familia ubica un conjunto de palmas de moriche; se dirige hacia ellos y se fija cuidadosamente en los frutos que yacen en el agua o en el suelo, los cuales resaltan por su particular color rojo (Foto 2).

Foto 2 - Frutos de moriche caídos al suelo



Fuente: Yuliz Cañas, ago. 2002.

Cada miembro de la familia recolecta el fruto, uno a uno, con sus manos y lo introduce inmediatamente en un tobo plástico (Foto 3). Pero esta tarea no los exime de comerse uno que otro fruto *in situ*, el cual pelan o *escaman*, como se refieren los aripaños a la acción de remover la piel o el epicarpio del fruto con

los dedos de las manos, para luego proceder con una cuchara o con los mismos dientes, a raspar la delgada pulpa amarilla o el mesocarpio para comérsela. Es importante resaltar que los aripaños emplean el término, *escamar* el moriche, porque la textura de la piel del fruto se asemeja a las escamas de un pez (Foto 4).

Foto 3 - Frutos de moriche en tobo de plástico



Fuente: Yuliz Cañas, ago. 2002.

Foto 4 - El epicarpio o piel del fruto de moriche



Fuente: Yuliz Cañas, ago. 2002.

De acuerdo a muchos aripaños, se estima que cada persona, adolescente o adulta, puede recoger y llenar de frutos los dos tobos plásticos que llevan cada uno durante la jornada de la mañana y un tobo cada uno durante la jornada de la tarde; esto equivale a 5 Kg. de frutos por cada tobo o 15 Kg. de frutos en total por persona durante una jornada diaria en períodos normales o moderados. Por esto, se estima que una familia nuclear conformada por dos adultos y tres adolescentes podría obtener alrededor de 6.750 Kg. (o 1.350 Kg. por cada miembro familiar) de frutos en todo un período de tres meses, y dicho total por persona (1.350 Kg.) multiplicado por un total aproximado de todos los participantes (248 personas) que van a morichar, se podría tasar un total aproximado de 334.800 Kg. de frutos de moriche recolectados durante toda una jornada de un período normal de cosecha.⁴

⁴ Debido a la crisis socio-económica nacional y aún más marcada por las consecuencias de la pandemia del Covid-19 en este año 2020, Aripao experimentó un incremento del 64 % de su población por el regreso de muchos de sus paisanos provenientes de zonas urbanas para incorporarse nuevamente a las actividades tradicionales de subsistencia. Para el año 2020, se contó aproximadamente con 350 morichaleros quienes recogieron alrededor de 5.250 Kg. de frutos de moriche diarios y contaron aproximadamente con un total de 472.500 Kg. de frutos

Una vez que los frutos son colocados en los tobos plásticos, la mayoría de los miembros de la familia culminan la mañana en actividades de entretenimiento de su preferencia, como conversar y/o bañarse en el morichal, mientras que los niños juegan en el agua. Ya cerca del mediodía, la familia parte de regreso a su casa y, al llegar, proceden en conjunto, mujeres y hombres y sin distinción de edad, a procesar el fruto. Esto consiste en separarlos entre aquellos que están maduros y aquellos que aún se encuentran pintones; a medida que los discriminan entre sí, los van colocando en sus respectivos tobos o poncheras de plástico con agua, de acuerdo a esta clasificación.

Mientras que los frutos pintones se dejan sumergidos en agua por unos dos o tres días hasta que alcancen su maduración, los ya madurados se pelan o se escaman dentro del agua para así evitar que: 1. el fruto se endurezca mientras se procesa; 2. la pulpa se adhiera y por ende, se pierda parte de ella al quitarse el epicarpio; y 3. los dedos de las manos se corten o se lastimen por la remoción constante del epicarpio. A medida que cada fruto se va pelando, este se va colocando en otra ponchera de plástico, sin agua, para que uno o más adultos procedan a rasparlos, uno a uno, con una cuchara o sí se tiene, por medio de una *suruca*. La *suruca* es un instrumento elaborado por los morichaleros, el cual consiste en un marco rectangular de madera que sujeta una malla de metal; esta malla de metal raspa y separa, por un lado, la pulpa del endocarpio para obtener del otro lado el producto final o la pulpa ya raspada, la cual cae en una ponchera de plástico grande. Y en este proceso de raspar la pulpa, la semilla queda sin carne y lista para su desecho en el medio ambiente o como acompañante, junto a otros residuos vegetales usados, para alimentar a los cerdos que crían.

Después de tener la pulpa ya extraída y la cual reposa en una ponchera grande de plástico, las mujeres aripaañas proceden ese mismo día, según fueron enseñadas por sus ancestros, a amasar la pulpa con las manos hasta convertirla en una masa, homogénea, compacta y blanda; de ahí, ellas van sacando cantidades, por iguales, dándoles a cada porción una forma de bola, mientras que se cercioran de que no llegue cada una a pesar aproximadamente más de 1 Kg. El número de bolas que sacan depende de la cantidad de pulpa que tengan en la ponchera. Las mujeres aripaañas comentan que de cada tobo plástico lleno de frutos o en su defecto, 5 Kg. de frutos por tobo, se obtiene 2.5 Kg. de pulpa amasada o en su defecto, 2 bollos y medio de moriche; este medio restante se va completando ese mismo día con la masa restante y si no queda más masa, igualmente se utiliza para el consumo propio.

recolectados al final de la jornada de recolección. Estos datos fueron obtenidos en el mes de octubre 2020 a través de entrevistas telefónicas hechas por Yuliz Cañas Santamaría.

Cada bola de masa, equivalente a 1 Kg., se envuelve en un pedazo de hoja grande de plátano (*Musa paradisiaca*) u otra hoja conocida como platanillo (*Heliconia*) y posteriormente, proceden a amarrarla con tiras resistentes de la misma hoja o pabilo (Foto 5). Es a este producto final que los aripaños llaman “bollo de moriche”. Según ellos, este proceso de cubrir la bola de masa con hoja de plátano o platanillo es necesario porque facilita su cocción y por ende, su ingestión en cantidades moderadas a través del tiempo. Por un lado, ellos consideran que la pulpa de moriche es alta en grasa y de consumirla cruda, aunque en cantidades moderadas, puede ocasionar indigestión o malestar estomacal en algunas personas.

Foto 5 - Bola de masa de la pulpa de moriche y bollo de moriche envuelto en hoja de plátano y amarrado con pabilo



Fuente: Yuliz Cañas, ago. 2002.

Y por el otro lado, sí la pulpa o más bien la masa de moriche se guarda cruda en el refrigerador o congelador, ésta puede descomponerse rápidamente. Por ello, las mujeres aripañas proceden inmediatamente a asar los bollos de moriche sobre una plancha, parrilla o directamente a la leña, por unos pocos minutos, para conservar el sabor; al estar ya cocidas, se dejan reposar hasta que se enfríen a temperatura de ambiente y, de ahí, se guardan en una nevera bien fría para su consumo inmediato o a corto plazo o, en el congelador para un consumo posterior o a largo plazo. Todo este proceso evita su descomposición en el transcurso del tiempo hasta que los aripaños decidan prepararla y consumirla en sus distintas formas o se les presente la oportunidad de vender o cambiar a través de un sistema de trueque uno que otro bollo por otro rubro alimenticio. Y así culmina el día a día durante la jornada de cosecha y procesamiento de los frutos de la palma de moriche.

Además de relucir su potencial como un aporte económico adicional para los aripaños hoy en día, la recolección del fruto de moriche como una actividad tradicional de subsistencia les brinda tanto un valor de uso así como significados histórico-culturales de su paisaje. De acuerdo a los aportes suministrados por varios miembros de la comunidad, la manera de proceder en la recolección y en el procesamiento del fruto de moriche ha permanecido en el transcurso del tiempo. Hasta el día de hoy, los aripaños no han apreciado alteraciones o variaciones que puedan considerarse significativas para desencadenar e inclusive reconocer un cambio sustancial en esta actividad tradicional de subsistencia.

Aunque muchos aripaños comentan que ha habido un declive en la participación de muchachos jóvenes, post-adolescentes, en *morichar*, ellos piensan que esta situación quizás sea sólo temporal hasta que formen su propia familia. Mientras tanto, ellos todavía disfrutan de los morichales como balnearios y se deleitan comiendo tanto los frutos que consiguen en ellos así como los manjares que se derivan de los mismos. Por ello, los aripaños consideran que la cohesión que se forma entre los miembros de la familia y la comunidad con su medio ambiente, no ha sido necesariamente interrumpida o quebrantada. Más bien, esta continuidad eco-cultural se mantiene y se refuerza a lo largo de ese ciclo anual que conforma esta actividad tradicional de subsistencia, es decir, desde la pre-cosecha, la cosecha hasta la post-cosecha (esta última a discutirse en la próxima sección), ya que ha servido como un elemento socializador y catalizador para iniciar el proceso de enculturación desde temprana edad sobre la importancia del colectivo y su relación con el entorno ambiental.

4.5 USOS DE LA PALMA DE MORICHE COMO UN RFNM

Muchas de las partes de la palma *Mauritia flexuosa* L.f. son aprovechadas por los diversos grupos étnico-culturales (FERREIRA JÚNIOR, 2015; HEINEN; LIZARRALDE; GÓMEZ, 1996; MESA; TORO; ISAZA, 2017; PONCE *et al.*, 2000; TRUJILLO-GONZÁLEZ *et al.*, 2011) que hacen vida en ese tipo de ecosistema, como en el Bajo Río Caura. Los aripeños, por ejemplo, sólo utilizan el fruto, el cogollo y la hoja de la palma de moriche.

Con el fruto, los aripaños elaboran y asan “bollos de moriche”. Ellos se sienten muy orgullosos de su producto porque, contrario a sus vecinos del municipio Cedeño, la masa es pura, es decir, no está ligada con la pulpa de otras palmas, como la coroba (*Attalea macrolepis*), con el fin de rendirla y sacarle mayor provecho para su consumo o venta. Además de utilizarlos para consumo propio

en forma de jugo, carato, manjar, helado, turrón y/o dulce, ellos también los venden o los cambian por otros rubros alimenticios bajo el sistema de trueque. La comercialización de los “bollos de moriche” les ha permitido recibir un ingreso extra, el cual hoy en día oscila alrededor de \$ 2,00 por bollo. Este aporte económico que representa su venta es muy pertinente y apreciado por ellos, dada a la escasez de fuentes de trabajo y a una economía más bien deteriorada en la zona, donde es difícil o costoso acceder a bienes de consumo de primera necesidad.

Tanto el cogollo – conjunto individual de hojas tiernas, como la hoja grande de la palma de moriche son más bien buscados cuando la necesidad así lo amerite. Mientras que la hoja es obtenida de la palma adulta, el cogollo es adquirido de la palma en etapa juvenil. Este último se encuentra en la copa del follaje de la palma y es reconocido por su particular color blancuzco. Ambos son cortados con una vara larga que sostiene un cuchillo bien amarrado en una de sus puntas, o con un machete, por aquellos hombres aripaños que saben trepar su tronco y conocen bien el cómo hacer el corte. El cogollo, por ejemplo, se corta a unos 5 centímetros por encima del meristemo. Según los aripaños, el corte tanto del cogollo como de la hoja de la palma sólo ocurre cuando la Luna está en Cuarto menguante, con el fin de no hacerle daño o interrumpir el desarrollo natural de la palma.

El cogollo es aprovechado como materia prima para la extracción de fibras. Estas fibras son posteriormente elaboradas en hilos entorchados para ser principalmente utilizados en el tejido de chichorros o hamacas, o en la fabricación de cabuya y otros objetos de necesidad. Pero con el auge de la modernidad, el uso de hilos entorchados ha disminuido y, por ende, la obtención de cogollos no ha sido tan indispensable. En la actualidad sólo hay dos mujeres aripañas quienes se dedican a la confección de chinchorros o hamacas; pero éstas son ahora tejidas con fibras textiles.

Al igual que el cogollo, los aripaños han minimizado el uso de las hojas de la palma de moriche para la cobertura de sus techos. Sus antepasados las utilizaban para revestir los techos de sus casas que estaban hechas de bahareque. Pero debido también a la modernidad, los aripaños aprovecharon sustituir sus casas de bahareque por viviendas rurales, de bloques y concreto, ofrecidas por el gobierno de turno. No obstante, los techos elaborados con las hojas de la palma no quedaron necesariamente en el olvido; éstas más bien son buscadas y utilizadas por algunas familias para recubrir el techo de una vivienda recreacional, con forma circular y abierta, conocida como churuata, y ubicada en el solar de la casa.

CONCLUSIONES

Los morichales, cuyo término proviene de la predominancia de las palmas de moriche en ellos, consiste en un ecosistema caracterizado por humedales que brindan a los aripaños un lugar con recursos naturales para consumir y usar, pensar y soñar, crear y fabricar, aprender y enseñar, divertirse y jugar, compartir y conversar, entre otras actividades. Dentro de esa rica biodiversidad del Bajo Río Caura, la palma de moriche figura como uno de los elementos singulares de la naturaleza para muchos aripaños. Una mujer aripaña, por ejemplo, comenta: “De niña era común para mí, cuando nos poníamos a pintar, dibujar en una hoja de papel, pintaba una palma de moriche” (información verbal)⁵.

Así como con los ríos, lagunas, caños y riachuelos que rodean a Aripao, también los morichales han sido fuentes de inspiración de canciones, poesías, cuentos, mitos y leyendas a través de los cuales los aripaños expresan y representan sus creencias. Los morichales, por ejemplo, son lugares en donde también habitan seres sobrenaturales, como los encantos, los cuales llaman y atraen a los aripaños, sobre todo a los niños, por medio de sus particulares hechizos para que convivan permanentemente con ellos. Con el fin de evitar sus “encantos”, valga la redundancia, la mayoría de los aripaños no sólo siguen las normas culturales de comportamiento sobre el uso de los morichales, sino también se las recalcan a sus hijos e inclusive, a aquellos foráneos que los visitan.

Hasta los momentos se puede afirmar que los aripaños aún conservan mucho de sus conocimientos ecológicos, los cuales están afianzados en la práctica y en la transmisión oral de una generación a otra. Este resultado les ha permitido sacar de sus recursos naturales el máximo provecho de una manera sustentable. La práctica ancestral de la recolección del fruto de moriche, por ejemplo, es una de las actividades tradicionales de subsistencia que se mantiene vigente en Aripao, es decir, sin variaciones significativas en lo que se refiere a todas las etapas de su ciclo anual, desde el período de pre-cosecha hasta el de post-cosecha que comprende los diversos usos de la palma, como lo son el fruto, el cogollo y la hoja. Y aunque no se puede obviar que ha mermado tanto la participación de los post-adolescentes del pueblo en la recolección del fruto de moriche, así como la obtención de cogollos y hojas de la palma, este impacto no ha sido determinante como para producir un cambio y una pérdida sustancial en el CEL de los aripaños.

⁵ Información verbal proporcionada por YCS, mujer aripaña, en el día 27 de abril de 2016. Se aclara que esta cita está identificada con la inicial del primer nombre, primer y segundo apellido de la mujer aripaña entrevistada por Paul A. Hurtado.

Si bien la modernidad, la crisis socioeconómica nacional, las migraciones y la minería ilegal los ha afectado hasta cierto grado, ¿Podrán los aripaños salvaguardar su CEL a lo largo del tiempo? Esta es una pregunta que debería hacerse eco entre las mismas comunidades, las entidades gubernamentales, el cuerpo científico-académico, el mundo empresarial y las organizaciones como las no gubernamentales (ONGs), con el fin de proteger ese saber etnoecobiológico que es parte del patrimonio cultural, tangible e intangible, de una nación a través de la búsqueda de soluciones apropiadas y viables dentro del marco de los derechos consuetudinarios, constitucionales e internacionales. Sin lugar a dudas, la diversidad etnoecobiológica encontrada actualmente en el Bajo Río Caura y en toda su Cuenca, no deja de ser frágil ante cualquier amenaza, alteración, intervención o devastación antropogénica. Pero el desafío radica en cómo preservar, conservar y proteger esta riqueza sin estancarse en argumentos triviales entre lo global y lo local, o entre la modernidad y lo tradicional.

REFERENCIAS

- ANDERSON, E. N. *et al.* **Ethnobiology**. New Jersey: Wiley-Blackwell: John Wiley & Sons, Inc., 2011.
- ARISTIGUIETA, L. Consideraciones sobre la flora de los morichales llaneros al norte del Orinoco. **Acta Botánica Venezuelica**, Caracas, v. 3, n. 1-4, p. 19-38, 1968.
- BERKES, F. Traditional ecological knowledge in perspective. *In*: INGLIS, J. T. (Ed.). **Traditional ecological knowledge: concepts and cases**. Ottawa: IPTEK y IDRC, 1993. p. 1-9.
- CVG-TECMIN C. A. Informe de avance NB-20-1. Clima, geología, suelos y vegetación. **Proyecto Inventario de los Recursos Naturales de la Región Guayana**. Ciudad Bolívar: CVG-TECMIN, 1994a. t. I. p. 1-557.
- CVG-TECMIN C. A. Informe de avance NB-20-5. Clima, geología, suelos y vegetación. **Proyecto Inventario de los Recursos Naturales de la Región Guayana**. Ciudad Bolívar: CVG-TECMIN, 1994b. t. I. p. 1-606.
- ELLEN, R.; PARKES, P.; BICKER, A. **Indigenous environmental knowledge and its transformations: critical anthropological perspectives**. Amsterdam: Harwood Academic Publishers, 2000.

FERNÁNDEZ, A. Los morichales de los llanos de Venezuela. *In*: DUNO DE STEFANO, R.; AYMARD, G.; HUBER, O. (Ed.). **Catálogo ilustrado y anotado de las plantas vasculares en los llanos Venezuela**. Caracas: Fudena, 2007. p. 91-98.

FERREIRA JUNIOR, A. **Entalhadores do efêmero: a vida associativa na criação dos Brinquedos de Miriti de Abaetetuba**. 2015. 198 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

GERIQUE, A. An introduction to ethnoecology and ethnobotany theories and methods. *In*: INTEGRATIVE ASSESSMENT AND PLANNING METHODS FOR SUSTAINABLE AGROFORESTRY IN HUMID AND SEMIARID REGIONS, 2006, Loja. **Anales** [...]. Loja: Equador, 2006. p. 1-20. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/239591352_An_Introduction_to_ethnoecology_and_ethnobotany_Theory_and_Methods_-_Integrative_assessment_and_planning_methods_for_sustainable_agroforestry_in_humid_and_semiarid_regions. Acesso em: 20 dez. 2020.

GONZÁLEZ, V. **Los Morichales de los llanos orientales: un enfoque ecológico**. Caracas: Ediciones Corpoven, 1987.

GUERRA, M. *et al.* Caracterización físico-química del fruto de la palma de moriche (*mauritia flexuosa*) y de harina del tronco. **Universidad Nacional Experimental de Los Llanos Occidentales “Ezequiel Zamora”**, Barinas, 2011. Disponível em: http://www.postgradovipi.50webs.com/archivos/agrollania/2011/agro2011_3.pdf. Acesso em: 30 abr. 2011.

HEINEN, H. D.; LIZARRALDE, R.; GÓMEZ, T. El abandono de un ecosistema: el caso de los Morichales del Delta del Orinoco. **Antropológica**, Caracas, v. 81, p. 3-36, 1996.

JOHNSON, M. **Lore: capturing traditional environmental knowledge**. Ottawa: Dene Cultural Institute/IDRC, 1992.

LASSO, C.; RIAL, A.; GONZÁLEZ, V. **Morichales y Cananguchales de la Orinoquia y Amazonia: Colombia-Venezuela**. Parte I. Bogotá: Instituto de Investigación de Recursos Biológicos Alexander von Humboldt Colombia, 2013.

MARRERO, C.; RODRÍGUEZ, D. **Ríos de morichal de la orinoquia venezolana**. Barcelona: Editorial Académica Española, 2014

MESA C.; TORO B.; ISAZA, A. Manejo de *Mauritia flexuosa* L.f. para la producción de artesanías en la altillanura colombiana. **Colombia Forestal**, Bogotá, v. 20, n. 1, p. 85-101, enero. 2017.

PÉREZ, B. Pantera Negra: an ancestral figure of the Aripaños, maroon descendants in Southern Venezuela. **History and Anthropology**, London, v. 10, p. 219-240, 1997.

PÉREZ, B. The journey to freedom: maroon forebears in Southern Venezuela. **Ethnohistory**, New York, v. 47, p. 611-633, 2000.

PÉREZ, B. The Aripaños Landscape: local control within global reality. **Identities: global studies in culture and power**, London, v. 9, p. 519-544, 2002.

PÉREZ, B.; SOUTO, T. Etnobotanical knowledge of *Sarrapia* (Dipteryx Odorata [AUBL] Willd.) among Three Non-indigenous Communities of the Lower Caura River Basin, Venezuela. **Journal of Ethnobiology**, New York, v.31, n. 1, p. 128-149, 2011.

PONCE, M. E.; STAUFFER, F. W.; OLIVO, M. L.; PONCE, M. A. *Mauritia Flexuosa* L.F. (Arecaceae). Una revisión de su utilidad y estado de conservación en la cuenca amazónica, con especial énfasis en Venezuela. **Acta Botánica Venezuelica**, Caracas, v. 23, n. 1, p. 19-46, 2000.

PRONUNCIAMIENTO conjunto en apoyo a los esfuerzos de los pobladores del Caura por proteger sus derechos contra la minería depredadora. **Provea**, Caracas, 28 ago. 2020. Disponible em: <https://www.derechos.org/ve/web/wp-content/uploads/2020/08/Pronunciamento-Caura-Agosto-2020-Final.pdf>. Acceso em: 28 ago. 2020.

ROSALES, J.; HUBER, O. Ecology of the Caura River Basin. I. General Characterization. **Scientia Guaianae**, Caracas, n. 6, p. xi-xviii, 1996.

STUDLEY, J. Dominant knowledge systems and local knowledge. *In*: COMMUNITY-BASED MOUNTAIN TOURISM: PRACTICES FOR LINKING CONSERVATION WITH ENTERPRISE, X., 1998, New York. **Proceedings** [...]. Washington: Community-Based Mountain Tourism, 1998. p. 1-24 Disponible em: https://www.researchgate.net/publication/263657323_Dominant_Knowledge_Systems_Local_Knowledge. Acceso em: 20 dez. 2020.

TRUJILLO-GONZÁLEZ, J. M.; TORRES MORA, M. A.; SANTANA-CASTAÑEDA, E. La palma de Moriche (*Mauritia Flexuosa* L.f.): un ecosistema estratégico. **Orinoquia**, Meta, v. 15, n. 1, p. 62-70, enero. 2011.

VISPO, C.; KNAB-VISPO, C. Introduction: a general description of the Lower Caura. **Scientia Guaianae**, Caracas, n. 12, p. 1-34, 2003.

WARREN, D.M. Using indigenous knowledge in agricultural development. **World Bank Discussion Papers**, Washington, D.C., n. 127, 1991.

ZENT, S. Productos forestales no-madereros: hacia una estrategia para el desarrollo de la Amazonía venezolana. *In*: HERNÁNDEZ ALFONSO, L., VALERO, N. (Ed.). **Desarrollo sustentable del Bosque Húmedo Tropical: características, ecología y uso**. Ciudad Bolívar: Fondo Editorial UNEG: BioGuayana, 2005. p. 133-177.

Texto submetido à Revista em 20.04.2020

Aceito para publicação em 22.03.2021



Ressignificações da vida ribeirinha: das margens do rio Tocantins ao Assentamento Mirindiba em Araguaína – Tocantins – Brasil

Re-significations of ribeirinha life: from the Tocantins river to the Mirindiba Settlement in Araguaína – Tocantins – Brazil

Eliseu Pereira de Brito - Doutor em Geografia, pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Professor Adjunto do Curso de Geografia da Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: eliseubrito@uft.edu.br

Henrique Martins da Silva - Graduação em Geografia, pela Universidade Federal de Tocantins (UFT). Membro do Grupo de Estudos Geográficos da Amazônia e Tocantins da UFT. E-mail: henriquematins24@gmail.com

Resumo

Este texto se propôs a estudar as ressignificações ribeirinhas, tomando por escala espacial de estudo o assentamento Mirindiba, formado por famílias que foram expulsas dos seus territórios com o enchimento do lago da usina hidrelétrica Estreito, em Babaçulândia, Tocantins, Brasil. Utilizamos o método exploratório para a construção da análise, com pesquisa de campo, uso de mapa falado e entrevistas. Os ribeirinhos viviam numa ilha chamada São José, no rio Tocantins, cultivavam em roças de vazantes e praticavam a pesca artesanal. Com a desterritorialização, a conquista do assentamento foi uma forma de buscar a continuidade da vida ribeirinha, mas a dinâmica dos lugares é diferente e os força para novas territorialidades. A forma de produzir é impulsionada por fatores técnico-científicos e o território tem novos atores, que estão em redes-empresas. É no contexto da territorialização que os sujeitos buscam ressignificar as coisas e os lugares, até para uma manutenção das suas identidades ribeirinhas.

Abstract

We propose to study the ribeirinhas resignifications in the Mirindiba settlement. This is formed by families that were expelled from their territories with the filling of the lake of the Estreito Hydroelectric Power, in Babaçulândia, Tocantins. We used the exploratory method for the construction of the analysis, with field research, use of spoken map and interviews. These ribeirinhos dwellers lived on an island called São José, in the Tocantins River, cultivated in lowland fields and practiced artisanal fishing. With the deterritorialization, the conquest of the settlement was a way of seeking the continuities of the ribeirinha life, but the dynamics of the places are different and force them towards new territorialities. The way of producing is driven by technical-scientific factors and the territory has new actors who are in network-companies. It is in the context of territorialization that the subjects seek to reframe things and places, even for the maintenance of their ribeirinhas identities.

Palavras-chave

Ribeirinhos. Rio Tocantins. Ressignificações. Lugares. Assentamento.

Keywords

Ribeirinhos. Tocantins river. Resignifications. Places. Rural Settlement.

INTRODUÇÃO

O rio Tocantins teve as suas margens ocupadas ainda no século XVIII, no Estado do Tocantins, por indivíduos que utilizavam os recursos hídricos como elementos de produção e subsistência, a navegação e as vazantes. Os povos que têm algum tipo de vínculo e se utilizam do rio, seja na plantação de vazante ou para as atividades pesqueiras, são denominados, na região, de ribeirinhos.

Os sujeitos que estudamos nesta pesquisa são ribeirinhos que habitavam a ilha de São José, próxima da cidade Babaçulândia, Tocantins. Eram sujeitos camponeses, que praticavam a pesca artesanal e a agricultura de vazante e foram expulsos dos seus lugares com o enchimento do lago da UHE Estreito em 2010 e assentados próximos à cidade de Araguaína, Tocantins. No assentamento Mirindiba buscam reconstruir as suas vidas. É no bojo da reconstrução dos seus modos de vida que propomos, com esta pesquisa, compreender as ressignificações ribeirinhas. Tivemos como objetivo buscar, na percepção ribeirinha, elementos que retratam as permanências do modo de vida e observações do território, pelas histórias e medos que retratam a resistência identitária.

Para atender os objetivos utilizamos de uma pesquisa qualitativa, com método descritivo exploratório, buscando, a partir da observação e entrevistas com os ribeirinhos, entender as permanências com as observações respaldadas nos instrumentos do Diagnóstico Rural Participativo (DRP) (VERDEJO, 2006). Utilizamos nuvens de palavras para melhor interpretar as falas dos entrevistados.

O texto foi construído por fontes primárias e secundárias, com entrevistas e embasamento em autores que proporcionaram o melhor entendimento sobre o tema central e que levaram à melhor percepção dos elementos presentes no modo de vida ribeirinho, buscando analisar as resistências e permanências ribeirinhas no novo local de vivência, com fotografias, desenhos e depoimentos que estabelecem uma ligação de significados.

1 EM BUSCA DE UMA HISTÓRIA DE OCUPAÇÃO DAS MARGENS DO RIO TOCANTINS

A ocupação do estado do Tocantins teve importante contribuição advinda da dinâmica produzida pela navegação no rio Tocantins, realizada por barqueiros, canoieiros, ribeirinhos, oficiais de guarnições navais e indígenas. O rio serviu como via para o transporte de mercadoria e pessoas desde o início da ocupação não indígena do território.

Para Palacín e Moraes (2001), foi pelo rio Tocantins que mineradores avançaram sobre a região sudeste do Tocantins. Trata-se de uma área do complexo cristalino, planalto Araguaia-Tocantins (GOMES, 1966), onde houve a descoberta de garimpos de ouro como o de São Luís, atual cidade de Natividade, em 1734; Ouro Podre, atual Arraias, em 1740; Chapada, em 1740, e Conceição, em 1741 (BARBOSA; GOMES; TEIXEIRA NETO, 2005). Todos esses garimpos foram conectados ao rio Tocantins pelos seus afluentes, como o rio Manoel Alves da Natividade, rio Palma e Paranã. Havia uma rede de arraiais de estilo dendrítica, em que a fluidez foi estabelecida, conforme a orientação hidrográfica.

Contudo, é preciso levar em consideração que essa rede, de certa forma, foi interrompida em 1740, com a proibição do transporte fluvial no rio Tocantins – uma medida que visava coibir o tráfico do ouro das minas do norte de Goiás para a cidade de Belém (PA), rota para a Europa, uma vez que esses mineradores tinham forte influência na cidade. No auge do ouro na região foram queimados até barcos em estaleiros, evitando qualquer fluidez no território (BRITO, 2016). O rio Tocantins ficou fechado para a navegação até a crise do ouro e, posteriormente, ao final dos anos de 1750, foi realizado apenas um fechamento sem tanta vigilância de tráfego.

A expansão do garimpo colonial de ouro de aluvião fora das margens do rio Tocantins proporcionou a formação de presídio (guarnições militares para auxiliar no transporte fluvial) e portos que tornaram cidades ribeirinhas. Destaca-se a formação de Porto Real em 1738 e Barra da Palma em 1740, que ficam a 20 km das margens do rio, no encontro dos rios Palma e Paranã (BARBOSA; GOMES; TEIXEIRA NETO, 2005). Esses arraiais se tornaram portos importantes para a dinâmica territorial. O desfecho poderia ter sido diferente se a navegação do rio não tivesse sido bloqueada, uma vez que concentraria riquezas extraídas do período auge do garimpo. A forma como se deu o garimpo no norte de Goiás impossibilitou que a riqueza do minério tivesse pujança e ficasse demonstrada nas igrejas, casas, cemitérios, entre outros locais.

Com a crise do ouro em meados de 1750 (PALACÍN; MORAES, 2001), o norte de Goiás teve cinquenta anos de isolamento e crise, apenas modificado o cenário econômico com os incentivos propostos por Joaquim Teotônio Segurado, em 1804, para o funcionamento da navegação comercial do rio Tocantins. Esse período marcou um rearranjo regional e algumas vilas foram criadas, como a Boa Vista, em 1818, e Filadélfia, em 1857 (BARBOSA; GOMES; TEIXEIRA NETO, 2005).

Houve a introdução de um fluxo migratório que não chegou pelo rio Tocantins, uma vez que, na sua maioria, foram migrantes vindos do Nordeste,

principalmente dos estados do Maranhão, Piauí e Bahia, como demonstrado por Brito (2016). Para Brito e Shimasaki (2020), houve uma expansão das ocupações de terras nas “bordas” da floresta amazônica, área de Transição do Cerrado e Amazônia, incentivada pelo extrativismo vegetal do látex no final do século XIX e início do século XX.

Há que se frisar que essa ocupação foi rarefeita pelo território por estar muito ligada aos caminhos de boiadas e do extrativismo do látex da mangabeira. Mangabeira (*Hancornia speciosa*) é uma árvore do Cerrado, produtora de um fruto comestível pelos povos cerradeiros e dá um leite que, defumado, vira borracha. No Jalapão, região conhecida pelos terrenos arenosos do leste do Tocantins, a procura pelo látex da mangabeira produziu uma corrida migratória da Bahia e Piauí, tanto para a ocupação das terras como para o trabalho intermitente do extrativismo do látex.

Os caminhos das boiadas ou apenas dos retirantes, na sua maioria, dos desapropriados da terra, direcionaram-se para as regiões norte do Tocantins e oeste do rio Tocantins. A frente pioneira tratada por Teixeira Neto (2002) e a “Geografia do Babaçu” (VALVERDE, 1985) são muito elucidativas do processo de ocupação que ocorreu na região do Bico do Papagaio. Esse é um caminho para pensar a ocupação das áreas de transição entre o Cerrado e a Amazônia, como bem lembrado por Ab’Sáber (2003) e Machado (1992).

As bandeiras verdes direcionaram para os lugares/municípios que hoje se denominam de Muricilândia, Santa Fé do Araguaia e Aragominas. Esses povos, dirigidos por profecias e crenças, ocuparam esses lugares como se fosse a terra prometida (MARTINS, 1996). A história da ocupação girou em torno de uma profecia de uma senhora migrante, que se tornou ponto central da ocupação espacial. Essa é uma forma de interpretação mítica no catolicismo popular, que tem alcance quando sobreposto a interpretações bíblicas e que tem impacto direto sobre a posse do território, construindo, com isso, formas de mediações da leitura e interpretação do mundo, mediante uma visão fundada no espaço vivido e na memória (CONCEIÇÃO; BRITO, 2019).

Dos movimentos importantes dessa frente pioneira, um direcionará a transformação do espaço, a fim de introduzir novos usos do espaço, o que possibilita o que Machado (1992) denominou de fronteira agrícola de ocupação com a introdução de novas técnicas, principalmente para os usos do solo. Nesse caso, foi necessária a derrubada da floresta e a sua substituição por pastos ou lavouras. Esse movimento produziu novas dinâmicas nas redes de centralidades no norte do Tocantins. Brito (2009) ressaltou que houve um deslocamento no período da construção da rodovia Belém-Brasília (porção norte da BR-14 –

oficialmente chamada de estrada Transbrasiliana) dos centros das margens do rio Tocantins para as margens da rodovia. Valverde e Dias (1967) mostraram nos seus estudos que na dinâmica produzida no território, com a abertura dessa rodovia, vários lugarejos foram criados para atender o fluxo de passageiros, que se deslocaram do transporte hidroviário para o rodoviário. Aquino (2002) afirma que a rodovia decretou uma crise no transporte hidroviário e nas cidades ribeirinhas.

Nas margens do rio Tocantins, uma crise se assolou nas cidades e a vida ribeirinha se reinventou. Como se trata de terras de solos pobres em nutrientes, principalmente no norte do Tocantins, com cobertura de neossolos quartzarênicos, as fertilidades dos solos permanecem pela dinâmica produzida pelo rio. As vazantes, terras fertilizadas durante as cheias dos rios, eram/são os locais de plantação ribeirinha (BRITO, 2018; BRITO; SHIMASAKI, 2020). Nessas terras fertilizadas se planta a melancia, abóbora, arroz, feijão, milho, dentre outros alimentos. Esse é o local da sobrevivência ribeirinha.

2 MUNDO RIBEIRINHO NA ILHA DE SÃO JOSÉ

Para Cunha (2000, p. 19), “no universo da pesca é possível evidenciar um conjunto de significados simbólicos impressos à água pelo pescador artesanal.” Isso evoca os sentidos dados à água como encantos e medos, corporifica a vida e a estranheza vivida nos mitos, nas bravuras, nas tempestades ou calmaria. As águas para um pescador são cheias de mistérios, histórias e lendas. Para Silva (2000), o pescador distingue dois mundos: o seco e o das águas. O seco é fixo, previsível, o das águas é imprevisível, instável, indomável.

Segundo Diegues (2007, p. 01), “Em muitas sociedades chamadas ‘primitivas’ a água doce das fontes, dos riachos e rios é símbolo de vida ao passo que as águas do mar simbolizam o perigo e a morte”. Para o autor, as águas são campo fértil para os contos mitológicos, vistas de acordo com as crenças, habitat e sobrevivência. Os povos amazônicos vivem a sua vida social controlados pelas cheias e secas dos rios: ou podem interagir mais ou devem manter-se em isolamento, devido ao perigo que o rio representa para a navegação de pequenas embarcações no período de cheias.

Localizada a 30 km da cidade de Babaçulândia, Tocantins, a ilha de São José tinha 10 km de extensão e 2,5 km de largura, com uma área aproximada de 15 km², conforme medidas da imagem do satélite. O rio Tocantins abriu dois canais: o direito com 680 m de largura e o esquerdo com 472 m de largura. Antes de formar a ilha, o rio afundou o seu canal em terrenos sedimentares, que lhes proporcionava um transporte de sedimentos em suspensão, rico em nutrientes, depositando-os no período das enchentes no seu leito maior e na ilha de São José.

O rio Tocantins é cristalino, de acordo com a classificação das cores dos rios da Amazônia, proposta por Sioli (2006). São rios que têm as suas nascentes em terrenos arqueanos e transportam grande quantidade de partículas de rochas em suspensão e musgos. As águas são claras, de coloração azulada. É um rio que tem a cava do seu leito bem encaixado no Planalto Central e apresenta, nesse percurso, gradiente com desníveis muito baixos. No caso da ilha de São José, o canal da direita era o principal; para tanto, servia como linha divisória dos estados do Maranhão e Tocantins. A forma da ilha era semelhante a um diamante, formando uma extensa praia, com depósitos de areia na ponta superior, alargando-se ao meio e afinando-se na parte inferior.

Conforme Roldão e Ferreira (2019), o clima do Tocantins é Aw – clima de savana (classificação de Köppen) e possui uma estação chuvosa, que se estende por seis meses de chuvas, de novembro a abril. “Os principais sistemas geradores de chuvas no Tocantins são a Zona de Convergência Intertropical (ZCIT) e a Zona de Convergência do Atlântico Sul (ZCAS)” (ROLDÃO; FERREIRA, 2019, p. 1163). As chuvas de verão produzidas por essas massas de ar são responsáveis pelas cheias do rio Tocantins. Como lembrou Sioli (2006), um rio age como sistema renal da paisagem, pois ele drena toda área de uma paisagem e nas suas águas é possível encontrar toda essa dinâmica geológica, pedológica e biológica nos sedimentos transportados.

No rio Tocantins, os sedimentos transportados eram depositados em áreas que inundavam com as cheias, fertilizando o solo utilizado pelos ribeirinhos para a plantação de cereais. A fertilidade produzida pelo rio dava aos moradores fartura de alimentos.

As farturas da produção agrícola e de peixes abasteciam a feira de Babaçulândia nos finais de semana. A entrevistada 01 (Babaçulândia, abr. 2019) afirmou que nos finais de semana, cada ribeirinho buscava trazer das suas roças os seus produtos para comercializar na feira, como abóboras, quiabo, mandioca, arroz, feijão, frutas e o pescado. De acordo com a entrevistada 03 (Assentamento Mirindiba, mar. 2020), a família plantava roça e os filhos também praticavam atividades de pesca artesanal. O pescado era levado para ser comercializado nas cidades próximas, Estreito (MA), Carolina (MA) e Babaçulândia (TO). Para a própria alimentação, a forma de pescar era diferente, tanto na distância que percorriam, como no tempo de permanência no rio. “Estávamos ali querendo merendar, pegava a varinha e descia por rio, voltava com o peixe para fritar e comer com farinha de puba” (informação verbal)¹.

¹ Informação verbal fornecida pela entrevistada 03, no Assentamento Mirindiba, em março de 2020.

Com um álbum de fotos, o entrevistado 04 (Assentamento Mirindiba, fev. 2020) recorda e descreve a vida na ilha, que tinha um cenário paisagístico, composto de uma formação do cerrado *lato sensu* tipo palmeirais-babaçuais. Por morar no lado oeste da ilha, o pôr do sol sobre o rio era o espetáculo que se assistia ao entardecer. As serenatas dos barulhos das águas lhes serviam como uma terapia para acalmar-se depois da lida do dia, quando não saía para pescar. Toda a vida girava em torno do rio Tocantins, ali era o caminho, o lugar de lazer, o lugar de trabalho. Nas fotos, o entrevistado 04 faz questão de ressaltar o seu pomar e a abundância das frutas que colhia, tornando a sua dieta diversificada. Segundo o entrevistado, as terras boas eram as da beira de rio, que foram inundadas pelas águas da UHE Estreito. As das chapas são terras difíceis, inclusive, ele luta para manter o seu pomar devido às doenças que dão nos frutos, como ele bem frisou, nas mangueiras e laranjeiras.

A comunidade estava espacialmente organizada ao longo do rio, conforme o desenho na Figura 1. Na enchente de 1980, muito lembrada por todos os ribeirinhos da região, as águas expulsaram a maioria da população da área, mas produziram uma fertilidade muito grande na ilha e houve, na época, uma fartura de alimentos. “Na enchente de 1980, nosso barraco foi inundado e foi preciso ir para o outro lado do rio pra casa de nossos parentes” (informação verbal)². Conforme relatos dos moradores, ter acesso ao rio Tocantins era uma garantia de liberdade na mobilidade pelas águas, que vai ao encontro do que Bonnemaison (1987) afirmou sobre os territórios de errância, possível mediante a fixação e a mobilidade dos indivíduos. É importante frisar que todos os indivíduos tinham acesso ao rio e imediatamente ao campo de várzeas fertilizados nas cheias.

Ter acesso ao rio, de certa maneira era uma possibilidade de viajar, de pescar e de ter o lazer no rio. No centro da ilha, os canais abandonados formavam várzeas que alagavam no transbordar do rio e era nesses lugares que os sujeitos plantavam as suas lavouras de arroz, feijão, milho, melancia, dentre outros alimentos. Nas terras não alagadas, eles cultivavam a mandioca e outras culturas que demandavam maior tempo para o estágio de colheita.

Conforme o entrevistado 02 (Babaçulândia, abr. 2019), as festas e as temporadas de praias animavam o lugar. Na ilha se formava uma praia muito utilizada para acampamento de banhistas, que gostavam da temporada de praia de águas doces em junho e julho, no rio Tocantins. A festa de São José era o principal festejo da comunidade. Um cortejo descia da ilha até a cidade de Babaçulândia, em agradecimento às dádivas oferecidas pelo santo à comunidade.

² Informação verbal fornecida pela Entrevistada 01, em Babaçulândia, em abril de 2019.

Os entrevistados são unânimes em apontar os rompimentos do modo de vida, a partir do anúncio da construção da hidrelétrica Estreito. A mansidão do tempo das águas do rio, que ditava o calendário da pesca e plantação, foi alterada pela construção da hidrelétrica. O trabalho de camponês foi reinventado e substituído por temporário assalariado, na construção de obras da usina.

Figura 1 - Representação artística da ilha de São José no rio Tocantins



Nota: Representação conforme Entrevistada 03 (mar. 2020) e Entrevistada 01 (mar. 2020).

Fonte: Arte de Gabriel Almeida da Silva³ (2020)

A construção de hidrelétricas tem sido o maior fator de desorganização dos povos ribeirinhos. A formação de lago é invasiva das suas terras de vazantes e, quando ocorre, sempre é um fator de expulsão involuntária, sendo a retirada forçada pelo enchimento do lago. Dessa forma, os modos de vida ribeirinhos têm sido alterados pelo impacto da fronteira técnica do capital para a produção de energia com as construções de usinas hidrelétricas (UHE), no rio Tocantins. O avanço da fronteira da agroenergia no cerrado tocantinense se intensificou nos anos 2000, período que coincide com o início das construções, no estado, de

³ Graduando em Geografia, bolsista da Iniciação Científica - PIBIC/UFT. Membro no laboratório GEADH - Grupo de Estudos Agrários e Ciências Humanas. A arte da Figura 1 foi realizada no dia 21 de maio 2020 e feita com tinta guache e giz de cera.

hidrelétricas no rio Tocantins, que já totalizam quatro usinas em funcionamento: a UHE Estreito, a UHE Luís Eduardo Magalhães – Lajeado, a UHE São Salvador e a UHE Peixe-Angical. Os lagos daí resultantes submergiram os territórios dos ribeirinhos, sujeitos tocaninenses e maranhenses ou migrantes de outros estados (BRITO, 2018).

Focamos a análise na Usina Hidrelétrica Estreito, que foi inaugurada em 2012 no norte do Tocantins e sul do Maranhão, concretizando um projeto do Plano Decenal de Expansão e Oferta de Energia Elétrica (2000 a 2009) do Governo Federal e a UHE Estreito. Em julho de 2002, as comunidades ribeirinhas começaram a ser notificadas da construção da obra e convidadas para audiência. A vida na ilha começou a ficar incerta (ENTREVISTADO 04, Assentamento Mirindiba, fev. 2020). Em dezembro de 2006, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) emitiu a licença para a construção da obra e, em junho de 2007, oficialmente, a hidrelétrica começou a ser construída. A construção ficou a cargo do Consórcio Estreito Energia (CESTE) – formado pela Suez Energy International (Estados Unidos), Vale (Brasil), BHP Billiton Metais (Anglo-Australiana), Alcoa (Brasil) e Camargo Corrêa Energia (Brasil) (CESTE, 2016).

Os ribeirinhos começaram a se organizar em busca de garantias de direito ao território. Conforme entrevistada 03 (Assentamento Mirindiba, mar. 2020), uma forma de resistir à construção da usina foi fazer uma marcha de ribeirinhos até a cidade de Estreito - MA, buscando romper os isolamentos impostos pelas autoridades locais e regionais. O canteiro de obras gerado pela hidrelétrica invisibilizou os ribeirinhos, que passaram a ser empecilhos para o “progresso” e para a modernização do território. Houve uma propagação de informações por parte de políticos e empresários locais quanto à importância da obra na geração de emprego e no desenvolvimento local, principalmente articulado com um discurso da soberania energética para alavancar uma industrialização da região. Tais discursos surgiram rapidamente para blindar a política contrária à construção de barragem e, na rapidez que eles surgiram, desapareceram, sem deixar uma esperança para a população da concretização de tais benefícios (BRITO, 2018).

Em dezembro de 2010, o lago começou a encher e todas as 74 famílias já estavam retiradas das suas propriedades. “Eles chegaram e disseram que era pra eu sair. Quando vi queria me tirar a força, eu exigi que mandassem barcos para me buscar. Tirei tudo que podia, até os pedaços de madeira” (informação verbal)⁴. Com o enchimento do lago inundando as terras, não havia mais como resistir,

⁴ Informação verbal fornecida pelo Entrevistado 04, no Assentamento Mirindiba, em fevereiro de 2020.

apenas assistir à formação do lago. O ribeirão pescador que permanecesse nas margens do lago precisava interromper o seu trabalho por algum tempo, devido à toxicidade das águas em materiais decompostos. Para os expulsos das margens do lago, a vida precisava ser reinventada em lugares longínquos, como no assentamento Mirindiba, distante 107 km das margens do lago.

Com o lago formado em outubro de 2012, a então presidente da República, Dilma Rousseff, acionou simbolicamente a oitava unidade geradora e inaugurou a UHE Estreito, que passou a operar com a capacidade de 1.087 MW. Para o Brasil foi a disponibilidade de mais energia produzida; para os ribeirinhos foi uma drástica mudança de vida.

3 NO ASSENTAMENTO MIRINDIBA

As resistências ribeirinhas de lutas pelo direito de sobrevivência e ao território produziram uma conquista da terra ao invés de apenas uma carta de crédito oferecida pelo CESTE. Segundo a entrevistada 03 (Assentamento Mirindiba, mar. 2020), era preciso garantir que não ficariam fora da terra e a única forma seria por um assentamento ribeirão. Houve resistência do grupo CESTE em aceitar a proposta demandada, que impôs limites, como a apresentação de possível terra à venda. Os próprios ribeirinhos buscaram apresentar a indicação de possível terra para a aquisição, intermediando uma negociação entre o fazendeiro e o CESTE. A fazenda era denominada de Mirindiba e estava na microbacia hidrográfica do ribeirão Gurgueia, afluente do rio Lontra, distante 7 km da rodovia Belém-Brasília e cerca de 40 km do centro da cidade de Araguaína. O assentamento foi constituído por 18 famílias em 04 de agosto de 2010 (COSTA, 2019).

Trata-se de um terreno de chapada em área de transição cerrado/floresta amazônica. Há pequenas quantidades de manchas de latossolos e domínio de argissolos, conforme observação em campo e apresenta uma área de cobertura secundária com formação de pastos para a pecuária bovina, com algumas áreas preservadas de floresta ombrófila aberta. Entre as glebas, um pequeno córrego intermitente drena as terras do assentamento. Para o abastecimento das casas são utilizados poços artesianos e caixas d'água.

Os ribeirinhos assentados têm uma diversidade nas suas plantações, de mandioca à abóbora, cultivam nas suas roças de toco uma variedade de alimentos, que servem para as suas dietas alimentares. Eles também cultivam plantas medicinais, como o mastruz, hortelã e sabugueiro. Os saberes dos povos tradicionais são ricos em conhecimento das plantas e as suas eficácias contra doenças. Para Costa (2019),

Faz parte da natureza do campesinato a variedade na produção; mesmo quando está submetida às normas do mercado, a unidade familiar busca produzir em menor quantidade produtos que, teoricamente, deveriam ser buscados no mercado. Um camponês relatou que até mesmo o adubo ele evita comprar, pois utiliza os dejetos do gado como fertilizante; fato raro, pois na maioria das propriedades o uso de intensivos é baseado na compra de químicos encontrados na cidade (COSTA, 2019, p. 119 - 120).

Para o autor supracitado, as formas de produção no assentamento dos ribeirinhos são camponesas. O trabalho é focado na suficiência alimentar, realizado por membros da família e por atividades remuneradas e de mutirão entre eles. Devido à demanda por insumos e técnicas para a produção agrícola, é observável uma diferença entre plantações e diversidades de culturas nas roças/lavouras. Para Costa (2019, p. 116), “Se na ilha o adubo era proporcionado pelos ciclos da natureza, sobretudo pelas cheias do rio Tocantins que proporcionava a acumulação de húmus; agora é necessária a utilização de elementos químicos que precisam ser adquiridos no mercado”.

Quanto à criação de animais, a maioria cria galinhas soltas nos quintais e um assentado já trabalha assessorado pela Agência de Defesa Agropecuária (ADAPEC) e Universidade Federal do Tocantins (UFT) no aprimoramento das técnicas da avicultura. Para o Entrevistado 04 (Assentamento Mirindiba, fev. 2020), houve treinamento com os assentados pelo órgão estadual e federal para a criação de aves. Essas informações fizeram com que ele construísse um galpão para instalar o galinheiro com chocadeiras, com ambientes de criação, recriação e terminação, em um manguezal para o crescimento livre do frango. Os frangos e as galinhas são vendidos em feiras de Araguaína ou direto para abatedouros municipais.

Os criatórios de bovinos e suínos são para atender as próprias necessidades no consumo de carne e na venda do leite para redes de laticínios de Araguaína. A maioria desses assentados utiliza a carne de porco e a sua banha na culinária. Isso se deve, a não disponibilidade do azeite de coco Babaçu, uma vez que a referida palmeira é escassa na área do assentamento.

Foi descrito pelos assentados que a produção no assentamento entra na lógica do mercado e são fiscalizados. Há uma exigência de vacinar o gado, de prestação de contas do rebanho. Para a entrevistada 03, esse é um fator de insegurança.

Só em você pensar que você vai lá na ADAPEC, nós têm, num sei quantas galinha, nós cria. Já num é mais nossa. Já num tem mais direito. Quantas galinha? Quantos pinto nasce num ano? Tudo hoje tem um controle. Então, pra nós foi a pior coisa por quê lá não tinha controle. O controle era nós que fazia, de num devorar as coisas, num devastar, num desmatar, num pegar o peixe pra destruir. Pegar só o tantim de comer, de você num

matar caça pra você vender, se matar você come. Então tudo lá era regrado, tudo era cuidado. Agora não, como num tem, quando vai é pegar tudo de uma vez, senão o outro vem e já toma. Até na alimentação você não tem sossego. Não tem o controle. A sua tranquilidade de que isso aqui é meu e ninguém num meche. Lá no rio era de todo mundo, nós todos mundo usava, tinha cuidado, o controle, pegava os peixe pra vender mais dizia: óia! Vou levar só esse tanto. Hoje não, você tem que pegar pra comer, pra vender, pra derramar, porque senão num vem mais (informação verbal)⁵.

O mundo no assentamento é diferente na produção e na distribuição. Para os produtores de leite e mandioca, é preciso se submeter aos arranjos territoriais no controle de empresas, que dominam o monopólio do leite, no preço tabelado, na qualidade exigida. Na produção de mandioca e dos seus derivados há uma lógica de venda, apesar de alguns desses assentados estarem com venda direta em feiras de Araguaína, mas o preço é determinado pelo mercado.

Para Garzon e Silva (2019), a forma como as populações ribeirinhas são retiradas dos seus mundos, principalmente por construções de hidrelétricas e na orientação das hidrovias, dificulta os seus modos de existência. Para os autores, esses sujeitos ficam às margens de uma sobrevivência, como ribeirinhos pelo fato de terem sido expulsos do rio ou mesmo de não terem acesso ao lago para pescar, plantar ou navegar.

4 RESSIGNIFICANDO O MUNDO: UMA TÁBUA DE LAVAR ROUPA, UMA REDE E UM TANQUE DE CRIAR PEIXES

O mundo do rio cheio de mistérios, encantos e nostalgia se acabou. Distante 8 0km do rio Tocantins, que agora é um lago, os ribeirinhos tiveram que se adaptar em um assentamento na chapada drenada por pequenos córregos. O mundo das águas foi trocado por terras secas na serra do Estrondo, forçando adaptações até então não conhecidas pelos ribeirinhos. “Nos primeiros anos vieram uns agrônomos aqui nos ensinar plantar arroz, e não é que deu muito arroz? Mas, depois, não conseguimos nada mais na colheita” (informação verbal)⁶, afirmou o entrevistado 04 se referindo aos primeiros anos de vida no assentamento. O tempo do trabalho e da vida no assentamento, apesar de ainda ser dominado pela dinâmica do clima tropical (Aw), tem outro comando que não mais é o rio e as suas cheias e secas, é o da fertilização química do solo e das chuvas sobre a chapada.

⁵ Informação verbal fornecida pela Entrevistada 03, no Assentamento Mirindiba, em março de 2020.

⁶ Informação verbal fornecida pelo Entrevistado 04, no Assentamento Mirindiba, em fevereiro de 2020.

Para Bonnemaïson (1987, 2012), os homens constroem geossímbolos, que podem ser uma pedra de primeira aparição que determina um lugar de encontro do homem com a terra, ou um lugar de ritual onde os homens e mulheres dançam e tomam cava (uma bebida aborígene de Vanuatu – Oceania). Em parte, esses são lugares fixos, na compreensão do território como solo; em outro entendimento, do território como instância. A contribuição, principalmente, dos olhares do autor sobre “Tana”, é que os lugares estão nos sentidos dados pelas pessoas nas experiências com o espaço. Holzer (2019) afirma que o lugar não é sinônimo de local; ele é vivido, é vivenciado.

As vivências dos sujeitos no rio Tocantins e na ilha de São José fizeram com que sujeitos, uma vez removidos e de forma lenta no tempo, pois consideramos que as incertezas da habitação na ilha vieram ainda em 2002 nas primeiras notificações e se alongou até 2010 com o enchimento do lago da UHE Estreito, tivessem um sentimento de perda gradativa do seu território. Então, ainda em 2002, eles passaram a lutar pelos seus direitos ao uso do território: “Fomos até Estreito numa marcha buscar nossos direitos” (informação verbal)⁷. Essa era uma forma de resistir contra a investida do Estado e das empresas sobre a tomada dos seus territórios. De certa maneira, essa resistência fez com que se aumentasse o apego ao lugar. Houve o reconhecimento do território como espaço de vida e compreensão de que, se perde o território, pode-se perder a existência, como afirmou Bonnemaïson (1986).

Na ilha, o território era uma ancestralidade dos sujeitos e isso denotava segurança na posse e no documento de registro da terra. No assentamento, a própria posse gera medo: “ainda hoje tem isso, só em saber que ela é uma empresa que nunca deu o documento, aí a gente tem exatamente porque a terra não é nossa, a terra não é nossa” (informação verbal)⁸. Para esses sujeitos, se com a posse foram expulsos de suas terras, sem o documento no assentamento tudo é incerto. Estamos tratando, nessa construção, da ideia de que há territórios e, segundo Haesbaert (1995), ao mesmo tempo em que há uma desterritorialização ocorre uma reterritorialização, na qual são os indivíduos que se desterritorializam e constroem novos territórios.

Na organização da produção no uso do solo e na articulação política com novos atores como as universidades e a Agência de Defesa Agropecuária do Tocantins (ADAPEC), os ribeirinhos construíram novas redes e tessituras, na medida que determinam os lugares, o poder e as ações dos sujeitos no assentamento.

⁷ Informação verbal fornecida pela Entrevistada 03, no Assentamento Mirindiba, em março de 2020.

⁸ Informação verbal fornecida pela Entrevistada 03, no Assentamento Mirindiba, em março de 2020.

Na busca por encontrar símbolos que lhes dão um sentido de “identidade de permanência” (BRITO, 2016), alguns objetos são possuidores de sentido pelos sujeitos. Segundo Bonnemaïson (2012, p. 292):

Os símbolos ganham maior força e realce quando se encarnam em lugares. O espaço cultural é um espaço geossimbólico, carregado de afetividade e significações: em sua expressão mais forte, torna-se território-santuário, isto é, um espaço de comunhão com um conjunto de signos e de valores.

O autor ressalta os geossímbolos como lugares de representação, que podem ser um jardim sagrado ou mesmo os itinerários dos povos dos mares e das florestas. Há uma busca por sentido de um lugar nos fatos marcantes, como a dança embaixo de uma árvore ou mesmo o rochedo de orientação. Foi nessa perspectiva que identificamos os sentidos atribuídos ao rio Tocantins, em que os assentados passaram a representar seu território.

Os ribeirinhos assentados buscaram dar continuidade às suas atividades com a terra, adaptando-se a uma nova lógica do trabalho com o solo (COSTA, 2019). Esses também trouxeram objetos de representação do rio Tocantins ou das suas lidas: uma tábua de pequizeiro com a forquilha de aroeira, uma rede de pesca e um tanque de peixe.

No leito de um córrego intermitente, uma tábua chama atenção de quem passa na estrada. Com 3 metros de extensão por 50 centímetros de largura de madeira Jatobá, é utilizada por dona Maria da Ilha para lavar roupa (Figura 2).

Figura 2 - Tábua de Jatobá utilizada para lavar roupas no Assentamento Mirindiba



Foto: Autores (set. 2019 e fev. 2020)⁹

A prática de lavar roupa nos rios é muito utilizada por mulheres tocantinenses. Sousa (2019, p. 15) afirma que:

⁹ As fotos foram tiradas em setembro de 2019 e em fevereiro de 2020. Trata-se de um córrego intermitente, chamado pelos moradores de grota.

Não se pode negar que as lavadeiras são mulheres de sorte, pois elas têm o privilégio de lavarem roupas em meio à natureza e, enquanto trabalham, podem ver barcos passando no meio do rio, pescadores que também servem de companhia para elas, diferentes espécies de aves à procura de peixes e passeando em meio à mata, às margens do rio [...].

No Tocantins, essas mulheres são chamadas de lavadeiras de roupa; na maioria das vezes não fazem com fim econômico, mas como afazeres domésticos. Ao longo do rio são vistas reunidas, lavando roupas nas margens do rio Tocantins ou Araguaia.

Em uma referência à tábua no assentamento, segundo a entrevista 03:

Aquela tábua é um retrato, eu trouxe da ilha. Eu trouxe a minha tábua do rio. Aquela é Jatobá. Aquela dali mesmo não era do rio porque a outra eu tirei, levei pra casa porque era pequena e eu tinha medo da água levar. Eu levei ela e coloquei como tampando o chiqueiro das galinhas. Aquela tábua me serviu pra muitas coisas e ela sempre vai ter utilidade. Coloquei ela ali e toda hora estou fechando os ninhos das galinhas. Aquela tábua que coloquei lá no córrego eu tirei aqui no Mirindiba mas fiz um retrato da outra pois tinha medo da água levar a que eu trouxe do rio. É um retrato da outra. Pra você ter uma ideia, eu trouxe a tábua e a *furquia* que a tábua estava. É minha *furquia*, eu vou levar. Ela é do tempo da minha vó essa *furquia*, de aroeira. Eu coloco ela de pé, ela representa aqui tudo que eu fazia (informação verbal)¹⁰.

O medo de perder a tábua de pequizeiro (Figura 3), que era herança da sua avó, levou dona Maria da Ilha a criar uma réplica, onde ela pode lavar as roupas. Mesmo com o córrego secando, ter a tábua ali é uma lembrança do rio.

Figura 3 - Tábua de pequizeiro e forquilha de aroeira, uma herança da família



Foto: Autores (fev. 2020)

¹⁰ Informação verbal fornecida pela Entrevistada 03, no Assentamento Mirindiba, em março de 2020.

Segundo a entrevistada 03, a tábua:

Leva sentimento e tristeza. Na mesma hora que fico alegre lá naquela tábua, eu fico triste, pois me leva a ver o que eu tinha lá no Tocantins, era o mundo de águas. Hoje me sinto como numa cacimba. Não sei se você sabe o que é? A cacimba era um local onde a gente abria um poço e botava a mandioca dentro de molho. A gente abria aquele poço daquele tamanho lá e botava mandioca pra amolecer, tirar a casca e ralar. Então ele me trazia o retrato de duas coisas, um que era um poço de botar mandioca e também aquela vida ali era nossa origem de lavar roupa. Tal ponto que eu até hoje nunca consigo lavar roupa em tanque, né. Agüinha da torneira. Eu boto uma tábua, boto uma bacia e ali eu lavo a roupa. É uma recordação e uma tristeza da vida que a gente tinha. Porque sempre dizia, lá tinha uma dificuldade, subir ladeira, descer ladeira, ir pro rio de canoa, pra Babaçulândia – 6 horas de barcos não é brincadeira, 12 horas de barco, aí era uma dificuldade a mais. Mas era uma tranquilidade, você tinha tudo isso por conta. Hoje aqui tem uma facilidade bastante, mas se torna uma dificuldade, pois nós não temos mais nosso rio, aquela alimentação que *nós tinha*, aquela praia que *nós brincava*, né; tem torneira, mas você não pode nem caminhar porque é uma torneira em cima da outra. Eu sempre considero que é uma vantagem e uma desvantagem (informação verbal)¹¹.

Lavar roupa na tábua no rio é uma cultura ribeirinha. Muitas lavadeiras acreditam que a roupa fica mais macia quando lavada nas águas do rio, outras acreditam que é um momento de socialização entre elas, sendo um vínculo de amizades pretéritas. Para outras, o trabalho é mais prazeroso nas margens do rio. No assentamento não há um agrupamento das mulheres para lavar roupa; a tábua representa apenas um passado da vida ribeirinha.

Contudo, não são apenas as mulheres que buscam nos objetos as permanências da vida ribeirinha. Os homens também buscam reconstruir as práticas ribeirinhas, principalmente a da pesca, seja ela na construção de um tanque para criatório dos peixes ou mesmo na fabricação e manutenção das redes de pesca (Figura 4).

¹¹ Informação verbal fornecida pela Entrevistada 03, no Assentamento Mirindiba, em março de 2020.

Figura 4 - Tarrafa de pescaria e um tanque de criação de peixes para o consumo



Foto: Autores (set. 2019 e fev. 2020)

Segundo a entrevistada 03, o seu filho trouxe as tarrafas de pescaria e fabrica, de vez em quando, redes para pescar, para não perder a tradição. A pescaria é uma diversão e, ao mesmo tempo, uma lembrança e ato de sobrevivência, uma forma de comer o peixe, uma carne apreciada pelos ribeirinhos.

Porque naquela Gurguéia ali de vez em quando tem água, aí vem o peixe ali. Aí eles fizeram. Aí eles vão lá, porque nas Gurguéia fica os peixes né? Aí no inverno às vezes cria água, aí os peixe sobe e, eles conseguem pegar o peixe, e também pra num acabar a tradição, porque pra ele foi a pior coisa do mundo foi ele ter saído de junto dos peixes, de junto das praias. Ele trouxe o pedaço de rede, de tarrafa, era uma lembrança dele, né? (informação verbal)¹².

Contudo, há os que buscam de forma mais aprimorada trazer o cotidiano do rio para a vida no assentamento. Para o entrevistado 04 (Assentamento Mirindiba, fev. 2020), ter um tanque de peixe é a possibilidade de comer um peixe fresco, pescado na hora, como fazia no rio. A entrevistada 03 (Assentamento Mirindiba, mar. 2020) afirma que, no rio, pegar o peixe era questão de necessidade: deu vontade de comer um peixe, pegava a vara ou tarrafa, descia para o rio e depois de 20 minutos retornava com os peixes para comer. Imitar a vida ribeirinha no assentamento é uma expressão de que a identidade ribeirinha ainda permanece viva nos indivíduos. É uma forma seletiva da apropriação da identidade, segundo Sciolla (2010).

¹² Informação verbal fornecida pela Entrevistada 03, no Assentamento Mirindiba, em março de 2020.

Entre histórias e territórios, esses sujeitos construíram as suas identidades ribeirinhas e buscaram uma permanência, ainda que fragilizada. O apego aos objetos e ao modo de vida é uma forma de preservar e lembrar o passado na ilha e resistir a uma imposição de mudança no espaço e tempo no assentamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ocupação das margens do rio Tocantins aconteceu há mais de dois séculos, incentivada por uma migração espontânea, dirigida ou direcionada. Esse talvez seja um caminho para se pensar as áreas de transição para além de apenas um contato entre biomas, mas também como espaço de fronteira do humano e do conflito. As águas, minérios e terras sempre foram alvos do capital na região e motivo de violência.

A vida ribeirinha na ilha de São José tinha uma temporalidade controlada pelo clima nas cheias e secas do rio. A plantação, a colheita, a pescaria e a navegação estavam, de certa maneira, ligadas à vida nos rios. A fertilização das terras era feita pelas cheias que depositavam húmus nas vazantes. A tradição de plantar, de navegar, de lidar com a natureza e dela extrair a sobrevivência era passada de pais para filhos.

A conquista do assentamento representou um não rompimento com a terra/solo, mas a desterritorialização dos indivíduos foi inevitável. Eles perderam os geossímbolos da ilha e buscam, em coisa como uma tábua ou mesmo pescar no ribeirão ou criar peixes, imitar a vida que já não existe mais e reconstruir novos signos no lugar. O território tem novos atores e é vigiado, densificado por técnicas e ciências. Já não são os saberes do cultivo em vazante que lhes proporcionam boas colheitas, mas o conhecimento de agrônomos no uso do solo de chapada e os saberes ribeirinhos que direcionam a plantação, o que nem sempre é uma troca de saber harmoniosa.

Compreendemos que a forma como esses sujeitos foram retirados das suas terras e a desterritorialização fortaleceram a identidade de resistência e, depois de 10 anos, há permanências do modo de vida ribeirinha: nas culturas que cultivam a terra, fazem redes, pescam e comem o peixe.

REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, A. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

AQUINO, N. A. A construção da Belém-Brasília e suas implicações no processo de urbanização do estado do Tocantins. *In*: GIRALDIN, O. (org.). **A (trans) formação histórica do Tocantins**. Goiânia: Editora UFG, 2002. p. 315-350.

BARBOSA, A. S.; GOMES, H.; TEIXEIRA NETO, A. **Geografia Goiás/ Tocantins**. 2. ed. Goiânia: Editora UFG, 2005.

BONNEMAISON, J. **L'Arbre et la Pirogue**: les fondements s'une identité territoire, histoire et société dans l'archipel de Vanuatu (Mélanésie). Paris: Éditions de L'ORSTOM, 1986.

BONNEMAISON, J. **Tanna**. Les fondements géographiques d'une identité: les Gens des lieux. Histoire et géosymboles d'une société enracinée. Paris: Orstom, 1987.

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. *In*: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (org.). **Geografia cultural**: uma antologia. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012. v. 2. p. 279-304.

BRITO, E. P. **O papel de Palmas na rede de integração regional**. 2009. 255 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2009.

BRITO, E. P. **Itinerários de uma identidade territorial na invenção do ser tocantinense**. Orientador: Maria Geralda de Almeida. 2016. 290 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

BRITO, E. P. Sobre os ribeirinhos tocantinenses: história e resistências. **Interespaço**: revista de geografia e interdisciplinaridade, São Luiz, v. 4, n. 14, p. 33, out. 2018.

BRITO, E. P.; SHIMASAKI, M. M. Territórios e identidades dos ribeirinhos pescadores vazanteiros do rio Araguaia em Araguatins, Tocantins, **Confins** [Online], n. 48, 19 dez. 2020. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/34236>. Acesso em: 01 mar. 2021.

CESTE. Histórico. **Consórcio Estreito Energia**. 2016. Disponível em: <http://uhe-estrito.com.br/institucional/historico.html>. Acesso em: 07 maio 2020.

CONCEIÇÃO, E. C. L.; BRITO, E. P. No itinerário da formação de Muricilândia-TO. **Geografia em Atos**, Presidente Prudente, v. 3, n. 10, p. 241-254, 1 abr. 2019.

COSTA, D. P. **Os camponeses da ilha de São José e a construção da Usina Hidroelétrica de Estreito**: da terra de trabalho ao território do devir. 2019. 144 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, 2019.

CUNHA, L. H. O. Significados múltiplos das águas. *In*: DIEGUES, A. C. (org.). **A imagem das águas**. São Paulo: Hucitec, 2000. p. 15-26.

DIEGUES, A. C. Água e cultura nas populações tradicionais brasileiras. *In*: ENCONTRO INTERNACIONAL: GOVERNANÇA DA ÁGUA, 1., 2007, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: NUPAUB, 2007. p. 01-10. Disponível em: <http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/simbolagua.pdf>. Acesso em: 11 maio 2020.

GARZON, L. F. N.; SILVA, D. S. Remanescentes ribeirinhos pós-hidroelétricas: difícil re-existência. **Boletim Observatório da Diversidade Cultural**, Belo Horizonte, v. 2, n. 82, p. 20-26, mar. 2019. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/333004883>. Acesso em: 08 maio 2020.

GOMES, H. **Introdução à geografia de Goiás**: a terra. São Paulo: s. n., 1966. 161 p.

HAESBAERT, R. “**Gaúchos**” no Nordeste: modernidade, des-territorialização e identidade. 1995. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

HOLZER, W. Lugar. **Geographia**, Niterói, v. 47, n. 21, p. 130-134, dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/40757/23468>. Acesso em: 12 maio 2020.

MACHADO, L. O. A fronteira agrícola na Amazônia brasileira. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, n. 54, p. 27-55, 1992. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?view=detalhes&id=7115>. Acesso em: 18 jan. 2013.

MARTINS, J. S. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 25-70, maio 1996.

PALACÍN, L.; MORAES, M. A. S. **História de Goiás (1722-1972)**. 6 ed. Goiânia: Editora da UCG, 2001.

ROLDÃO, A. F.; FERREIRA, V. O. Climatologia do Estado do Tocantins – Brasil. **Cadernos de Geografia**, Belo Horizonte, p. 1161-1181, nov. 2019. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/view/21629>. Acesso em: 21 abr. 2020.

SCIOLLA, L. **L'identità a più dimensioni**: il soggetto e la trasformazione dei legami sociali. Roma: Ediesse, 2010.

SILVA, G. O. Água, vida e pensamento: um estudo de cosmovisão entre trabalhadores da pesca: um estudo de cosmovisão entre trabalhadores da pesca. *In*: DIEGUES, A. C. **A imagem das águas**. São Paulo: Hucitec, 2000. p. 27-38.

SIOLI, H. 50 anos de pesquisas em limnologia na Amazônia. **Acta Amazônica**, Manaus, v. 36, n. 06, p. 287-298, ago. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aa/v36n3/v36n3a01.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2018.

SOUSA, C. S. **Mulheres que lavam no rio que enxágua**: a permanência das lavadeiras no rio Araguaia em Xambioá - TO. 32 f. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Curso de Geografia, Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2019.

TEIXEIRA NETO, A. O território goiano: formação e processo de povoamento e urbanização. *In*: ALMEIDA, M. G. A. (org.). **Abordagens geográficas de Goiás**: o natural e o social na contemporaneidade. Goiânia: Editora UFG, 2002. p. 9-31.

VALVERDE, O. **Estudos de geografia agrária brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1985.

VALVERDE, O.; DIAS, C. V. **A rodovia Belém-Brasília**: estudo de Geografia Regional. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia, 1967.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico rural participativo**: guia prático DRP. Brasília: MDA/Secretaria da Agricultura Familiar, 2006.

Texto submetido à Revista em 25.04.2020
Aceito para publicação em 15.03.2021



Panorama dos estudos sobre identidade de lugar

Overview of studies on place identity

Elisa Ferrari Justulin Zacarias - Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia (PPG-CASA), da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). E-mail: elisa.justulin@gmail.com

Maria Inês Gasparetto Higuchi - Doutora em Antropologia Social pela Brunel University of London (BRUNEL), Inglaterra. Pesquisadora do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA). Professora do PPG-CASA da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: higuchi.mig@gmail.com

Resumo

Neste artigo apresenta-se o estado da arte da literatura acadêmica acerca da pesquisa empírica denominada identidade de lugar. Fez-se um levantamento de estudos publicados nas seguintes bases de dados: Periódicos CAPES, *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e *ScienceDirect*, com a utilização dos descritores: identidade de lugar e *place identity*. Foram selecionadas 67 publicações que atendem aos critérios de inclusão. Os dados foram submetidos à análise descritiva, análise de correspondência e análise da estrutura de similaridade ou análise dos menores espaços e análise de conteúdo, o que possibilitou uma visão geral acerca das fontes selecionadas. Os temas que sintetizam a análise temática das fontes são: análise teórica e operacionalização do conceito; conceitos confluentes; implicações da identidade de lugar; operacionalização da identidade de lugar e variáveis que promovem implicações na identidade de lugar.

Palavras-chave

Identidade de lugar. Pesquisa empírica. Operacionalização conceitual. Revisão da literatura.

Abstract

This article presents the state of the art of academic literature on empirical research called place identity. This category, despite its origins in Environmental Psychology, is relevant in other areas to broaden an understanding of the person-environment relationship. A survey of studies published in the following databases was carried out: CAPES journals, *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) and *ScienceDirect*, by using the descriptors: place identity, both in English and Portuguese language. Sixty-seven publications met the proposed criteria. The data were submitted to descriptive analysis, Correspondence Analysis and Analysis of Similarity Structure or Analysis of Smaller Spaces (SSA) and Content Analysis. The results on the thematic analysis of the sources included: theoretical analysis and operationalization of the concept; confluent concepts; implications of place identity; operationalization of place identity and variables that promote implications for place identity.

Keywords

Place identity. Empirical research. Conceptual operationalization. Literature review.

INTRODUÇÃO

A crise ambiental que hoje preocupa grande parte do planeta não pode ser vista como um conjunto de problemas relacionados a recursos naturais ou construídos, mas como uma crise das pessoas-nos-ambientes (APA, 2009; PINHEIRO, 1997). O paradigma da sustentabilidade requer que avancemos em direção a outro modo de pensar e agir, diferente do que costumamos apresentar nessa modernidade líquida (BAUMAN, 2001), para um olhar de unificação do conhecimento (CAPRA, 2003), que permita diálogos de saberes (LEFF, 2006) para explicar os novos sentidos do mundo (MORIN, 2000).

Um ponto crucial que se deve destacar é o comportamento humano, uma vez que o ambiente é uma dimensão social. Por mais contraditória que esta afirmação possa parecer, o ser humano só o é, só se constitui como tal, se estiver inserido em um meio ambiente. Como seres humanos, nós vivemos em um ambiente, nós o influenciemos e o modificamos na medida em que ele nos modifica e nos influencia. O ambiente atua sobre o ser humano, que, por sua vez, age sobre os fatores ambientais que o determinam (FISCHER, 1994). Logo, não devemos considerar nem o indivíduo *per se*, nem o ambiente *per se*, como se fossem entes isolados. Essa coexistência está inexoravelmente presente, de modo manifesto ou implícito, objetiva e subjetivamente, na qual o comportamento humano se destaca nas mais variadas valências.

Ao longo da história humana, as pessoas foram estabelecendo espacialidades que abarcam socialidades do grupo social que as originou. O uso dos territórios, as dominâncias territoriais e a formação de lugares passaram a ser estudados como reveladores de aspectos psicossociais e culturais que constituíram os territórios e servem como base para reprodução e transformação ambiental. Dessa forma, compreender o comportamento humano nas suas mais diversas dimensões pode elucidar as relações com o ambiente (COLLADO *et al.*, 2015; COLLADO; EVANS; SORREL, 2017; GIFFORD, 2011; HAHN; GARRETTI, 2017; SCHULTZ; KAISER, 2012).

Os estudos sobre o comportamento humano no ambiente podem se ater à manifestação do comportamento em si, mas também a aspectos subjacentes que são constitutivos da pessoa, formados no decorrer da vida, e que acabam por estabelecer modos de pensar e agir nessa relação com o ambiente (MOSER, 2018). A relação pessoa-ambiente, portanto, se processa a partir da interação entre a subjetividade das pessoas e a objetividade do ambiente físico, caracterizando a especificidade do comportamento humano (ALBUQUERQUE, 2019).

Ao examinar o comportamento humano na relação com o ambiente é preciso destacar, entre tantos outros aspectos, a formação da pessoa ao longo de sua interação com os lugares habitados. O presente estudo problematiza a função do espaço físico constituído em lugar, onde o indivíduo finca suas raízes e que passa a ser um aspecto de sua identidade. A identidade de lugar (IdL), *place identity* em inglês, é um aspecto revelador do modo como a pessoa interage com o ambiente, uma vez que as pessoas tendem a adotar determinados comportamentos em função do lugar e dos indivíduos que ali estão (GOFFMAN, 1975).

A IdL é construída com base na relação pessoa-ambiente e abarca uma complexa rede tecida por ideias (consciente e inconscientes), crenças, sentimentos, valores, atitudes, objetivos e aptidões comportamentais (PROSHANSKY; FABIAN; KAMINOFF, 1983). Assim, a análise detalhada de como se estabelece a congruência pessoa-ambiente (ALBUQUERQUE, 2019) permite evidenciar a IdL, com a materialização desta última em ações de proteção ambiental.

A IdL é essencial na forma como o espaço físico é vivenciado e dotado de significado, e o espaço físico é revestido de significado por meio da IdL (GÜNTHER *et al.*, 2003; MOURÃO; CAVALCANTE, 2011). Além disso, deve-se destacar que, quanto mais a IdL for significativa, mais as pessoas tornam-se propensas à adoção de práticas de proteção e cuidado ambiental (PINHEIRO, 2019; SCANNELL; GIFFORD, 2010; UZZELL; POL; BADENES, 2002; VASKE; KOBRIN, 2001). Dessa forma, o estudo da IdL pode contribuir significativamente na proposição de intervenções que otimizem relações pessoa-ambiente mais sustentáveis desde a infância e, em última instância, na compreensão de aspectos da própria identidade da pessoa que resultam em interações com os outros seres humanos e não humanos.

Como construto teórico, a partir da constatação de Proshansky, Fabian e Kaminoff (1983), a IdL emerge, sobre o papel do ambiente físico, como um componente fundamental na elaboração da identidade pessoal e social. Os autores conceituam IdL como uma subestrutura da identidade pessoal, desenvolvida a partir da interação da pessoa com o entorno – tanto físico, como social. Contudo, pesquisas posteriores teceram muitas críticas a esse estudo seminal, especialmente, por se tratar de uma definição muito ampla e não apresentar nenhum dado empírico.

Twigger-Ross e Uzzell (1996) compactuam com Proshansky, Fabian e Kaminoff (1983) sobre a relevância do ambiente físico na construção da identidade, aspecto até então negligenciado. Todavia, divergem quanto à perspectiva de que a IdL seja uma subestrutura da identidade, o que suscita a hipótese de dois aspectos atrelados à identidade. Tal dicotomia acarreta um

distanciamento do conceito em si, ressaltando a discussão de que, em relação à identidade, prevaleceria o aspecto social ou de lugar.

Twigger-Ross e Uzzell (1996) superam tal contradição ao postular que todos os aspectos da identidade têm implicações, em maior ou menor extensão, relacionada ao lugar. A concepção de IdL desenvolvida por Twigger-Ross e Uzzell (1996) destaca os significados e a função emocional dos lugares, o que possibilita explorar a construção da IdL a partir de dados empíricos. Um ponto pertinente ressaltado pelos autores é a constatação de que o indivíduo se torna mais identificado com um lugar à medida que sua pertença a esse lugar permita que ele seja socialmente diferente e valorizado.

Nota-se, na literatura que trata sobre questões ambientais, que a IdL vem sendo usada como um conceito importante que abrange um campo amplo e com diferentes perspectivas, não apenas nas definições teóricas, mas também nas abordagens metodológicas empregadas. Além disso, diversos perfis amostrais entram em cena, da mesma forma que uma multiplicidade de ambientes analisados. Essas nuances ainda não totalmente organizadas, asseveram a carência de estudos acerca da operacionalização do conceito que embasa tal construto no debate da própria sustentabilidade ambiental.

Ao esclarecer as diferentes perspectivas teóricas e metodológicas sobre a IdL, o presente estudo contribui para a busca de um melhor entendimento sobre como esse construto teórico é realizado nas mais diversas localidades e enriquece o percurso de construção do conhecimento para substantivar questões relativas à proteção e cuidado ambiental. A pesquisa realizada para este estudo configura-se como do tipo estado do conhecimento, também denominado estado da arte sobre os estudos empíricos de IdL. Esse tipo de pesquisa é relevante para apreender o conhecimento produzido acerca de determinado assunto, os enfoques empregados, temas mais pesquisados e as lacunas existentes (OLIVEIRA; SEVERO; PUJOL, 2019; ROMANOWSKI; ENS, 2006).

1 PERCURSO METODOLÓGICO

Inicialmente foi realizado um levantamento de estudos publicados nas seguintes bases de dados: Periódicos CAPES, *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e *ScienceDirect*, com a utilização dos seguintes descritores: identidade de lugar e *place identity*. Nesta busca foram identificados 90 artigos. Em seguida foram desconsideradas as pesquisas cujo enfoque era de discussão teórica, isto é, aquelas que continham apenas a definição do conceito, o que resultou em 71 artigos. Dentro desse conjunto, foram adotados como critérios de exclusão:

a) trabalhos que empregaram imagens como objeto de estudo; e b) trabalhos que não continham os termos de busca no título ou no resumo ou, ainda, nas palavras-chave. Desse modo, 67 publicações perfizeram o *corpus* analítico da pesquisa realizada neste estudo.

Em um primeiro momento, os dados foram submetidos à análise descritiva, a fim de caracterizar a produção quanto ao ano de produção, ao país em que o estudo foi realizado, ao tipo de ambiente analisado, ao perfil da amostra, a técnicas de pesquisa empregadas e ao objetivo principal do estudo. Para investigar a relação entre variáveis categóricas, foi empregada a análise de correspondência. Esse tipo de análise possibilita efetivar um mapeamento perceptual, no qual as categorias são evidenciadas no espaço multidimensional (mapa perceptual) e cuja proximidade entre os pontos demonstra a associação presente entre as categorias (HAIR *et al.*, 2009). Embora útil para representar similaridades entre categorias em um mapa perceptual, a análise de correspondência restringe a escrutinação da relação entre mais de duas variáveis, pois essa técnica pode ser aplicada somente para tabelas de contingência de duas variáveis categóricas não métricas (HAIR *et al.*, 2009).

Deste modo, para verificar a relação entre mais variáveis, os dados foram analisados por meio da análise da estrutura de similaridade ou análise dos menores espaços (SSA – *similarity structure analysis* ou *smallest space analysis*). A SSA deve ser analisada tendo como base a proximidade entre os pontos, o que indica variáveis altamente correlacionadas. Assim, quanto mais distante os pontos, menor a correlação entre as variáveis (ROAZZI, 1995; ROAZZI; DIAS, 2001; ZACARIAS, 2018). Essas informações possibilitaram uma visão geral acerca das fontes selecionadas. As análises estatísticas foram realizadas por meio do programa *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), versão 21.

Subsequentemente, efetuou-se uma análise de conteúdo temática (BARDIN, 2016) para elucidar os principais temas abordados nos textos analisados, temas estes que se tornaram unidades de codificação. Essa técnica permite desvelar o que está sendo dito a respeito de um determinado tema (COUTINHO, 2011). A técnica de análise de conteúdo fundamenta-se em três etapas: a) pré-análise; b) exploração do material; e c) tratamento dos dados e interpretação.

A fase da pré-análise caracterizou-se pela constituição do *corpus* de análise, ou seja, a organização do material a ser trabalhado. Em seguida, procedeu-se à leitura flutuante para apropriação do texto. Durante a exploração do material, ocorreu a codificação do material em unidades de significação, o que resultou em categorias, permitindo a classificação dos conteúdos. Finalmente, na etapa de tratamento dos dados e interpretação, realizou-se a contagem de unidades em uma determinada categoria (BARDIN, 2016; MACIEL; MELO, 2011).

2 RESULTADOS

É importante ressaltar que, por se tratar de uma pesquisa do tipo estado do conhecimento, o propósito é apresentar os enfoques utilizados, as principais temáticas e as lacunas. Os resultados e a discussão foram divididos nas seguintes seções: Caracterização das fontes e Análise temática.

Dentre as publicações, 21,1% foram classificadas como artigos teóricos, isto é, estudos cujo foco é o debate conceitual acerca de IdL, e 78,9% como artigos empíricos, ou seja, pesquisas cuja operacionalização, de acordo com a perspectiva teórica adotada para o estudo, seguiu linguagens diferenciadas de técnicas (entrevista, escalas, fotografias, desenhos etc.) e, conseqüentemente, suas respectivas formas de análise.

No decorrer da década de 1980, houve um equilíbrio entre publicações teóricas e empíricas (Tabela 1). Afinal, foi no ano de 1983 que Proshansky, Fabian e Kaminoff (1983) protagonizaram a publicação de estudo seminal sobre o conceito de IdL. Já na década de 1990, observou-se a preocupação em operacionalizar o conceito, o que levou ao aumento de estudos empíricos. A partir do ano 2000, notou-se um crescimento vertiginoso de pesquisas empíricas sobre IdL.

Embora a IdL seja cada vez mais objeto de interesse científico, suas diferentes perspectivas teóricas e formas de operacionalização possibilitam diferentes modos de uso desse conceito para outras áreas de conhecimento. Para além da área ambiental, há estudos que buscam demonstrar como a IdL é capaz de influenciar consumidores e fortalecer empresas (FOROUDI *et al.*, 2020; ROSENBAUM; MONTROYA, 2007). A IdL também tem sido muito explorada em projetos de habitação e reconstrução para tomada de decisões de planejamento e *design* (GUSTAVSSON; ELANDER, 2016; HULL IV; LAM; VIGO, 1994).

Tabela 1 - Classificação dos estudos sobre identidade de lugar (IdL)

Perfil do artigo	Década de publicação				Total
	1980-1989	1990-1999	2000-2009	2010-2020	
Empírico	2	7	21	41	71
Teórico	3	2	7	7	19
Total	5	9	28	48	90

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2020.

2.1 CARACTERIZAÇÃO DAS FONTES

Dentre os 67 textos analisados, 94% eram artigos científicos, 3% teses e 3% dissertações. As publicações foram agrupadas de acordo com o continente em cujos países ocorreram os estudos. Constatou-se que a maioria dos estudos sobre IdL foi produzida na Europa (50,7%). Já América do Sul (14,9%), Ásia (13,4%) e América do Norte (11,9%) apareceram com média de produção similar. A Oceania teve o menor índice de pesquisas (7,5%). Apenas 1,5% das pesquisas realizaram estudos intercontinentais.

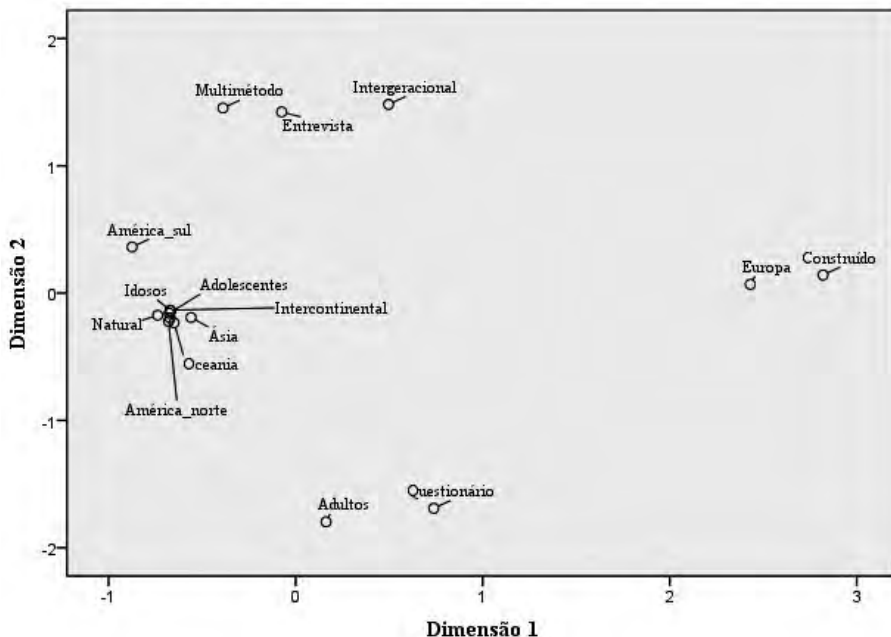
Destacam-se as seguintes técnicas de pesquisa empregadas nos estudos analisados: questionários, entrevistas e multimétodos. Questionários podem ser definidos como um instrumento de coleta de dados, composto de uma série de perguntas que são respondidas pelo informante, sem a necessidade de interagir com o pesquisador. Já a entrevista é uma técnica de coleta de dados que se caracteriza pela interação social, pelo diálogo entre o pesquisador e o pesquisado (GERHARDT; SILVEIRA, 2009; GIL, 1999).

Por sua vez, o uso de dois ou mais métodos de pesquisa para estudar o mesmo fenômeno é identificado como abordagem multimétodos, também conhecida como triangulação metodológica ou *mixed methods* (GOLDENBERG, 2007; GÜNTHER; ELALI; PINHEIRO, 2011). Os dados revelaram que, nos estudos examinados, os questionários predominaram como técnica de coleta de dados (37,3%). Em seguida verificou-se o uso da abordagem multimétodos (32,8%) e, por fim, entrevistas (29,9%). Na análise dos instrumentos de pesquisa usados pelos estudos, constatou-se a inserção de uma pluralidade de escalas sociais elaboradas para mensurar a IdL. É importante ressaltar que, dentre os estudos examinados, a escala de IdL desenvolvida por Hernández *et al.* (2007), que contempla também fatores de apego ao lugar, foi empregada em 10,4% das pesquisas.

Observou-se ainda uma diversidade de ambientes onde foram realizados os estudos, sendo que 73,1% das pesquisas foram conduzidas com base em ambientes construídos, 14,9% em ambientes naturais e 11,9% em ambientes mistos (nesse caso, foram considerados estudos cuja coleta de dados ocorreu tanto em ambiente natural, quanto em ambiente construído). No tocante ao perfil da amostra, 44,8% das publicações dedicaram-se aos estudos com adultos; 3% com adolescentes; 1,5% com idosos; 40,3% optaram por uma amostra intergeracional; e 10,4% não caracterizou a amostra pesquisada.

A fim de estabelecer associação entre o tipo de ambiente estudado e o continente de procedência da investigação, os dados foram submetidos à SSA (Figura 1).

Figura 1 - Projeção da SSA das publicações sobre identidade de lugar (IdL)



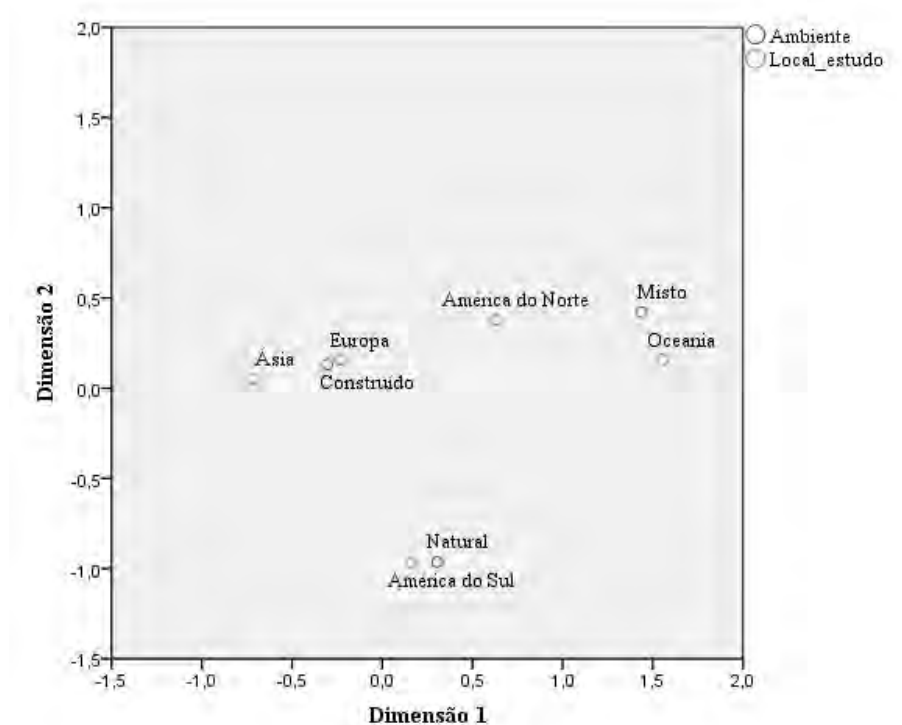
Fonte: Elaborado pelas autoras, 2020.

Os índices de ajuste da SSA (Stress: ,18405 e RSQ: ,89396) mostraram-se satisfatórios. A SSA deve ser analisada a partir da proximidade entre os pontos, o que indica similaridade entre eles, ou seja, dois pontos representados próximos indicam variáveis altamente correlacionadas de forma positiva, indicando “regiões de contiguidade” ou “regiões de descontinuidade”. Assim, quanto mais distantes os pontos, menor a correlação entre as variáveis (ROAZZI, 1995; ROAZZI; DIAS, 2001).

Conforme a projeção da SSA, é possível observar que alguns itens se encontram próximos uns dos outros e altamente relacionados entre si. Do mesmo modo, há itens mais distantes entre si, revelando menor correlação entre as variáveis. Dessa forma, os estudos realizados em países europeus estão relacionados ao ambiente construído. O uso da entrevista e da abordagem multimétodos como técnica de coleta de dados destacou-se nos estudos cujo perfil da amostra foi intergeracional. Por sua vez, o uso de questionários estava relacionado às pesquisas que possuíam adultos como perfil da amostra. As pesquisas conduzidas em ambiente natural e misto e com adolescentes e idosos foram características de trabalhos realizados na América do Sul, na América do Norte, na Oceania e na Ásia e de trabalhos intercontinentais.

Com o intuito de explorar a associação entre duas categorias, foi empregada a análise de correspondência. Essa técnica foi útil para visualizar associações mais relevantes entre as categorias. O mapeamento perceptual gerado com base na relação das variáveis “ambiente” e “local em que foi realizado o estudo” permitiu identificar tendências de similaridades entre os dados (Figura 2).

Figura 2 - Análise de correspondência entre o tipo de ambiente e o local de estudo



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2020.

Verificou-se forte associação entre os estudos realizados tanto na Europa, quanto na Ásia e que tiveram como foco os ambientes construídos. Observou-se que a preocupação em investigar a IdL em ambientes naturais se fez mais presente nas pesquisas levadas a cabo na América do Sul. Por outro lado, as pesquisas realizadas na América do Norte e na Oceania penderam para o desenvolvimento de estudos de IdL com população proveniente de ambientes mistos.

2.2 ANÁLISE TEMÁTICA

Com base nas fontes examinadas, foi possível categorizar os principais temas abordados nos estudos sobre IdL: a) Análise teórica e operacionalização do conceito; b) Conceitos confluentes; c) Implicações da IdL; d) Operacionalização da IdL; e e) Variáveis que promovem implicações na IdL.

A categoria “Análise teórica e operacionalização do conceito” abarcou estudos que apresentaram análise sistemática das tradições teóricas sobre IdL e operacionalização do conceito. As pesquisas que exploraram a relação convergente entre IdL e conceitos correlatos foram alocadas na categoria “Conceitos confluentes”. A categoria “Implicações da IdL” contemplou as pesquisas dedicadas ao exame dos efeitos da IdL em atitudes e percepções dos participantes. As pesquisas cujo objetivo era explicar o processo de construção ou mensuração da IdL foram agrupadas na categoria “Operacionalização da IdL”. Finalmente, a categoria “Variáveis que promovem implicações na IdL” abrangeu os estudos que ressaltaram o modo como algumas variáveis são capazes de promover implicações na IdL (Tabela 3).

Tabela 3 - Distribuição da frequência das categorias temáticas

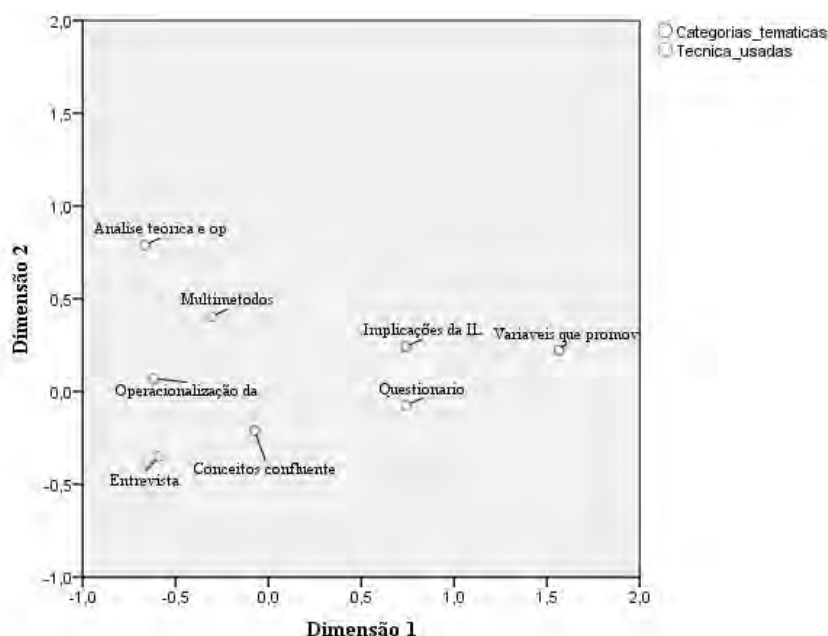
Categorias temáticas	Frequência	%
Conceitos confluentes	39	58,2
Operacionalização da IdL	10	14,9
Implicações da IdL	7	10,4
Análise teórica e operacionalização do conceito	6	9
Variáveis que promovem implicações na IdL	5	7,5
Total	67	100

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2020.

Verificou-se que mais da metade dos estudos analisados foram classificados como “Conceitos confluentes” (58,2%), o que denotou a intersecção entre o construto de IdL e outros conceitos para apreender o comportamento humano. Dentre os conceitos atrelados à IdL estavam: apego ao lugar, identificação com o lugar, apropriação do espaço e identidade social. A temática “Operacionalização da IdL” (14,9%) foi a segunda mais abordada entre as pesquisas analisadas, seguida por “Implicações na IdL” (10,4%), “Análise teórica e operacionalização do conceito” (9%) e “Variáveis que promovem implicações na IdL” (7,5%).

A análise de correspondências entre as categorias temáticas e outras variáveis desvelaram algumas tendências expressivas, dentre elas a associação com o tipo de técnica de coleta de dados empregada (Figura 3).

Figura 3 - Análise de correspondência entre categorias temáticas e técnicas de pesquisa



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2020.

Legenda:

Análise teórica e op - Análise teórica e operacionalização do conceito

Implicações da IdL - Implicações na IdL

Operacionalização da - Operacionalização da IdL

Variáveis que promovem - Variáveis que promovem implicações na IdL

Conceitos confluentes - Conceitos confluentes

Notou-se que os estudos alocados nas categorias “Conceitos confluentes”, “Operacionalização da IdL” e “Análise teórica e operacionalização do conceito” estavam associados ao emprego de entrevista e abordagem multimétodos como instrumentos de coleta de dados. Já as categorias temáticas “Implicações na IdL” e “Variáveis que promovem implicações na IdL” estavam associadas ao uso do questionário para coleta de dados.

3 DISCUSSÃO

A análise dos trabalhos publicados sobre IdL revelou tratar-se de um amplo campo de estudo, com diferentes abordagens, o que permitiu constatar a grande variedade de pesquisas que podem ser desenvolvidas, seja em relação

aos participantes, seja em relação aos tipos de ambiente, seja em relação aos diferentes temas elencados, contribuindo para o aprofundamento de indagações que circundam o conceito de IdL e suas possibilidades de entendimento acerca das relações pessoa-ambiente.

Efetuar o estado do conhecimento sobre a IdL permitiu apreender que mais da metade das publicações versam sobre conceitos confluentes. Pelo que foi encontrado, observou-se que questões relativas à análise teórica e operacionalização do conceito, implicações da IdL, operacionalização da IdL e variáveis que promovem implicações na IdL foram timidamente abordadas. Contudo, esses temas são de extrema relevância para melhor compreensão do conceito de IdL, bem como, dos fatores que contribuem para estruturá-la.

Contemporaneamente, mais da metade da população mundial reside em cidades, o que justifica o elevado número de estudos realizados em ambientes construídos (73,1%). Entretanto, é essencial aprofundar os estudos e pesquisas em ambientes naturais, a fim de desvelar aspectos a serem preservados ou ressaltados. Afinal, quanto mais significativa a IdL, mais as pessoas se tornam favoráveis à adoção de práticas de preservação e cuidado ambiental.

De acordo com o que foi encontrado e analisado, foi possível inferir a escassez de estudos com adolescentes e a ausência de estudos sobre IdL com crianças. Embora as crianças e os adolescentes estabeleçam relações entre si, com adultos e com o ambiente em que vivem, é importante compreender esse processo de IdL nesses ciclos da vida. Tais relações reverberam no estilo de vida adotado na fase adulta. Assim, estudos detalhados sobre o ambiente em que tais atores estão inseridos enriquecerão, sobremaneira, o entendimento e a operacionalização do conceito de IdL e sua utilização em uma diversidade de cenários de acontecimentos socioambientais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A IdL é um elemento sinalizador da forma de comportamentos adotados em função do lugar e dos indivíduos que ali estão, portanto os estudos com foco nesse construto têm muito a contribuir na problematização da relação pessoa-ambiente. Notadamente, o momento atual é um cenário propício, em que muitas pessoas se sensibilizam com as questões ambientais e mostram-se dispostas a alterar seu comportamento em prol do ambiente, quanto mais significativa a IdL for, mais as pessoas tornam-se sensibilizadas e favoráveis à adoção de práticas de preservação e cuidado ambiental.

Além disso, estudos nesse âmbito podem trazer contribuições relevantes para compreender o contexto dos acontecimentos socioambientais atuais. O

planeta vivencia um momento marcado pela crise aguda decorrente da epidemia do coronavírus, cujos efeitos se materializam em crises tanto no sistema de saúde quanto no econômico. Esse flagelo tem como origem a crise ambiental, pois as alterações ambientais promovidas pelos seres humanos, em especial a mudança climática e a perda da biodiversidade, são elementos determinantes para a eclosão de doenças provenientes de animais silvestres.

Doenças como a Covid-19 são causadas por vírus oriundos da vida selvagem e de animais domésticos que acabam infectando os seres humanos. Entretanto, as pandemias são causadas por atividades que promovem contato direto e, com frequência, conflituoso entre pessoas e animais – que carregam tais patógenos. Portanto, ecossistemas em equilíbrio e preservados são essenciais para dinâmica e controle de doenças e infecções transmitidas por vetores.

Conforme mencionado, a crise ambiental desencadeia inúmeras outras crises, que demandam da ciência diferentes modos de reflexão e ação para seu enfrentamento. O conceito *One World, One Health*, proposto pela Organização Mundial da Saúde (OMS), agrega políticas de saúde humana, animal e ambiental. É uma abordagem que visa manter a integridade do ecossistema em benefício humano e da biodiversidade que dá suporte às condições de vida. Dessa forma, a IdL tem muito a contribuir por promover a compreensão do comportamento humano em suas mais diversas dimensões e, assim, elucidar as relações humanas com o ambiente, bem como as interações dos seres humanos entre si.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, D. S. **A congruência entre a pessoa e o ambiente residencial na perspectiva de crianças e idosos**. 2019. Tese (Doutorado em Psicologia) Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

APA. Psychology & global climate change: addressing multifaceted phenomenon and set of challenges. **American Psychological Association**, [S. l.], 2009. Disponível em: <https://www.apa.org/science/about/publications/climate-change>. Acesso em: 01 abr. 2021.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

CAPRA, F. **Conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável**. São Paulo: Editora Cultrix, 2003.

- COLLADO, S. *et al.* The role played by age on children's pro-ecological behaviors: An exploratory analysis. **Journal of Environmental Psychology**, New York, v. 44, p. 85-94, 2015.
- COLLADO, S.; EVANS, G. W.; SORREL, M. A. The role of parents and best friends in children's pro-environmentalism: differences according to age and gender. **Journal of Environmental Psychology**, New York, v. 54, p. 27-37, 2017.
- COUTINHO, M. P. L. Análise de conteúdo: breve histórico, conceitos e aplicabilidade. *In*: COUTINHO, M. P. L.; SARAIVA, E. R. DE A. (ed.). **Métodos de pesquisa em psicologia social: perspectivas qualitativas e quantitativas**. João Pessoa: Editora Universitária, 2011. p. 17-66.
- FISCHER, G. **Psicologia social do ambiente**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.
- FOROUDI, M. M. *et al.* Explicating place identity attitudes, place architecture attitudes, and identification triad theory. **Journal of Business Research**, [S. l.], v. 109, p. 321-336, 2020.
- GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- GIFFORD, R. The dragons of inaction: psychological barriers that limit climate change mitigation and adaptation. **American Psychologist**, [S. l.], v. 66, p. 290-302, 2011.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GOFFMAN, E. **Representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1975.
- GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- GÜNTHER, H.; ELALI, G. A.; PINHEIRO, J. Q. Multimétodos. *In*: CAVALCANTE, S.; ELALI, G. A. (ed.). **Temas básicos em psicologia ambiental**. Rio de Janeiro: Vozes, 2011. p. 239-249.
- GÜNTHER, I. A. *et al.* Lugares favoritos de adolescentes no Distrito Federal. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 8, n. 2, p. 299-308, 2003.
- GUSTAVSSON, E.; ELANDER, I. Sustainability potential of a redevelopment initiative in Swedish public housing: The ambiguous role of residents' participation and place identity. **Progress in Planning**, [S. l.], v. 103, p. 1-25, 2016.
- HAHN, E. R.; GARRETT, M. K. Preschoolers' moral judgments of environmental harm and the influence of perspective taking. **Journal of Environmental Psychology**, New York, n. 53, p. 11-19, 2017.

- HAIR, J. F. *et al.* **Análise multivariada de dados**. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.
- HERNÁNDEZ, B. *et al.* Place attachment and place identity in natives and non-natives. **Journal of Environmental Psychology**, New York, v. 27, n. 4, p. 310-319, 2007.
- HULL IV, R. B.; LAM, M.; VIGO, G. Place identity: symbols of self in the urban fabric. **Landscape and Urban Planning**, [S. l.], v. 28, n. 2-3, p. 109-120, 1994.
- LEFF, E. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. Tradução Luis Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- MACIEL, S. C.; MELO, J. R. F. DE. O uso da entrevista e da análise de conteúdo em pesquisas qualitativas. *In*: COUTINHO, M. P. L.; SARAIVA, E. R. A. (ed.). **Métodos de pesquisa em psicologia social: perspectivas qualitativas e quantitativas**. João Pessoa: Editora Universitária, 2011. p. 175-204.
- MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2000.
- MOSER, G. **Introdução à psicologia ambiental: pessoa e ambiente**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2018.
- MOURÃO, A. R. T.; CAVALCANTE, S. Identidade de lugar. *In*: CAVALCANTE, S.; ELALI, G. (org.). **Temas básicos em psicologia ambiental**. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2011, p. 208-216.
- OLIVEIRA, V. M. F.; SEVERO, B. A.; PUJOL, M. S. O panorama das produções científicas sobre as contribuições das ocupações estudantis à gestão universitária democrática. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 21, p. 194-209, 2019.
- PINHEIRO, J. Q. Psicologia ambiental: a busca de um ambiente melhor. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 2, n. 2, p. 377-398, 1997.
- PINHEIRO, L. V. S. **Rompendo cercas, construindo saberes: trabalho agroecológico, vivência e (re)significações nas relações com o lugar**. 2019. Tese (Doutorado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.
- PROSHANSKY, H. M.; FABIAN, A. K.; KAMINOFF, R. Place-identity: physical world socialization of the self. **Journal of Environmental Psychology**, New York, v. 3, n. 1, p. 57-83, 1983.
- ROAZZI, A. Categorização, formação de conceitos e processos de construção de mundo: Procedimento de classificações múltiplas para o estudo de sistemas conceituais e sua forma de análise através de métodos de análise multidimensionais. **Cadernos de Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 1, p. 1-27, 1995.

ROAZZI, A.; DIAS, M. G. B. B. Teoria das facetas e avaliação na pesquisa social transcultural: Explorações no estudo do juízo moral. *In*: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA–13A REGIÃO PB/RN (ed.) **A diversidade da avaliação psicológica: considerações teóricas e práticas**. João Pessoa: Ideia Editora, 2001. p. 157-190.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, 2006.

ROSENBAUM, M. S.; MONTOYA, D. Y. Am I welcome here? Exploring how ethnic consumers assess their place identity. **Journal of Business Research**, [S. l.], v. 60, n. 3, p. 206-214, 2007.

SCANNELL, L.; GIFFORD, R. The relations between natural and civic place attachment and pro-environmental behavior. **Journal of Environmental Psychology**, New York, v. 30, n. 3, p. 289-297, 2010.

SCHULTZ, P. W.; KAISER, F. G. Promoting pro-environmental Behavior. *In*: CLAYTON, S. D. (ed.). **The oxford handbook of environmental and conservation psychology**. New York: Oxford University Press, 2012. p. 556-580.

TWIGGER ROSS, C.; UZZELL, D. Place and identity processes. **Journal of Environmental Psychology**, New York, v. 16, p. 205-220, 1996.

UZZELL, D.; POL, E.; BADENES, D. Place identification, social cohesion and environmental sustainability. **Environment and Behavior**, [S. l.], n. 34, p. 26-53, 2002.

VASKE, J. J.; KOBRIN, K. C. Place attachment and environmentally responsible behavior. **The Journal of Environmental Education**, [S. l.], v. 32, n. 4, p. 16-21, 2001.

ZACARIAS, E. F. J. **Vínculo com a natureza em pais-mães e suas implicações no comportamento parental**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) – Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018.

Texto submetido à Revista em 15.04.2020
Aceito para publicação em 22.03.2021



Plantas alimentícias não convencionais em Belém, Pará: conhecimento, usos e segurança alimentar

Non-conventional food plants in Belém, Pará: knowledge, uses and food security

Délio Reis Matos de Aquino - Mestre em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professor de História e Estudos Amazônicos na EEEFM Mário Barbosa. E-mail: delio_reis@yahoo.com.br

Maria do Socorro Almeida Flores - Doutora em Direitos Humanos e Meio Ambiente, pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Pesquisadora e Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia (PPGEDAM) do Núcleo de Meio Ambiente (NUMA) da UFPA. E-mail: saflores@ufpa.br

Resumo

A pesquisa situa-se no contexto das plantas alimentícias não convencionais (PANC) e tem como objetivo principal observar os conhecimentos e o uso destas plantas como alimento na cidade de Belém-PA, especificamente no bairro da Terra Firme, onde se fez um levantamento no ambiente da Escola Estadual “Mário Barbosa”. A pesquisa básica, qualitativa e descritiva foi realizada no período entre os meses de novembro de 2017 até novembro de 2019. Faz referência à segurança alimentar, apontando para uma possível aplicabilidade futura como instrumento para o desenvolvimento local e que também contribua para a sustentabilidade da diversidade vegetal. Inclui importante literatura científica referente aos conhecimentos históricos e culturais dessas plantas, assim como em outras áreas de conhecimento a exemplo da botânica, biologia, agricultura e demais competências acadêmicas que possibilitam saberes, os quais legitimam o uso destas plantas como alimento.

Palavras-chave

Plantas alimentícias não convencionais. Desenvolvimento Local. Diversidade vegetal. Segurança alimentar.

Abstract

The research is located in the context of unconventional food plants (PANC) and its main objective is to observe the knowledge and use of these plants as food in the city of Belém-PA, specifically in the Terra Firme neighborhood, where a survey was carried out in the environment of the State School “Mário Barbosa”. Basic, qualitative and descriptive research was carried out between November 2017 and November 2019. It refers to food security, pointing to a possible future applicability as an instrument for local development and that also contributes to the sustainability of diversity vegetable. It includes important scientific literature regarding the historical and cultural knowledge of these plants, as well as in other areas of knowledge such as botany, biology, agriculture and other academic skills that enable knowledge, which legitimize the use of these plants as food.

Keywords

Unconventional food plants. Local development. Vegetable diversity. Food security.

INTRODUÇÃO

As duas primeiras décadas deste século evidenciam um contexto de enorme inquietação quanto às questões referentes às dimensões físico-químicas que compõem o macro sistema do ambiente biosférico do planeta Terra. Um reflexo bastante realista desse axioma sobre a qualidade socioambiental contemporânea e a busca por soluções estão muito bem exemplificados nos 17 objetivos da Agenda 2030, que é fruto do trabalho conjunto de governos e cidadãos de todo o mundo para criar um novo paradigma mundial e acabar com a pobreza, promover a prosperidade e o bem-viver de todos (AGENDA 2030, 2015).

Nesse contexto, os estudos sobre as Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC) propõem mais uma alternativa extrativa e agriculturável à margem do sistema econômico ortodoxo do agronegócio. Enquanto as PANC fazem parte de uma oferta potencial de alimentos de pelo menos 30 mil plantas diferentes no mundo, “o agronegócio capitalista limita 50% das calorias consumidas no mundo a no máximo quatro espécies de plantas e 90% dos alimentos consumidos vêm de somente 20 tipos de plantas” (KELEN, 2015, p. 8).

As plantas alimentícias utilizadas em comunidades, regiões ou países, mas que não são conhecidas pelas grandes populações locais e mundiais, receberam em cada cultura e em diversos contextos históricos, várias denominações, especialmente nos momentos de grande dificuldade para encontrar alimentos como, por exemplo: períodos de grandes guerras ou mudanças climáticas que atingiram violentamente a organização produtiva de vegetais que já estavam domesticados, reconhecidos e arraigados na agricultura das populações em vários lugares do planeta.

A Fitoalimurgia, vocábulo cunhado no Século XVIII em um período de escassez de alimento, deriva de três palavras gregas *phyto* = planta; *alimos* = que sacia e *ergon* = trabalho ou atividade, para significar o estudo das plantas com fins de alimentar as pessoas colhendo o que a natureza oferece. Termo retomado no Século XX no primeiro pós-guerra, quando a busca por alimentos foi primordial e a natureza supriu essa necessidade. Atualmente, significa também redescobrir e respeitar tudo aquilo que nos circunda (KINUPP, 2014, p. 15).

Portanto, justifica-se o conhecimento sobre as PANC como uma contribuição para demonstrar como muitas plantas conceituadas como daninhas, viabilizam aumentar a variedade de produtos no mercado e contribuir para a qualidade nutricional, ampliação da diversidade de alimentos produzidos em âmbito local e contribuir com alimentação saudável e adequada da Merenda Escolar nos ambientes de escolas públicas do Estado do Pará, atendendo aos

objetivos propostos na Lei Federal nº 11.947/2009 (BRASIL, 2009), que instituiu o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (BRASIL, 1988).

O conhecimento e o uso das PANC serão, portanto, objeto de análise do presente estudo, em Belém-PA, especificamente no ambiente da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio (E.E.E.F.M.) “Mário Barbosa”, localizada, no bairro da Terra Firme, no Distrito Administrativo do Guamá – DAGUA, um dos mais pobres e violentos da cidade de Belém (LARRAT, 2013). Inaugurada em 1994, a escola agrega no seu quadro discente crianças e jovens residentes do próprio bairro e da comunidade Nossa Senhora dos Navegantes, localizada na bacia do Rio Aurá. A maioria das famílias tem renda mensal baseada em um salário-mínimo e muitas possuem renda abaixo desses proventos, portanto o Programa Nacional de Merenda Escolar é de extrema importância para a maioria dos discentes.

As instalações da escola estão estabelecidas em um terreno com mais de 12.850² (PIMENTEL, 2015), com muitas áreas livres, onde se desenvolvem plantas cultivadas e plantas espontâneas. As espontâneas em sua resiliência vencem ano a ano as diversas roçagens executadas periodicamente pela gestão, no entanto desde março de 2018 se executa o manejo das Plantas Alimentícias Não Convencionais, uma vez que vem sendo reconhecida sua importância como recurso natural fundamental e como estratégia para alcançar melhor qualidade nutricional dos discentes.

A partir dessas evidências se estabeleceu como objetivo geral deste estudo realizar o levantamento das Plantas Alimentícias Não Convencionais presentes no ambiente da E.E.E.F.M. “Mário Barbosa” sob a ótica dos saberes locais, dos conhecimentos científicos, usos, qualidades alimentícias e nutricionais desses vegetais.

Os objetivos específicos delineados na pesquisa se pautaram em identificar as PANC e suas qualidades nutricionais no ambiente da referida escola e em seu entorno; observar a interação (conhecimentos, usos) da comunidade escolar com as PANC, no contexto do ambiente educacional formal e informal desenvolvidos na E.E.E.F.M. “Mário Barbosa”; propor uma experiência de manejo e cultivo das PANC nos diversos ambientes livres da instituição de ensino para o uso e consumo via merenda escolar.

Para alcançar as metas do primeiro objetivo específico realizou-se uma revisão da bibliografia referente às PANC, quando se executou o exame e análise de trabalhos de monografias, dissertações, teses, artigos, guias e livros sobre a diversidade de plantas alimentícias e suas qualidades nutricionais no Brasil e na Amazônia, dentre os estudiosos no assunto figuram nessa lista: Aquino (2017),

Brasil (2010a, 2015), Cavalcante (2010), Duarte (2017), Dia de campo... (2018), Kinupp (2007, 2009, 2014), Lisboa (2009) e Pesce (2009), além de consultas da produção acadêmica de especialistas biólogos, botânicos e taxonomistas.

As fontes documentais sobre o assunto foram pesquisadas em instituições como Embrapa, INPA e Museu Paraense Emílio Goeldi, apenas neste último, foi realizada pesquisa presencial na Estação Científica Ferreira Pena. Nas demais instituições a coleta de dados foi realizada a partir dos bancos de dados disponíveis na internet.

Para o trabalho de campo foi utilizado como ferramenta metodológica o método de observação a partir do caminhamento como propõe Duarte (2017), que consiste em percorrer uma determinada área urbana ou não urbana com o objetivo de identificar espécies, até que não sejam encontradas novas espécies naquela área de estudo, empregando um levantamento do trajeto percorrido. O método escolhido visou o reconhecimento das espécies classificadas como PANC, elaboração de uma lista de espécies encontradas na área de estudo, bem como posterior análise dos dados.

O caminhamento se realizou entre os meses de novembro de 2017 a novembro de 2019, nos mais de 12.850² que formam o ambiente da escola e nas ruas do seu entorno. De acordo com o método adotado anotou-se o nome popular das espécies, produziu-se fotografias e vídeos com um aparelho celular Samsung S7. Para alcançar as metas do segundo e terceiro objetivos específicos foi utilizado o método da Observação Participante fundamentado em Malinowski (1978), Severino (2016), além de Ezpeleta e Rockwell (1989).

Na Observação Participante, inaugurada pelo antropólogo Bronislaw Kasper Malinowski a partir de sua convivência com os nativos de Mailu e demais tribos da Nova Guiné, os quais participavam do Kula, um sistema de troca comercial intertribal consiste, antes de tudo, em uma convivência prolongada com os sujeitos estudados no processo de pesquisa. No caso de Malinowski (1978) o objetivo era observar, entender, analisar e produzir conhecimento científico abrangendo com profundidade todos os aspectos antropológicos próprios daquelas tribos: a língua, organização social, economia, religiosidade, constituição familiar, o sistema alimentar e todas as dimensões concernentes à cultura como propõe Brandão (2009).

1 REVISITANDO AS PANC

O estudo sobre as PANC tem relevância histórica tanto para o estudo do passado e principalmente para a história contemporânea do Brasil. D'Abbeville

(1874), D'Évreux (2007), Fernandes (2016), Gândavo (2004), Lopes (2017), Souza (2000) e Veríssimo (2013) são importantes referências sobre os estudos do início da invasão europeia sobre os territórios indígenas a partir do século XVI, quando confirmam a opulenta biodiversidade de plantas alimentícias conhecidas, manejadas e cultivadas pelos povos indígenas.

Nesse sentido, o estudo das PANC além de contribuir para *decolonizar* o pensamento, promover e dinamizar a convivência simultânea de saberes como propõe Walsh (2009), superar a monocultura do saber como postula Santos (2006) e combater o analfabetismo botânico conforme Kinupp (2009) se apresenta como uma alternativa à margem do sistema econômico hegemônico, para auxiliar no combate à fome, à desnutrição e também à dependência que atualmente muitos agricultores brasileiros vivenciam em relação às grandes corporações que já privatizaram, controlam a produção e o comércio de semente de muitas plantas, hoje, classificadas como convencionais, o que força a dependência dos produtores em relação a essas corporações (ARDISSONE *et al.*, 2009).

Enquanto essa agricultura hegemônica é imposta na história agrônômica da maioria dos países na atualidade, as PANC que em sua grande maioria são espontâneas, de pujante resiliência, se oferecem como recursos naturais pelas calçadas, sarjetas, terrenos baldios, quintais, passíveis de domesticação (ARRUDA, 1999), onde, no mínimo, os habitantes de uma comunidade ou os discentes do ensino básico de um educandário podem obter gratuitamente, as sementes e/ou as mudas necessárias para iniciar e dinamizar o cultivo ou manejo em espaços livres (AQUINO, 2020), fora dos ambientes profundamente antropizados nos quais essas plantas se reproduzem na realidade urbanística de Belém, o que liberaria também, as condições iniciais para a busca por segurança e soberania alimentar dos sujeitos históricos envolvidos no processo da pesquisa e da possível aplicabilidade dos resultados (AQUINO, 2017).

O lugar de nascimento de qualquer sujeito histórico, seus atributos e elementos constituintes da sua natureza, sobretudo quando os direitos humanos e direitos fundamentais são respeitados, se engendra na singularidade irreduzível do indivíduo (BOFF, 2012, p. 157), compondo um sentido benéfico nas dimensões do corpo, da memória e da cultura, como apregoa Brandão (2009), por toda a história socioambiental deste. A partir da educação formal e informal esses conhecimentos sobre o cultivo e manejo das PANC poderão ser replicados junto aos familiares dos discentes contribuindo também para a sustentabilidade, o amparo e a conservação da biodiversidade vegetal da Amazônia.

Portanto, o escopo deste trabalho abaliza a finalidade de combater o desconhecimento botânico e se propõe servir como estratégia eficaz para

contribuir com a busca da segurança e soberania alimentar no contexto da sociedade belenense, visto que as PANC já estão presentes na organização de novos assentamentos como se observou em acampamentos de camponeses do MST no Estado do Rio Grande do Sul, que passaram a coletar várias dessas plantas às margens das estradas, jardins e nos quintais (MOLDELSK, 2015), e também como insumos da alta gastronomia em cidades brasileiras, a exemplo de Manaus (JORNAL DIÁRIO DO AMAZONAS, 2016), Porto Alegre (RESTAURANTE..., 2017), Rio de Janeiro e São Paulo (FRANÇA, 2017), e aí se indica os diferentes potenciais desse recurso natural.

Também pode ser pensada como uma ferramenta para a sustentabilidade da diversidade vegetal que promova a compreensão mais eficaz do uso das PANC, o que poderá fortalecer a produção econômica da cidade de Belém, no sentido que essas plantas podem aumentar a oferta mais plural de alimentos, por conseguinte promover, diversificar melhorar a qualidade nutricional e a saúde da população (AQUINO, 2017).

As PANC possibilitam o acesso às mudas e sementes, motivam o aprendizado de cultivo e manejo desses vegetais, podem gerar excedentes para a comercialização, ampliam a visão de segurança e soberania alimentar e articulam a convivência positiva com um simultâneo de culturas no cotidiano das comunidades apontando para a promoção do desenvolvimento local (EPAGRI, 2020) e do bem-viver destas (ALCANTARA; SAMPAIO, 2017).

Segundo o Professor Dr. Valdely Kinupp as PANC, ainda que denominadas “daninhas” ou “inços” silvestres possuem importante relevância ecológica possuindo partes comestíveis e utilizadas na alimentação humana (KINUPP, 2007, p. 29), portanto podem ser categorizadas como recursos naturais no sentido proposto por Fenzl (1998) podendo contribuir com grande potencial para o desenvolvimento local, no sentido de garantir a produção de alimentos para a família, aumentar a renda com os excedentes, promover maior diversidade de produtos alimentícios, assim como melhorar a qualidade nutricional e por consequência a saúde dos consumidores (KINUPP, 2014).

Fica definido como desenvolvimento local, o que apresenta a Agenda 2030 no seu objetivo 3 (três) que propõe a eliminação da pobreza e da fome no Planeta, o combate às desigualdades entre os países, a edificação de sociedades pacíficas, justas e inclusivas, a proteção dos direitos humanos, a igualdade de gênero com força para as mulheres e meninas, assegurar a permanente proteção dos recursos naturais da Terra. Bem como promover as condições para um aumento da sustentabilidade econômica, ambiental e socialmente inclusiva com a prosperidade compartilhada e trabalho digno para todos, considerando

os diferentes níveis de desenvolvimento e capacidades dos países (AGENDA 2030, 2015, p. 3).

A produção de alimentos neste momento da história da humanidade é suficiente para alimentar a todos (COGGIOLA, 2010; DUARTE, 2017; REVISTA KATÁLYSIS, 2014), no entanto é impactante o número de pessoas que não possuem segurança alimentar e por consequência 42,5 milhões de pessoas conviveram com o problema da fome na América Latina e no Caribe em 2018 (A FOME..., 2019).

As projeções da FAO indicam uma população em crescimento até 2050, em um cenário no qual as mudanças climáticas possuem impacto negativo sobre a produção alimentícia (DUARTE, 2017, p. 29), evidenciando as contradições da produção de alimentos no macrossistema hegemônico da contemporaneidade.

No Brasil a instituição da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), a Lei Federal n.º 11.346/2006 (BRASIL, 2006), regulamentada pelo Decreto Federal n.º 7.272/2010 (BRASIL, 2010b), representa um marco fundamental na luta nacional contra a fome, pois através dela criou-se o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), que busca promover condições para a formulação da Política e do Plano Nacional na área de segurança e soberania alimentar, que tem como fundamento desenvolver diretrizes e metas, além de captar recursos e fomentar instrumentos de avaliação e monitoramento em um conjunto de ações e programas integrados, inter-relacionando diferentes setores do Estado, governos e a sociedade, com o objetivo de garantir alimentação regular e de qualidade para toda a sociedade brasileira (AQUINO, 2017).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), instituído pela Lei Federal n.º 11.947/2009 (BRASIL, 2009), também se concilia com a riqueza nutricional, o desenvolvimento espontâneo, produção orgânica e a possibilidade de desenvolvimento sustentável que as PANC promovem além de contribuir com a sustentabilidade da diversidade vegetal local, especialmente se associada com produtores familiares rurais e com a cultura das comunidades locais quando dispõe sobre suas diretrizes sobre o emprego da alimentação saudável e adequada (BRASIL, 1988).

No âmbito local, desde a década de 1990, já estava prevista uma Política de Abastecimento Alimentar inserida no 1º Plano Diretor do Município de Belém – Lei Municipal n.º 7.603, de 13 de janeiro de 1993 (BELÉM, 1993). Para assegurar e atender as necessidades nutricionais dos seus habitantes, em especial os de baixa renda. Na contramão dos princípios, objetivos e políticas da legislação sobre segurança alimentar no nosso país o Instituto Brasileiro de

Geografia e Estatística (IBGE) (RENAUX, 2018) anuncia que mais de ¼ da população brasileira está abaixo da linha da pobreza, em 2017.

Somado a estas realidades temos o desperdício alimentar ocasionado por fatores distintos em países desenvolvidos e em desenvolvimento. “Nos países em desenvolvimento, o desperdício dá-se pela falta de infraestrutura, ausência de tecnologia no armazenamento e transportes, técnicas de cultivo” (DUARTE, 2017, p. 29). É no bojo desse contexto que o professor Dr. Valdely Kinupp inicia os estudos sobre as Plantas Alimentícias Não Convencionais em 1997, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com a pesquisa de sua tese de doutorado.

Instituições com excelência na produção científica sobre os vegetais alimentícios a exemplo da FAPEG (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás) e da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) que, em 2018 realizou o II Encontro Nacional de Hortaliças não Convencionais com o objetivo de desenvolver um foco maior em agricultura urbana, mas também com o propósito de aproximar agricultores e consumidores das Hortaliças Não Convencionais (HortPANC). Dessa vez, além da zona rural, espaços urbanos como praças, lajes e escolas também receberam oficinas com as hortaliças que fazem parte do grupo das PANC. Assim como propôs aproximar profissionais de diferentes setores relacionados às “hortaliças não convencionais – produtores, pesquisadores, nutricionistas, médicos, chefs de cozinha – para favorecer a realização de ações que promovam o cultivo e o consumo dessas espécies pela população” (DIA DE CAMPO..., 2018, p. 1).

A diversidade desses vegetais no Município de Belém Pará, o conhecimento e uso de várias espécies de plantas, assim como outras desta mesma classificação que ainda não faziam parte da alimentação dos belenenses, evidenciando a importância das PANC como elementos estratégicos do contingente de recursos naturais alimentícios e as perspectivas dessas plantas nas dimensões de estratégia e instrumentos para o desenvolvimento local e a sustentabilidade da diversidade vegetal. Foi registrada em 2017 no estudo sobre plantas alimentícias não convencionais no contexto da educação ambiental, realizado na comunidade Nossa Senhora dos Navegantes (Ilha da Várzea do Rio Aurá), no município de Belém (AQUINO, 2017).

Outros marcos teóricos importantes para os estudos de plantas alimentícias na Amazônia estão embasados nas obras clássicas de Cavalcante (2010), Lisboa (2009) e Pesce (2009), além de literaturas específicas relacionadas à história da alimentação e história das agriculturas embasadas nas obras de Flandrin (2015) e Mazoyer (2010).

2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A E.E.E.F.M. “Mário Barbosa”, instituição educacional pública estadual, que segundo Pimentel (2015) foi construída em amplo terreno retangular de aproximadamente 12.850m², espaço onde se executou a Observação Participante, se delineou saber com acuidade à interação das pessoas que compõem a comunidade escolar e as plantas alimentícias, em geral 18 plantas, das quais 15 são classificadas como PANC por Kinupp (2014) e especificamente o conhecimento e o uso das PANC pelos comunitários. A interação com a referida comunidade escolar já se estende por 22 anos e a Observação Participante está em processo desde 2016.

A Observação Participante se realizou primeiro a partir das plantas convencionais, a exemplo da Manga Bacuri, (*Mangifera indica* L.), quando na safra de 2018 se mobilizou setores da comunidade escolar para ter o máximo controle sobre o período em que os frutos já poderiam ser consumidos até a sua plena maturação. Os setores participantes foram: a Direção e Vice-direção, Corpo Técnico Pedagógico, inspetores de pátio, pessoal de apoio (limpeza e arrumação), pessoal da portaria e segurança, cozinheiros e professores.

Todos agiam nos três turnos no sentido em manter a permanência dos frutos até o período apropriado da colheita. Quando os frutos foram colhidos se ofereceu para os servidores de todos os seguimentos participantes e para os estudantes dos ensinos fundamental e médio. A receptividade foi positiva entre as pessoas de todos os setores observados.

Além da Manga bacuri mais dois vegetais convencionais foram produzidos no ambiente da escola com o conceito de “experimento”, para oportunizar outros momentos da Observação Participante. Os vegetais escolhidos foram a couve-manteiga (*Brassica oleracea*) e o quiabo (*Abelmoschus esculentus*).

Quinze estudantes do ensino fundamental aceitaram participar de todo o processo produtivo. Observou-se que mesmo antes da maturação das folhas de couve as cozinheiras iam até o ambiente do experimento e as colhiam, é fundamental informar que não foram pré-anunciadas regras no sentido de colher ou não colher os produtos. Observou-se também a colheita dos quiabos pelas cozinheiras. Quanto aos estudantes apenas três aceitaram levar couves e quiabos para suas residências, assim como um professor e uma vice-diretora.

Outros vegetais convencionais observados foram o Taperebá (*Spondias mombin* L.) e o Coco Amarelo (*Cocos nucifera*). No período em que os taperebás estão maduros e caindo, mesmo em ambiente sem roçagem, pessoas de todos os setores da comunidade escolar se encaminham até o local e coletam os frutos.

Seis estudantes do ensino médio foram observados subindo na árvore para coletar os frutos.

O único pé de coqueiro existente no ambiente da escola está plantado no terreno próximo aos fundos da Sala de Professores. Os vidros das janelas estão protegidos por películas escuras e é possível observar com tranquilidade os estudantes que colhem os frutos. Depois que os cocos são retirados da palmeira, acomoda-os nas mochilas escolares e os carregaram para fora do ambiente escolar aparentemente sem nenhuma autorização ou controle institucional.

Quanto as 15 Plantas Alimentícias Não Convencionais presentes no terreno do educandário somente se observou a utilização do Jamelão ou Jambolão (em Belém nomeado ameixa e no Oeste do Pará azeitona) (*Syzygium jambolanum*), da Caapeba da Amazônia ou Malvarisco (*Pothomorphe peltata* (L.) Miq.) e do Caruru de Soldado (*Amaranthus spinosus*), por pessoas que interagem na ambiência da instituição de ensino. Existem no local dois exemplares de Jamelão, apenas um, no entanto, já está produzindo frutos. Quando alguns frutos já estiverem maduros a frequência de estudantes e professores será constante e a quantidade de frutos produzidos, muito inferior em relação às pessoas que querem consumi-los.

As folhas das Caapebas da Amazônia que estão sendo manejadas desde janeiro de 2018 foram solicitadas por um senhor que trabalha no setor de apoio, para serem utilizadas na cura de um parente acometido de erisipela. Questionado sobre o porquê do uso, afirmou que “morava no interior e lá aprendeu que o malvaíscos cura erisipela” (informação verbal)¹.

Quanto à planta Caruru de Soldado, um senhor que trabalha na portaria a cultiva no quintal da sua casa, no bairro da Terra Firme, para uso alimentício e declarou conhecer o vegetal como alimento a partir dos hábitos alimentares de um amigo residente em área rural. Dois pais de alunos declaram conhecer o uso pelos seus pais e avós, mas que na atualidade não fazem nenhum uso desta planta.

As demais PANC que se desenvolvem nos terrenos da instituição de ensino não foram utilizadas nem mencionadas por nenhum dos sujeitos que vivenciam o espaço socioambiental escolar. Os estudantes de uma turma de ensino médio observando um professor fazer a degustação das flores do Ipê rosa, degustaram-nas *in natura*, no entanto durante o período de floração não se observou nenhuma outra pessoa do convívio escolar se interessar pelo consumo das ditas flores.

O maior problema enfrentado com o manejo das PANC no ambiente do educandário diz respeito aos períodos de roçagem, pois o desconhecimento da utilidade das plantas pelos trabalhadores das empresas que executam as roçagens

¹ Informação fornecida por Waldemar Silva, em Belém Pará, no dia 22 de setembro de 2019.

leva à eliminação da maioria das PANC, porém a condição biológica de plantas espontâneas e resilientes permite o novo desenvolvimento desses vegetais.

A E.E.E.F.M. “Mário Barbosa” completou 25 anos de práticas educativas em 2019, durante esse tempo, o seu ambiente recebeu importante arborização executada por seus docentes e foi impactado por insistentes e necessárias roçagens. Em diversas ocasiões as ditas roçagens atacavam, por desconhecimento e/ou falta de atenção, as próprias plantas cultivadas pelos professores. As ervas daninhas, os “matos” eram em última instância para serem eliminados ou controlados pela execução do referido trabalho.

Nesse período as caapebas da Amazônia eram sistematicamente suprimidas juntamente com carurus de soldado, beldroegas, jurubebas, ervas de jabuti, marias pretinhas, urtigas, camapus. A partir de 2018 essas ações de controle ambiental passaram a conviver com outros paradigmas.

Os conhecimentos sobre as PANC a partir da pesquisa de campo passaram a oferecer novas possibilidades de estudos, orientações e manejos, assim como passou a dinamizar outros discursos, os quais já afirmam que essas plantas não são ervas daninhas, nem são “matos”, mas sim “plantas comestíveis”, entendidas enquanto recursos naturais que podem auxiliar na melhoria da merenda escolar. Também se passou a ter melhor observação sobre os espaços do ambiente da escola e novas orientações sobre as plantas, em especial junto aos estudantes e trabalhadores que realizam as roçagens. Sobre mudanças nos discursos, sentidos e valores sobre as PANC Junqueira e Perline (2019) afirmam:

em torno desses vegetais, ou de suas partes, vem se instaurando um conjunto de discursos, que gradativamente se revelam impregnados de sentidos e valores não apenas afetos aos campos semânticos da alimentação e da nutrição, mas também aos das esferas contemporâneas da estética, da política, da ideologia e da ética (JUNQUEIRA; PERLINE, 2019, p. 19-20).

Portanto, neste novo discurso, deve-se observar que mais do que prover como ingredientes e nutrientes alternativos para as dietas, a utilização das PANC, leva a exercitar uma visão de engajamento ativo em favor da defesa da biodiversidade e da indicação para uma elaboração social no contexto de mercados mais socialmente justos, economicamente viáveis e ambientalmente sustentáveis.

Assim, fica evidente a importância da complementaridade entre os saberes tradicionais e científicos sobre as plantas alimentícias endógenas ou exógenas na Amazônia, para o processo de conhecimento e manutenção da diversidade vegetal e para a educação ambiental de adultos, crianças, docentes, discentes; utilizando como

ferramentas a proatividade pedagógica entre a Educação Formal em dialogicidade com as práticas populares de transmissão de conhecimentos (LEFF, 2002).

A participação dos estudantes, seja no manejo, degustação das PANC e/ou nas apresentações desses vegetais na feira científico-cultural da escola, amplia a cada ano os seus conhecimentos escolares e cria símbolos positivos para a relação socioambiental dos discentes com a diversidade vegetal na Amazônia.

O ambiente que antes era apenas um espaço para as roçagens foi transformado em local de experimento para o ensino-aprendizagem, e a gestão desses recursos naturais que, juntamente com a horta de plantas alimentícias convencionais, iniciada em novembro de 2019, já realiza a utilização das PANC na Merenda Escolar e motiva também a continuidade das visitas livres para o consumo das frutas diretamente das árvores, porém, agora desenvolvendo outros conhecimentos e valores sobre essa flora e a sua importância nutricional.

Desde quando o pesquisador alemão Kunkel (1984) iniciou a catalogação de plantas não tradicionais para o consumo alimentar, apresentando cerca de 12,5 mil espécies identificadas em todo o mundo, agora somadas às pesquisas do professor Valdely Kinupp (2007, 2014) e demais trabalhos realizados no Brasil, na Amazônia e em outros lugares do planeta se faz um movimento decolonial do pensamento sobre as plantas alimentícias, se constrói resistências em relação à monocultura do saber e à imposição limitante do uso de plantas alimentícias implementada pelo agronegócio mundial.

Esses estudos também podem ser pensados como uma ferramenta para a sustentabilidade da diversidade vegetal que promova a compreensão mais eficaz do uso desses recursos naturais e que fortaleçam a economia de cidades como Belém, no sentido em que o manejo e a produção dessas plantas podem aumentar a oferta mais plural de alimentos, portanto, promover, diversificar e melhorar a qualidade nutricional e a saúde das populações. É importante ressaltar que esses vegetais se tornaram centro de atenção das chamadas expedições botânicas urbanas com finalidades culinárias, seguindo tendência observada na gastronomia internacional, cuja expressão original na língua inglesa é *foraging* (JUNQUEIRA; PERLINE, 2019).

E ainda que erice (2011) vislumbre com perspicaz crítica acadêmica o possível etnocentrismo retratado nas entrelinhas do título “Plantas Alimentícias Não Convencionais”, em especial quando seus entrevistados questionam: “essa (planta) não pode ser não convencional, me criei comendo isso”; “ela é realmente considerada PANC?”; “essa, todo mundo conhece!” (ERICE, 2011, p. 20); é fato que, no ambiente da E.E.E.F.M. “Mário Barbosa” apenas a *Syzygium cumini*

(L.) Skeels – azeitona-preta, ameixa ou jamelão, uma planta exógena, é conhecida por “todo mundo”, as demais eram totalmente desconhecidas ou muito pouco conhecidas e, na sua imensa maioria, ainda estavam subutilizadas e por consequência, esse importante recurso natural era desperdiçado.

Paschoal e Souza (2015) alertam para a possível presença de fitoquímicos tóxicos ou fatores antinutricionais que algumas PANC podem apresentar se consumidas de forma inapropriada, no entanto todas as 15 plantas identificadas na pesquisa estão reconhecidas como alimentícias por Kinupp (2007) e Kinupp (2014). O trabalho publicado em 2014 pelo referido autor apresenta a forma de preparo e três receitas ilustradas de cada PANC, que são as referências basilares para a produção do Guia Prático de PANC, que é o produto desta pesquisa para as possíveis aplicabilidades.

No ambiente da escola e no seu entorno se identificou 15 PANC: 1-*Amaranthus spinosus* L., 2-*Cecropia pachystachya*, 3-*Ceiba pentandra* (L.) Gaertn., 4-*Handroanthus chrysotrichus* (Mart. ex A. DC.), 5-*Handroanthus impetiginosus* (Mart. ex DC.) Mattos, 6-*Laportea aestuans* (L.) Chew, 7-*Musa spp.*, 8-*Peperomia pelúcida* (L.) Kunth, 9-*Physalis angulata* L., 10- *Piper peltatum* L., 11-*Portulaca oleracea*, 12-*Solanum americanum* Mill., 13-*Solanum paniculatum* Jacq., 14-*Syzygium cumini*(L) Skeels, 15-*Xanthosoma sagittifolium* (L.). A seguir, apresentam-se algumas dessas PANC.

O *Amaranthus spinosus* L., o Caruru de soldado, é identificado e reconhecido como planta alimentícia por três pais de discentes da escola. Kinupp (2007) informa que sua reprodução acontece por meio de sementes e alerta para na hora da colheita dos ramos e das folhas para usá-los como alimento, dar toda atenção aos espinhos que se desenvolvem quando esta planta atinge a sua maturação.

Figura 1 - *Amaranthus spinosus* L., o caruru de soldado



Fonte: Aquino (2017, p. 36).

Cecropia pachystachya. A Imbaúba é uma árvore com vários nomes populares: embaúba, imbaúba, umbaúba, umbaubeira, ambaíba, árvore-da-preguiça e umbaúba-do-brejo. É uma das primeiras plantas a brotarem em áreas degradadas, fundamentais para o início do reflorestamento, seus frutos são muito apreciados por pássaros e as folhas fornecem os principais alimentos para a preguiça. O naturalista francês Paul Le Cointe, em 1947, já afirmava que os frutos dispostos em cachos eram comestíveis, doces, acídulos e mucilaginosos, parecidos com a textura das uvas, mas com cheiro de *salicilato de metylo*. (LE COINTE, 1947). No processo de pesquisa se fez a coleta e degustação dos frutos *in-natura* com estudantes de Ensino fundamental e Médio, moradores da Comunidade Nossa Senhora dos Navegantes, nos anos de 2018 e 2019.

Figura 2 - Imbaúba, *Cecropia pachystachya* Trécul



Fonte: Aquino (2020, p. 44).

Ceiba pentandra (L.) Gaertn. (Samaúma) é uma árvore de grande porte, nativa da Amazônia, pode atingir até 50 metros de altura e 2 metros de diâmetro. A samaúma representa uma alternativa econômica importante para o produtor rural, em virtude dos múltiplos usos, isto é, madeira, paina e medicinais diversos (SANTOS, 2002). É cultivada ocasionalmente para fins paisagísticos. Suas folhas são comestíveis e apesar do grande tamanho das árvores na natureza, sempre existem árvores jovens nas quais seja possível a coleta de suas folhas (KINUPP, 2014). Não se encontraram em nenhuma literatura as especificações nutricionais das folhas da samaúma.

Figura 3 - Samaúma, *Ceiba pentandra* (L.) Gaertn, com folhas tenras



Fonte: Aquino (2020, p. 46).

Handroanthus chrysotrichus (Mart. ex A. DC.) Ipê-amarelo e *Handroanthus impetiginosus* (Mart. ex DC.) Mattos Ipê-rosa são árvores de folhagem decídua durante o inverno, na Amazônia florem entre os meses de agosto e outubro, atingem 4 a 10 m de altura, com tronco suberoso de 30 a 40 cm de diâmetro. Estas árvores são amplamente cultivadas na arborização urbana com fins ornamentais, as flores, além de seu papel na ornamentação, são comestíveis, tanto para o consumo cru, na forma de salada, como cozidas e preparada de várias formas (KINUPP, 2014). Ambas as espécies estão presentes no ambiente da E.E.E.F.M. “Mário Barbosa” e sua floração já é observada desde 2016.

Figura 4 - *Handroanthus impetiginosus*, o ipê rosa



Fonte: Aquino (2020, p. 47).

Laportea aestuans (L.) Chew. Entre as diferentes urtigas identificadas pela botânica está a *U. dioica*, a qual possui características muito semelhantes à *Laportea aestuans* (L.) Chew. “A *U. dioica* foi amplamente consumida durante a idade média na Europa, o que influenciou na atualidade, a criação da Confraria da urtiga, em 2009 em Fornos-de-Algarves” (SILVA, 2017, p. 3), isso evidencia que o uso de várias dessas plantas já ocorreu em outros momentos históricos. Kinupp (2014) recomenda que as folhas da *Laportea aestuans* (L.) Chew sejam escaldadas antes do uso, porém este autor em um encontro sobre as PANC em Belém a consumiu *in-natura* depois de friccionar bem o lado urticante da folha.

Figura 5 - *Laportea aestuans* (L.) Chew, a urtiga vermelha



Fonte: Aquino (2020, p. 49).

3 ALGUMAS RECEITAS DE PANC

3.1 BOLINHO DE FOLHAS DE SAMAUMEIRA

Colha apenas os ramos terminais jovens e retire as folhas bem tenras (verde-avermelhadas). Lave e pique fininho. Bata 4 ovos, sal e temperos (orégano, alho, pimenta) a gosto e 12 colheres (sopa) de farinha de trigo. Incorpore várias folhas picadas à massa e misture bem. Frite em óleo bem quente. Escorra em papel toalha e sirva quente.

Figura 6 - Receitas Ilustradas: *Ceiba pentandra* (L.) Gaertn. samaúma



Fonte: Kinupp (2014, p. 621).

3.2 REFOGADO DE BELDROEGA COM LINGUIÇA

Colha os ramos tenros ou compre nas feiras (disponíveis em algumas cidades de Norte a Sul do Brasil, especialmente nas feiras orgânicas). Lave, desfolhe e quebre em pedaços os talos. Doure alho, sal e outros temperos a gosto na manteiga ou azeite e acrescente linguiça fatiada. Deixe fritar bem, acrescente a beldroega e mexa. Deixe murchar rapidamente em fogo baixo e sirva quente.

Figura 7 - Receitas Ilustradas: *Portulaca oleracea* L. beldroega



Fonte: Kinupp (2014, p. 699).

3.3 URTIGA-VERMELHA À MILANESA

Use luvas. Colha plantas jovens e selecione folhas viçosas, lave-as coletivamente e escorra. Bata 4 ovos em um prato com sal, orégano, alho e demais temperos a gosto. Passe as folhas no ovo e passe na farinha de rosca (ou de trigo – à doré). Se desejar passe novamente no ovo e na farinha (opcional).

Frite no óleo bem quente. Escorra e seque em papel toalha. Sirva quente. Fica linda devido às bordas denteadas. Ideal para aulas de morfologia (comestível).

Figura 8 - Receitas ilustradas: *Laportea aestuans* (L.) Chew. urtiga vermelha



Fonte: Kinupp (2014, p. 599).

3.4 CHARUTO DE CAAPEBA-AMAZÔNICA

Branqueie as folhas sem talo. Misture 500g de carne moída (2x), 2 xícaras de arroz, azeite e sal a gosto. Estique as folhas com a parte superior para baixo. Coloque o recheio próximo à ponta e, com a palma da mão, enrole. Forre a panela com folhas abertas e coloque os charutinhos em camadas alternando com uma mistura de alho, sal e hortelã socados. Cubra com água e cozinhe. Ao final, junte o suco de limão e deixe por mais 5 minutos. Sirva quente.

Figura 9 - Receitas Ilustradas: *Piper peltatum* L. caapeba amazônica



Fonte: Kinupp (2014, p. 661).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As PANC identificadas, ainda que pouco utilizadas pela grande maioria das pessoas, estão todas catalogadas cientificamente e com rico material acadêmico disponível para estudo, como pode ser mostrado na apresentação do estado da arte. Não se encontrou referenciais sobre as qualidades nutricionais relacionadas às folhas do camapu, às flores do Ipê amarelo e do Ipê rosa, assim como em relação aos frutos da Imbaubeira e as folhas da Samaumeira, indicando a necessidade de mais estudos sobre as características físico-químicas dessas plantas.

A qualidade e diversidade de sais minerais, vitaminas, lipídios, carboidratos, proteínas e fibras descritos nos estudos das demais plantas evidenciam a possibilidade do uso dessas plantas ou partes delas na composição nutricional exigida pelo Programa Nacional de Merenda Escolar, verificou-se que podem ser utilizadas para consumo em receitas básicas da culinária paraense na merenda escolar.

Bons exemplos são as características nutricionais da Beldroega (*Portulaca oleracea*), “por exemplo, é rica em ômega 3” (CORREA, 2017, p. 12), “além de microminerais como de Cu, Zu, Fe, Mn, B e macrominerais a exemplo de P, K, Ca, Mg, S” (MANGOBA, 2015, p. 71). Quanto à *Solanum americanum* Mill., conhecida popularmente como Maria pretinha, pesquisada na Guatemala em análises cruas ou cozidas (ambas em base Úmida) apresentam a “composição centésima (g/100g): umidade (87,5); proteínas (3,9); lipídios (0,9); carboidratos (3,8); cinzas (1,2); fibra (1,4g); Ca (180); P (53); Fe (6); K (129); Mg (81)” (KINUPP, 2007).

Os resultados do manejo das PANC no ambiente da E.E.E.F.M. “Mario Barbosa” indicam que é possível o seu cultivo em conjunto e complementaridade com as plantas convencionais presentes nos espaços livres da instituição de ensino e oportuniza um ambiente multidisciplinar para ser desenvolvido no processo de ensino-aprendizagem.

O estudo aponta possibilidades de pesquisas sobre os valores medicinais e nutracêuticos dessas plantas e a compreensão multidisciplinar a partir dos conteúdos próprios dos Ensinos Fundamental e Médio.

REFERÊNCIA

A FOME afeta 42,5 milhões de pessoas na América Latina e no Caribe.

Organização das Nações Unidas. Escritório Regional da FAO para a América Latina e o Caribe, Santiago, 2019. Notícias. Disponível em: <http://www.fao.org/americas/noticias/ver/pt/c/1201842/>. Acesso em: 10 jan. 2020.

AGENDA 2030. Agenda 2030. **Nações Unidas Brasil**, Brasília, DF, 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 17 jan. 2019.

ALCANTARA, C. S.; SAMPAIO, C. A. C. Bem viver como paradigma do desenvolvimento: utopia ou alternativa. **Desenvolvimento e meio ambiente**, Curitiba, v. 40, p. 231-251, abr. 2017.

ALVES, K. V. Chef do AM usa plantas alimentícias não comestíveis e cria pratos saborosos. **D24am Gourmet**, Manaus, 13 nov. 2016. Disponível em: <https://d24am.com/plus/gourmet/chef-usa-plantas-alimenticias-nao-convencionais-e-cria-pratos-saborosos/>. Acesso em: 07 jan. 2019.

AQUINO, D. R. M. **Plantas Alimentícias Não Convencionais no contexto da educação ambiental**: o conhecimento tradicional de plantas alimentícias não convencionais (PANC) na comunidade Nossa Senhora dos Navegantes (Ilha da Várzea do Rio Aurá), no município de Belém. 2017. Artigo (Especialização em Educação Ambiental e Sustentabilidade) — Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

AQUINO, D. R. M. **Plantas Alimentícias Não Convencionais em Belém-Pará**: conhecimento, usos e segurança alimentar. 2020. Dissertação (Mestrado em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) – Programa de Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

ARDISSONE, R. E. *et al.* **Biodiversidade pela boca**: Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC). Projeto de Extensão: estudos e práticas de viveirismo em um centro de formação de agricultores. Santa Cruz do Sul: Instituto de Biociência-UFRGS; Cooperfumos, MPA: Centro de Formação em Bioenergia e Alimentos São Francisco de Assis, 2009. 22 p.

ARRUDA, R. “Populações tradicionais” e a proteção do ambiente e sociedade. **Revista Ambiente e Sociedade**, Campinas, n. 5, p. 79-92, 1999.

BELÉM. **Lei nº 7.603, de 13 de janeiro de 1993**. Dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Belém e dá outras providências. Belém: Câmara Municipal de Belém, [1993]. Disponível em: encurtador.com.br/pFTW9. Acesso em: 15 ago. 2020.

BOFF, L. **Sustentabilidade: o que é / o que não é**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BRANDÃO, C. R. Vocação de criar: anotações sobre a cultura e as culturas populares. **Cadernos de Pesquisa Fundação Carlos Chagas**, São Paulo, v. 39, n. 138, p. 715-746, set./dez. 2009.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, [1988]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 16 ago. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional [...]. Brasília, DF: Presidência da República, [2006]. Disponível em: encurtador.com.br/avxBR. Acesso em: 16 ago. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar [...]. Brasília, DF: Presidência da República, [2009]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm. Acesso em: 16 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. **Manual de hortaliças não convencionais**. Brasília, DF: MAPA, 2010a. 92 p.

BRASIL. **Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010**. Regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006 [...]. Brasília, DF: Presidência da República, [2010b]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7272.htm. Acesso em: 16 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Alimentos regionais brasileiros**. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2015. 484 p.

CAVALCANTE, P. B. **Frutas comestíveis da Amazônia**. 7. ed. rev. e atual. Belém: Museu Goeldi, 2010. 280 p.

COGGIOLA, O. **Fome, capitalismo, e programas sociais compensatórios: histórico e análise comparada da experiência brasileira**. São Paulo: USP, 2010. 70 p.

CORREA, A. R. **Fenologia e produção de mudas de *Portulaca oleracea* subsp. *sativa* em clima tropical**. 2017. Dissertação (Mestrado em Agricultura Tropical) – Programa de Pós-Graduação em Agricultura Tropical, Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2017.

D'ABBEVILLE, C. **História da missão dos padres capuchinhos, na Ilha do Maranhão e suas circunvizinhanças**. São Luiz: Typ. do Frias, 1874.

D'ÉVREUX, Y. **Continuação da história das coisas mais memoráveis acontecidas no Maranhão nos 1613 e 1614**. Tradução de César Augusto Marques. Brasília, DF: Senado Federal, 2007. 496 p.

DIA DE CAMPO da Embrapa discute plantas alimentícias não convencionais. **FAPEG**, Goiânia, 22 fev. 2018. Disponível em: <http://www.fapeg.go.gov.br/dia-de-campo-da-embrapa-discute-plantas-alimenticias-nao-convencionais/>. Acesso em: 21 abr. 2018.

DUARTE, G. **Levantamento e caracterização das Plantas Alimentícias Não Convencionais do Parque Florestal de Monsanto – Lisboa**. Lisboa: FCSH, 2017. 95 p.

EPAGRI. Cultivo de PANC aumenta a diversidade alimentar e a renda dos agricultores. **EPAGRI**, Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://www.epagri.sc.gov.br/index.php/2020/02/26/cultivo-de-panc-aumenta-a-diversidade-alimentar-e-a-renda-dos-agricultores/>. Acesso em: 15 ago. 2020.

ERICE, A. S. **Cultivo e comercialização de Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC) em Porto Alegre**. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Biológicas) – Instituto de Biociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

EZPELETA, J.; ROCKWELL, E. **Pesquisa participante**. Traduzido por Francisco Salatiel de Alencar Barbosa. São Paulo: Cortes: Autores Associados, 1989. 92 p.

FENZL, N. O conceito de desenvolvimento sustentável em sistemas abertos. **Poematropic**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 34-42, jan./jun. 1998.

FERNANDES, J. A. **De cunhã a mameluca: a mulher tupinambá e o nascimento do Brasil**. 2. ed. João Pessoa: UFPB, 2016.

FLANDRIN, J. L. **História da alimentação**. 8. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2015.

FRANÇA, V. Chefs renomados apostam em pratos com plantas exóticas para surpreender o paladar. **Forbes**, São Paulo, 05 nov. 2017. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbeslife/2017/11/chefs-renomados-apostam-em-pratos-com-plantas-exoticas-para-surpreender-o-paladar/>. Acesso em: 12 ago. 2020.

GÂNDAVO, P. M. **A primeira história do Brasil**: história da Província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

JUNQUEIRA, A. H.; PERLINE, E. A. Gosto, ideologia e consumo alimentar: práticas e mudanças discursivas sobre as Plantas Alimentícias Não Convencionais – PANC. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília, DF, v. 20, n. 2, p. 17-35, 2019.

KELEN, M. E. B. *et al.* **Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs)**: hortaliças espontâneas e nativas. Porto Alegre: UFRGS, 2015. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/viveiroscomunitarios/wp-content/uploads/2015/11/Cartilha-15.11-online.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2019.

KINUPP, V. F. **Plantas Alimentícias Não Convencionais da região metropolitana de Porto Alegre**. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

KINUPP, V. F. Plantas Alimentícias Não Convencionais (PNACs): uma riqueza negligenciada. *In*: REUNIÃO ANUAL DA SBPC, 61., 2009, Manaus. **Anais** [...]. Manaus: SBPC, 2009. p. 1-4.

KINUPP, V. F. **Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC) no Brasil**: guia de identificação, aspectos nutricionais e receitas ilustradas. São Paulo: Instituto Plantarum de Estudo da Flora, 2014.

KUNKEL, G. **Plants for human consumption**. Koenigsten: Koeltz Scientific Books, 1984. 393 p.

LARRAT, H. J. F. M. **Pobreza e violência urbana**: um estudo de casos sobre as políticas sociais públicas e de segurança pública de prevenção e combate à pobreza e à violência, no bairro da Terra Firme em Belém-PA. 2013. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano) – Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, Universidade da Amazônia, Belém, 2013.

LE COINTE, P. **Amazônia brasileira III**: árvores, plantas, úteis (indígenas e aclimadas). 2. ed. Ilustrada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. Tradução de Sandra Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2002.

LISBOA, P. L. B. (org.). **Aurá: comunidades e florestas**. Belém: MPEG, 2009.

LOPES, R. J. **1499**: A pré-história do Brasil. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2017.

MALINOWSKI, B. K. **Argonautas do Pacífico ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MANGOBA, P. M. A. **Prospecção de características fitoquímicas, antibacterianas e físico-químicas de *Portulaca oleracea* L. (Beldroega)**. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciência e Tecnologia de Alimentos) – Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia de Alimentos, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

MAZOYER, M. **1933**: história das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MOLDELSK, V. **Explorando jardins comestíveis via Plantas Alimentícias Não Convencionais com mulheres do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Assentamento Filhos de Sepé**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Biológicas) – Instituto de Biociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

PASCHOAL, V.; SOUZA, N. S. Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC). *In*: CHAVES, D. F. S. (org.). **Nutrição clínica funcional**: compostos bioativos dos alimentos. São José do Rio Preto: VP Editora, 2015. p. 302-323.

PESCE, C. **Oleaginosas da Amazônia**. 2. ed. Belém: MPEG: NCADR, 2009. 334 p.

PIMENTEL, E. M. **Leitura de poemas**: uma proposta para o ensino fundamental. 2015. Dissertação (Mestrado em Letras em Rede Nacional) – Programa de Pós-Graduação em Mestrado Profissional em Letras em Rede Nacional, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

RENAUX, P. Pobreza aumenta e atinge 54,8 milhões de pessoas em 2017. **Agência IBGE**, Rio de Janeiro, 05 dez. 2018. Síntese de indicadores sociais. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias-noticias/noticias/23299-pobreza-aumenta-e-atinge-54-8-milhoes-de-pessoas-em-2017>. Acesso em: 11 dez. 2018.

RESTAURANTE traz receitas com PANC. **Garfo e Mala**, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://garfoemala.com.br/restaurante-traz-receitas-feitas-com-plantas-alimenticias-nao-convencionais/>. Acesso em: 18 abr. 2018.

REVISTA KATÁLYSIS. Florianópolis: UFSC, v.17, n. 1, 2014.

- SANTOS, B. S. **Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisado**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006. 821 p.
- SANTOS, S. H. M. **Recomendações técnicas da Samaúma**. Belém, PA: EMBRAPA, 2002. 4 p.
- SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016. 317 p.
- SILVA, J. O. **Caracterização e atividade biológica de urtiga selvagem**. Bragança: Instituto Politécnico de Bragança, 2017. 95 p.
- SOUZA, G. S. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2000. 382 p.
- VERÍSSIMO, J. **Cenas da vida amazônica**. 4. ed. Belém: Editora Estudos Amazônicos, 2013. 32 p.
- WALSH, C. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir, e re-viver. *In*: CANDAU, V. M. (org.). **Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas**. Rio de Janeiro: Departamento de Educação da PUC-Rio, 2009. 155 p.

Texto submetido à Revista em 12.02.2020
Aceito para publicação em 18.01.2021



La gripe hespanhola: memórias histórico-literárias na ficção amazônica do século XX

La gripe hespanhola: historical-literary memories in Amazonian fiction of the century XX

Francisco Pereira Smith Júnior - Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia (PPLSA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Coordenador do Grupo de Estudos de Literatura Comparada do Nordeste Paraense (GELCONPE). Coordenador do Grupo de Estudos de Letramento Literário e Formação Interdisciplinar (GELLIFI). E-mails: fsmith@ufpa.br ou fransmithj@gmail.com

Resumo

Este artigo tem por objetivo fazer uma análise da crônica *Praces, Remédio Contra Epidemia*, de Campos Ribeiro, obra de 1942. O ambiente apresentado por esta narrativa serão as memórias do início do século XX, mais precisamente os fatos relacionados à epidemia da gripe *hespanhola* ocorrida na cidade de Belém do Pará, localizada ao norte do Brasil. O texto apresenta ao leitor a possibilidade de uma reflexão a respeito do auge da epidemia da gripe espanhola na metrópole amazônica após a economia da borracha e assim permite revisitar os dramas da população naquela época. Para essa discussão foram trazidos os textos literários de Ribeiro (2005), Mendonça (2002) e Meira (1976). Para a discussão teórica trago os estudos de Bosi (1994) e Abreu Júnior (2018).

Abstract

This article aims to make an analysis of the chronicle *Praces, Remédio Contra Epidemia*, by Campos Ribeiro, book of 1942. The environment lived in the narrative will be the memories of the beginning of the 20th century, more precisely the facts related to the epidemic of the *hespanhola* that occurred in the city of Belém do Pará. The text presents the reader with the possibility of reflecting on the peak of the epidemic in the Amazonian metropolis after the times of the rubber economy and allows revisiting the dramas of the population of that time. The literary texts of Ribeiro (2005), Mendonça (2002) and Meira (1976) were brought to this discussion. For the theoretical discussion I bring the studies of Bosi (1994) and Abreu Júnior (2018).

Palavras-chave

Epidemia. Espanhola. Memórias. Belém.

Keywords

Epidemic. Spanish. Memories. Belém.

INTRODUÇÃO

A complexidade da Amazônia, nas suas dimensões geográficas de pluralidade étnico-cultural, tornou-se o cenário fértil para a ficção brasileira. O ambiente pitoresco e exótico da região também foram inspirações de narrativas de viajantes do século XVI, como os textos de Carvajal¹ que narrou suas aventuras e construiu sua leitura da Amazônia na ficção historiográfica brasileira.

Já o início do século XX, a ficção amazônica nos trouxe uma Amazônia urbana e caótica que se agigantava em meio às heranças da *Belle Époque*, uma região que se confrontou não só com a riqueza, mas também com a pobreza. O reflexo disso está nos problemas vividos pela população amazônica, que por vezes, pagou com a própria vida por não ter acesso a direitos fundamentais, como a saúde pública. Assim, o século XX vivenciou momentos de uma Amazônia problemática com falta de saneamento básico, marginalização, violência, revoltas e muitas doenças. Alguns exemplos desse “caos amazônico” podem ser lidos em alguns trechos de obras de escritores da Amazônia, como Abguar Bastos, Benedicto Monteiro, Dalcídio Jurandir, Eneida de Moraes dentre outros.

Ao tratar de uma Amazônia específica, neste artigo² fez-se a escolha pela Amazônia paraense. Para isso, será feita a retomada no tempo à literatura desta região. Optou-se por investigar inicialmente as obras *Memórias do quase ontem* de Octavio Meira (MEIRA, 1976) e *Rastos e marcas das passadas minhas pelas sendas e avenidas da vida* de Danilo Virgílio Mendonça (MENDONÇA, 2002), mas será dada maior atenção para a terceira obra *Preces, Remédio Contra Epidemia*, de Campos Ribeiro (RIBEIRO, 1942).

A primeira obra é uma raridade da literatura da Amazônia, já com edição esgotada e com poucos exemplares disponíveis para leitura, o texto apresenta ao leitor uma cuidadosa descrição de episódios políticos, sociais e culturais relativos ao estado do Pará do século XX. Dentre aos vários episódios históricos relacionados à vida da população paraense, o autor traz uma discussão de interesse para este estudo, as moléstias no início do século XX.

Em *Memórias do quase ontem*, ao comentar as dificuldades da sua infância, o narrador relembra os dias que havia sido acometido pelo sarampo, quando “um dia adoeci. Febre forte, dores no corpo. De noite, delirava e chamava pela Jacinta

¹ Padre dominicano espanhol que realizou viagens pelos rios da Amazônia no século XVI.

² Este artigo teve apoio da CAPES e surgiu a partir de uma produção conjunta com o bolsista Carlos Geovane da Costa Araújo, bolsista CNPQ, vinculado ao Grupo de Estudos de Literatura Comparada do Nordeste Paraense (GELCONPE). E-mail: cgcarlosgeovane@gmail.com

que esse tempo ainda vivia”. “Veio o médico o Dr. Pondé, um baiano de cor um pouco queimada, pediatra afamado na terra. E diagnosticou: sarampo” (MEIRA, 1976, p. 125).

O cenário de doenças no início do século XX narra também uma Amazônia frágil, cidades vulneráveis à presença de doenças que não se sabiam qual sua origem. Os diagnósticos eram variados, a origem das moléstias, não se compreendia, mas cogitava-se a possibilidade da praga ter sido trazida pelos imigrantes europeus que se instalaram na cidade, atraídos pelas promessas de trabalho na Amazônia.

O narrador de *Memórias do quase ontem* revela que em 1918³, assistiu ao “espetáculo horroroso” da chegada da gripe espanhola, e confuso sem saber a razão de tamanho horror que se alastrava pela cidade de Belém do Pará. “Foi quando chegou a Belém, no ar, no porão dos navios, quando ventos gerais que às quatro horas da tarde nos visitam, a gripe espanhola, a ‘influenza’, que atingiu a todos os Continentes, como uma sentença de morte irreversível” (MEIRA, 1976, p. 136).

A cidade foi destroçada por esse vírus. Por melhor que o governo pudesse socorrer a população, nada adiantava. Os carros fúnebres, que costumavam levar o cadáver dos indigentes falecidos, passaram a ser utilizados no transporte do corpo de quantos, ricos ou pobres, tivessem a mesma sorte, uma, duas, três, vinte ou cem vezes. No cemitério de Santa Izabel ficavam eles insepultos (MEIRA, 1976, p. 136).

Belém era acometida por um mal que assustava a sua população, as ruas tornaram-se vazias, pouco movimento, foram anos de recessão, poucas construções e pobreza que assolava uma cidade triste. Em *Memórias do quase ontem* há relatos das perdas de pessoas próximas do narrador e chama atenção para a lembrança da morte da mãe de Eneida de Moraes⁴ e a triste memória das despedidas. As vítimas não possuíam classe e nem cor, as notícias “corriam” pela vizinhança e se sabiam rapidamente informações de mortes de pessoas importantes por toda a cidade, desde políticos, intelectuais e até militares ligados ao governo.

³ As infecções ocorridas no início do século XX no Brasil eram constantes, já que muito antes de 1918, a influenza já era um problema conhecido dos brasileiros, esta se configurava, assim como o tifo, a malária e a febra amarela, como uma das mais graves doenças trazidas pelos colonizadores europeus e se espalhou por todo o território brasileiro, dizimando populações nativas.

⁴ Jornalista, escritora, militante política e pesquisadora paraense. Eneida é sempre descrita em relatos de amigos e parentes como uma mulher forte, corajosa, audaciosa e inteligente. Vivenciou a ditadura militar e lutou pelos mesmos ideais democráticos de personalidades como Olga Benário.

Morávamos no Largo da Memória e vimos inúmeros casos ocorrerem em nossa vizinhança. Na casa do coronel Raimundo Pereira Brasil, na residência do Sr. João Câncio Fernandes, onde morava seu irmão Childerico Fernandes, ao lado direito e esquerdo de nossa moradia onde vivia o dr. Hugo Napoleão e a família Horta, houve a ocorrência repetida da gripe pneumônica, que a todos assaltava.

Nesse momento ocorreram duas mortes profundamente impressionantes: Dona Julia Miranda Castelo Branco esposa do Sr. João Castelo Branco e a filha do senador Jose Porfírio de Miranda e o de dona Júlia Costa, esposa do comandante Guilherme Costa, que dirigia um navio fluvial na Amazônia. Morreram no mesmo dia.

A primeira delas morava na Travessa a Quintino Bocaiúva, em casa hoje demolida, e era mãe de Maria, Medrado, Nahir, Jose Miranda Castelo Branco, João de Miranda Castelo Branco e Orlando de Miranda Castelo Branco, que ficaram bem pequenos, com o pai aflito e dentro de pouco tempo morria também. Lembro-me do carro mortuário de primeira classe, com quatro cavalos, ajazados, com plumas negras na cabeça cobertos por mantilhas rendadas. Trazia dois cocheiros comas roupas fúnebres e cobertos por uma cartola. Sua morte, vítima de “influenza” deixando toda a cidade surpresa (MEIRA, 1976, p. 136-137).

As cenas de cortejo fúnebre se multiplicavam, não só em cidades como Belém, mas no país inteiro, um estado de colapso coletivo. Outras cidades também foram violentamente atacadas pelo vírus devastador. No caso do Rio de Janeiro (1918), a doença evolui ao ponto dos funcionários do Cemitério S. F. Xavier (Caju) decidirem entrar em greve, pois não estavam dando conta da demanda de corpos a serem sepultados.

Figura 1 - Gazeta de Notícias - A devastação da epidemia



Fonte: O Novo... (2020).

Em Belém, a memória da morte da mãe de Eneida de Moraes assustou pela rapidez pela qual a vítima foi acometida. Os velórios tornavam-se a última despedida e por vezes pareciam eventos, dependendo da importância da vítima da moléstia. Havia a necessidade de criar em pouco tempo um protocolo de cuidados para enfrentar a doença, assim cada vez mais se tornou reduzida a possibilidade de ocorrerem às últimas homenagens às vítimas da peste.

Julia Costa morava à travessa Benjamin Constant esquina da Boaventura da Silva, num palecete, que depois foi utilizado pelo Banco de crédito da Amazônia para a sua modelar escola.

Era mãe de Eneida, a nossa poetisa e cronista saudosa, de Manoel Costa, o “Manduca”, da nossa intimidade e o Guilherme Costa, o “Guilito” e da formosa Nereida, que os anos já levaram. Morreram vítimas do mesmo mal. Seus funerais foram de primeira classe toda a cidade, que não estava enferma compareceu.

Em nossa casa o mal não encontrou guarita, tantas crianças, já éramos seis e vivíamos a entupir os narizes com “rinosol” e “mistol” como preventivos contra a contaminação e assim ficamos livres de todo o mal (MEIRA, 1976, p. 137).

A higienização parecia o método mais eficaz para evitar que o vírus da gripe espanhola não se proliferasse pela cidade, a administração de Belém tentou evitar ao máximo o contágio da sua população, criando medidas de contenção e investigação sobre sua origem, mas as notícias da época não eram as melhores, pois o vírus parecia tomar conta de toda a população.

Em avaliação a algumas das proposições do novo comunicado das autoridades sanitárias, observa-se que a primeira medida não possui nenhum caráter preventivo, mas, sim, tem por objetivo apresentar ao público a natureza da doença. Nota-se ainda que os mosquitos desaparecessem do rol de possibilidades de transmissão, mostrando que os médicos, se não tinham certeza do que ocorria, já tinham um consenso maior sobre a doença em si. Pela quinta medida, percebe-se que os internamentos ou isolamentos dos casos não eram obrigatórios naquela etapa da epidemia. Já a sexta medida transformava a gripe em uma doença de notificação, compulsória, adotada para tentar mapear o aparecimento dos casos novos (ABREU JUNIOR, 2018, p. 114).

O comércio local também buscou se adaptar àquela realidade assustadora, os ambulantes criavam alternativas diversas para evitar o contágio e preservar os seus negócios. A lembrança do narrador rememora cenas sanitárias de uma cidade assustada e que buscava por soluções imediatas para o problema da epidemia. Na qual dizia:

Lembro que o serviço de limpeza pública era feito a tração animal. A uma hora da tarde. Invariavelmente desciam da 22 de junho, hoje Alcindo Cabela, os carros puxados e cavalo e bois. Vinham pela Avenida Nazareth até o largo da memória, onde morávamos, desciam pela Quintino Bocaiúva e se perdiam lá adiante. Parecia uma fila de saúvas: dezenas e dezenas de carros, todos verdes, com o clássico L.P de um lado e I. M. B do outro, com os animais barulhentos, com o som dos guisos que traziam nos arreios. A cidade limpava-se apesar de toda a crise.

O leite era vendido na madrugada na porta das casas. O leiteiro trazia as próprias vacas e extraía o leite quanto o freguês queria, na sua própria frente. Depois disso acabou. Vieram os vasilhames padronizados e veio também a água a se misturar ao leite, e os fiscais e veio a corrupção e o resto (MEIRA, 1976, p. 137).

Diante do exposto, convido o leitor a pensar. O que aprendemos com esse passado? O texto de Octavio Meira e a crônica de Campos Ribeiro (que será analisada) nos faz reviver o mesmo cenário em pleno século XXI com a chegada de um vírus mortal chamado covid-19, ou seja, um século depois, vivenciou-se o mesmo cenário de desespero e fragilidade da saúde pública. Novamente todas as classes sociais estão diante de um dos confrontos mais desesperadores de sua geração.

Mas o que ficou de aprendizado da gripe espanhola? Para que serve o passado?

O passado conserva-se e, além de conservar-se, atua no presente, mas não de forma homogênea. De um lado, o corpo guarda esquemas de comportamento de que se vale muitas vezes automaticamente na sua ação sobre as coisas: trata-se da memória-hábito, memória dos mecanismos motores. De outro lado, ocorrem lembranças independentes de quaisquer hábitos: lembranças isoladas, singulares, que constituiriam autênticas ressurreições do passado (BOSI, 1994, p. 11).

A preservação de uma memória coletiva parece não ter se mantido um século depois pela população brasileira. A lembrança daquilo que não foi bom e o registro dos males do passado parecem ter se dissipado em meio à propagação ao avanço da tecnologia e a globalização. Quando se deveria haver mais informação, passamos a ver um novo cenário de horror com a chegada de um vírus mortal aos “moldes do passado”.

Com mais trezentos mil mortos em todo o país pelo vírus da covid-19, o que se percebeu foi o negacionismo de órgãos públicos federais tratando a moléstia da doença como uma “gripezinha qualquer”. Sob a alegação de que a economia do país não poderia parar, somado a reação tardia diante do perigo do vírus, o governo acabou não dando os direcionamentos equivocados para o

enfrentamento da doença. Essa atitude de negação ocasionou em milhões de mortes de brasileiros em estados da Amazônia, como o Amazonas e Pará, estados esses que contaram com problemas pontuais pelo fato do vírus da covid-19 ter sofrido mutações e apresentar uma nova *cepa*⁵ mais contagiosa e mortal.

O cenário de desespero da população brasileira diante do vírus da covid-19 em quase nada mudou do que ocorreu com a gripe espanhola na Amazônia, com exceção do número bem maior de vítimas. Um século depois as principais medidas de contenção do vírus, como o distanciamento social, uso de máscara e as higienizações das mãos parecem ainda não serem compreendidas pela população brasileira como alternativa mais sensata para se preservar do contágio do vírus. O preço por essa recusa levou a população a um ritmo assustador de mortes pela doença que fez com que as vítimas saíssem do anonimato e ganhassem “rostos familiares”, contribuindo assim para o retorno de uma sensação de horror e medo na população em pleno século XXI.

Assim, a covid-19 levou a população brasileira a optar por dois caminhos um do negacionismo e o outro da ciência, colocando-se em meio a uma escolha quase que política. O sentimento de negar a presença do vírus levou a boa parte da população a acreditar em uma pós-verdade que iria a defesa de uma desconstrução da prova científica. Enquanto isso se via uma ciência e órgãos de comunicação preocupados em informar e alertar a população para o perigo.

Essas reflexões se fazem presentes aqui neste texto pelo fato de vivermos atualmente o mesmo cenário do passado, com situações semelhantes no mundo e principalmente no Brasil. O vírus, para a sociedade brasileira, tornou-se um mal que parece não ter mais fim, principalmente pela dificuldade apresentada de se conseguir em tempo hábil um número significativo de vacinas para imunizar a população. No entanto, deixar-se-á essa conversa para o momento de conclusão deste artigo.

Dando continuidade a análise literária, a segunda obra a ser estudada será *Rastos e marcas das passadas minbas pelas sendas e avenidas da vida* de Danilo Virgílio Mendonça (MENDONÇA, 2002), que também traz ao leitor o cenário da gripe espanhola no início do século XX. O texto relata memórias tristes que o cronista desejava esquecer, mas as marcas foram tão significativas na história da população paraense que “pareceu” ser um tempo de experiência para tentar não errar mais. Segundo Bosí (1994) a lembrança é a sobrevivência do passado.

⁵ Genomas com mutações semelhantes formam variantes ou linhagens de vírus que podem ser mais contagiosos ou mortais.

O passado, conservando-se no espírito de cada ser humano, afiara a consciência na forma de imagens-lembrança.

A narrativa *Rastos e marcas das passadas minhas pelas sendas e avenidas da vida* revela uma cidade traumatizada pela chegada⁶ de um vírus avassalador em meio ao caos de uma cidade que crescia aos moldes europeus urbanos. As lembranças da imigração, na obra, revelam a ligação entre o vírus e a pandemia e descrevem os horrores da presença da gripe espanhola em Belém do Pará (MENDONÇA, 2002).

Naquele momento, os vários imigrantes nacionais e de outras nacionalidades representaram uma ameaça a higiene da cidade que não dava conta de alojar tantas famílias que chegavam em grande quantidade possivelmente contaminadas⁷. “Nessas levas de imigrantes a família Ribeiro (descartada de Duda que não quis descer os barrancos do Amazonas), chegou a Belém, sobrevivente da Odisséia dos seringais, decorria então o ano de 1917” (MENDONÇA, 2002, p. 66).

Em conseqüência da gripe espanhola perdi minha mãe, em um dia o marido e no dia seguinte o filho Eudes. Contava-me relembando aqueles anos distantes, que houve em ruas de Belém, que fecharam todas as casas pela morte de todos os seus moradores. Os cadáveres eram recolhidos, pelos carros da intendência, à boca da noite. Levados para os cemitérios eram enterrados em valas comuns sem uma identificação sequer (MENDONÇA, 2002, p. 68-69).

O ambiente de uma cidade contaminada e exposta a um vírus tornou a população cada vez mais vulnerável as possibilidades de contaminação, pois situações de fragilidade deixaram a sociedade belenense cada vez mais frágil. Segundo Smith Júnior (2012) o número significativo de imigrantes portugueses, italianos e espanhóis na Amazônia fizeram da capital paraense “uma babel” com problemas de ordem sanitária e de segurança, com o crescimento acelerado de Belém e a falta de uma política de planejamento urbano, o centro da cidade “via” velhos casarões abandonados se transformarem em pensões e cortiços para receberem imigrantes de todas as partes do Brasil

⁶ Segundo Mendonça (2002), Karina Pastore, em artigo publicado pela revista “Veja”, em 1997, intitulado *Caçadores de Vírus* e com ilustrações de vírus HIV e Ebola, destaca que a doença da gripe espanhola não surgiu na Espanha, como sempre se pensou, e sim nos Estados Unidos. O primeiro caso registrado foi em Camps Funston, no Kansas, em março de 1918. Tudo indica que a pandemia de 1918 começou quando o fazendeiro pegou a gripe dos porcos do seu chiqueiro que, por sua vez, a apanharam ao comer os dejetos dos patos selvagens da região.

⁷ Segundo Abreu Júnior (2018) a origem do vírus permanece controversa. Potter (2001, p. 575) aponta para uma possível origem chinesa. Entretanto, como os primeiros surtos divulgados teriam ocorrido nos Estados Unidos, em Detroit, na Carolina do Sul, e na prisão de San Quentin, em março de 1918, autores como Crosby (1989, p. 4-5) apoiam a teoria de que a influenza tenha origem norte-americana.

e do mundo. Sem contar com a presença marcante de estrangeiros em vilas organizadas por imigrantes, que se amontoavam a convite de parentes e amigos deixando a população exposta a gripe espanhola. Muitos diziam se instalar provisoriamente até encontrar um lugar fixo para moradia, mas acabavam ficando de forma permanente nesta situação. Assim, o início do século XX foi marcado por problemas sociais na capital paraense que passaram a chamar atenção do Consulado Espanhol do Pará.

As aglomerações urbanas e péssimas condições de saneamento básico fizeram com que a gripe espanhola se espalhasse por Belém. A dificuldade de encontrar uma vacina, ou uma cura para a doença possibilitou um cenário de muitas mortes, principalmente dos mais pobres que não tinham condições de manter a própria higiene pessoal. Neste ambiente, imigrantes “ainda não contaminados” também se tornavam vulneráveis ao contágio.

Ao tratar de uma Amazônia específica, que aqui será chamada de “Amazônia paraense”, este artigo relembra a produção de escritores que também trataram de um ambiente insalubre da cidade de Belém, onde este foi o espaço das peripécias de suas personagens de ficção. Um exemplo disso é o escritor Dalcídio Jurandir, escritor marajoara que soube trazer para sua literatura uma escrita que estava além do seu olhar regionalista, pois soube interpretar os problemas sociais da região. Na obra *Passagens dos Inocentes* (JURANDIR, 1984), o narrador nos faz retomar as experiências de um jovem chamado Alfredo, que se vê diante da realidade de uma cidade complexa e cheia de problemas sociais, com dificuldades de urbanização, falta de saneamento básico e de saúde nos bairros mais periféricos da cidade. O personagem Alfredo defronta-se com uma realidade totalmente diferente daquela que construiu no seu imaginário interiorano infantil, vendo suas expectativas se perderem em meio a uma experiência frustrante com a capital paraense. Mas a análise sobre a obra deste escritor deixar-se-á também para outro momento.

Ao pensar sobre essa complexidade do espaço amazônico na literatura brasileira, como um campo fértil de possibilidades de criação, o objetivo deste artigo é trazer para ao conhecimento do leitor, reflexões e apontamentos sobre as memórias da gripe espanhola, ocorrida no início do século XX, em específico na crônica *Preces, Remédio Contra Epidemia* na obra intitulada *Gostosa Belém de outrora...* de José Sampaio de Campos Ribeiro (RIBEIRO, 2005), sem deixar de considerar a importância do diálogo com as obras *Memórias do quase ontem* de Octavio Meira

(MEIRA, 1976) e *Rastos e marcas das passadas minhas pelas sendas e avenidas da vida* de Danilo Virgílio Mendonça (MENDONÇA, 2002). Assim, percebe-se que todas três obras revelam o surgimento da gripe espanhola⁸ em pleno cenário desastroso da primeira guerra mundial e narram ao mundo a triste realidade de uma doença desconhecida que fez milhares⁹ de vítimas na Amazônia e ao redor do mundo.

1 A PANDEMIA E O MEDO: MEMÓRIAS DA CIDADE DAS MANGUEIRAS

A terceira obra em análise, na qual este artigo dará maior atenção, será *Gostosa Belém de Outrora* (1966), do escritor José Sampaio de Campos Ribeiro¹⁰ (RIBEIRO, 2005). O Livro reúne uma série de crônicas que remontam o cotidiano da cidade de Belém do Pará, do início até meados do século XX. Dentre os relatos apresentados de uma forma memorialística, a crônica *Preces, Remédio Contra Epidemia* retrata o clima da capital do Pará, no período da Gripe Espanhola que ocorreu na cidade. Assim, o autor por meio de vários personagens e relatos, apresenta ao leitor os dramas de uma sociedade amazônica no início do século XX.

No início da narrativa observa-se que o narrador de Campos Ribeiro destaca o nome do surto viral colocando aspas no termo, “espanhola”. Talvez seja pelo fato de que a grafia em alguns lugares inicie com a letra “H”. Além disso, o surto viral foi associado à Espanha, no entanto, segundo relatos a moléstia surgiu em bases militares dos Estados Unidos, sendo atrelada aos espanhóis, devido sua posição de neutralidade na Segunda Guerra Mundial e porque o país noticiava constantemente fatos sobre a enfermidade. Ademais, cabe ressaltar que em meio a esse clima de conflito a doença se expandiu por vários países, como por exemplo, o Brasil, afetando cidades como o Rio de Janeiro¹¹, uma das mais atingidas na época, sendo apresentada inclusive logo nas primeiras linhas da crônica paraense de Campos Ribeiro.

⁸ Apesar de o nome referenciar à Espanha, boa parte dos estudos científicos afirma que a infecção surgiu em plena primeira guerra mundial, nos EUA.

⁹ Estima-se que o número de mortos representa mais mortes do que o montante provocado pelas duas grandes guerras juntas e mais do que o número de mortos pela AIDS em 40 anos.

¹⁰ Jornalista de longa vivência nos jornais diários da terra, rebuscou no cofre da memória tipos e episódios que o tempo não conseguiu esboroar. O escritor teve grande destaque ao lado de escritores como Bruno de Menezes, Clóvis de Gusmão, Jacques Flores e Abgvar Bastos.

¹¹ Cenário muito parecido com atual situação de vítimas da covid-19.

Figura 2 - Jornal Gazeta



Fonte: Lucena (2020, p. 1).

Nesse seguimento, o estado de calamidade em que a cidade do Rio de Janeiro passou nesse período, foi posto no texto da Gazeta de notícias, no qual dizia que “nos seus aspectos sinistros de calamidade pública, a doença estava deixando até, lá pelo Rio de Janeiro, cadáveres insepultos porque morrido havia todos os covéis” e outros evitavam ir trabalhar. Pode-se perceber nessa passagem alusiva, como a capital federativa brasileira na época se encontrava, há relatos de que o número de vítimas era tão grande que havia vários cadáveres nas ruas, devido ao colapso do sistema de saúde e funerário. Segundo algumas estimativas, há relatos que dizem que a moléstia pode ter causado a morte de pelo menos 15 mil pessoas no Estado, mas não se tem certeza desses números.

O autor Campos Ribeiro (2005) nas linhas seguintes da narrativa faz um paralelo da situação endêmica desse centro urbano com a cidade de Belém do Pará, descrevendo, “também nesta Santa Maria de Belém, àquele tempo, ceifou milhares de vidas, enlutou centenas de famílias” (p. 71).

Em meados do ano de 1918, Belém ainda “respirava ares” da *Belle Époque*¹², período advindo da economia da borracha que ocorreu não só no maior centro

¹² A chamada Bela Époque na língua francesa (*Belle Époque*), teve seu início no século XIX e durou até a eclosão da primeira guerra mundial. Foi considerado como um período de muita riqueza, inovação e beleza em vários países da Europa, o que acabou espalhando várias influências para outros países. No Brasil, várias cidades foram fortemente influenciadas pelo estilo, especialmente os centros urbanos amazônicos como Belém e Manaus, que tiveram um crescimento considerado devido a extração de borracha, o que gerou muitas mudanças principalmente na arquitetura dos centros urbanos. O período na capital do Pará durou até meados de 1915, por causa da decadência do ciclo da borracha.

urbano paraense, mas em outros centros, como Manaus, capital do Estado do Amazonas. Mesmo esse período apresentando declínio desde 1910, o clima e a ideia de desenvolvimento da Amazônia ainda era externado pelos políticos, o que se refletia na população o sentimento de que os estados possuíam grandes recursos financeiros.

Vale ressaltar que com o processo de modificação da arquitetura da *urbe* de Belém, inspirada nos traços parisienses, os populares com menor poder aquisitivo eram realocados para espaços distantes do centro. Locais esses, que não possuíam boas estruturas para uma moradia adequada, faltando necessidades básicas, como por exemplo, saneamento básico.

Figura 3 - Arquitetura de Belém na época da *Belle Époque*



Fonte: Viégas (2011, p. 2).

Nessa continuidade, a realidade das diferenças entre as classes sociais tornava-se cada vez mais nítida, mesmo com as estratégias governamentais em esconder o declínio da economia da borracha, que posteriormente seria revelado pela pandemia que assolaria o município. Ademais, no segundo semestre de 1918, a gripe espanhola já assolava muitos brasileiros, principalmente aqueles de cidades portuárias como Rio de Janeiro, Salvador e Recife.

A sede do Pará, conhecida como portal da Amazônia, devido sua localização portuária estratégica, assim como outras capitais, não demoraria muito para receber a doença. Nesse seguimento, a embarcação conhecida como vapor

Ceará, vinda do Rio de Janeiro, atracou em Belém com tripulantes acometidos pelo vírus, sendo questão de tempo para que a doença se espalhasse pelo centro urbano de Belém. Conforme pode ser lido na obra *Rastos e marcas das passadas minhas pelas sendas e avenidas da vida* de Danilo Virgílio Mendonça.

A gripe espanhola chegou a Belém a bordo do navio “Ceará” no dia 05/10/1918, vindo do Sul do país após aportar dois dias antes em São Luis do Maranhão. Vistoriado pelo médico da “Saúde dos Portos” Dr. Lindolfo Campos de Acatauassú e pelo “Serviço Sanitário do estado”, Drs. Sá Pereira, Mário Chermont, Ápio Medrado, Bernardes Rutowitz, Ciríaco Gurjão e Albino Cordeiro, foi o navio proibido de atracar no cais, tendo, entretanto, seus passageiros doentes permissão para desembarcarem, sendo todos isolados no Hospital São Roque. No dia 19/10/1918 chegou também o navio “Bahia”. Um dos seus passageiros de nome Manoel Monteiro de Amoroso Lima hospedou-se no “Hotel América”, onde faleceu no dia 13/10. A gripe alastrou-se rapidamente e os jornais do dia 20/10 anunciavam que mais de 3.000 pessoas estavam gripadas. Em dezembro de 1918 já haviam falecido mais de 757 gripados (MENDONÇA, 2002, p. 67).

Com o avanço da doença no portal da Amazônia, ficou cada vez mais difícil para que os governantes escondessem a chegada do vírus, mesmo quando (em início do contágio) muitos descreviam a enfermidade como “gripezinha” na tentativa de não causar pânico na população. Enquanto isso, o narrador de *Preces, Remédio Contra Epidemia* relatava de forma ficcional que a doença não escolhia classe social, e que em alguns casos evoluía para o estado grave muito rápido, como se pode observar nesse trecho: “Ainda recordo o susto com que o grupo de minha adolescência, certa noite, recebeu a notícia que fôra enterrar Casemiro Pampolha Neves, companheiro e rapaz boníssimo que apenas há cinco dias desaparecera das nossas reuniões” (RIBEIRO, 2005, p. 71).

A crônica também descreve o avanço da doença, os boatos começavam a circular entre o povo, como a narrativa do peixeiro português, em que eram comuns as histórias de pessoas que eram enterradas vivas. Na trama, o peixeiro descreve a uma cliente, um acontecimento no necrotério da Santa Casa¹³, local em que salvou um primo de ser enterrado vivo. Naquela época muitas vítimas tinham que se enterradas as pressas devido à gravidade da doença, isso facilitava a o equívoco com os diagnósticos de óbito.

¹³ A Santa Casa da Misericórdia do Pará foi fundada em 24 de fevereiro de 1650. O hospital ficou conhecido por atender a população mais carente de Belém-PA, durante vários momentos em epidemias como de *cholera-morbus*, varíola, febre-amarela e da pandemia de gripe espanhola, em meados de 1918.

Figura 4 - Fachada da Santa Casa de Misericórdia no início do século XX



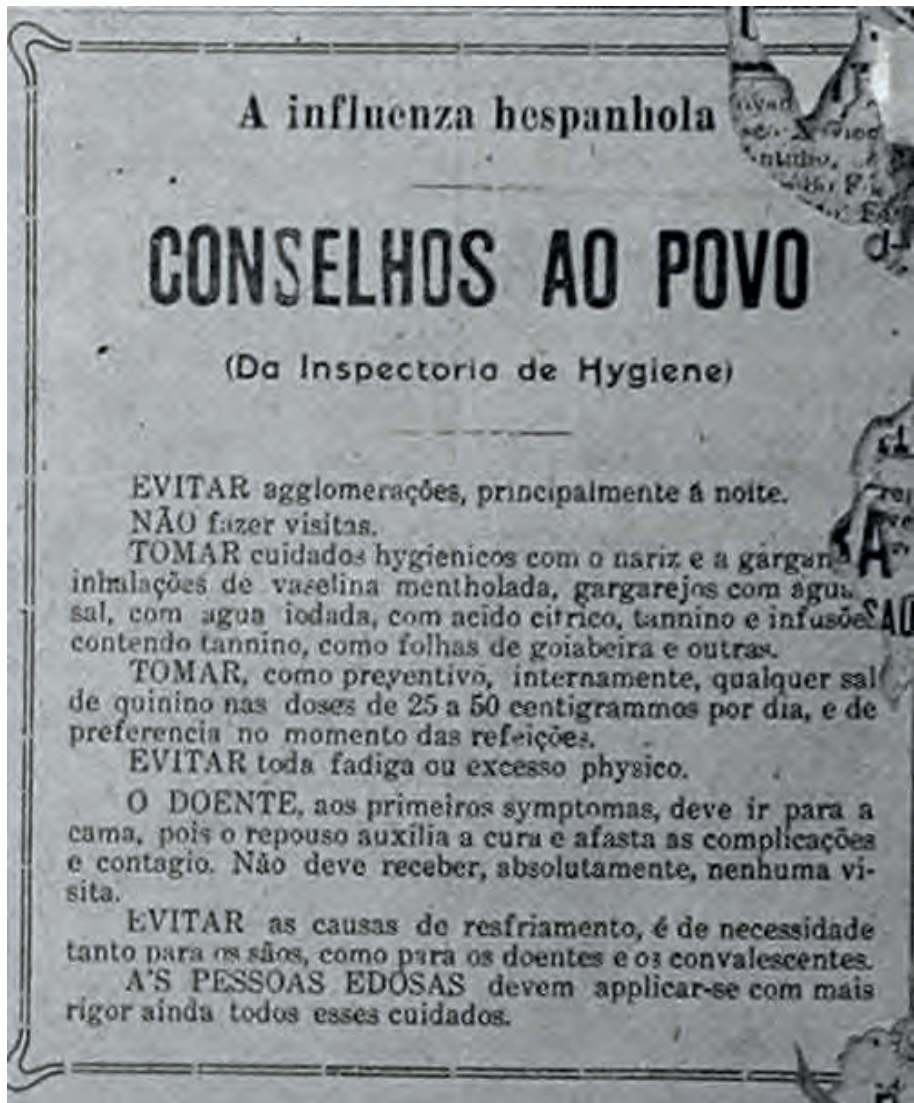
Fonte: Vianna (1902).

Na narrativa, o peixeiro descreve a uma cliente, um acontecimento no necrotério da Santa Casa, local em que salvou um primo de ser enterrado vivo. Nesse cenário, a autor atribui esses acontecimentos como uma história estarrecedora sobre a enfermidade. Além disso, é válido ressaltar que em meio ao caos, essa propagação de boatos de enterrarem as pessoas vivas, acabou gerando pânico entre a população belenense e um medo dos doentes procurarem os hospitais em busca por atendimento.

Surgiram histórias de estarrecer sobre a gripe. O peixeiro Português, que por mais de vinte anos era quem nos levava a porta a pescada amarela ou o camarim, a dez tostões a posta e quase sem gelo, contara a minha mãe ter retirado, quando já no “rabecão”, entre outros mortos do necrotério da Santa Casa, que a carência de tempo não permitira “emperequitar”, um seu primo que só assim escapara de ser levado à cova vivinho (RIBEIRO, 2005, p. 72).

No fragmento acima se observa que além da disseminação de rumores, mesmo em meio ao processo pandêmico, a população de menor poder aquisitivo não parou de trabalhar. O trabalhador informal colocado em questão representava não somente uma personagem na crônica de Campos Ribeiro, mas o proletariado de serviços essenciais, que se arriscavam pelo fato de não possuírem outros subsídios para se sustentarem. Além do mais, mesmo com a sensação de medo, muitos estabelecimentos se aproveitaram dos populares, o preço de vários itens teve um acréscimo repentino, principalmente em empreendimentos como supermercados e farmácias, o que acabou gerando ainda mais o aumento de vulnerabilidade socioeconômica e emocional de alguns cidadãos paraenses.

Figura 5 - Conselhos da inspetoria de higiene



Fonte: Viégas (2011, p. 2).

Com o avanço da doença na cidade, uma série de medidas passou a fazer parte da rotina dos belenenses, como não se manifestar com apertos de mão, realizar visitas à doentes, tossir e não proteger a boca, bebidas geladas e alcoólicas, fazer aglomerações, velórios, beijo nas crianças e mais velho, dentre outras proibições. Todas as medidas adotadas eram para frear entre a circulação do vírus entre a população. Além disso, assim como em outros países que fecharam

estabelecimentos comerciais e escolas, o Brasil também tomou essa medida com o objetivo de não propagar o surto da “Hespanhola”. Vários Estados brasileiros foram tomando esses decretos no decorrer do aumento do número de casos, na capital do Pará não foi diferente.

As medidas emergenciais para conter a propagação do vírus logo de início foram seguidas à risca entre a população, devido à sensação de medo e pavor que muitos se encontravam em ver tantos mortos em um curto espaço de tempo. Há inclusive inúmeros relatos de pessoas que entraram em depressão ou até mesmo se suicidaram devido ao clima de pavor, uma vez que, criou-se praticamente um “decreto” de que o diagnóstico da doença era uma sentença de morte.

O cronista Campos Ribeiro chega a demonstrar esse sentimento de trauma nas primeiras linhas da sua narrativa, assim como, o relaxamento dessas medidas de segurança com o passar dos meses, principalmente entre os jovens, no trecho ele discorre que “A rapaziada não dava grande importância aos estragos que a ‘espanhola’, então escrita com H, ia fazendo” (RIBEIRO, 2005, p. 71). É possível observar em outras linhas da narrativa, antes da proibição das aglomerações nos velórios, como a juventude se aproveitava desses episódios para outras finalidades, “Sabendo embora coisas assim, toda noite estava a turma à cata de um ‘quarto’ onde ninguém procurava saber quem era o defunto” (RIBEIRO, 2005, p. 72).

Havia “quarto”? Então haveria, logicamente, o pagode em que a mesa de jantar, no quintal, com lampião de carbureto alumando, reuniria a turma da bisca, alheia às pequenas sapecas que, dentro da sala, estariam cuiras para um joguinho de prendas, com rápidas, furtivas saídas para os escurinhos de oitão, revesando-se, até, algumas delas, as preferências do parceiro, nunca o mesmo em reuniões seguidas... Uma por sinal, de tanta troca de par nessas fugas, ou em encontros outros, em esquinas propiciamente tenebrosas (às vezes, por duzentos réis a um garoto, uma lâmpada logo à tarde era quebrada a tiros de baladeira), ganhou o cognome, dado por velho e observador beberão de taberna, ao se lhe referir aos assanhamentos: “a sôpa da canalha” (RIBEIRO, 2005, p. 72).

No trecho supracitado, percebe-se que os velórios eram verdadeiros pontos de encontros entre os jovens. O lugar era um ponto de reuniões para vários grupos, como a turma dos jogos, das paqueras, dos chamados beberões, entre outros. Na verdade, eram verdadeiros pontos de disseminações da gripe espanhola, pela gravidade das situações ocorridas, uma vez que, muitos desses velórios possuíam inclusive vítimas do vírus. Nesse contexto, o narrador relata um episódio em que um “sapo” feito de lenço cai dentro de um caixão, levando

aos presentes certo desconforto com o acontecido: “[...] E eis que, num dos lançamentos, caiu o “batráquio” dentro do caixão mortuário... Quem se atreveria tirá-lo dali? o impedimento não estava no cadáver, mas na doença que o levara, a pavorosa gripe!” (RIBEIRO, 2005, p. 72).

Percebe-se pelo ocorrido descrito pelo narrador, que mesmo com o descumprimento das medidas de segurança, no fundo as pessoas sabiam do risco que corriam nessas aglomerações nos famosos “quartos”. Além do mais, é normal que o público jovem em um processo pandêmico, seja mais propenso a não se preocupar tanto com as recomendações dos órgãos governamentais da saúde. Nesse contexto, documentos e notícias da época relatam que o governo paraense tomou medidas ainda mais rígidas com o povo, como por exemplo, evitar que as famílias tivessem direito de velar o corpo e as visitas ao cemitério. Esse decreto contribuiu até mesmo para a revolta de algumas pessoas, uma vez que, é enraizado na cultura brasileira o “velar” do corpo de um ente querido. Inclusive esse foi um pivô de muito dos boatos que ocorriam na cidade, como o dos “enterrados vivos”.

Nesse seguimento, o sentimento de pânico e medo fez com que uma parte da população “corresse” para o chamado “mundo espiritual”, em busca da salvação, ou seja, se atrelou a idéia de sobrevivência ao vírus à alguma religião. Ademais, na literatura amazônica em geral, há muitos relatos do que esse sentimento de fé faz na vida do ser humano, temática esta que por algumas vezes se faz presente nos textos de literatura devido à formação cristã de boa parte da população paraense.

Há inúmeras histórias do imaginário paraense que estão marcadas nas páginas das obras de alguns escritores, como a da “Casa de Plácido”, que conta a vida do agricultor paraense Plácido Souza, que encontrou a imagem de Nossa Senhora de Nazaré, o símbolo histórico e imortalizado do Círio de Nazaré¹⁴, sendo colocado como responsável de muitos milagres em diversas narrativas que versam relatos da realidade amazônica. Obras como o livro de *O Carro dos Milagres*, do escritor paraense Benedicto Monteiro (MONTEIRO, 1980) que traz narrativas em torno da importância da padroeira dos paraenses.

Além do Círio, que era um evento religioso já institucionalizado em Belém, durante Hespanhola, outras procissões foram organizadas

¹⁴ O Círio de Nazaré iniciou-se em 8 de setembro de 1793. A celebração é constituída por vários festejos, e leva todo ano no segundo domingo do mês de outubro, milhares de devotos e turistas para as ruas de Belém-PA. Em 2013, a festividade foi tombada como Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco.

espontaneamente pela população, que também as denominava de “preces”. Estas alternativas de “diálogo com a doença” aconteceram com frequência nos bairros da Cidade Velha e Umarizal, ainda que não incentivadas e até mesmo denunciadas pelos jornais como focos de aglomeração a serem combatidos, pois seriam responsáveis pela disseminação da infecção (ABREU JÚNIOR, 2018, p. 126).

Além do símbolo mais conhecido do catolicismo dos belenenses, outra parte da população procurava as reuniões e organizações de religiões protestantes como da Assembleia de Deus, instituição bastante conhecida também entre os populares, em virtude de terem início de seus trabalhos no país também em Belém do Pará. Nesse contexto, Campo Ribeiro relembra na narrativa às chamadas “preces”, movimento dos adeptos do catolicismo. O narrador relata alguns momentos bastante peculiares que ocorriam durante essas reuniões que aconteciam em vários pontos da capital do Pará, têm-se como o exemplo o trecho em que ele diz que: “Não só os quartos eram atração naqueles calamitosos dias. Mais divertidas e menos mórbidas as ‘preces’” (RIBEIRO, 2005, p. 73).

Com a proibição dos velórios, as preces passaram a servir como ponto de encontro para a juventude. O cronista relata que as procissões que percorriam as ruas, chamavam os rapazes e moças, para se juntar ao movimento com uma vela acesa. No entanto, é notório ressaltar que muitos jovens viam nessa oportunidade como uma medida de sair de casa e burlar as recomendações sobre aglomerações. O narrador discorre: “Que isso, isso, sim, era o objetivo de todos, já que qualquer mocinha à meia noite em casa corria por conta da ‘prece’” (RIBEIRO, 2005, p. 73). Observa-se que isso evidencia como o movimento religioso era usado de justificativa para algumas situações de encontros que eram corriqueiras na mocidade daquela época.

As procissões serviam não só como o escape para a juventude, mas era também um lugar de refúgio para muitas aflições. Em muitos casos, a fé tornava-se uma saída para a população, principalmente entre os mais pobres. É notório ver que as preces eram procissões majoritariamente entre as pessoas de menor poder aquisitivo, o autor em algumas linhas das crônicas menciona bairros periféricos de Belém, como o Jurunas¹⁵. Além disso, a rivalidade de alguns bairros, seja pelos clubes de futebol, carnaval, São João, entre outros eventos, também era refletida nesses cortejos, conforme pontua Ribeiro (2005, p. 73):

¹⁵ Um dos bairros mais populosos da cidade e de forte cultura carnavalesca, com forte devoção a imagem de Santa Teresinha do menino Jesus.

Na Belém daqueles tempos estava no “clímax” a velha discórdia entre os bairros da cidade que se disputavam a liderança em tudo: Carnaval, São João e até no futebol, com a infância do São Domingos, jurunense, e clubes como Riachuelo, Pará Time, Onze Paraenses no Umarizal. Gente do Jurunas não ia com a que formava o “Martelos de Prata”, o “Rouxinol”, o “Canário”, “Campineiro” não tolerava “cidadão”.

No segmento acima se percebe que, a rivalidade de muitos acontecimentos culturais era também disseminada nas preces. O autor relata em algumas linhas que “Dai o ‘sururu’ em que degenerou certa noite, o ‘encontro’ de duas ‘preces’. Uma do Umarizal¹⁶ da beata benzedeira de ‘izipla’ dona Helena” (RIBEIRO, 2005, p. 73). Observa-se também que os cortejos eram carregados de “ironias”, visto que, as religiões têm em sua essência a propagação de amor e união, mas na pratica o fragmento apresentado pelo autor evidencia outro lado do ser humano, onde mesmo a situação da pandemia de gripe espanhola sobre a cidade, não era mais forte que vários ritos e costumes da população.

Mal desembocava a procissão a procissão na “Generalíssimo Deodoro”, eis que surge, indo da “João Balbi”, a outra “prece”, a perigosa, cuja dona outra não era que Laura, façanhuda “cocote”, figura constante nas crônicas policiais. E de repente, do grupo da Laura, o grito de muitos marmanjos: - “Ajoelha! Ajoelha!” (RIBEIRO, 2005, p. 74).

Esse confronto das chamadas preces era algo tão sério que chegou a ser comparado com a rivalidade dos bois-bumbás¹⁷ de alguns bairros da capital paraense. Certamente o narrador fez essa analogia por simbolizar a sensação que essa festa cultural na região norte transmite para as pessoas, uma vez que, em seu ideal inicial era para ser uma disputa saudável, entretanto, alguns cidadãos levaram para áreas além das culturais. É o caso do episódio dos cortejos de *dona Helena* e *dona Laura*, colocados em questão pelo narrador na passagem “a ordem, busca autoritária, pareceu aos devotos do Umarizal tão ofensiva quanto seria uma toada guerreira do ‘Pai do Campo’, o ‘bumbá’ do Jurunas, irreconciliável inimigo do ‘Canário’, coqueluche joanina de seu bairro” (RIBEIRO, 2005, p. 74).

Outra característica dessas procissões, é que os santos que eram referenciados tinham em sua essência alguma característica ligada à pandemia, os chamados santos protetores das pestes. Na crônica em umas das preces ocorre

¹⁶ Bairro nobre, localizado na região central da capital paraense.

¹⁷ O boi-bumbá é uma das festas folclóricas mais populares do Brasil, especialmente na região norte. Surgiu a partir do século XVII, advindo de uma lenda nordestina no conhecido período do gado. Na região amazônica teve atribuições da cultura indígena, obtendo características peculiares, como, por exemplo, a rivalidade intensa.

o cortejo ao santo São Sebastião¹⁸, conhecido na história do catolicismo pela sua associação a momentos pandêmicos. Na História ocidental, em meados dos anos 680, há relatos que Roma enfrentava uma terrível epidemia, e o Bispo da época teve a ideia de trazer os restos mortais de São Sebastião, na intenção dos fiéis o invocar para que o surto pudesse ir embora. Incrivelmente, segundo alguns relatos, com a chegada dos ossos desse Mártir, a epidemia foi encerrada no país.

O caso é que subia pela “Boaventura da Silva”, indo da “14 de Março”, o povo crente de Dona Helena, que marchava imponente atrás do andor que decorara de papel dourado, levando, aos ombros de quatro moçoilas por ela escolhidas, bem bonitinhas e vestidas de branco, à imagem do glorioso São Sebastião (RIBEIRO, 2005, p. 73).

Compreende-se, na passagem acima, que a população belenense tinha toda uma organização em volta dos cortejos das procissões. Além do mais, assim como em outros países que utilizavam a devoção sobre o protetor das epidemias, São Sebastião. O povo da comunidade católica da capital paraense colocava muita esperança na fé e devoção, visto que, a cidade em sua essência é bem religiosa, e em casos excepcionais como desses momentos de surtos virais, é bem normal que a esperança seja depositada no divino. O narrador de Campos Ribeiro descreve um momento em que as vozes dos devotos subiam e evocavam em ardente súplica um dos cânticos do Santo da Epidemia: “Martir de cristo, meu Santo ‘barão’, livrai-nos da peste, São Sebastião!” (RIBEIRO, 2005, p. 73).

Salienta-se que a gripe “hespanhola” coincidiu com o declínio do período da borracha em Belém, expondo ainda mais a distinção das classes sociais, mudando costumes que eram rotineiros na capital. O “novo normal” não foi nada fácil para algumas pessoas, pois o vírus deixou perdas irreparáveis, de ente queridos, de empregos, de empreendimentos, entre muitos outros setores da sociedade. As preces e os velórios, acontecimentos no qual, a população se aglomerava, deixaram muitas histórias, marcando a vida de muitos indivíduos, sejam pelos episódios cômicos dos cortejos religiosos, ou até mesmo, pelas brincadeiras da mocidade que aconteciam nos velórios de várias vítimas da espanhola. No entanto, sem dúvidas o número de mortos não só no Pará, mas em

¹⁸ São Sebastião é tido como protetor de pestes e doenças contagiosas. Era um soldado do exército de Roma, que foi torturado por professar sua fé, não renegando Jesus Cristo. Foi associado a momentos epidêmicos da sociedade, como nas cidades de Milão, em 1575 e Lisboa em 1599, que foram acometidas por surtos virais, e que devido à intercessão ao Santo se viram livres. O Santo tem orações e muitos cânticos conhecidos pelos adeptos do catolicismo. Sendo inclusive padroeiro da cidade do Rio de Janeiro.

outros estados brasileiros, foram o marco mais marcante da pandemia. Ribeiro (2005, p. 74) relata que:

Depois que a “espanhola” se foi (que Deus a mandasse pras profundas!) continuou benzendo “izipla”, com o galhinho de arruda passando em cruz, em cima da “vermelha”, o puro azeite doce com sal – “o que eu corto?” e recebendo a resposta do paciente: - “Izipla...”.

E com sua saia de alpaca preta, seu “matinée” de “étamine”, seus sapatos abotinados, entrando quando em vez na taberna, para pedir, junto ao gradil onde se enfileiravam as garrafas da embiiba, da laranjinha, da anizeta, sua lambada de purinha.

- “Bota aí um tostão de contrariedade!...”.

O fragmento acima relata o momento do “retorno à normalidade” na sociedade belemense, mas, a gripe hespanhola revelou mazelas do povo e confrontos internos jamais imagináveis. A humanidade teve aprender a se reinventar diante de muitas mudanças, tanto no aspecto psíquico como social. Campos Ribeiro (2005) escreveu muito mais do que só uma narrativa de caráter memorialística, mas também apresentou uma capital do Pará de múltiplos aspectos, destacando dilemas enraizados culturalmente na rotina dos paraenses, e apresentando uma cidade que escondia atrás de uma rica arquitetura europeia, mas com problemas significativos que iam além do vírus da gripe espanhola. Como pode ser lido no trecho repetido duas vezes na narrativa – “Bota aí um tostão de contrariedade” (RIBEIRO, 2005, p. 73) – revelando uma Belém dizimada e dividida pela moléstia que causou tantas contradições sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crônica *Preces, Remédio Contra Epidemia*, de Campos Ribeiro revela toda a experiência de vida do autor ligada ao legado jornalístico adquirido por anos de atividade jornalística, mas principalmente a sua memória individual engrenada à uma biografia que também é coletiva da cidade de Belém. O que nos leva a pensar nas palavras de Bosi (1994) ao questionar: qual é a forma predominante de memória de um dado indivíduo? O único modo correto de sabê-lo é levar o sujeito a fazer sua autobiografia. A narração da própria vida é o testemunho mais eloqüente dos modos que a pessoa tem de lembrar. É a sua memória.

Diante do que foi exposto, o que se pode pensar sobre as memórias de pandemia que já acometeram a população das civilizações do mundo? O que os brasileiros, em especial, os amazônidas aprenderam com as epidemias?

Respondendo à pergunta, talvez quase nada. A situação da epidemia da gripe espanhola e da atual pandemia da covid-19 parecem que em nada “ensinaram” ou irão ensinar alguns seres humanos, pois estes parecem não terem entendido e atendido as súplicas dos cientistas em manter a normas de controle dos vírus.

Passado e presente conversam por meio não só de narrativas ficcionais, mas por cenas reais, em que a vida parece perder o valor. A negação à ciência e o descontrole com as medidas de circulação de ambos os vírus (gripe espanhola e covid-19) demonstraram novamente o quanto estamos aquém de nos tornarmos uma sociedade solidária e evoluída.

REFERÊNCIAS

- ABREU JUNIOR, J. M. C. **O vírus e a cidade: rastros da gripe espanhola no cotidiano da cidade de Belém** (1918). Belém: Paka-Tatu, 2018.
- BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CROSBY, A. W. **American forgotten pandemic: the influenza of 1918**. New York: Cambridge University Press, 1989.
- JURANDIR, D. **Passagem dos Inocentes**. 2. ed. Belém: Falângola, 1984.
- LUCENA, F. Coronavírus já matou mais que a Gripe Espanhola no Rio de Janeiro. **DiariodoRio.com.**, Rio de Janeiro, 25 ago. 2020. História. Disponível em: <https://diariodorio.com/coronavirus-ja-matou-mais-que-a-gripe-espanhola-no-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 26 ago. 2020.
- MEIRA, O, **Memórias do quase ontem**. Rio de Janeiro: Lidador, 1976.
- MENDONÇA, D. V. **Rastos e marcas das passadas minhas pelas sendas e avenidas da vida**. Belém: Sagrada Família, 2002.
- MONTEIRO, B. **O carro dos milagres**. 2. ed. Rio de Janeiro. Nova cultura: PLG Comunicação, 1980.
- O NOVO coronavirus e o que pandemias anteriores tem a nos ensinar. **UFSM**, Santa Maria, 27 abr. 2020. CCSH. Disponível em: <https://www.ufsm.br/unidades-universitarias/ccsh/2020/04/27/o-novo-coronavirus-e-o-que-pandemias-antiores-tem-a-nos-ensinar/>. Acesso em: 19 abr. 2021.

POTTER, C. W. A history of influenza. **J. Appl. Microbiol.**, [S. l.], v. 91, n. 4, p. 572-579, 2001.

RIBEIRO, J. S. C. **Gostosa Belém de outrora...** Belém: SECULT/PA, 2005.

SMITH JUNIOR, F. P. **Imigração espanhola na Amazônia**: as colônias agrícolas e o desenvolvimento socioeconômico do nordeste paraense (1890-1920). 2012. 212 f. Tese (Doutorado em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

VIANNA, A. O. N. **A santa casa de misericórdia paraense**: notícia histórica (1650-1902). Typographia de Alfredo Augusto Silva, Belém, Pará, 1902.

VIÉGAS, H. Belle Époque amazônica. **Realidades Urbanas**, Belém, 04 mar. 2011. Disponível em: <http://realidadeurbanas.blogspot.com/2011/03/belle-epoque-amazonica.html>. Acesso em: 22 ago. 2020.

Texto submetido à Revista em 17.04.2020
Aceito para publicação em 13.01.2021



Políticas de governança ambiental urbana na arena eleitoral: o caso do Rio de Janeiro nas eleições municipais de 2016

Urban environmental governance policies in the electoral arena: the case of Rio de Janeiro in the municipal elections of 2016

Antonio Teixeira de Barros - Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB). Docente e pesquisador do Programa de Mestrado em Ciência Política do Centro de Formação da Câmara dos Deputados (CEFOP). E-mail: antonibarros@gmail.com

Resumo

O artigo analisa como os 11 candidatos à eleição para a prefeitura do Rio de Janeiro em 2016 incorporaram temas ambientais em seus programas de governo, especialmente propostas de governança ambiental urbana. O levantamento foi realizado no período de setembro a outubro de 2016, durante a campanha eleitoral. A metodologia consiste na análise dos referidos programas. De forma complementar, foram realizadas entrevistas com integrantes das equipes que gerenciaram a campanha eleitoral dos candidatos, a fim de colher subsídios para incrementar a análise qualitativa. As principais conclusões indicam que, dos 11 candidatos, oito apresentaram propostas de governança ambiental para a cidade do Rio de Janeiro. Os programas mais elaborados são de Alessandro Molon, Jandira Feghali e Marcelo Freixo. Isso se deve a três fatores: engajamento pessoal desses candidatos na construção das propostas ambientais, envolvimento com os movimentos e entidades ecológicas e a colaboração de especialistas em políticas públicas e governança ambiental.

Abstract

This article analyzes how the 11 mayoral candidates in the 2016 elections in Rio de Janeiro included environmental issues in their government platforms, especially proposals for urban environmental governance. The survey was conducted from September to October 2016, during the electoral campaign. The methodology consisted of content analysis of platforms. In a complementary way, we interviewed members of the teams that managed the electoral campaign of the candidates, in order to obtain elements to deepen the qualitative analysis. The main conclusions indicate that eight among the eleven candidates submitted environmental governance proposals for the city of Rio de Janeiro. The most elaborate platforms were those of Alessandro Molon, Jandira Feghali and Marcelo Freixo. This was due to three factors: personal engagement of these candidates in the construction of environmental proposals; their involvement with ecological movements and entities; and the collaboration of experts in public policies and environmental governance.

Palavras-chave

Meio ambiente e política. Política municipal e ambiente. Eleições e ambiente. Governança ambiental. Rio de Janeiro.

Keywords

Environment and politics. Municipal policy and environment. Elections and environment. Environmental governance. Rio de Janeiro

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é analisar como os candidatos à prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, em 2016, abordaram os temas ambientais no âmbito local. A análise é guiada pelas seguintes questões: Como se deu a incorporação de temas ambientais no programa dos candidatos à prefeitura do Rio, em 2016? Como as temáticas ambientais foram articuladas nos programas dos candidatos? Em que consistem as propostas políticas apresentadas? Qual(is) a(s) noção(ões) de sustentabilidade que orienta(m) o discurso dos candidatos?

A principal hipótese que orienta a pesquisa é que o período eleitoral é relevante e profícuo para ser analisado, por duas razões. A primeira é que se trata do momento em que, ao lançarem suas candidaturas, os partidos usam variadas estratégias para reforçar seu papel na mediação política e seu poder de palavra. Nesse contexto, a hipótese é que a formulação de propostas de governança ambiental tornou-se relevante no contexto das estratégias discursivas dos candidatos, em função da importância que as questões ambientais adquiriram no contexto recente. A segunda razão é que durante o cenário eleitoral as estratégias de publicidade política adquirem maior visibilidade perante o eleitorado (BARROS, 2015a, 2015b, 2017a, 2017b, 2018).

É oportuno ressaltar que o debate político sobre ambiente adquiriu projeção com a intensa midiaticização a partir da Cúpula da Terra (Rio 92). Na época a cidade do Rio projetou-se internacionalmente como cenário do debate ambiental. Com a Olimpíada de 2016, novamente os problemas ambientais da cidade adquiriram visibilidade internacional, a exemplo da poluição da Lagoa Rodrigues de Freitas e da Baía de Guanabara.

Com uma população de 11,8 milhões de habitantes, a cidade do Rio é a segunda maior metrópole do Brasil, depois de São Paulo, e a sexta da América Latina. A cidade também é considerada um importante destino turístico internacional no Brasil e na América Latina. Além da paisagem natural internacionalmente reconhecida, a cidade conta ainda com parques e unidades de conservação, como o Parque Nacional da Tijuca – considerado Patrimônio Ambiental e Reserva da Biosfera pela UNESCO –, o Parque Estadual da Pedra Branca, o Complexo da Quinta da Boa Vista, o Jardim Botânico, o Jardim Zoológico do Rio e o Passeio Público. Apesar disso, o Rio é considerado uma cidade complexa do ponto de vista da formulação e execução das políticas urbanas, especialmente no caso das políticas ambientais, avaliadas como periféricas no âmbito mais amplo das demais políticas setoriais (MARQUES, 2000).

Governança ambiental é entendida aqui como a ação governamental voltada para o controle do uso dos recursos naturais (CÂMARA, 2013). Isso implica considerar aspectos como o planejamento ambiental, o conjunto de regras, normas e processos que orientam a ação governamental na esfera de políticas ou ações ligadas às relações da sociedade com o meio ambiente natural. Em suma, a governança ambiental, no caso dos espaços urbanos, é composta pelo conjunto de arranjos institucionais, especialmente aqueles que orientam as políticas públicas voltadas para a proteção/recuperação dos recursos naturais, bem como o desenvolvimento de tecnologias e inovações para amenizar impactos ambientais, reduzir riscos e prevenir desastres e degradação ambiental (CHAFFIN *et al.*, 2016; BROTO, 2017).

O estudo utiliza-se de análise documental, tendo como base o programa de governo dos candidatos, com o objetivo de mapear de que forma as temáticas ambientais foram incorporadas pelos programas de governo dos referidos candidatos. O levantamento documental foi realizado no período de setembro a outubro de 2016, durante a campanha eleitoral. Os documentos foram submetidos à técnica de análise de conteúdo (AC), nos termos de Bardin (2009). Para tanto recorreremos a dois instrumentos da AC: análise categorial e análise de avaliação. A primeira consiste em formular categorias com base nos temas predominantes nos documentos, enquanto a segunda consiste no exame de enunciados opinativos, ou seja, o enquadramento analítico. Para a primeira foi utilizado o *software* Atlas.Ti, uma ferramenta para análise de conteúdo categorial ou temática, que permite a identificação dos temas principais de textos e documentos escritos (KLÜBER, 2014). O uso do *software* contribuiu para a primeira parte da análise dos dados (ver quadros 1 a 3). A segunda resultou da leitura e avaliação dos programas dos 11 candidatos, conforme consta na segunda parte da análise.

Para aprofundamento da análise qualitativa foram realizadas entrevistas por telefone com agentes das equipes de *marketing* das campanhas dos 11 candidatos, no final de novembro de 2016, após a conclusão do levantamento documental. Foram 11 entrevistas, ou seja, sendo um da equipe de cada candidato¹. As entrevistas foram do tipo semiestruturada, ou seja, com um roteiro previamente definido, mas com possibilidade de inclusão de novas questões de acordo com a dinâmica do diálogo com os entrevistados. Assim, cada entrevista tomou um rumo próprio no decorrer da conversa, sem se prender ao roteiro. O objetivo da entrevista foi obter mais subsídios discursivos dos informantes para o aprofundamento da análise dos dados. Essa estratégia é apontada por Alves e Silva (1992, p. 63) como uma forma de se obter dados “dentro de um contexto”,

¹ Uma condição da maioria dos entrevistados foi a garantia de anonimato.

o que foi muito útil no caso em estudo, pois foram dados subjetivos relacionados ao contexto da campanha eleitoral dos candidatos.

Antes da apresentação e análise dos dados discutimos alguns aspectos teóricos sobre as relações entre cidade e meio ambiente, além da inserção do debate ambiental verde nas arenas políticas.

1 CIDADE, POLÍTICA E MEIO AMBIENTE

As dinâmicas de urbanização produzem ambientes segregados, com elevados impactos na qualidade de vida população (DUNLAP; BRULLE, 2015; IRAZÁBAL, 2017). Cabe ressaltar que a própria cidade é considerada como um tipo de meio ambiente (LYNCH, 1972) e como um bem ambiental (MARQUES, 2014). Trata-se de uma visão ancorada na representação da cidade como “espaço da qualidade de vida” (ACSELRAD, 1999, p. 84). Por outro lado, o espaço urbano também é visto como território político (ACSELRAD, 1999), no qual o lugar, entendido como espaço de uso coletivo, de habitação e de trânsitos, “torna-se o meio ambiente, gerando conflitos e tensões entre habitantes, lideranças políticas, a justiça e outros atores” (MOTA, 2007, sem paginação).

Oliveira (1998) ressalta a indissociabilidade do espaço urbano com as questões ambientais, a partir da concepção de que o espaço urbano e o meio natural são inseparáveis. Afinal, “o mundo material é entrecortado por sujeitos sociais que elaboram projetos distintos de uso e significação do espaço, seja ele rural ou urbano” (ZHOURI; PEREIRA, 2005, p. 16). Nesse contexto, o ambientalismo passou a ser tomado como exemplo paradigmático da perspectiva de ampliação do olhar histórico e político, principalmente pelo seu potencial de integrar saberes, além de permitir problematizações complexa e, transversais sobre a realidade social e política (CARVALHO, 2006).

Convém ressaltar que a literatura registra uma diversidade de conceitos e vertentes no campo do ambientalismo, dos mais radicais (ecossocialismo) aos mais moderados, que resultaram no chamado capitalismo verde ou ambientalismo liberal (WANNER, 2015). Destaca-se ainda o socioambientalismo, ao propor a superação das dicotomias existentes entre as questões sociais e ambientais, além de defender maior participação dos movimentos sociais na elaboração de políticas públicas ambientais (SANTILLI, 2005). Cada vertente possui a sua própria identidade, visto que cada uma delas constitui um campo particular de disputas, com sua natureza própria, seus interesses, suas lógicas e estratégias de ação (IRWIN, 2013). O reconhecimento de tal pluralidade é indispensável

para evitar o equívoco do pressuposto de um pensamento ecológico único e monolítico (YEARLEY, 2014).

Essa discussão se relaciona com as várias dimensões da sustentabilidade, conforme a classificação de Ignacy Sachs (1993): sustentabilidade econômica, social, ecológica, espacial/geográfica e cultural. Segundo o autor, a sustentabilidade econômica² é focada na eficiência da alocação e gestão de recursos extraídos da natureza, além de racionalidade nos investimentos. Tal concepção surge no âmbito do conceito de desenvolvimento sustentável, cuja matriz é o projeto desenvolvimentista liberal. Trata-se, portanto, nas palavras de Boaventura Sousa Santos (2010, p. 275), de um “processo de politização do espaço da produção”. Atualmente, associa-se à dimensão econômica da sustentabilidade a incorporação de princípios éticos tanto na produção como no consumo de bens, serviços e mercadorias (PITELIS, 2013).

A sustentabilidade social prioriza políticas de desenvolvimento humano para promover justiça social e reduzir desigualdades. Tem como perspectiva a própria noção de continuidade da vida em sociedade (DEMPSEY, 2011). A sustentabilidade ecológica, por sua vez, tem como pilar a preservação das fontes de recursos energéticos e naturais, com base na premissa de que o uso econômico dos bens naturais deve considerar os ciclos temporais inerentes às especificidades de cada ecossistema, a fim de garantir o equilíbrio da biodiversidade.

Estudos recentes relacionam a dimensão ecológica da sustentabilidade a conceitos como resiliência e adaptabilidade. A resiliência ambiental refere-se à capacidade de regeneração dos biomas perante a ação antrópica e seus impactos negativos (SPINELLI *et al.*, 2016). Scheffer *et al.* (2015) entendem resiliência como a capacidade dos ecossistemas, da fauna e da flora de obterem um relativo equilíbrio após situações ambientalmente desfavoráveis, como secas, enchentes, queimadas, geadas etc. A resiliência favorece a adaptabilidade e reduz a vulnerabilidade frente às mudanças ambientais, incluindo as mudanças climáticas (BRAGA; GRUBER, 2013). Resiliência ambiental e adaptabilidade também se aplicam à capacidade das comunidades tradicionais e das populações urbanas frente às mudanças ambientais, econômicas, sociais e culturais (SILVA, 2015).

A sustentabilidade espacial refere-se às políticas para a ocupação do solo, com “uma espacialização mais equilibrada” (SICHE, 2017, p. 140). O pressuposto é o de que a ocupação desordenada do solo afeta o equilíbrio dos biomas e ecossistemas. A dimensão geográfica ou espacial da sustentabilidade diz respeito ainda às “condições locais de existência e reprodução social”, colocando

² Tal concepção surge no âmbito do conceito de desenvolvimento sustentável, cuja matriz é o projeto desenvolvimentista liberal (CARVALHO, 1991).

em debate “as condições de qualidade de vida das comunidades, em que grupos se encontram em situações de segregação espacial e ou segregação ambiental” (SILVA; SOUZA; LEAL, 2012, p. 22).

A sustentabilidade cultural consiste no respeito às tradições, comunidades nativas e o patrimônio cultural, a fim de possibilitar harmonia e continuidade em relação aos padrões culturais vigentes (SICHE, 2017).

Essa perspectiva analítica reforça a relação entre sustentabilidade e governança ambiental, especialmente em contextos eleitorais, momentos em que os candidatos apresentam à sociedade suas propostas, por meio dos seus respectivos programas de governo (BARROS, 2015a, 2015b). Tal relação se acentua no atual contexto de globalização da governança ambiental e de desenvolvimento de propostas para a sustentabilidade urbana em nível local (LOSS; ZOLET; PIRES, 2015).

2 ANÁLISE DOS DADOS

Como se vê no Quadro 1, dos 11 candidatos, apenas três não tratam de temáticas ambientais nos programas de governo: Carmen Migueles (Partido Novo), Cyro Garcia (PSTU) e Thelma Bastos (PCO). Informações obtidas por meio das entrevistas anônimas³ dão conta de que os três candidatos optaram por não incluir temas ambientais em seus programas de governo, mas por motivos diferentes. No caso de Migueles, “trata-se de um partido que não reconhece na questão ambiental uma prioridade política para o País. Mesmo sendo uma legenda nova, suas prioridades são a reestruturação do Estado e o combate à corrupção” (informação verbal)⁴. No caso de Cyro Garcia e Thelma Bastos, os informantes argumentam que seus partidos elegeram outras prioridades e que a agenda ambiental nunca fez parte da pauta dos dois partidos.

O candidato Crivella mencionou o tema no programa, mas de forma avulsa, ou seja, sem destinar um capítulo específico ao tema no seu programa de governo. A justificativa, segundo o profissional entrevistado, que atuou na campanha eleitoral do candidato, é que “meio ambiente nunca foi um tema forte na trajetória política de Crivella, o que o levou a ter cautela com esse assunto, para não parecer oportunista perante o seu eleitorado” (informação verbal)⁵. Além disso, esse mesmo entrevistado complementa: “o candidato tem uma carreira

³ Os entrevistados concordaram em participar da pesquisa somente com a garantia de anonimato em razão de exercerem cargos de confiança na prestação de serviços aos candidatos.

⁴ Informação fornecida mediante entrevista por telefone. No dia 17 de novembro de 2017.

⁵ Informação fornecida por Informação fornecida mediante entrevista por telefone. No dia 18 de novembro de 2017.

política sólida, uma imagem pública consolidada e um eleitorado fiel, cujas preocupações são outros temas, mais ligados a valores familiares e humanos e não tanto o meio ambiente”.

Quadro 1 - Temáticas ambientais nos programas dos candidatos

	Candidatos⁶	Partido / Coligação	Ocorrência/ Peso		Inserção no Programa / Peso		Índice Geral
1	Alessandro Molon	PV / REDE / PPL	Sim	1,0	Capítulo	1,0	2,00
2	Carmen Migueles	Partido Novo	Não	0	Não	0	0
3	Crivella	PRB / PTN / PR	Sim	1,0	Avulso	0,5	1,5
4	Cyro Garcia	PSTU	Não	0	Sem menção	0	0
5	Flávio Bolsonaro	PSC / PRP	Sim	1,0	Capítulo	1,0	2,0
6	Índio da Costa	PSD / PSB / PMB	Sim	1,0	Capítulo	1,0	2,0
7	Jandira Feghali	PC do B / PT	Sim	1,0	Capítulo	1,0	2,0
8	Marcelo Freixo	PSOL / PCB	Sim	1,0	Capítulo	1,0	2,0
9	Osorio	PSDB / PPS	Sim	1,0	Capítulo	1,0	2,0
10	Pedro Paulo	PMDB / PDT / PP / PTB / PSL / SD / DEM / PROS / PHS / PMN / PEN / PSDC / PTC / PT do B / PRTB	Sim	1,0	Capítulo	1,0	2,0
11	Thelma Bastos	PCO	Não	0	Sem menção	0	0

Fonte: Elaboração do autor, com base em dados de pesquisa própria.

A competição eleitoral certamente é um das justificativas para a adesão dos candidatos à agenda verde (BARROS, 2015a, 2015b; DUVERGER, 2011; SAINTENY, 1994). Afinal, incluir propostas ambientais, mesmo que não seja uma prioridade do partido do candidato, torna-se uma estratégia e um diferencial para aumentar a visibilidade na arena eleitoral, talvez por um imperativo político contextual e pela própria concorrência partidária. A constatação de que um determinado candidato ou partido inclui propostas de governança ambiental, instiga os demais a fazerem o mesmo (BARROS, 2015a, 2015b).

⁶ Nome registrado na Justiça Eleitoral.

A competição conduz a padrões similares, com a ênfase a alguns focos que se repetem, como a própria ideia de sustentabilidade, com o objetivo de adotarem estratégias focadas em articular conexões com os mesmos públicos do mercado eleitoral (BARROS, 2015a). Trata-se, portanto, de uma escolha estratégica para responder a uma demanda contextual que adquiriu relevância inclusive do ponto de vista eleitoral, como mostram os estudos de Sainteny (1994) e Duverger (2011). A inclusão de temáticas ambientais no programa partidário pode ser interpretada, portanto, como estratégia para fortalecer a reputação pública das legendas e de seus candidatos. Além disso, essa iniciativa contribuiu para a transformação do ambientalismo em um eixo de reflexão e de ação política (IRAZÁBAL, 2017; ROHRSCHEIDER; MILES 2015), especialmente com a politização do debate sobre mudanças climáticas (PEPERMANS; MAESELE, 2016; RYAN, 2017)⁷. Nesse debate destacam-se, atualmente, dois focos: modelos de governança global das questões climáticas (FRANCHINI *et al.*, 2017) e o desenvolvimento de tecnologias adequadas à nova realidade ambiental (JACOBI; GIATTI, 2017; LEFF, 2015, 2017).

A estratégia de incluir temáticas ambientais no programa partidário é visível quando analisamos os eixos temáticos dos programas dos candidatos e seus respectivos termos-chave, como mostra o Quadro 2⁸. É a partir de eixos temáticos relacionados ao espaço urbano que as dimensões da sustentabilidade e os termos-chaves são definidos pelos programas dos candidatos. As várias dimensões da sustentabilidade foram consideradas a partir das tipologias mais relevantes registradas na literatura. Aqui nos utilizamos especificamente da contribuição de Sachs (1993), conforme foi abordado anteriormente. Nesse quesito há mais semelhanças do que diferenças, o que se justifica pela especificidade da temática e pela correlação entre os diferentes assuntos e as dimensões de sustentabilidade a eles associados. As semelhanças identificadas certamente se justificam pelos diagnósticos comuns em relação aos principais problemas ambientais da cidade.

A sustentabilidade ecológica está presente em todos os programas, bem como a sustentabilidade espacial. Quanto à dimensão econômica da sustentabilidade, apenas o programa de Flávio Bolsonaro não contempla em função da limitação temática da proposta, como se vê no Quadro 3. Os candidatos Jandira Feghali e Marcelo Freixo são os únicos que contemplam a

⁷ Nesse debate, a literatura recente destaca uma polarização partidária nos Estados Unidos. De um lado estão os Democratas, que defendem as políticas de combate ao aquecimento global e de outro os Republicanos, contrários a tais medidas (DUNLAP; MCCRIGTH; YAROSH, 2016).

⁸ Os termos-chave foram identificados com o auxílio do *software* Atlas.Ti, com base na lógica da análise categorial ou temática, uma das ferramentas da análise de conteúdo (BARDIN, 2009). Para cada programa de governo utilizado, o *software* contabilizou e listou os termos mais citados no texto. Foram incluídos como termos-chave aqueles com o maior número de menções.

dimensão cultural da sustentabilidade em seus programas de governo, embora de forma tímida, pois se limitam a mencionar temas como a preservação da paisagem ambiental e cultural e turismo sustentável. Os entrevistados, por sua vez, destacam que são dois candidatos diretamente envolvidos com as políticas culturais, tanto em função do perfil político de cada um quanto da atuação dos partidos aos quais são vinculados.

Quadro 2 - Programas agrupados por eixos temáticos, sustentabilidade e termos-chave⁹

	Candidatos	Eixo temático	Sustentabilidade correspondente	Termos-chaves mais citados nos programas
1	Alessandro Molon	Cidade sustentável	Sustentabilidade econômica, social, ecológica e espacial.	Bacias hidrográficas, despoluição de baías, qualidade de vida urbana, recuperação de rios, hortas urbanas, serviços de saneamento, reciclagem.
2	Crivella	Urbanismo	Sustentabilidade econômica, ecológica e espacial.	Mobilidade urbana; despoluição de lagoas; despoluição de canais.
3	Flávio Bolsonaro	Urbanismo	Sustentabilidade ecológica e espacial.	Arborização urbana; esverdeamento da cidade; resíduos sólidos.
4	Índio da Costa	Sustentabilidade urbana	Sustentabilidade econômica, ecológica e espacial.	Sustentabilidade; matas, florestas, rios, lagoas, qualidade de vida urbana; práticas ambientais ecoeficientes.
5	Jandira Feghali	Sustentabilidade urbana	Sustentabilidade econômica, social, ecológica, espacial e cultural.	Impactos ambientais; agenda ambiental; licenciamento ambiental; preservação; unidades de conservação; educação ambiental; saneamento ambiental; financiamento verde; resíduos domiciliares; preservação do patrimônio natural e cultural; turismo sustentável.

⁹ Os eixos temáticos foram definidos com base em critérios similares aos termos-chave, com o auxílio do mesmo *software*. A diferença é que para ser considerado um eixo temático o critério adicional é que houve um tópico com a referida nomenclatura no texto do programa de cada candidato. O tipo de sustentabilidade correspondente foi definido com base na literatura, especialmente Sachs (1993).

6	Marcelo Freixo	Justiça socioambiental	Sustentabilidade econômica, social, ecológica, espacial e cultural.	Saneamento ambiental; planejamento e gestão ambiental; política municipal de mudanças climáticas; zoneamento-ecológico-econômico; unidades de conservação; arborização urbana; licenciamento ambiental; ecoeficiência; educação ambiental; recursos hídricos; lixo orgânico; turismo sustentável.
7	Osorio	Sustentabilidade e saneamento	Sustentabilidade econômica, ecológica e espacial.	Sustentabilidade; saneamento; patrimônio ambiental; recursos hídricos; alagamentos e inundações; zoneamento econômico-ecológico; compensação ambiental; reciclagem; arborização; educação ambiental; defesa e proteção dos animais.
8	Pedro Paulo	Cidade sustentável	Sustentabilidade econômica, social, ecológica e espacial.	Desenvolvimento sustentável, eficiência energética; zoneamento econômico-ecológico, planejamento urbano, infraestrutura verde, mudanças climáticas; reciclagem, edifícios ecoeficientes, alagamentos e inundações, gestão de resíduos sólidos.

Fonte: Elaboração do autor, com base nos programas dos candidatos.

Ao observarmos as propostas específicas para as políticas ambientais de cada um(a) dos(as) candidatos(as), como se lê no Quadro 3, destacam-se as propostas contidas no programa de Pedro Paulo, o único candidato cujas proposições, além de incluir as dimensões econômica, social, ecológica e espacial da sustentabilidade, são enunciadas na forma de metas, incluindo os percentuais almejados e o tempo para a consecução. Em segundo lugar, em termos de consistência e relevância, estão as propostas de Alessandro Molon, Jandira Feghali e Marcelo Freixo, por serem as únicas que contemplam todas as dimensões da sustentabilidade, inclusive a dimensão cultural, que é de grande relevância para uma cidade como o Rio de Janeiro.

Na sequência têm-se as propostas do candidato Osório, que abrangem três dimensões da sustentabilidade e o detalhamento das medidas. Em último lugar estão as propostas dos candidatos Crivella, Flávio Bolsonaro e Índio da Costa, por serem as menos abrangentes e de menor consistência, limitadas as questões genéricas, como qualidade de vida urbana, despoluição de lagoas e urbanização de áreas degradadas.

Quadro 3 - Propostas dos candidatos para a gestão ambiental da cidade¹⁰

	Candidatos	Propostas de políticas ambientais
1	Alessandro Molon	<ul style="list-style-type: none"> - Desenho urbano de matriz ecológica; - Sustentabilidade como eixo transversal para a gestão da cidade; - Revisão da política de reurbanização portuária; - Recuperação dos rios urbanos; - Urbanização de favelas; - Uso de alimentos orgânicos na merenda escolar; - Adoção de projetos de agricultura urbana; - Universalização dos serviços de saneamento (água, esgoto e lixo); - Coleta e tratamento sustentável dos resíduos sólidos; - Participação social na política de mobilidade urbana; - Estímulo à inovação e políticas criativas; - Preservação da memória local.
2	Crivella	<ul style="list-style-type: none"> - Despoluição das lagoas e dos canais da Barra da Tijuca e de Jacarepaguá em até 8 anos; - Criação de um parque ecológico entre Bangu e Campo Grande até o final de 2019; - Ampliação das redes de coleta e tratamento de esgoto sanitário.
3	Flávio Bolsonaro	<ul style="list-style-type: none"> - Recuperação e ampliação de áreas verdes da cidade; - Isenções tributárias para fomentar parcerias público-privadas para a recuperação ambiental de parques, praças e jardins públicos; - Ampliação das redes de coleta e tratamento de esgoto sanitário; - Urbanização e regularização de áreas urbanas degradadas.
4	Índio da Costa	<ul style="list-style-type: none"> - Proteção de matas, rios e florestas urbanas; - Transformação do Rio em uma cidade sustentável, com qualidade de vida urbana.
5	Jandira Feghali	<ul style="list-style-type: none"> - Consolidação da política de planejamento ambiental; - Implantação do Sistema Municipal de Habitação de Interesse Social; - Ampliação do estoque de terras públicas; - Urbanização de favelas e assentamentos; - Ampliação das ciclovias; - Fortalecimento do Conselho Municipal de Meio Ambiente; - Reforço dos projetos de educação ambiental; - Revisão das regras do Fundo de Conservação Ambiental.

¹⁰ As propostas foram extraídas literalmente do texto dos programas dos candidatos.

6	Marcelo Freixo	<ul style="list-style-type: none"> - Implantação do Plano Municipal de Justiça Socioambiental; - Implementação da Política Municipal de Mudanças Climáticas; - Ampliação da rede de unidades de conservação do município; - Combate às indústrias poluidoras e desmatadoras; - Fortalecimento dos mecanismos de mapeamento e contenção de riscos ambientais; - Criação de uma empresa pública de saneamento ambiental; - Instituição de um plano municipal de preservação da paisagem ambiental; - Criação de um sistema de informações para o combate aos crimes contra animais.
7	Osório	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento de parcerias com o governo do Estado e de municípios vizinhos para a área de saneamento; - Criação de cinturões de proteção aos corpos hídricos; - Criação de incentivos para a reparação de danos ambientais; - Estímulo a medidas de compensação ambiental; - Plano diretor de arborização urbana e reflorestamento das encostas e áreas degradadas; - Ampliação das medidas de defesa e proteção dos animais.
8	Pedro Paulo	<ul style="list-style-type: none"> - Arborização urbana; - Redução em 20% das emissões de gases de efeito estufa; - Redução em 35% no volume de resíduos enviados para os aterros sanitários; - Implantação de redes de iluminação ecoeficiente; - Redução em 30% de ruas sujeitas a alagamentos; - Alcance de até 80% da população com cobertura de tratamento de esgoto; - Ampliação em 10% da extensão da costa praiana balneável; - Aumento da proteção legal em 80% da mata atlântica; - Incremento em 20% da produção agrícola orgânica.

Fonte: Elaboração do autor, com base em dados de pesquisa própria.

O conteúdo das entrevistas ajuda a compreender como as propostas foram formuladas e como se deu a negociação interna para a composição do elenco de proposições. Conforme os informantes os candidatos que se envolveram diretamente na formulação das proposituras para a área ambiental e fizeram questão de que o tema fosse central em seus programas foram Alessandro Molon, Jandira Feghali e Marcelo Freixo. Além do conhecimento pessoal dos candidatos sobre o tema, foram acionados especialistas em políticas ambientais para ajudarem na formulação das propostas de cada candidato. Outro fator relevante indicado pelos entrevistados é a relação dos três candidatos mencionados com as redes de movimentos sociais de orientação ecológica. Para os informantes esse tipo de envolvimento dos candidatos “empodera a agenda ambiental municipal, pois

aproxima os candidatos dos movimentos e vice-versa e isso se traduz em trocas de informações, de conhecimentos e de experiências” (informação verbal)¹¹.

No caso de Pedro Paulo, o informante relata que “a presença do PEN¹² na coligação contribui muito para a feição final do capítulo sobre meio ambiente” (informação verbal)¹³. Além disso, acrescenta que “o PEN contribuiu com uma equipe especializada em no assunto”, mas o próprio candidato exerceu protagonismo na construção do texto, pois “ele insistiu para que as propostas fossem viáveis, concretas e mensuráveis, incluindo metas e prazo”, explica o entrevistado da equipe de *marketing* político do candidato. “Para o candidato isso era uma questão de honra, pois ele é contra propostas genéricas e vazias, que são usadas, na maioria das vezes, de forma demagógica no discurso político durante as campanhas eleitorais”, complementa.

Em relação aos demais candidatos, após a análise das entrevistas, percebe-se que os programas são menos enfáticos e com propostas menos elaboradas, devido a três fatores: (a) o perfil dos candidatos, que são menos envolvidos com a agenda ambiental; (b) a falta de interlocução com os movimentos e entidades ambientalista; (c) falta de expertise das equipes de *marketing* político no assunto. Em suma, as entrevistas, na forma como foram realizadas, foram de grande utilidade para o aprofundamento qualitativo da análise, contextualizando os dados, como salientam Alves e Silva (1992).

3 ANÁLISE DOS PROGRAMAS DOS CANDIDATOS

Como já vimos acima, os programas mais abrangentes e que contemplam uma diversidade maior de dimensões da sustentabilidade são os de Alessandro Molon, Jandira Feghali, Marcelo Freixo e Pedro Paulo. Faremos agora um detalhamento do conteúdo dos programas desses três candidatos. Os três apresentam uma perspectiva sistêmica da sustentabilidade, ou seja, alberga as variadas dimensões da sustentabilidade, com a proposta de ações convergentes, integradas e coordenadas. Os ecologistas sistêmicos pregam transformações sociopolíticas e culturais amplas, associando democracia e cidadania ecológica. As pautas defendidas pelos programas partidários desse segmento são amplas, incluindo temas como cultura de paz, justiça social, direitos humanos, desenvolvimento regional e economia solidária (BARROS, 2015a).

¹¹ Informação fornecida mediante entrevista por telefone. No dia 18 de novembro de 2017.

¹² Partido Ecológico Nacional (PEN).

¹³ Informação fornecida mediante entrevista por telefone. No dia 17 de novembro de 2017.

No caso do programa de Molon, essa perspectiva aparece logo na abertura do texto que apresenta o programa de governo do candidato:

Propomos um novo tipo de desenvolvimento para o Rio, que seja sustentável e eficiente, tendo como pontos centrais o meio ambiente, a qualidade de vida dos cidadãos, a cultura e o conhecimento, com processos de decisão democratizados, participativos e transparentes, de forma a constituirmos uma cidade verdadeiramente inclusiva e integrada (REDE, 2016, p. 1).

No programa de Feghali, a visão defendida é a de que:

A agenda ambiental tem um intrínseco relacionamento com políticas públicas como: saúde, educação, mobilidade urbana, desenvolvimento econômico, dado o seu caráter abrangente; além, certamente, de sua área comum ao saneamento básico. Articuladamente ao planejamento para as políticas públicas em geral no município, a política pública ambiental deve andar em conjunto com as transformações da cidade (PCdoB, 2016, p. 31).

As propostas de Freixo têm como foco mudar o atual panorama ambiental da cidade do Rio, conforme destaca:

[...] apostando em um planejamento urbano que considere o papel do município do Rio na dinâmica socioambiental metropolitana. É necessário ter um plano integrado que respeite o meio ambiente, as culturas locais, a soberania alimentar e a matriz socioeconômica de cada região. Precisamos tornar o Rio mais saudável e ecológico (PSOL, 2016, p. 11).

No caso dos programas supracitados, os trechos reproduzidos literalmente reforçam nitidamente a perspectiva sistêmica já mencionada. Isso pode ser observado nas propostas de Molon por meio da articulação estabelecida entre governança ambiental, qualidade de vida, cultura, conhecimento, participação e inclusão social (REDE, 2016). Outro exemplo está na interrelação entre a governança ambiental e as demais políticas públicas, especialmente em áreas como saúde, educação, mobilidade urbana, saneamento básico e desenvolvimento econômico, conforme demonstram as propostas de Feghali (PCdoB, 2016). No programa de Freixo, por sua vez, notou-se a associação da dinâmica socioambiental metropolitana com questões relacionadas ao uso do território e suas características naturais, sociais, econômicas e culturais (PSOL, 2016).

As propostas de Pedro Paulo apresentam como diferencial, o estabelecimento de metas, como já foi abordado acima. As propostas são ancoradas no argumento geral de que:

O século XXI será inevitavelmente marcado pelo desafio do desenvolvimento sustentável. É o principal tema da agenda econômica,

social e cultural das próximas décadas. Desse modo, o Rio, mesmo considerando todas as suas mazelas ambientais, fruto de um estoque criado por séculos de descaso e incompreensão do valor desse ativo intangível para o desenvolvimento e o bem-estar dos cariocas, é a expressão do desafio da humanidade nesse momento histórico (PMDB, 2016, p. 39).

O eixo argumentativo que ancora as propostas do candidato Osório é o desenvolvimento econômico:

O Rio precisa reorientar seu eixo de desenvolvimento econômico para as suas vocações e vantagens competitivas. Nosso objetivo é criar uma base sustentável para o desenvolvimento econômico, com impactos positivos em emprego e renda. Nossa estratégia gira em torno de dois pilares fundamentais: (1) Valorizar as atividades produtivas nas quais já desempenhamos um papel de excelência e em que estamos na liderança no Brasil; (2) Reforçar e desenvolver atividades que valorizem e se beneficiem da sua beleza natural e cultura local, que tornam a cidade única e criam um sentimento de bem estar difícil de replicar em qualquer outra cidade (PSDB, 2016, p. 12).

O programa de Crivella, no tópico avulso sobre meio ambiente, inserido no item “Outras Temáticas”, limita-se a apresentar suas metas, as quais já foram descritas no Quadro 3, sem uma justificativa argumentativa (PRB, 2016). O candidato Bolsonaro argumenta em seu programa de governo que o foco de sua gestão ambiental será “o esverdeamento da cidade, pois uma cidade verde é uma cidade mais bonita e mais feliz, e o processo de maturação urbana reduzirá sensivelmente as temperaturas no verão da cidade maravilhosa” (PSC, 2016, p. 5).

O programa de governo de Índio da Costa, no quesito ambiental, apresenta como principal objetivo “transformar o Rio de Janeiro em uma cidade sustentável, com práticas eficientes voltadas para a melhoria da qualidade de vida da população, desenvolvimento econômico e preservação do meio ambiente” (PSD, 2016, p. 23).

Comparando os programas dos candidatos, além das semelhanças já apontadas acima, observam-se ainda alguns padrões quanto à lógica dos programas e seus perfis. Existem programas que resultam do empenho pessoal dos candidatos, que atuam como empreendedores da gestão ambiental (Alessandro Molon, Jandira Feghali e Marcelo Freixo), bem como aqueles cujas propostas estão atreladas à identidade partidária (Alessandro Molon, da Coligação PV e Rede-RJ). Por fim, está Crivella, candidato do tipo *free-rider*, que “pegou carona” na onda verde.

Enquanto o texto dos programas de Molon, Feghali e Freixo demonstram mais familiaridade dos candidatos com os temas ambientais, os demais soam

como *ambientalistas acidentais* (BARROS, 2018), ou seja, incluíram temas verdes em seus programas de governo por mera conveniência eleitoral, em função da relevância do tema para a cidade do Rio de Janeiro e para o eleitorado. Os programas de Molon, Feghali e Freixo tratam as questões ambientais de forma sistêmica, isto é, relacionam suas propostas ambientais de forma integrada com as várias dimensões da sustentabilidade. No caso de Molon, o texto trata a sustentabilidade como “eixo transversal para a gestão da cidade”, além de propor a participação democrática nos processos decisórios relacionados à mobilidade urbana. O programa de Feghali segue a mesma tendência, ao propor políticas de planejamento ambiental integrado com mobilidade urbana (ciclovias), educação ambiental e participação da sociedade, via Conselho Municipal de Meio Ambiente. O programa de Freixo, por sua vez, relaciona a governança ambiental da cidade com justiça ambiental, prevenção de riscos ambientais e a adoção de um plano municipal de preservação da paisagem ambiental.

CONCLUSÕES

O artigo teve como objetivo analisar como os candidatos à prefeitura da cidade do Rio de Janeiro em 2016 abordaram os temas da agenda ambiental no âmbito local. Uma breve sistematização das principais conclusões extraídas da discussão teórica mostra que a governança ambiental é indispensável para a garantia da qualidade de vida urbana, considerando as várias dimensões da sustentabilidade (CÂMARA, 2013; DEMPSEY, 2011; DUNLAP; BRULLE, 2015; PITELIS, 2013; SACHS, 1993). No âmbito da governança ambiental, a gestão urbana ecoeficiente deve ser orientada por políticas públicas ambientalmente dirigidas para a mitigação e a prevenção de impactos e riscos ambientais (BROTO, 2017; CHAFFIN *et al.*, 2016; IRAZÁBAL, 2017; SICHE, 2017).

Ao se cotejar os dados com a referida sistematização teórica, observa-se que a apresentação de propostas de governança ambiental pelos candidatos foi algo expressivo. Tanto é que dos 11 candidatos, 8 propuseram medidas de gestão do meio ambiente contemplando diversas visões de sustentabilidade. Em relação ao conteúdo das proposições, a análise revela três perfis de programas¹⁴. O primeiro é formado pelos candidatos Alessandro Molon, Jandira Feghali, Marcelo Freixo e Pedro Paulo. São documentos mais abrangentes e com maior nível de elaboração técnica. Com base nas entrevistas foi possível identificar as razões que

¹⁴ Os critérios para enquadramento do programa dos candidatos nos três perfis mencionados foram: a análise de conteúdo do texto e os depoimentos coletados por meio das entrevistas. Para tanto, levou-se em conta: a consistência, abrangência e nível de elaboração das propostas de governança ambiental.

explicam esse primeiro perfil: o empenho pessoal dos candidatos, em função do envolvimento deles com o tema em suas trajetórias na política; a proximidade deles com os movimentos sociais de orientação ecológica; e a colaboração de especialistas em políticas ambientais na formulação das proposições.

O segundo perfil é composto pelos candidatos Crivella, Flávio Bolsonaro, Índio da Costa e Osório. São programas de menor abrangência e com menos sofisticação técnica na elaboração das propostas, se comparados com os textos do grupo um. Da mesma forma, as entrevistas nos permitem avaliar que isso se deu pelos seguintes fatores: (a) falta de empenho pessoal dos candidatos, por não se tratar de prioridade eleitoral na visão deles; (b) ausência de vínculos diretos dos candidatos com os movimentos/entidades ambientais; (c) falta de colaboração de especialistas em políticas ambientais; (d) constatação dos próprios candidatos de que a ênfase no tema não produziria impacto em suas bases eleitorais, cujos focos temáticos são outros.

O terceiro perfil inclui aqueles que não trataram de temas ambientais, demonstrando que o assunto não tinha prioridade em suas propostas de governança urbana. São eles: Carmen Migueles (Partido Novo), Cyro Garcia (PSTU) e Thelma Bastos (PCO).

Retomando as questões que orientam o estudo, especialmente a primeira (como se deu a incorporação de temas ambientais no programa dos candidatos?), percebe-se que a inserção de tópicos ambientais no programa dos candidatos ocorreu de forma diferenciada, em consonância com os três perfis acima descritos. Como já foi mencionado, os candidatos que dedicaram maior importância à agenda verde apresentam um conjunto de fatores que contribuíram para isso: o engajamento pessoal dos candidatos, que atuaram como empreendedores ambientais; a abertura para as ideias dos movimentos ecológicos e de *experts*. Aqueles que, ao contrário, não apresentam esse perfil, não priorizaram as temáticas ambientais em seus respectivos programas de governo.

A conjunção dos fatores acima mencionados contribui para explicar a segunda questão: como as temáticas ambientais foram incorporadas nos programas dos candidatos? A trajetória pregressa dos candidatos e a aposta deles na visão de que se tratava de um tema relevante sob a ótica eleitoral favoreceu a inclusão de temas ambientais nas propostas de forma mais sistemática e orgânica, incluindo medidas relacionadas a aspectos de grande visibilidade na agenda de debates sobre as problemáticas atinentes à governança ambiental da cidade. Entre elas estão: sustentabilidade como eixo transversal para a gestão da cidade (no caso de Molon); consolidação da política de planejamento ambiental (Feghali);

ampliação da rede de unidades de conservação do município (Freixo); redução em 35% no volume de resíduos enviados para os aterros sanitários (Pedro Paulo).

Ao se discutir a terceira questão (em que consistem as propostas políticas apresentadas?), observa-se que o teor de tais proposições está diretamente associado aos três perfis de programas acima mencionados. Assim, no caso do primeiro perfil as medidas consistem em sugestões de ações convergentes, integradas e coordenadas. Entre elas destacam-se medidas para a promoção da cultura de paz, da justiça social, dos direitos humanos, do desenvolvimento regional e da economia solidária. Os candidatos dos demais perfis apresentam propostas menos consistentes e pouco articuladas, como já foi demonstrado acima.

Na sequência, convém ressaltar os dados relativos à última questão: qual(is) a(s) noção(ões) de sustentabilidade que orienta(m) o discurso dos candidatos? No caso do grupo que se enquadra no primeiro perfil, as ideias são ancoradas em uma visão sistêmica da sustentabilidade, de forma a articular suas várias dimensões. Nessa perspectiva, os candidatos sugerem amplas transformações na política e na cultura, de modo a incorporar ao debate sobre democracia a noção de cidadania ecológica. No caso dos demais perfis, ao contrário, faltam consistência e essa visão sistêmica nas propostas, conforme já foi abordado.

Por fim, cabe frisar que a análise documental, complementada pelas entrevistas, confirma a hipótese enunciada na introdução. A formulação de propostas de governança ambiental pelos candidatos mostrou-se uma estratégia relevante no contexto eleitoral. Conforme já registrado na literatura, trata-se de uma tática dos candidatos para se destacarem na arena eleitoral, quando vários temas entram em disputa pela atenção do eleitorado (BARROS, 2015a, 2015b; DUVERGER, 2011; SAINTENY, 1994). A inclusão de temáticas ambientais no programa partidário pode ser interpretada, portanto, como esforço para fortalecer a reputação pública das legendas e de seus candidatos. No caso em estudo, convém considerar ainda o peso das questões ambientais no debate político e na agenda midiática.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Discursos da sustentabilidade urbana. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Presidente Prudente, n. 1, p. 79-90, 1999.

ALVES, Z. M. M. B.; SILVA, M. H. G. F. Análise qualitativa de dados de entrevista: uma proposta. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 2, p. 61-69, 1992.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

- BARROS, A. T. Política partidária e meio ambiente: a adesão dos partidos políticos brasileiros à agenda verde. **Opinião Pública**, Campinas, v. 21, n. 3, p. 693-733, 2015a. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/op/v21n3/1807-0191-op-21-3-0693.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2018.
- BARROS, A. T. Agenda verde internacional e seus impactos no Brasil. **Revista de Estudos e Pesquisas Sobre as Américas**, Brasília, v. 9, p. 160-191, 2015b.
- BARROS, A. T. The internet as environmental media: strategies of Brazilian political parties. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 183-202, 2017a.
- BARROS, A. T. Brazil's Discourse on the environment in the international arena. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 2, p. 421-442, 2017b.
- BARROS, A. T. Ambientalistas acidentais: a adesão dos partidos políticos brasileiros ao liberalismo verde. **Colombia Internacional**, Bogotá, v. 15, n. 94, p. 111-141, 2018.
- BRAGA, R. B.; GRUBER, N. L. S. Gestão do risco e adaptabilidade às mudanças ambientais dos municípios na planície costeira do Rio Grande do Sul. **Gravel**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 49-53, 2013.
- BROTO, V. C. Urban governance and the politics of climate change. **World Development**, [S. l.], v. 93, n. 279, p. 1-15, 2017.
- CÂMARA, J. B. D. Governança ambiental no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 21, n. 46, p. 125-146, 2013.
- CARVALHO, I. C. M. A eco-democracia. **Revista Políticas Governamentais**, São Paulo, v. 7, n. 75, p. 01, 1991.
- CARVALHO, I. C. M. As transformações na esfera pública e a ação ecológica: educação e política em tempos de crise da modernidade. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 11, n. 32, p. 308-315, 2006.
- CHAFFIN, B. C. *et al.* Transformative environmental governance. **Annual Review of Environment and Resources**, New York, v. 41, n. 123, p. 399-423, 2016.
- DEMPSEY, N. *et al.* The social dimension of sustainable development: defining urban social sustainability. **Sustainable development**, [S. l.], v. 19, n. 5, p. 289-300, 2011.

- DUNLAP, R. E.; BRULLE, R. J. **Climate change and society**: sociological perspectives. New York: Oxford University Press, 2015.
- DUNLAP, R.; MCCRIGHT, A.; YAROSH, H. J. The political divide on climate change: Partisan polarization widens in the U.S. **Environment**: science and policy for sustainable development, [S. l.], v. 58, n. 5, p. 4-23, 2016.
- DUVERGER, T. **Le parti socialiste et l'écologie**. Paris: Jean Jaurés Fondation, 2011.
- FRANCHINI, M. *et al.* The challenges of the anthropocene: from international environmental politics to global governance. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 177-202, 2017.
- IRAZÁBAL, C. **City making and urban governance in the Americas**: Curitiba and Portland. London: Routledge, 2017.
- IRWIN, A. **Sociology and the environment**: a critical introduction to society, nature and knowledge. Cambridge: John Wiley & Sons, 2013.
- JACOBI, P.; GIATTI, L. L. Nexos para a sustentabilidade: a busca por uma nova racionalidade. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 12-24, 2017.
- KLÜBER, T. E. Atlas/ti como instrumento de análise em pesquisa qualitativa de abordagem fenomenológica. **Educação Temática Digital**, Campinas, v. 16, n. 1, p. 5-23, 2014.
- LEFF, H. Political ecology: a Latin American perspective. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 35, p. 29-64, 2015.
- LEFF, H. Power-knowledge relations in the field of political ecology. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 225-256, 2017.
- LOSS, M. M. M.; ZOLET, L. A.; PIRES, C. Globalização, democracia e sustentabilidade: como resolver a equação? **Revista Jurídica Cesumar**, Maringá, v. 15, n. 1, p. 129-152, 2015.
- LYNCH, K. A cidade como meio ambiente. *In*: DAVIS, K. *et al.* **Cidades**: a urbanização da humanidade. Rio de Janeiro: Zahar, 1972. p. 207-216.
- MARQUES, E. C. **Estado e redes sociais**: permeabilidade e coesão nas políticas urbanas no Rio de Janeiro: Editora Revan, 2000.
- MARQUES, E. C. L. A metrópole de São Paulo no início do século XXI. **Revista USP**, São Paulo, n. 102, p. 23-32, 2014.

MOTA, F. Quando a cidade vira meio ambiente: notas antropológicas sobre conflitos ambientais no Brasil. *In*: INTERNATIONAL CONFERENCE OF YOUNG URBAN RESEARCHERS, 1., 2007, Lisboa. **Proceedings** [...]. Lisboa: CYUR, p. 1-12. 2007.

NOVO. Novo. **Novo**, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: http://divulgacandcontas.tse.jus.br/dados/2016/RJ/60011/2/190000011364/proposta_governo1470932607699.pdf. Acesso em: 30 ago. 2016.

OLIVEIRA, J. P. Cidade e meio ambiente sob um enfoque sistêmico. **Turismo-Visão e Ação**, Balneário Camboriú, v. 1, n. 1, p. 45-60, 1998.

PCdoB. Rio em comum. **PCdoB**, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: http://divulgacandcontas.tse.jus.br/dados/2016/RJ/60011/2/190000011736/proposta_governo1470938710461.pdf. Acesso em: 30 ago. 2016.

PCO. PCO. **PCO**, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: http://divulgacandcontas.tse.jus.br/dados/2016/RJ/60011/2/190000024265/proposta_governo1471293135592.pdf. Acesso em: 30 ago. 2016.

PEPERMANS, Y.; MAESELE, P. The politicization of climate change: problem or solution? **Wires Climate Change**, [S. l.], v. 7, n. 4, p. 478-485, 2016.

PITELIS, C. N. Towards a more 'ethically correct' governance for economic sustainability. **Journal of Business Ethics**, [S. l.], v. 118, n. 3, p. 655-665, 2013.

PMDB. Juntos pelo Rio. **PMDB**, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: http://divulgacandcontas.tse.jus.br/dados/2016/RJ/60011/2/190000011364/proposta_governo1470932607699.pdf. Acesso em: 30 ago. 2016.

PRB. Por um Rio mais humano. **PRB**, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: http://divulgacandcontas.tse.jus.br/dados/2016/RJ/60011/2/190000017952/proposta_governo1471038889100.PDF. Acesso em: 30 ago. 2016.

PSC. O Rio precisa de força para mudar. **PSC**, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: http://divulgacandcontas.tse.jus.br/dados/2016/RJ/60011/2/190000011736/proposta_governo1470938710461.pdf. Acesso em: 30 ago. 2016.

PSD. Juntos pelo carioca. **PSD**, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: http://divulgacandcontas.tse.jus.br/dados/2016/RJ/60011/2/190000011736/proposta_governo1470938710461.pdf. Acesso em: 30 ago. 2016.

- PSDB. Rio de oportunidades e direitos. **PSDB**, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: http://divulgacandcontas.tse.jus.br/dados/2016/RJ/60011/2/190000011364/proposta_governo1470932607699.pdf. Acesso em: 30 ago. 2016.
- PSOL. Mudar é possível. **PSOL**, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: http://divulgacandcontas.tse.jus.br/dados/2016/RJ/60011/2/190000007450/proposta_governo1470756689345.pdf. Acesso em: 30 ago. 2016.
- PSTU. Contra burguês, lute e vote 16. **PSTU**, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: http://divulgacandcontas.tse.jus.br/dados/2016/RJ/60011/2/190000019572/proposta_governo1471117955205.pdf. Acesso em: 30 ago. 2016.
- REDE. Todo Rio. **Rede**, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: http://divulgacandcontas.tse.jus.br/dados/2016/RJ/60011/2/190000018866/proposta_governo1471112330764.pdf. Acesso em: 30 ago. 2016.
- ROHRSCHNEIDER, R.; MILES, M. Representation through parties? Environmental attitudes and party stances in Europe in 2013. **Environmental Politics**, [S. l.], v. 24, n. 4, p. 617-640, 2015.
- RYAN, D. Politics and climate change: exploring the relationship between political parties and climate issues in Latin America. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 271-286, 2017.
- SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI**. São Paulo: Nobel, 1993.
- SAINTENY, G. Le Parti socialiste face à l'écologisme. **Revue Française de Science Politique**, Paris, v. 44, n. 3, p. 424-461, 1994.
- SANTILLI, J. **Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural**. São Paulo: Editora Peirópolis, 2005.
- SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- SCHEFFER, M. *et al.* Generic indicators of ecological resilience: inferring the chance of a critical transition. **Annual Review of Ecology, Evolution, and Systematics**, [S. l.], v. 46, n. 46, p. 145-167, 2015.
- SICHE, R. *et al.* Índices versus indicadores: precisões conceituais na discussão da sustentabilidade de países. **Ambiente & sociedade**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 137-148, 2017.

SILVA, R. J. Repensando a premissa de adaptabilidade em comunidades tradicionais rurais: sistemas agroalimentares em transição? **South American Journal of Basic Education, Technical and Technological**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 40-55, 2015.

SILVA, A. S.; DE SOUZA, J. G.; LEAL, A. C. A sustentabilidade e suas dimensões como fundamento da qualidade de vida. **Geografia em Atos**, Presidente Prudente, v. 1, n. 12, p. 22-42, 2012.

SPINELLI, M. V. P. *et al.* Estudo sustentável da capacidade de carga antrópica e a sua influência no ponto de equilíbrio da resiliência ambiental. **Revista Brasileira de Geografia Física**, Recife, v. 9, n. 1, p. 185-199, 2016.

WANNER, T. The new 'passive revolution' of the green economy and growth discourse: maintaining the 'sustainable development' of neoliberal capitalism. **New Political Economy**, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 21-41, 2015.

YEARLEY, S. **The green case (routledge revivals)**: a sociology of environmental issues, arguments and politics. London: Routledge, 2014.

ZHOURI, A. K. L.; PEREIRA, D. Conflitos sociais e meio ambiente urbano. *In*: ZHOURI, A. K. L.; BARROS, D. P. (org.). **A insustentável leveza da política ambiental**: desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2005. v. 1. p. 11-24.

Texto submetido à Revista em 14.08.2019

Aceito para publicação em 10.08.2020



Educação ambiental: desafios e perspectivas no contexto da Educação Básica

Environmental education: challenges and perspectives in the context of basic education

Tainá Silva Candido Toscan – Mestre em Educação pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Doutoranda em Ciências Ambientais no Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da UNESC. E-mail: tainacandido1@hotmail.com

Resumo

O presente estudo apresenta um panorama do que tem sido pesquisado nos últimos quatro anos (2016-2020) sobre a Educação Ambiental no contexto da Educação Básica. Nesse sentido, objetivou, por meio de revisão bibliográfica, sintetizar publicações na área, identificando as percepções dos autores sobre o tema e o lugar da EA no contexto educacional hoje. Para tanto, a partir de Bardin (2004), categorias foram pensadas e organizadas a fim de sistematizar os dados, a saber: representações dos professores sobre EA e suas práticas; inserção da EA crítica na educação básica e desafios; EA e a formação de professores e EA e políticas educacionais. Entende-se que o lugar da EA no contexto da Educação Básica ainda está envolto em certa nebulosidade, repleto de desafios a serem superados, mesmo com avanços, conquistas e abrangência teórica sobre a EA explicitada como necessidade em todos os níveis de ensino.

Abstract

The present study presents an overview of what has been researched in the last four years (2016-2020) on Environmental Education in the context of Basic Education. In this sense, it aimed, through a bibliographic review, to synthesize publications in the area, identifying the authors' perceptions about the theme and the place of EE in the educational context today. Therefore, from Bardin (2004), categories were thought and organized in order to systematize the data, namely: teachers' representations about EE and its practices; insertion of critical EA in basic education and challenges; EA and teacher training and EA and educational policies. It is understood that the place of EE in the context of Basic Education is still enveloped in a certain cloudiness, full of challenges to be overcome, even with advances, achievements and theoretical scope on EE explained as a necessity at all levels of education.

Palavras-chave

Educação Ambiental. Educação Básica. Prática Docente. Desafios.

Keywords

Environmental education. Basic education. Teaching Practice. Challenges.

INTRODUÇÃO

A Educação Ambiental (EA) foi inserida na pauta das discussões na comunidade escolar a partir da década de 1970, período marcado por conferências e reuniões internacionais relacionadas ao meio ambiente, como, por exemplo, a I Conferência Internacional sobre Meio Ambiente, realizada em 1972 (Estocolmo, Suécia); o Seminário Internacional de Educação Ambiental em 1975 (Belgrado, Iugoslávia) e a Conferência em Tbilisi de 1977 (Geórgia).

Os desdobramentos do debate internacional levaram o Governo Federal a criar, em 1992, o Ministério do Meio Ambiente. Naquele ano, também foi realizada a II Conferência Internacional das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (RIO-92), culminando no fortalecimento das políticas ambientais nacionais e internacionais. Dentre as políticas nacionais relacionadas ao meio ambiente, destaca-se a Lei nº 9.795/1999, sancionada no dia 27 de abril (BRASIL, 1999), implicando também nos documentos que norteiam a Educação Básica no Brasil, reelaborados a fim de abranger a EA como tema transversal. A proposta deste estudo não é descrever detalhadamente o caminho trilhado pela EA e suas conquistas, mas acentuo que, mesmo com avanços e abrangência teórica sobre a EA explicitada como necessidade em todos os níveis de ensino, seu lugar no contexto da Educação Básica ainda está situado sob certa nebulosidade. Nesse sentido, evidente está a necessidade de apresentar um panorama do que tem sido pesquisado nos últimos anos sobre a EA no contexto da Educação Básica. Portanto, por meio de revisão bibliográfica, o objetivo foi analisar os estudos publicados na área da Educação Básica referentes à educação ambiental; identificar as percepções dos autores sobre o tema e o lugar da EA no contexto educação básica.

A revisão na literatura partiu de buscas em duas bases de dados, a saber: Portal de Periódicos da CAPES e Google Acadêmico, com o intuito de selecionar estudos mais recentes, do período de 2016 a 2020, sobre a EA no contexto da Educação Básica, por meio dos descritores: “educação ambiental” e “educação básica”. A pesquisa nas bases, tendo como critério apenas os artigos que discorriam sobre os dois temas, totalizou oito artigos, apresentados no decorrer deste estudo. Vale destacar que, segundo o critério estabelecido, não foram encontrados artigos publicados nos anos de 2019 e 2020.

No portal de periódicos da CAPES, foram localizados três estudos, sendo estes: *Representações de ambiente e educação ambiental: implicações na práxis educativa de professores de ensino fundamental em Moju, PA, Brasil* (PINHO et al., 2017); *Formações continuadas em educação ambiental: características e limitações* (MOTA, 2017) e *A inserção*

da educação ambiental crítica na escola via extensão universitária (FIGUEIRA; LIMA; SELLES, 2018).

O estudo de Pinho *et al.* (2017) foi investigar as representações de ambiente e EA de docentes em uma escola municipal de ensino fundamental no Pará, discutindo como essas representações refletem no fazer pedagógico desses professores. O artigo de Mota (2017) trata da pesquisa bibliográfica, a qual apresenta características e desafios das formações iniciais e continuadas dos profissionais da educação, mais especificamente, dos educadores ambientais. Já o de Figueira, Lima e Selles (2018) identifica limites e possibilidades da inserção da vertente crítica da EA na Educação básica, avaliando a inserção da EA, mediada por um projeto de extensão universitária, em duas escolas públicas municipais do Rio de Janeiro.

No Google Acadêmico, foram selecionados cinco artigos seguindo os critérios estabelecidos para este estudo. O primeiro, denominado *As políticas de educação ambiental e suas repercussões sobre o planejamento da educação básica no ensino público brasileiro* (ARAGÃO, 2016), fundamenta-se no referencial teórico da EA crítica para analisar a repercussão das políticas de EA no Brasil. O segundo estudo, *Concepções e atividades docentes de Educação Ambiental e seus desdobramentos na formação de alunos da educação básica* (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2017), analisa as concepções e atividades realizadas por docentes em EA, buscando compreender como essas práxis se efetivam e quais os seus impactos na formação dos discentes. Já o terceiro, denominado *Uma breve reflexão sobre os desafios da Educação Ambiental no ensino formal brasileiro* (ARAÚJO; LAMIM-GUEDES JÚNIOR, 2017), buscou, por meio de pesquisa bibliográfica, refletir sobre os desafios da EA no ensino formal, respondendo às seguintes questões: como fazer que a adoção de temas transversais seja eficiente? Como fazer EA nas escolas e universidades? Que experiências exitosas temos no Brasil? Intitulado *A abordagem da Educação Ambiental nos PCNS, nas DCNS e na BNCC* (BRANCO; ROYER; BRANCO, 2018), o quarto trabalho avalia a EA no Brasil, dando ênfase na legislação, na organização e no papel do currículo e a abordagem da EA nos documentos norteadores: Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Por fim, de Frizzo e Carvalho (2018), denominado *Políticas públicas atuais no Brasil: o silêncio da educação ambiental*, investiga a construção de políticas de EA, que, segundo as autoras, teve expansão na categoria de objeto contemplado por diversas políticas públicas, mas que tem sido desconsiderada pelas políticas de educação nos últimos anos.

É perceptível que pesquisadores têm se empenhado em estudar a EA no ensino básico nos últimos quatro anos, confirmando que o tema ainda está na

pauta das discussões, abordando concepções de docentes sobre EA, dificuldades relacionadas à implementação da EA no ensino formal, limitações na formação docente, repercussão das políticas de EA no país e abordagem da EA nos documentos norteadores da Educação Básica.

Sendo assim, no primeiro momento da pesquisa, foram descritas as perspectivas dos autores sobre a EA, identificando pontos de contato e divergência; no segundo momento, a partir de Bardin (2004), os assuntos mencionados são categorizados e sintetizados para melhor compreensão, discussão e inferência, a saber: representações dos professores sobre EA e suas práticas; inserção da EA crítica na Educação básica e desafios; EA e a formação de professores e EA e políticas educacionais. Por último, a com base na análise dos resultados, são apresentadas algumas considerações sobre a EA no contexto educacional hoje.

1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL: O QUE DIZEM OS AUTORES

Os estudos envolvendo a EA apresentam uma gama de concepções, com o objetivo de identificar de que maneiras se complementam ou divergem, serão apresentadas as perspectivas dos autores identificados no levantamento bibliográfico.

No que diz respeito à EA, Pinho *et al.* (2017) destacam a importância da formação do sujeito ecológico na superação dos desafios oriundos dos problemas socioambientais contemporâneos. Nessa perspectiva, os autores defendem, tendo em vista as considerações de Carvalho (2012), uma educação que possibilite ao sujeito novas formas de ver ou ler o ambiente, para interpretá-lo em toda sua dimensão. Nesse contexto, o professor é entendido como intérprete, mediador, tradutor de mundos. Nesse mesmo raciocínio, os autores mencionam Leff (1999), entendendo a produção do conhecimento na EA como processo dialético em confronto com a realidade e no diálogo com o outro.

Após leitura do estudo de Araújo e Lamim-Guedes Júnior (2017), identificou-se que a percepção dos autores sobre EA vai ao encontro com a de Pinho *et al.* (2017). Entretanto, Pinho *et al.* (2017) denunciam representações de EA voltadas somente à conscientização no sentido de preservação da natureza e instrução/informação, enfatizando questões ecológicas. Os autores defendem a EA transformadora, que engloba questões culturais, políticas, econômicas, sociais e históricas, voltada para a construção de valores. Em suas palavras, a EA transformadora “se distingue de tendências politicamente conservadoras que dissociam o social do ambiental, pois afirma a educação como uma práxis

social e amplia o conceito de ambiente para além dos aspectos físico-biológicos” (PINHO *et al.*, 2017, p. 301).

Sobre o assunto, é importante mencionar as considerações apresentadas no estudo de Figueira, Lima e Selles (2018), que evidenciam as diversas correntes da EA, sintetizadas em: conservacionista, pragmática e crítica. A macrotendência conservacionista “valoriza a dimensão afetiva na relação homem-natureza e a mudança de comportamentos e atitudes individuais” e a EA pragmática, por sua vez, “se concentra em pautas como reciclagem, energia limpa, pegada ecológica etc., e não realiza um aprofundamento de ordem política” (FIGUEIRA; LIMA; SELLES, 2018, p. 357).

Assim sendo, quanto à EA crítica, Figueira, Lima e Selles (2018) entendem para além da visão conservacionista, preocupada com mudança de comportamento, atitudes e valores. Portanto, complementam e superam a perspectiva de Pinho *et al.* (2017), uma vez que a perspectiva crítica defendida por Figueira, Lima e Selles (2018) vai além quando procura questionar e combater a estrutura de classes na qual tais valores são produzidos e disseminados, isto é, por meio de discussão sociopolítica. Nessa linha de pensamento, a EA crítica não só considera os valores, dentre eles a equidade, justiça social, ética e inclusão, como também valoriza os saberes tradicionais a partir do diálogo entre as diferentes culturas e entre cultura e ciência (FIGUEIRA; LIMA; SELLES, 2018).

O estudo de Mota (2017) denuncia os saberes fragmentados e compartimentalizados, ao defender que os conceitos, vivências, discursos e desafios ambientais se interligam, diferente do que ocorre nas concepções tradicionais de ensino. O autor defende a importância da reflexão crítica, capaz de mobilizar “ações de intervenção sobre as dinâmicas estabelecidas e constituintes da realidade socioambiental” (MOTA, 2017, p. 66). Então, menciona a EA crítica e emancipatória, mas mantém seu enfoque, baseado em Leff (1999), na formação de profissionais capazes de intervirem nas ações cotidianas, visando a mudança de atitudes.

Aragão (2016) fundamenta sua discussão na EA crítica, que põe em pauta a discussão sobre a EA desvinculada da reflexão sobre as políticas educacionais em curso e os rumos do desenvolvimento nacional. Além disso, menciona aquelas práticas corriqueiras voltadas à EA pontual, por meio de atividades disciplinares desarticuladas da vida experiencial, sobretudo sem o desenvolvimento da consciência crítica. Nas palavras do autor: “a EA é em termos práticos um processo político ideológico e social, e não um mero produto, das relações do Homem com o meio natural” (ARAGÃO, 2016, p. 273). Na mesma perspectiva, Frizzo e Carvalho (2018) entendem que a EA não é a educação para o desenvolvimento

sustentável, focando somente no meio ambiente, mas a valorização da EA que garante o direito à educação como princípio fundamental da formação humana.

Araújo e Oliveira (2017) também seguem a mesma linha de pensamento ao defender uma EA que zele pela contextualização, o diálogo, a criticidade e a complexidade. Ao fazer crítica aos processos formativos centrados na transmissão de conhecimentos prontos por meio de aulas expositivas, os autores acreditam na EA voltada para a transformação e o despertar da criticidade dos alunos. Nesse sentido, defendem a EA voltada para uma perspectiva socioambiental, na qual os professores sejam os “mediadores de um processo de diálogo e reflexão que considere a complexidade das relações socioambientais e contemple os fatores políticos, econômicos, éticos e culturais” (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2017, p. 222). Dessa forma, uma educação voltada para o desenvolvimento de uma consciência ecológica, capaz contextualizar questões como: “padronização cultural, à exclusão social, a concentração de renda, às relações de trabalho, ao mercado e à alienação” (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2017, p. 222).

Por fim, a perspectiva de Branco, Royer e Branco (2018) e que complementa as demais aqui apresentadas, sobretudo quando os autores entendem a EA como fundamental para conduzir novos pensamentos e práticas, isto é, quebrando alguns paradigmas sociais, formando, sobretudo, cidadãos conscientes e ativos, transcendendo a ideia limitada, reduzida somente ao meio ambiente, tendo em vista também questões econômicas, ideológicas, de justiça, qualidade de vida, cidadania e igualdade.

2 SÍNTESE DAS PESQUISAS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A fim de sintetizar, discutir e inferir sobre os resultados dos estudos selecionados, foram propostas categorias para sistematizar os dados. Na primeira categoria, identificada como as representações dos professores sobre EA e suas práticas, foram reunidos os estudos que objetivaram compreender as representações de docentes sobre EA e suas práticas no contexto educacional. A segunda reflete sobre estudos que trataram da inserção da EA crítica na educação básica e seus desafios. A terceira categoria, por sua vez, menciona um estudo que visa refletir a respeito da EA e a formação continuada de professores. Por último, a quarta categoria é representada por estudos que analisam a EA a partir das políticas educacionais brasileiras.

Na primeira categoria, encontram-se as publicações de Pinho *et al.* (2017) e Araújo (2017). A pesquisa de Pinho *et al.* (2017) foi realizada por meio de entrevista, com 12 professores de duas turmas do Ensino Fundamental, 6º e 9º

ano. Dentre as questões levantadas no estudo, os autores buscaram compreender quais as temáticas trabalhadas pelos docentes pesquisados, sendo destacadas três: impactos ambientais, conservação dos recursos naturais e reciclagem e coleta seletiva. A metodologia que contemplasse algum assunto relacionado a questões ambientais foi mencionada por 8 professores como sendo expositiva/dialogada com ênfase na informação e sensibilização à preservação, os demais responderam de forma confusa. Nesse âmbito, os autores identificam que 68% dos docentes descreveram propostas voltadas à informação e sensibilização.

Pinho *et al.* (2017) também consideraram importante identificar o grau de conhecimento dos docentes sobre os documentos de políticas públicas voltadas à EA no Brasil. Dos entrevistados, 75% dos professores afirmaram não ter conhecimento sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EA. Como instrumento de referência para compreensão das políticas públicas sobre a questão ambiental, encontram-se os PCNs com percentual de 76%. Como meio de obtenção de informações, 92% utilizam veículos de comunicação de massa, as mídias.

No que se refere à representação dos docentes sobre EA, o estudo de Pinho *et al.* (2017) evidenciou que 67% dos professores a representam como sendo preservacionista-conscientizadora-adestradora. Segundo os autores, a representação dos entrevistados está voltada para a EA que prioriza a relação homem-natureza, voltada para a conscientização e preservação. A visão instrutiva da EA também é marcante na representação dos docentes, 25% deles a entendem como ato de informar direcionado ao modo de agir. Somente uma representação foi voltada para a EA transformadora, para a construção de valores, englobando questões sociais.

Segundo Pinho *et al.* (2017), as representações dos docentes voltadas para a concepção preservacionista-conscientizadora-adestradora são fundamentadas pela representação de ambientes antropocêntricos e naturalistas. Conforme os autores, a “conscientização visa o amparo e proteção da natureza biofísica que precisa de ajuda, pois tem sofrido com as ações predatórias do homem com os recursos naturais” (PINHO *et al.*, 2017, p. 301), legitimando, por conseguinte, a visão do homem como gerenciador do ambiente. Assim, suas metodologias evidenciam uma prática educativa voltada para aulas expositivas, fomentando a preservação do meio ambiente, não implicando em mudanças profundas de valores ou atitudes, mediante reflexão da realidade social, indo de encontro com as proposições dos documentos orientadores da EA que defendem práticas educativas interdisciplinares, contextualizadas e transversais, como os PCNs, o Plano Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (DCNEA).

Araújo e Oliveira (2017) realizaram sua pesquisa com três professores da rede estadual e um da rede municipal, totalizando quatro entrevistados. As concepções dos docentes sobre EA foram divididas nas categorias: teoria, prática, preservação, conservação, aprender a viver, preparar e orientar o aluno, comportamento e educar para o lixo e o trânsito. As representações dos participantes da pesquisa de Araújo e Oliveira (2017) vão ao encontro das representações apresentadas por Pinho *et al.* (2017), voltadas para a EA intervencionista, naturalista, comportamental. Para os pesquisadores, essas concepções são de uma EA fragmentada e descontextualizada, que “não contribui para a promoção do debate acerca das relações complexas que há entre o ser humano/sociedade/natureza” (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2017, p. 226).

Quanto às práticas de EA por parte dos professores, identificou-se, em ambas as pesquisas que buscaram evidenciar as representações dos docentes sobre EA, que alguns docentes não realizam atividades de EA e, dos que realizam, são práticas pontuais, fragmentadas, descontextualizadas, normalmente voltadas ao ensino disciplinar cartesiano. Diante das conclusões apresentadas pelos autores, é perceptível que há certa tendência, como bem coloca Layrargues (2006), baseada numa visão ecológica profunda ou no ambientalismo pós-materialista, voltada para os valores morais e a ruptura da relação humana com a natureza. Nesse aspecto, comumente, a questão ambiental é empregada fora do campo político, voltada somente para mudanças de comportamentos, minimizando a importância da base material na crise ambiental na qual vivenciamos.

A segunda categoria, inserção da EA crítica na educação básica e desafios, é composta pelos estudos de Figueira, Lima e Selles (2018) e Araújo e Lamim-Guedes Júnior (2017).

Araújo e Lamim-Guedes Júnior (2017) evidenciam os avanços e institucionalização da EA, marcada no contexto da criação, em 1973, da Secretaria Especial do Meio Ambiente, vinculada ao Ministério do Interior, que teve como continuidade a implementação da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) e se consolida após a promulgação da PNEA – Lei nº 9.795/1999 (BRASIL, 1999). Essas políticas favoreceram o avanço da EA e sua inclusão no ensino formal. No entanto, mesmo com avanços, os autores deixam claro os desafios da EA na atualidade, como: “enfrentar a multiplicidade de visões, superar a visão do especialista, superar a pedagogia das certezas e superar a lógica da exclusão” (ARAÚJO; LAMIM-GUEDES JÚNIOR, 2017, p. 154).

Os desafios apresentados se referem à necessidade de conexão entre a vida e o conhecimento, considerando, sobretudo, a diversidade cultural que proponha a superação da estrutura disciplinar rígida do currículo escolar com o objetivo

de pensar em alternativas “inter”, “multi” e transdisciplinares nesse contexto e romper com o paradigma positivista da pedagogia, repensando, com isso, a epistemologia hegemônica. Além disso, outro desafio apresentado diz respeito ao papel da EA como transformadora, comprometida com a justiça social e ecológica. Apesar das adversidades, os autores citam alguns exemplos de ações bem-sucedidas de EA na educação básica do Brasil, sendo, em alguns casos, a atuação das universidades no processo.

O tema também é abordado no outro artigo da categoria. Figueira, Lima e Selles (2018, p. 359), apontam que, mesmo que algumas escolas adotem a EA, os desafios ainda são significativos, tendo em vista a “formação inadequada ou insuficiente, falta de tempo para a elaboração de projetos, currículos com muitos conteúdos”, dentre outros. Uma das sugestões dos autores para enfrentar os desafios em relação à EA, seria a implementação da EA crítica pelo caminho da extensão universitária.

A pesquisa de Figueira, Lima e Selles (2018) foi realizada em duas escolas municipais com professores e professoras que atuam no ensino regular, nas séries iniciais do Ensino Fundamental e Educação Infantil, e na Educação de Jovens e Adultos que participaram do projeto de extensão da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), voltado para a EA. O projeto dialoga com estudantes universitários, docentes e discentes de escolas públicas, por meio de grupo focal, buscando explorar o potencial e as limitações da EA crítica. Segundo os autores, o projeto influenciou nas visões dos professores sobre a EA, que foram voltadas para o viés socioambiental.

A flexibilidade curricular foi uma das problemáticas levantadas, apresentando-se também como um desafio para trabalhar a EA. No entanto, a atuação do projeto, segundo os autores, deu suporte aos professores para a ampliação das possibilidades de abordagem curricular e influenciou nos modos de repensar o planejamento. Por outro lado, ainda assim mencionam, em alguns casos, as dificuldades de se repensar a prática e o planejamento, diante do desconforto a influências externas, quando não dialogam com a realidade da escola. Por essa razão, os pesquisadores alegam a importância de se considerar a autonomia e o protagonismo dos docentes na atuação dos projetos extensionistas.

Por fim, Figueira, Lima e Selles (2018) demonstram que a interação entre escola e universidade possibilita uma rica troca de saberes, quando, sobretudo, desconstrói a visão hierarquizada e utilitarista das atividades provindas da extensão acadêmica e uma relação de reciprocidade, como via de mão dupla na produção do conhecimento. Quanto à EA, indo além de questões relacionadas às macro-tendências envolvendo abordagens pragmática, conservacionista e crítica,

o estudo evidenciou que os docentes produzem modos específicos de combiná-las pedagogicamente para garantir a presença da EA no cotidiano da escola.

Acredita-se, portanto, que o diálogo entre universidade e escola não só pode contribuir para repensar práticas no contexto escolar, como discutir também o currículo, e para o fortalecimento do entendimento da EA na perspectiva mais crítica; assim como servir para estudos universitários sobre as diferentes abordagens e perspectivas da Educação Ambiental nas escolas brasileiras, fato demonstrado pelo trabalho de Figueira, Lima e Selles (2018).

Nessa linha de pensamento, é possível identificar que a falta de entendimento a partir de uma perspectiva crítica de EA é um dos desafios a ser superado nessa área. Araújo e Lamim-Guedes Júnior (2017) mencionam a necessidade de romper com o paradigma positivista da pedagogia, pensando a EA como transformadora. Para isso, é fundamental pôr em questionamento a epistemologia hegemônica. Segundo Layrargues (2006), a EA é, antes de tudo, educação. Como educação, como instituição, a escola se configura em aparelho ideológico que, por sua vez, reproduz as condições sociais. O entendimento da EA na perspectiva crítica é a possibilidade de se pensar a EA que coloque no centro das atenções a sua relação implícita com a mudança social. Nesse caso,

a questão crucial a ser atualmente respondida, portanto, além da eficácia de sua cota de participação na tarefa na reversão da crise ambiental, é se essa prática pedagógica reproduz ou transforma as condições sociais tal qual se encontram atualmente. Em outras palavras: se reproduz os valores, os princípios, os fundamentos e em especial, as relações sociais capitalistas; ou ao contrário, se os transforma (LAYRARGUES, 2006, p. 5).

A efetivação da EA crítica está, dentre outros fatores, fortemente relacionada à terceira categoria deste estudo, que diz respeito à formação de professores. Nessa categoria, está situado o estudo de Mota (2017).

Um dos desafios apresentados pelo autor diz respeito a formações continuadas que geralmente são realizadas de forma desconexa com o contexto cultural e social dos profissionais, sem levar em consideração as reais necessidades dos docentes. Outro fator é a necessidade, tendo em vista a modernidade, do desenvolvimento de novas competências e habilidades, acentuando a necessidade de atualização constante do profissional. No entanto, as dificuldades socioeconômicas, falta de tempo e excesso na carga horária podem se configurar em impasses para a continuidade da formação são indicados no artigo. Dentre esses impasses, o autor também menciona a resistência dos profissionais, a falta de oportunidades e, em alguns casos, a desvinculação dos cursos de formação inicial oferecidos nas Instituições de Educação Superior (IES) no contexto educacional.

Nesse âmbito, a presença da EA de maneira utilitarista, pontual, fragmentada, geralmente em datas específicas e sobre gestão de resíduos, o desconhecimento e a falta de prática de alguns professores voltadas a ela tornam visível a necessidade de pensá-la inserida na formação dos professores.

Segundo Mota (2017), os próprios PCNs apontam a necessidade de investimento contínuo e sistemático para que o professor se desenvolva enquanto profissional da educação. Além disso, quanto à EA, a PNEA recomenda a incorporação da dimensão ambiental na formação, especialização e atualização dos educadores de todos os níveis de ensino, defendendo que esses professores devam receber formação complementar, visando atingir os princípios e objetivos estabelecidos na referida Lei.

No entanto, mesmo com a crescente oferta de cursos de Ensino Superior, cursos de pós-graduação *Lato Sensu* e *Stricto Sensu* na área da EA, a formação do educador ambiental na perspectiva crítica, ainda é, conforme Mota (2017), um processo a ser conquistado e efetivado. Ainda assim, mesmo a legislação assegurando o tratamento de questões ambientais no currículo de formação de professores, a incorporação da EA no Ensino Superior não é tão simples, e depende, conforme Thomaz e Camargo (2007), da capacitação de todos os profissionais participantes, envolvendo, além dos discentes, o docente que irá ministrar a matéria, o qual deverá ter clareza da importância da EA como uma mudança de padrão de pensamento e da importância dos futuros docentes estarem preparados para lidarem com as questões ambientais de uma forma interdisciplinar, para além de temas, datas e eventos comemorativos.

Finalmente, na última categoria, denominada EA e políticas educacionais, encontram-se os estudos de Aragão (2016), Branco, Royer e Branco (2018) e Frizzo e Carvalho (2018).

Segundo Aragão (2016), as políticas de EA são um dado relativamente recente na história da educação no Brasil e sua materialização na educação básica ainda é questionável, tendo em vista as contradições e dificuldades de implementação de duas diretrizes na realidade educacional escolar, dentre elas, a falta de flexibilização curricular que é disciplinar, em detrimento das propostas de interdisciplinaridade e transversalidade contidas na PNEA. Por essa razão, o autor objetivou analisar as políticas de Educação Ambiental no Brasil e suas repercussões sobre o planejamento da educação básica no ensino público, baseado na concepção crítica de EA.

Aragão (2016), apoiado na perspectiva crítica de EA, afirma que:

Existe um juízo sobre as políticas públicas de Educação Ambiental que aponta a produção de ações transformadoras que colaborem na prevenção

e enfrentamento dos desafios globais, apoiadas numa governança democrática mais intensa, que estimule uma cidadania reflexiva. Aprender a encarar as ameaças numa sociedade capitalista implica na criação de espaços de interlocução para novas formas de participação política e experiência da vida democrática conduzidas a partir do cotidiano e não das bancadas jurisdicionais (ARAGÃO, 2016, p. 216).

Mesmo com argumentos que defendem o desenvolvimento satisfatório das políticas de EA, Aragão (2016) afirma que as políticas públicas de EA não atendem às demandas da sociedade, especialmente no contexto da educação básica, e menciona as contradições por parte do Estado no que se refere à implementação e avaliação dessas políticas no âmbito concreto. Conforme o autor, essas políticas partem de ações que não consideram problemas históricos da educação escolar e seus mecanismos de exclusão e são concebidas distante da realidade escolar, isto é:

[...] são pensadas de um ponto tão alto do céu que, ao se aproximarem da superfície terrena, onde estão nossas escolas, sua luz já fosse tão fraca, que por consequência, as interpretações de professores, gestores e funcionários são tão limitadas que a ideia de uma Educação Ambiental e Interdisciplinar é dissolvida (ARAGÃO, 2016, p. 269).

Aragão (2016) chamou esse processo de setorialismo educacional, que dicotomiza os professores, dividindo entre universitários e escolares. Os professores das escolas municipais e estaduais, nesse caso, têm suas práticas comprometidas pela falta de tempo para a pesquisa e extensão, pela ausência de participação na operacionalidade das políticas públicas, dentre outras questões.

O insucesso das políticas de EA pode estar ligado a questões estruturais da sociedade e que só “repensando o modelo de sociedade, bem como as políticas umbilicalmente geradas neste modelo que será possível reformar as formas de pensar e fazer a educação” (ARAGÃO, 2016, p. 70). Essa questão não é possível quando o modelo de educação se apoia da ideia de formação de capital humano a serviço do sistema de produção “realizando um desenvolvimento que antes da emancipação do homem, da instrumentalização enquanto cidadão, gera em mão única e perversa, sua má inclusão na sociedade de consumo pré-fabricada” (ARAGÃO, 2016, p. 270). Esse insucesso se materializa por meio das práticas corriqueiras e disciplinares de EA, sem considerar a transformação da consciência crítica dos indivíduos, desarticuladas da vida, ou a implementação da EA como disciplina específica no currículo, contrariando as diretrizes da PNEA que indicam, dentre outras, a transversalidade, continuidade e permanência da EA.

Ainda sobre políticas educacionais, Branco, Royer e Branco (2018) investigaram acerca da legislação na área ambiental e as abordagens da EA no currículo da educação básica no Brasil, a partir de análise dos documentos como os PCNs e DCNs. A BNCC também foi analisada na hipótese de saber se o documento sugere mudanças e fomenta o ensino da Educação Ambiental como mecanismo para superar dificuldades, injustiças e exploração do meio ambiente.

Conforme Branco, Royer e Branco (2018), é importante levar em consideração que, mesmo com os avanços da EA no contexto educacional brasileiro, não há garantia no cumprimento dos documentos legais.

Como mencionado, os PCNs abordam a questão da EA desenvolvida em todas as áreas da Educação Básica de maneira transversal e interdisciplinar. Segundo Branco, Royer e Branco (2018, p. 195):

Embora a Educação Ambiental seja contemplada de forma diluída no currículo, é destacada, no caderno Ciências Naturais, fortalecendo certa crença de que se trata de um assunto de maior responsabilidade para esta disciplina, reforçando o caráter de preservação e exploração “consciente” sobre a natureza, de maneira que o desenvolvimento e a sustentabilidade se justifiquem sob a égide de “menor degradação possível” ao meio, ao homem e a vida.

No entanto, os autores questionam se os PCNs foram úteis no sentido de viabilizar a EA semelhante à apresentada na legislação e se forneceram a formação/instrução básica aos professores para tal ensino. Da mesma, a EA é contemplada nas DCNs, no entanto, o caráter não obrigatório do documento como norteador da educação básica possibilitou diferentes interpretações e metodologias, configurando-se em uma pluralidade na organização curricular de todo o país (BRANCO; ROYER; BRANCO, 2018).

Já a BNCC, embora não aborde diretamente a Educação Ambiental, em sua primeira versão, reforça conceitos relacionados à preservação do meio ambiente, consumismo e sustentabilidade, abordados a partir de temas transversais. Na segunda versão do documento, a EA é apresentada como:

uma dimensão da educação escolar, uma atividade intencional da prática social que deve imprimir no desenvolvimento individual, um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos. Segundo apresenta, objetiva a construção de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades, atitudes e valores, o cuidado com a qualidade de vida, a justiça e a equidade socioambiental e a proteção do meio ambiente natural e construído (BRANCO; ROYER; BRANCO, 2018, p. 197).

Para isso, a prática pedagógica de EA deve adotar um caráter crítico, considerando as dimensões envolvendo natureza, social, produção, trabalho e consumo, para além da visão naturalista.

Em sua segunda versão, a BNCC situa a EA como tema especial, considerando também questões socioambientais a partir de debates e reflexões acerca da desigualdade, produção não sustentável e consumo. No entanto, na terceira versão do documento, disponibilizada para as etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, o termo EA não é contemplado, assim como na primeira versão. Branco, Royer e Branco (2018) evidenciam que, da primeira para a segunda versão, houve um aumento significativo de dados e páginas em relação à EA, mas, da segunda para a terceira versão (versão final), não só a quantidade de páginas diminuiu, como também a abordagem [o aprofundamento] sobre o tema.

Com relação à versão final da BNCC, Branco, Royer e Branco (2018) afirmam que predomina a ênfase na sustentabilidade, voltada para o uso dos recursos naturais do meio ambiente. Nesse sentido, o termo EA propriamente dito não aparece no documento, que a considera enquanto determinadas habilidades ou aprendizagens essenciais.

Tanto nos PCNs e DCNs quanto na BNCC, a EA prevalece como tema transversal sobre o discurso de instigar a repensar novas práticas, valorização da relação homem-natureza e questões envolvendo a sustentabilidade. No entanto, mesmo que a EA seja reconhecida como elemento não disciplinar, pouco tem se concretizado efetivamente nas escolas e na formação de professores, persistindo a prática que “destoa da teoria, evidenciando quando não há apropriação do conhecimento esperado e condições mínimas para efetivar-se” (BRANCO; ROYER; BRANCO, 2018, p. 200), chegando à conclusão de que os documentos foram insuficientes para nortear a EA crítica e satisfatória e que a BNCC, norma mais atual, não apresenta nenhuma mudança significativa para o fortalecimento da Educação Ambiental no cenário nacional.

Na mesma ótica, Frizzo e Carvalho (2018) buscaram analisar políticas educacionais federais, que, segundo as autoras, inicialmente valorizaram a EA, mas que têm sido preteridas nos últimos anos, especificamente por meio de certa exclusão do tema dos principais documentos recentes que embasam e regulam as instituições escolares. Nesse sentido, as autoras partem da seguinte questão: “de que forma e por que as políticas públicas atuais têm silenciado a educação ambiental e como se deu esse processo?” (FRIZZO; CARVALHO, 2018, p. 117).

De acordo com Frizzo e Carvalho (2018), foi na década de 2000 e 2010 que a EA ganhou força e avançou com relação à sua inserção nos currículos e em programas voltados para a escola, dentre eles, o programa lançado pelo

Ministério da Educação (MEC) em 2001, denominado “Programa Parâmetros em Ação: meio ambiente na escola”, além de outros programas, grupos e comissões voltadas à EA. Ainda sobre as conquistas, a EA ganhou espaço com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, e sua obrigatoriedade na LDB. Porém, a obrigatoriedade foi retirada em 2016 com a Medida Provisória nº 746 (BRASIL, 2016). O fato de muitos programas passarem por modificações ou serem revogados está relacionado, conforme Frizzo e Carvalho (2018), com as mudanças de governo e ministérios.

É perceptível, conforme os apontamentos de Frizzo e Carvalho (2018), o silenciamento da EA nas políticas públicas, dentre elas, o Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014 e a BNCC, analisados pelas autoras. Após leitura dos documentos que antecedem o PNE, oriundos da Conferência Nacional de Educação (CONAE, 2010-2014), as autoras identificaram certa descontinuidade com relação à EA, que, apesar de referências reiteradas para o tema, o Plano não correspondeu às expectativas.

Quanto à BNCC, em conformidade com Branco, Royer e Branco (2018), Frizzo e Carvalho (2018) também evidenciam que a educação ambiental, que não era contemplada no primeiro documento, apareceu com frequência na segunda versão, sendo eliminada por completo na terceira versão. De acordo com Frizzo e Carvalho (2018), a EA é citada somente nos comentários, no que se refere às possibilidades para o currículo, no entanto, não é contemplada como “objetos de conhecimento”.

Dos 64 especialistas indicados/solicitados pelo MEC em 2016, a fim de elencar seus pareceres críticos em relação à BNCC, somente sete faziam referência à EA, observando a falta de abordagem da EA crítica e emancipatória, da reflexão sobre a questão ambiental e suas causas, bem como a falta de conceituação teórica sobre sustentabilidade ambiental e socioambiental, elementos que apareceram no documento.

Ainda que o termo EA tenha sido consolidado no Brasil, esse parece ter perdido destaque tanto nas políticas públicas, quanto nos eventos nacionais e internacionais, dentre eles, os encontros da Assembleia Ambiental das Nações Unidas em 2014 e 2016, que deram ênfase e reforçaram a ideia de desenvolvimento sustentável. No que diz respeito às políticas públicas atuais, há maiores “investidas na proposta de sustentabilidade, de desenvolvimento sustentável e de educação para a sustentabilidade do que de educação ambiental” (FRIZZO; CARVALHO, 2018, p. 124).

Dentre os retrocessos apresentados no decorrer deste estudo, destaca-se a tendência atual de focar em desenvolvimento sustentável. Sobre o assunto,

Carvalho (2002) afirma que a renomeação do conceito de EA, geralmente substituído por “educação para o desenvolvimento sustentável” ou “educação para a sustentabilidade”, evidencia a disputa ideológica por sentidos históricos, políticos e identitários, nesse caso, com base no ideário desenvolvimentista.

A reflexão sobre os ideários que subjazem o conceito de EA, empregado nos documentos atuais, é imprescindível, tendo em vista que, em muitos casos, a EA serve como instrumento de atualização ideológica da hegemonia. Por essa razão, deve-se transcender a ideia de EA que visa somente a criação de uma consciência ecológica, afinal, “só é possível se instaurar uma nova ética, a ecológica, se ao mesmo tempo se instaurar uma nova relação social, que não seja mediada (exclusivamente pelo menos) pelo capital” (LAYRARGUES, 2006, p. 9). Em outras palavras, a humanidade enfrenta a exploração da natureza quando enfrenta a exploração do ser humano pelo ser humano.

Assim sendo, Layrargues (2006) defende a educação ambiental que integra, ao mesmo tempo, a construção de uma sociedade ecologicamente equilibrada, culturalmente diversa, socialmente justa e politicamente atuante. O papel do educador ambiental, nesse sentido, consiste em romper com a opressão da violência simbólica acometida pela ideologia hegemônica que sobrepõe a dimensão *ética* sobre a *política*, os *valores* sobre os *interesses*, e que se concentra na mudança cultural, silenciando a sua participação na mudança social (LAYRARGUES, 2006, p. 11, grifos do autor).

Isso será possível na medida em que seja superada a despolitização da educação, visando, juntamente com a criação da consciência ecológica, a criação de uma consciência política, ou seja, uma educação ambiental que “enfrenta o desafio da complexidade, porque os problemas ambientais acontecem como decorrência de práticas sociais, e como tal, expõem grupos sociais em situação de conflito socioambiental” (LAYRARGUES, 2006, p. 3).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das percepções dos autores dos textos selecionados mostrou-se importante nesse processo, principalmente para entender em quais perspectivas de EA estão embasados. Evidente está que grande maioria se apoia na discussão sobre uma EA crítica, entendendo-a como fundamental para conduzir novos pensamentos e práticas, a partir da transformação social.

Os autores denunciam concepções reduzidas, fragmentadas, pontuais, voltadas somente à natureza e defendem a necessidade de transpor alguns paradigmas sociais, formando cidadãos conscientes e ativos, considerando

questões econômicas, ideológicas, de justiça, qualidade de vida, cidadania e igualdade social.

Além disso, o estudo foi importante no sentido de compreender, através das pesquisas já realizadas, o lugar da EA no contexto educacional hoje. Como resposta, percebeu-se que a EA, principalmente na perspectiva crítica, ocupa uma posição discreta na prática pedagógica e no contexto educacional como um todo, quando não, inexistente.

Compreender a representação de EA dos docentes que atuam na Educação Básica é basilar para entendermos um dos fatores relacionados à descrição da EA hoje. Conforme as pesquisas aqui sintetizadas, comumente os professores se apoiam em um entendimento preservacionista, conscientizador e instrutivo de EA, pautados em temas e terminologias corriqueiros, comum nos discursos atuais, tais como: reciclagem do lixo, preservação da água, desenvolvimento sustentável, dentre outros. São temas triviais quando não compreendidos em sua dimensão complexa.

A EA transcende a ideia de que visa a criação de uma consciência ecológica, tendo em vista que, antes, é fundamental a consciência de justiça socioambiental. Portanto, é um processo dialético de desenvolvimento da consciência ecológica e política. É, antes de tudo, educação. É educar para a mudança, cultural e social.

Portanto, a urgência de problematizar as representações dos professores sobre EA deve ser acentuada. Isso porque, longe de culpá-los, ao problematizá-las, coloca o sistema nas quais são criadas no cerne das discussões. Explicitamente, os estudos apontam para a insuficiência na formação dos professores a respeito da EA, necessidade do diálogo entre a universidade e a escola como via de formação continuada e a redução da abordagem nas Leis e documentos que norteiam a educação brasileira.

Ainda assim, dentre os retrocessos apresentados, há uma tendência atual de focar no desenvolvimento sustentável que precisa estar no eixo das discussões. Como mencionado, a escola é uma instituição favorável como via de reprodução e atualização da ideologia hegemônica, hoje, baseada exclusivamente no princípio neoliberal. Portanto, as Leis e práticas voltadas para a educação não são neutras. Com o discurso de educação para o desenvolvimento sustentável ou para a sustentabilidade, podem camuflar intenções com ideário desenvolvimentista.

Por essas e outras razões, a EA na perspectiva crítica e emancipatória tem urgência por uma educação que irrompa com o modelo vigente, desigual e destrutivo, tendo em vista que os problemas ambientais decorrem das práticas sociais. A sociedade está fadada a reproduzir ou transformar as condições sociais. Na escola, a hegemonia dominante será reproduzida ou transformada.

A conclusão do presente estudo fecha na certeza de que questões referentes à EA, especificamente na Educação Básica, precisam continuar na pauta das discussões que permeiam as políticas educacionais. A função social da escola está clara nos documentos, que garantem, como princípio da educação básica, o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. No entanto, aparenta que até o papel social da escola hoje está envolto em certa nebulosidade. Atualmente, tendo em vista o ideário desenvolvimentista que subjaz a educação e a maior ênfase atribuída ao mercado de trabalho, há que se questionar: que tipo de cidadão estamos falando? Qual o lugar da EA no contexto da Educação Básica hoje? Ou melhor, qual a função social da Educação Ambiental hoje? Eis algumas proposições para futuras pesquisas.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, J. P. G. As políticas de Educação Ambiental e suas repercussões sobre o planejamento da educação básica no ensino público brasileiro. **Revbea**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 263-278, 2016.

ARAÚJO, A. F.; OLIVEIRA, M. M. Concepções e atividades docentes de Educação Ambiental e seus desdobramentos na formação de alunos da educação básica. **Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient.**, Rio Grande, v. 34, n.1, p. 217-232, jan./abr., 2017. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/6675>. Acesso em: 10 mar. 2020.

ARAÚJO, J. P. G.; LAMIM-GUEDES JUNIOR, V. Uma breve reflexão sobre os desafios da Educação Ambiental no ensino formal Brasileiro. **Revista Científica RUNAE**, Azogues, v. 1, n. 1, p. 149-165, fev. 2018. Disponível em: <http://runae.unae.edu.ec/revistas3/index.php/RUNAE/article/view/46>. Acesso em: 10 mar. 2020.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.

BRANCO, E. P.; ROYER, M. R.; BRANCO, A. B. G. A abordagem da educação ambiental nos PCNs, nas DCNs e na BNCC. **Nuances**, Presidente Prudente, v. 29, n. 1, p.185-203, jan./abr. 2018. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/5526>. Acesso em: 10 mar. 2020.

BRASIL. **Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a Educação Ambiental [...]. Brasília, DF: Presidência da República, [1999]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9795.htm. Acesso em: 10 de fev. de 2020.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília, DF: MEC: SEB: DICEI, 2013. 562 p.

BRASIL. **Medida Provisória n. 746, de 2016**. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 [...]. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/126992#:~:text=Determina%20que%20o%20ensino%20de,as%20facultativas%20no%20ensino%20m%C3%A9dio>. Acesso em: 10 fev. 2020.

CARVALHO, I. C. M. O “ambiental” como valor substantivo: uma reflexão sobre a identidade da educação ambiental. *In: SAUVÉ, L.; ORELLANA, I.; SATO, M. (org.). Textos escolhidos em educação ambiental: de uma América à outra*. Montreal: ERE-UQAM, 2002. p. 85-90.

CARVALHO, I. C. M. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 6. ed. São Paulo: Cortez. 2012.

FIGUEIRA, M. R.; LIMA, M. J. G. S.; SELLES, S. L. E. A inserção da Educação Ambiental crítica na escola via extensão universitária. **Rev. Espaço do Currículo**, João Pessoa, v. 11, n. 13, p. 356-369, set./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/ufpb.1983-1579.2018v3 n11.42077>. Acesso em: 09 mar. 2020.

FRIZZO, T. C. E.; CARVALHO, I. C. M. Políticas públicas atuais no Brasil: o silêncio da educação ambiental. **Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient.**, Rio Grande, Ed. Especial EDEA, n. 1, p. 115-127, 2018. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/8567>. Acesso em: 10 mar. 2020.

LAYRARGUES, P. P. Muito além da natureza: Educação Ambiental e reprodução social. *In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. C. (org.) Pensamento complexo, dialética e educação ambiental*. São Paulo: Cortez, 2006. p. 72-103.

LEFF, E. Educação ambiental e desenvolvimento sustentável. *In: REIGOTA, M. (org.). Verde cotidiano: o meio ambiente em discussão*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. p. 111-129.

MOTA, J. C. Formações continuadas em educação ambiental: características e limitações. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 17, n. 192, p.59-68, maio 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/issue/view/1209>. Acesso em: 10 mar. 2020.

PINHO, M. F. M. *et al.* Representações de ambiente e educação ambiental: implicações na práxis educativa de professores de ensino fundamental em Moju, PA. **Terræ Didatica**, Campinas, v. 13, n. 3. p. 295-302, set./dez. 2017. Disponível em: <http://www.ige.unicamp.br/terraedidatica/>. Acesso em: 09 mar. 2020.

THOMAZ, C. E.; CAMARGO, D. M. P. Educação ambiental no ensino superior: múltiplos olhares. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande, v. 18, p. 303-318, jan./jun. 2007. Disponível em: <http://www.remea.furg.br>. Acesso em: 06 fev. 2020.

Texto submetido à Revista em 13.03.2020
Aceito para publicação em 13.01.2021



O panóptico do desenvolvimento e o discurso ambiental institucional: uma reflexão a partir do Amazonas

The panoptic of development and institutional environmental discourse: a reading from the state of Amazonas

Francisca Dionéia Ferreira - Mestranda em Ciências Ambientais, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: dioneia_ferreira@hotmail.com

Francimara Souza da Costa - Doutora em Ciências Socioambientais, pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professora da Faculdade de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: francimaracosta@yahoo.com.br

Resumo

A Amazônia figura como o grande *locus* da biodiversidade nos discursos ambientais em âmbito global, e o estado do Amazonas concentra boa parcela dessa biodiversidade em seu território. A relevância dessas riquezas naturais ganha destaque nos discursos, difundida como agenda prioritária nas ações baseadas na noção de sustentabilidade. Por meio de uma revisão bibliográfica, este artigo faz uma reflexão a respeito da constituição e dos efeitos do discurso ambiental institucional no Amazonas, apresentando uma relação deste com o panóptico do desenvolvimento sustentável. Observa-se que o discurso ambiental, enquanto exercício de poder, tem sido instrumento na construção de estratégias para a consolidação de instituições governamentais e não governamentais relacionadas à temática ambiental, ao mesmo tempo que tem sido observada pouca efetividade prática na melhoria das condições de vida das populações que habitam as áreas de floresta no estado, além de muitas vezes não haver real aderência a tal discurso no campo da ação e prática por parte das instituições que o propagam.

Palavras-chave

Discurso ambiental. Governança. Desenvolvimento sustentável. Amazônia.

Abstract

The Amazon is regarded as the major locus of biodiversity in environmental discourses globally, and the State of Amazonas concentrates a good portion of this biodiversity in its territory. The relevance of these natural riches is highlighted in discourses, disseminated as a priority agenda in actions based on the notion of sustainability. By means of a bibliographical review, this article presents a reflection on the constitution and the effects of the institutional environmental discourse in Amazonas, presenting a relationship between this and the panopticon of sustainable development. It is observed that the environmental discourse as an exercise of power has been an instrument in the construction of strategies for the consolidation of governmental and non-governmental institutions related to the environmental theme, at the same time that little practical effectiveness has been observed in improving the living conditions of populations that inhabit the forest areas in the State, in addition to the usual lack of true adherence to this discourse in the field of action and practice by the institutions that propagate it.

Keywords

Environmental discourse. Governance. Sustainable development. Amazonia.

INTRODUÇÃO

Historicamente o discurso acompanha a evolução da sociedade, permeando seus processos e difundindo as ideias dos grupos dominantes. No âmbito dessa evolução, a Revolução Industrial é um importante marco para se considerar na análise do poder do discurso sobre a sociedade. O discurso desenvolvimentista advindo desse processo firmou novos padrões de produção de riquezas, consumo e lucro. Como consequência, o discurso do progresso impulsionou o deslocamento das populações do campo para a cidade, acentuando a pobreza e a degradação ambiental, uma vez que a industrialização aumentou a demanda e a pressão por recursos naturais, muitas vezes em detrimento da manutenção e conservação da biodiversidade (PEREIRA, 2017).

A constatação desses passivos da industrialização trouxe à tona os discursos ambientais, incentivando a reflexão em torno das relações entre os seres humanos e o seu ambiente natural. A reunião de intelectuais e interessados pelo tema em torno das preocupações ambientais impulsionou os debates mundiais, organizando-se de um lado o discurso da soberania, em que os países reclamavam seus direitos de explorar suas riquezas, e, do outro, a ideia da necessidade de imposição de medidas para frear o esgotamento dos recursos naturais (MARQUES FILHO, 2018).

Orlandi (2009) afirma que o discurso se constitui na medida em que o sujeito é atravessado pelas formações discursivas e ideológicas como um exercício de poder, devidamente interpelado pelos aparelhos ideológicos do Estado, e para a sua composição deve-se considerar as condições de produção do sujeito. Isso explica como o discurso desenvolvimentista ganhou força durante a Revolução Industrial, uma vez que o poder estava concentrado nas mãos dos proprietários dos fatores de produção das riquezas.

No estado do Amazonas, os discursos ambientais sofrem grande influência das características peculiares da região, relacionadas principalmente com a biodiversidade que está concentrada em seu território. Independente do setor ou agenda discutida, a condição desse estado como centro de concentração de biodiversidade emerge nos discursos, em alguns casos como vantagem comparativa em relação a outras regiões do país que não possuem riquezas naturais, e, em outros, como entrave ao desenvolvimento da região (SOUZA, 2019).

Na constituição do discurso como exercício de poder, o estado do Amazonas tem utilizado o componente ambiental, baseado na noção de sustentabilidade, como um contraponto à ideia de que a conservação da biodiversidade seja um entrave ao desenvolvimento da região. É importante

ressaltar que a temática ambiental permeia tanto os discursos institucionais como os discursos do cidadão em geral, com a construção de um senso comum difusor da ideia do Amazonas como um lugar rico em biodiversidade e passível de exploração sustentável (SANTOS, 2010).

Nos discursos, o termo “sustentabilidade” vem sendo utilizado indistintamente pelas instituições vinculadas à temática ambiental, tais como Ministério do Meio Ambiente, Secretarias Estaduais de Meio Ambiente, Institutos Ambientais, Secretarias Municipais de Meio Ambiente e algumas organizações da sociedade civil, sem que sejam observadas na prática iniciativas da aplicabilidade dessa noção em escala. Tanto nos discursos governamentais como nos discursos das organizações da sociedade civil, a noção de sustentabilidade figura como algo presente e central na reprodução da sociedade no Amazonas (MARQUES FILHO, 2018).

O discurso da sustentabilidade tem sido a base para a articulação das políticas públicas no Amazonas. Entretanto, observa-se que a abrangência das iniciativas com esse viés ainda é de baixa escala, refletindo o sistema de governança predominante no estado. Apesar da existência de uma estrutura envolvendo diferentes instituições em múltiplas escalas de atuação, a baixa presença dos órgãos governamentais responsáveis pelas ações de comando e controle, sobretudo no interior do estado, tem comprometido o fortalecimento da governança, no sentido de que uma governança fortalecida se concretiza em um cenário em que cada ator institucional ocupa seu espaço de competência no território (COSTA; FERNANDES, 2016).

Este estudo se caracteriza como uma análise da relação entre o panóptico do desenvolvimento e o discurso ambiental no estado do Amazonas, apresentando elementos que demonstram o reflexo dessa relação sobre as populações locais. O trabalho apresenta elementos que podem embasar uma avaliação da real efetividade do uso do termo “sustentabilidade” presente nos discursos, considerando a necessidade de conservação da biodiversidade e a melhoria das condições de vida das populações amazônicas.

1 METODOLOGIA

O estudo foi elaborado a partir de uma revisão bibliográfica de caráter analítico a respeito da relação entre o panóptico do desenvolvimento e o discurso ambiental institucional no estado do Amazonas. A coleta de dados ocorreu por meio de consultas em artigos científicos, Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado em plataformas de bases de dados: SciELO, Google Acadêmico,

Capes e Plataforma Sucupira. Para a realização das buscas nas plataformas, foram utilizados os termos-chave: “discurso ambiental”, “Amazonas”, “análise do discurso”, “política ambiental no Amazonas” e variantes.

Após a seleção dos critérios de inclusão previamente definidos, foram seguidas estas etapas: leitura exploratória, leitura seletiva e leitura analítica, com a escolha do material que melhor se adequou aos objetivos do presente estudo, e para finalizar, a leitura interpretativa, seguida da redação e discussão do assunto objeto deste estudo, conforme detalhamento a seguir (MARCONI; LAKATOS, 2003):

- Definição do objeto: Identificação de estudos científicos publicados nas plataformas acessadas sobre os discursos ambientais que incidiram sobre o estado do Amazonas;
- Parâmetros de busca: Durante a busca foram usados como parâmetros “Discurso ambiental no Amazonas”, “Discurso no Amazonas” e “Discurso sobre o Amazonas”;
- Triagem para inclusão: Nesta etapa foram realizadas leituras para avaliação da pertinência dos documentos em relação ao objeto deste estudo;
- Extração de dados: Leitura dos documentos para identificação e extração das informações relevantes;
- Síntese dos dados: Análise e classificação das informações coletadas para categorização;
- Redação: Sistematização e consolidação dos resultados.

2 O DISCURSO AMBIENTAL INSTITUCIONAL

A partir dos anos 1970, o discurso da sustentabilidade ganhou força nos debates relacionados às questões ambientais e ao desenvolvimento social no mundo inteiro. Em pouco tempo, sustentabilidade tornou-se palavra de ordem, utilizada nos mais diferentes contextos e mais diversos grupos e extratos sociais (SILVA; BAUER; GUERRA, 2015). Entretanto, em sua maioria, os discursos relacionados a esse termo são superficiais, muitas vezes desconectados do contexto local de quem emite a opinião.

Compreendendo o discurso como a exposição de opiniões que expressam uma maneira de pensar e agir em relação a um certo assunto, com o intuito de influenciar o raciocínio e as percepções do ouvinte ou leitor (MARTINS, 2015), é importante atentar ao processo ideológico e histórico no qual o discurso se dá. Segundo Foucault, ideologia e história devem ser consideradas para a compreensão do discurso, pois este parte de um processo de significação que se

modifica ao longo do tempo, influenciando as verdades construídas socialmente e sendo influenciado por estas (FOUCAULT, 1997).

Pêcheux (2008) diz que a análise do discurso deve ser permeada por uma visão holística, envolvendo os diversos campos do conhecimento, uma vez que o discurso nunca se apresenta completo ou concluído. O autor chama atenção para a necessidade de considerar as condições sociais e históricas do discurso, dirigindo-se a todos os espaços e momentos.

No campo ambiental, as verdades surgidas a partir do discurso foram influenciadas por determinadas relações de poder, impulsionadas muitas vezes pela imprensa, por meio de propagandas, ou até mesmo na divulgação científica, refletindo na constituição de um campo de saber-poder (SILVA; HENNING, 2019). Para Foucault (1997), o saber e o poder são construções sociais formadas a partir de relações; logo, é preciso considerar o saber que permeia o discurso ambiental, transmutado nas relações de poder que o rodeiam.

Em termos institucionais, o discurso ambiental foi impulsionado pela Organização das Nações Unidas no final dos anos 1980. A partir da exposição dos efeitos negativos do modelo vigente de produção e consumo, o desenvolvimento sustentável foi proposto como saída para frear a destruição dos recursos naturais, apontado como uma forma menos impactante de produzir, capaz de garantir o equilíbrio entre o acúmulo de riquezas e a manutenção dos recursos naturais. A sustentabilidade passou então a permear os discursos de empresas, consumidores, movimentos sociais, organizações governamentais e não governamentais.

No entanto, para Casara (2016), o discurso da sustentabilidade se tornou mais uma forma de poder do mercado. O saber ambiental, nesse processo, passou a ser construído em torno de uma “consciência verde”, que na verdade nada mais é que um “desencargo de consciência”. O ciclo de produção e consumo desenfreado não foi rompido, apenas modificado, pintando-se o “consumo verde” como estilo de vida harmônico entre consumo e natureza. Porém, o consumo sustentável, ecológico, verde ou responsável continuou sendo vendido como mercadoria.

No Brasil, a agenda ambiental evoluiu priorizando a construção de arranjos em torno de estratégias de conservação, por meio da criação e implementação de uma estrutura de Governo voltada para a temática ambiental, com a institucionalização gradativa dos diferentes órgãos da pasta ambiental. Inicialmente, foi criada uma Secretaria Especial do Meio Ambiente em 1973, com posterior aprimoramento dessa estrutura por meio da criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama) em 1989 e, posteriormente, a criação do Ministério do Meio Ambiente em 1993, seguida da

criação da Agência Nacional de Águas (ANA) em 2001, e da criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) em 2007 (SILVA; LIMA, 2013, p. 339).

A despeito do marco regulatório e dos sistemas de agências ambientais criados no âmbito governamental, no campo institucional a questão ambiental também é permeada pela concepção da natureza como um bem econômico. A legislação ambiental e seus instrumentos de controle mantêm, em certa medida, os interesses das empresas e consumidores, inserindo-se apenas formas de adequação do consumo à “produção sustentável”. Assim, as empresas que outrora consideravam a questão ambiental como entrave ao desenvolvimento, passaram a demonstrar interesse na importância de minimizar impactos em seus processos, adotando uma postura empresarial de apoio à conservação ambiental, pelo menos no âmbito do discurso.

Wenceslau, Antezana e Calmom (2012) afirmam que o discurso ambiental institucional é baseado no discurso da resolução de problemas, que engloba os discursos da racionalidade administrativa, do pragmatismo democrático e do racionalismo econômico. A *racionalidade administrativa* parte do princípio de que os problemas ambientais podem ser resolvidos pela onipotência do Estado, a partir do conhecimento científico, técnico e da burocracia. O *pragmatismo democrático* incorpora a participação dos cidadãos nas decisões políticas relacionadas aos problemas ambientais, e o *racionalismo econômico* aposta na ação inteligente dos mecanismos de mercado para alcançar o interesse público. Esses discursos são derivados da “Tragédia dos Comuns” de Garrett Hardin (1968), em que se defende que a inserção dos recursos naturais no sistema de mercado atende aos interesses públicos, e por isso seria um mecanismo mais eficiente na restrição da utilização de determinados recursos.

Ao ganhar valor de mercado, a questão ambiental foi sendo legitimada pelos marcos regulatórios que figuram como mediadores da relação entre meio ambiente e empresas. Os estudos voltados para a comprovação da redução dos impactos negativos da produção em escala sobre os recursos naturais abriram espaço para o surgimento de iniciativas pela normatização das rotinas industriais, com certificações e auditorias, em um esforço de harmonização das relações empresariais com o ambiente (MARQUES FILHO, 2018).

Fonseca e Bursztyn (2009) afirmam que a racionalidade econômica presente nos comportamentos e discursos ambientais se beneficia do valor social simbólico ou material agregado ao discurso em favor da conservação ambiental. Os autores ressaltam que em muitos casos existe uma lacuna entre a retórica e a prática do discurso ambiental, o que muitas vezes se dá em função da ausência de

ética na rotina das instituições que o professam ou que de alguma forma apoiam ações de conservação ambiental.

O advento da ISO 14000 e demais certificações ambientais, em que as empresas que demonstram apoio à conservação ambiental são mais valorizadas, representa o bem simbólico do discurso, vinculado aos valores sociais dominantes (BOURDIEU, 2005). O discurso ambiental emerge aqui como capital simbólico, transmutado posteriormente em capital cultural, capital econômico ou capital político. A institucionalização do discurso ambiental influenciou mudanças no modo de ver e professar a importância da conservação ambiental, de um momento em que o discurso de seus defensores era taxado de utópico para um momento em que a sociedade passou a reconhecer sua importância.

A agenda ambiental institucionalizada resultou então na propagação da ideologia de que é possível um progresso em bases sustentáveis, construindo o imaginário social da possibilidade da conservação dos recursos atrelada à economia de mercado (ASSIS; ZHOURI, 2011). As indústrias passaram, então, de “vilãs” a colaboradoras na manutenção dos recursos, fazendo-se crer que houve uma transição do seu comportamento predatório para um comportamento conservacionista.

O marketing institucional realizado em torno dos termos “sustentabilidade”, “economia verde”, “ecologicamente correto”, entre outros, contribuiu sobremaneira para essa “virada de jogo”. Como exemplo, podem ser citadas as propagandas geradas em torno da “grande” contribuição das empresas para a preservação do meio ambiente quando desligam seus equipamentos nos fins de semana, dos pequenos investimentos para o reaproveitamento de resíduos, das reciclagens ou das trocas de alguns insumos poluentes — ações que passaram a ser divulgadas como “banhos verdes” das indústrias, propagando o ideário de um processo de ambientalização dos empreendimentos que impactam a natureza (ALMEIDA, 2002).

Esses exemplos demonstram como o discurso materializa sua capacidade para estabelecer verdades universais em uma sociedade regida pela concorrência (FONSECA; BURSZTYN, 2009). Aqueles que ocupam posições dominantes determinam os modos de pensar, sentir e agir da sociedade consumidora, deixando para as políticas de Estado o importante papel na criação de instrumentos que salvaguardem a mínima estabilidade diante do poder do discurso, e cuidando de suas consequências diante da adesão de seguidores e da ampliação do seu campo de influência.

Nessa concepção, o discurso ambiental passou a tomar parte nas políticas públicas de desenvolvimento, ordenando as formas de interação e ação entre

os componentes da arena ambiental (PORTO, 2015). A exemplo, a divulgação do controle ambiental pelo Ibama e órgãos ambientais estaduais sobre a relação entre a pecuária e o avanço do desmatamento tem influenciado a mudança de hábitos alimentares, impulsionando o aumento de adeptos da alimentação orgânica, vegetariana e vegana.

Na Amazônia, o fortalecimento institucional da agenda e do discurso ambiental tem situado a região no centro das discussões estratégicas, em função das suas características de megabiodiversidade, bem como da emergência do combate às frentes de devastação. Uma das estratégias utilizadas para o controle ambiental na região foi a criação de Unidades de Conservação (UC) (PEREIRA, 2017).

O intuito era salvaguardar os recursos naturais, no caso das UCs de proteção integral, e perpetuar o modo de vida tradicional das populações da área, nas UCs de uso sustentável. No entanto, alguns estudos apontam limitações na eficiência da criação das UCs no controle ambiental. Por exemplo, houve um avanço do desmatamento dentro de UCs da Amazônia nos últimos anos, aumentando de 6% em 2008 para 12% em 2015 (IMAZON, 2017).

As comunidades rurais da região amazônica possuem então um duplo desafio: o de habitar com baixo impacto no meio da floresta, ao mesmo tempo que precisam ser guardiãs de sua biodiversidade. Tomando como referência a relação harmônica de alguns grupos humanos em áreas de floresta (CIDREIRA-NETO; RODRIGUES, 2017), o discurso ambiental institucional passou a propagar a importância da preservação desse modo de vida para a manutenção da biodiversidade. A política de gestão ambiental introduziu medidas para ampliar a participação dos usuários de recursos naturais nas decisões ambientais, especialmente institucionalizando e incentivando práticas de manejo comunitário (ESPADA; SOBRINHO, 2015).

Por outro lado, mudanças no modo de vida dessas comunidades baseadas no aumento do uso de recursos oriundos do extrativismo vegetal e animal podem ser consideradas fatores de risco ao equilíbrio da biodiversidade local. Essas mudanças muitas vezes são promovidas pelos próprios órgãos ambientais, devido a suas fragilidades institucionais. O discurso da institucionalização que garante o ordenamento no uso dos recursos, resulta por vezes em novos conflitos, tendo pouca efetividade sobre a relação harmônica entre uso e conservação. Costa e Ravena (2017) afirmam que as regras institucionais impostas sobre o uso da terra, quando não são acompanhadas de uma presença efetiva do Estado, ampliam os conflitos, ao invés de solucioná-los.

Desse modo, verifica-se a premente necessidade de um alinhamento entre o discurso ambiental e a prática das instituições. A institucionalização da questão

ambiental trouxe avanços reais, como a redução do desmatamento, o aumento de produtos relacionados à economia verde e uma maior internalização dos custos das externalidades ambientais (WENCESLAU; ANTEZANA; CALMON, 2012). Entretanto, é preciso cuidar para que não ocorra uma banalização da sustentabilidade também no campo institucional (FONSECA; BURSZTYN, 2009), envidando-se esforços para a construção de um sistema de governança que reduza a distância entre o discurso e a eficiência das práticas institucionais no trato das questões ambientais.

3 O PANÓPTICO DO DESENVOLVIMENTO E O DISCURSO AMBIENTAL NO AMAZONAS

O panóptico diz respeito à instauração de práticas de poder que visam disciplinar os indivíduos por meio das inter-relações entre conhecimento e controle. Por sua vez, o ambiente surge como o meio pelo qual o poder passa a regular a vida, mediante discursos que enfatizam os perigos e riscos da degradação da biodiversidade, ou, por outro lado, enfatizando modelos de desenvolvimento que façam frente a esses perigos (SANTOS, 2010).

O panóptico do desenvolvimento, permeado pela ideologia do desenvolvimento sustentável, tem sido o mecanismo presente nos discursos sobre o estado do Amazonas. Nos acordos para o financiamento de projetos estruturantes, predomina a ideia do imperativo da conservação, com a exigência de práticas e políticas que aliem a estratégia de crescimento econômico à inserção de ações voltadas para a proteção ou conservação da biodiversidade.

A estrutura do tipo panóptico de Foucault (1979) mostra como alguns agentes possuem o poder de monitorar e sancionar o comportamento dos demais sujeitos sem que eles possam discernir se estão ou não sendo monitorados. Essa estrutura pode ser observada nos discursos que defendem o desenvolvimento do estado do Amazonas, por considerarem as populações tradicionais pouco desenvolvidas, ignorando o seu modo de vida.

O discurso sobre a Amazônia, bem como sobre o Amazonas, se compôs a partir da visão dos governos nas diferentes esferas de poder, que viam essa região como um vazio demográfico e um local com grande potencial para exploração dos recursos naturais (SECRETO, 2007). O Governo Federal articulou diversos programas no sentido da promoção da ocupação na Amazônia, como uma fronteira a ser cruzada e uma barreira ao desenvolvimento a ser vencida.

Ainda segundo Secreto (2007), o Amazonas foi articulado nos discursos do governo como uma solução para a demanda nordestina por melhores condições

de vida, em função da seca que assolava aquela região. Ao mesmo tempo, com o advento do período da borracha, houve uma necessidade de mão de obra para a exploração desse potencial na Amazônia, aliando-se o discurso do vazio demográfico à emergência do potencial econômico do Amazonas.

No discurso do Presidente Getúlio Vargas proferido em Manaus no ano de 1940, houve menção ao clima amazônico como um impedimento à atração de contingentes humanos de outras regiões para a ocupação da região, e ele também defendeu que somente o nordestino, com seu “espírito pioneiro”, poderia se embrenhar na floresta, abrindo caminho para a exploração da seringueira silvestre (SECRETO, 2007).

Para Swain (2009), inicialmente a Floresta Amazônica foi estigmatizada como um “inferno verde” nos discursos governamentais dos anos 1970. O governo fazia uma alusão ao livro de Alberto Rangel (1908), apregoando que todas as características peculiares da região, como clima quente e úmido, presença de insetos e dificuldade de acesso na mata fechada, figuravam como entraves ao desenvolvimento e à extração dos recursos com o mínimo de conforto. Entretanto, posteriormente os governos mudaram suas visões e passaram a defender o estado do Amazonas como um lugar com grande potencial para o desenvolvimento de negócios, inclusive frisando a facilidade de acesso aos recursos naturais e à terra para a criação de gado.

Em 1966, o governo criou a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) como instituição promotora dessa agenda de ocupação da região, de modo que essa instituição, juntamente com o Banco da Amazônia (Basa), foi responsável pela difusão do discurso desenvolvimentista aliado ao ambientalismo para a região (ANTUNES; OLIVEIRA, 2017). O Governo Federal disponibilizava recursos financeiros para que as empresas pudessem explorar o potencial dos recursos naturais no estado, e os discursos que aliavam desenvolvimento à exploração dos recursos naturais eram evidenciados na atuação da Sudam e do Basa, que fomentavam as obras de infraestrutura e a implantação de indústrias.

A Zona Franca de Manaus foi criada no ano de 1967 também no bojo desse processo, como uma estratégia para o desenvolvimento nodal da região, com as empresas do distrito industrial gerando o surgimento de toda uma cadeia de empreendimentos, sustentada pelas demandas da população local.

Esse discurso da emergência de ocupação econômica do Amazonas foi largamente difundido por meio das instituições governamentais, inclusive com o reforço de argumentação baseado na renúncia fiscal e incentivos fiscais para as empresas interessadas em atuar na Zona Franca de Manaus.

As dimensões continentais do Amazonas, pouco povoado, emergiam nas articulações políticas como estratégias para a atração de investimentos e, ao mesmo tempo, serviam à necessidade de premente ocupação da região para fazer frente às ameaças de invasão do território nacional pelos países vizinhos. O *slogan* “Integrar para não entregar”, do governo do Presidente Castelo Branco, ilustra como os discursos foram carregados dessa agenda emergencial de ocupação do Amazonas (SOUZA, 2019).

Nesse momento, o discurso das organizações da sociedade civil, ou organizações não governamentais (ONGs), como eram conhecidas, ganhou força, com posicionamento a favor da ideia da necessidade de preservação da biodiversidade e promoção da justiça social no estado, para garantir a manutenção do modo de vida das populações locais. A Cúpula da Terra de 1992 considerava o modo de vida das populações tradicionais, incluindo populações indígenas, seringueiros e ribeirinhos, a melhor alternativa sustentável em face do modelo predatório do desenvolvimento (ZHOURI, 2006).

Para Zhouri (2019), na Amazônia, as tensões envolvendo “árvore” e “gente” foram fortemente mediadas pelas ONGs que atuam na região. Os discursos das ONGs ambientalistas abordavam de forma subliminar como a noção de desenvolvimento estava mudando a relação dos povos com a floresta, transformando-a de uma relação harmônica para uma relação de oposição. Essa afirmação pode ser ilustrada por meio da peça publicitária da ONG *World Wild Fund For Nature* (WWF), publicada no jornal inglês *Financial Times*, em 31 de dezembro de 1994, que tinha como objetivo a arrecadação de recursos, e que continha uma fotografia de um índio cortando uma árvore, com os dizeres: “Ele está destruindo sua própria floresta. Para detê-lo, você enviaria a cavalaria ou um antropólogo?”.

Os discursos das ONGs, assim como suas estratégias para a Amazônia e para o Amazonas, foram ancorados na ideia do manejo florestal comunitário e na noção de desenvolvimento sustentável, situando essas visões em posições de poder no campo ambiental. A visão e o discurso de que o conhecimento técnico se faz necessário para a sustentabilidade da Amazônia atribui um recorte florestal às questões ambientais, destacando a dimensão global do desenvolvimento sustentável como uma resposta para a conservação e o desenvolvimento da região (MARQUES FILHO, 2018).

Entretanto, é importante ressaltar que, muitas vezes, tanto os discursos governamentais quanto os discursos das ONGs consideram os recursos florestais da região como ativos, de caráter difuso ou público, desconsiderando seu uso ancestral pelas populações tradicionais. Predomina a visão mercadológica da

floresta como fonte de mercadorias para a manutenção do hegemônico modelo de acumulação (ZHOURI, 2006).

Essa visão mercadológica da floresta se utiliza do panóptico para corroborar o discurso da necessidade de investir em grandes empreendimentos que utilizem os recursos naturais da região, como condição para a garantia do desenvolvimento. O discurso utilizado é baseado no pragmatismo democrático, explicado acima, levando as populações locais a crer que estão seguras ao participar das decisões sobre a implementação dos empreendimentos. Entretanto, muitas vezes, as propostas já chegam prontas às consultas públicas, e a população é levada apenas à sua legitimação. A maioria das obras de infraestrutura implementadas na região não incluem as populações locais no seu processo de concepção e nem sequer há consulta sobre a necessidade do empreendimento ou sobre o interesse neste (BRUM, 2019).

O caso do processo de reconstrução da rodovia BR-319 no Amazonas ilustra essa questão. As populações tradicionais não foram consultadas acerca de sua construção no período de 1970 a 1977, e no atual processo de reconstrução iniciado em 2014, estão sendo “ouvidas” apenas por força do licenciamento. Suas vozes estão constantemente sofrendo pressões políticas e econômicas para que o empreendimento seja executado (BRUM, 2019).

Segundo Queiroz (2016), de um modo geral, os discursos ambientais institucionais predominantes no Amazonas estão alinhados aos interesses de corporações econômicas internacionais, sendo que a geração de renda das atividades florestais, com a contratação de mão de obra local, por exemplo, figura aliada ao discurso da inclusão social e da conservação ambiental apenas como forma de legitimar suas ações.

O panóptico do desenvolvimento sustentável surge nos discursos como algo facilmente aceitável, e assimilável pela sociedade, exercendo um papel fundante nas questões ambientais, como se sua simples evocação fosse o suficiente, tal qual uma “palavra mágica” com poder para solucionar todos os problemas ambientais (QUEIROZ, 2016). Entretanto, apesar do transcurso de muitos anos desde o surgimento desse termo, ele ainda constitui uma noção abstrata, sem que tenha sido implementado na prática em escala, o que torna vazios os discursos que o contêm.

A partir disso, é possível então considerar que a institucionalização da noção do desenvolvimento sustentável não promoveu grandes rupturas com os modelos anteriores de desenvolvimento, baseados estritamente no aspecto econômico. Faz-se necessária a busca de novas formas de conceber o

desenvolvimento, nas quais os princípios da sustentabilidade possam de fato se sobrepor à ideia da exploração econômica dos recursos, de forma a atender as necessidades reais da sociedade (e não as necessidades criadas pelo sistema econômico), sem comprometer a manutenção dos recursos naturais das regiões que os contêm.

CONCLUSÃO

Os discursos ambientais institucionais no Amazonas ao longo do tempo foram permeados pelos contextos históricos e políticos brasileiros ou internacionais, muitas vezes refletindo muito mais as tendências globais do que as temáticas e problemas locais. É importante ressaltar que por um longo período, a Amazônia e o Amazonas estiveram no centro da temática ambiental, mas a argumentação não emergia do campo local, do centro da floresta, mas fora incorporada a partir da visão de atores institucionais externos.

Como argumentação, a noção de desenvolvimento sustentável se aliou ao modo de vida das populações tradicionais, mas de forma a legitimar os discursos institucionais, sem aderência na prática local. A sustentabilidade econômica e ambiental não dialoga com o campo social, pois no estado do Amazonas há ocorrência de populações pobres em locais com muitos recursos naturais e grande potencial ambiental e econômico.

Ao longo do tempo, observou-se que os argumentos da sustentabilidade ou do manejo florestal comunitário não alcançaram o rompimento da barreira do discurso, para de fato refletir sobre o desenvolvimento sustentável do estado. O que se vê, mesmo em locais que possuem o controle institucional dos recursos naturais, como unidades de conservação e assentamentos rurais, é a permanência da degradação ambiental e da pobreza, percebendo-se pouca efetividade prática do discurso da sustentabilidade, baseado na melhoria dos aspectos econômicos, sociais e ambientais.

O caminho para que haja efetividade nos discursos ambientais passa pelo fortalecimento da governança como mecanismo de condução ao alcance da equidade, princípio fundamental de garantia da justiça social e da participação das populações locais nos espaços de poder decisório. É preciso alinhar o discurso ambientalista à prática institucional, incentivando-se cada ator institucional a ocupar seu espaço de competência de forma efetiva e transformadora.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, F. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002. 101 p.
- ANTUNES, P. T. S.; OLIVEIRA, G. C. A. Discurso do Banco da Amazônia: mudança de posição ideológica e seus reflexos na publicidade. **The ESpecialist: Descrição, Ensino e Aprendizagem**, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 1- 23, 2017.
- ASSIS, W. F. T.; ZHOURI, A. Representar territórios e desfigurar conflitos ambientais: o discurso do desenvolvimento sustentável na publicidade Brasileira. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 14, n. 2, p. 117-140, 2011.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 322 p.
- BRUM, E. **Brasil, construtor de ruínas**: um olhar sobre o país, de Lula a Bolsonaro. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2019. 304 p.
- CASARA, M. O discurso do desenvolvimento sustentável, marketing e simulacro. **Revista Vida Pastoral**, São Paulo, ano 57, n. 307, jan./fev. 2016. Disponível em: <https://www.vidapastoral.com.br/artigos/temas-sociais/o-discurso-do-desenvolvimento-sustentavel-marketing-e-simulacro/>. Acesso em: 15 mar. 2020.
- CIDREIRA-NETO, I. R. G.; RODRIGUES, G. G. Relação homem-natureza e os limites para o desenvolvimento sustentável. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, Recife, v. 6, n. 2, p. 142-156, 2017.
- COSTA, F. A.; FERNANDES, D. A. Dinâmica agrária, instituições e governança territorial para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, p. 517-552, 2016.
- COSTA, F. S.; RAVENA, N. Territórios e cercas simbólicas em regimes de propriedades comuns na Amazônia. **Geosul**, Florianópolis, v. 32, n. 63, p. 159-178, 2017.
- ESPADA, L. V.; SOBRINHO, M. V. Manejo comunitário e governança ambiental para o desenvolvimento local: análise de uma experiência de uso sustentável de floresta na Amazônia. **Administração Pública e Gestão Social**, Viçosa, v. 7, n. 4, p. 169-177, 2015.
- FONSECA, I. F.; BURSZTYN, M. A banalização da sustentabilidade: reflexões sobre governança ambiental em escala local. **Sociedade e Estado**, Brasília, DF, v. 24, n. 1, p. 17-46, 2009.

- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. 296 p.
- FOUCAULT, M. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1997. 244 p.
- HARDIN, G. The tragedy of the commons. **Science**, Washington DC, v. 162, n. 3859, p. 1243-1248, 1968.
- IMAZON. Unidades de conservação mais desmatadas da Amazônia Legal (2012-2015). **IMAZON**, Belém, 2017. Livros e livretos. Disponível em: <https://imazon.org.br/unidades-de-conservacao-mais-desmatadas-da-amazonia-legal-2012-2015/>. Acesso em: 20 mar. 2020.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 310 p.
- MARQUES FILHO, L. C. **Capitalismo e colapso ambiental**. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2018. 736 p.
- MARTINS, R. S. Ambientalismo e sustentabilidade: um olhar sobre o discurso ambiental. **NORUS**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, p. 138-154, 2015.
- ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009. 100 p.
- PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução Eni P. Orlando. Campinas: Pontes, 2008. 35 p.
- PEREIRA, C. F. **Estado e agronegócio: etnografia de um processo de regularização fundiária e descaracterização de territórios no Sul do Amazonas**. 2017. 294 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.
- PORTO, J. R. S. Conexões, apropriações e exclusões no discurso do desenvolvimento territorial no Brasil. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 18, n. 1, p. 145-168, 2015.
- QUEIROZ, S. P. L. **Políticas públicas para o turismo sustentável no Estado do Amazonas: perspectivas e desafios, 2013 – 2016**. 2016. 151 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) – Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.
- RANGEL, A. **Inferno verde: cenas e cenários do Amazonas**. Lisboa: Ed. Typ. Minerva, 1908. 128 p.

- SANTOS, L. F. S. O panóptico verde: notas sobre os regimes de ambientabilidade. **Somanlu**, Manaus, v. 10, n. 1, p. 304-475, 2010.
- SECRETO, M. V. A ocupação dos “espaços vazios” no governo Vargas: do “Discurso do rio Amazonas” à saga dos soldados da borracha. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 40, p. 115-135, 2007.
- SILVA, D. F.; LIMA, C. G. F. C. Empresas e meio ambiente: contribuições da legislação ambiental. **Revista Interdisciplinar INTERthesis**, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 334-359, 2013.
- SILVA, L. S.; HENNING, P. C. Problematizando o campo de saber da educação ambiental. **Pro-Posições**, Campinas, v. 30, e20170124, p. 1-24, 2019.
- SILVA, M. P.; BAUER, V.; GUERRA, A. F. S. **Ambientalmente sustentable**, Florianópolis, v. 2, n. 20, p. 1035-1059, 2015.
- SOUZA, M. **História da Amazônia**: do período pré-colombiano aos desafios do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2019. 392 p.
- SWAIN, T. N. Amazonas Brasileiras? Os discursos do possível e do impossível. **Intervenções Feministas**, [S. l.], 31 mar. 2009. Disponível em: <http://intervencoesfeministas.mpbnet.com.br/textos/tania-amazonasbahia.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2020.
- WENCESLAU, J.; ANTEZANA, N. L.; CALMON, P. D. P. Políticas da terra: existe um novo discurso ambiental pós Rio +20? **Cadernos EBAPE. BR**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 584-604, 2012.
- ZHOURI, A. O ativismo transnacional pela Amazônia: entre a ecologia política e o ambientalismo de resultados. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 139-169, 2006.
- ZHOURI, A. Mineração, violência e resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil. **CROLAR**, Boltzmannstr, Berlin, v. 8, n. 1, p. 69-71, 2019.

Texto submetido à Revista em 23.02.2020

Aceito para publicação em 29.03.2021



Conjunto habitacional Residencial Macapaba, na cidade Macapá-AP: direito à cidade?

Macapaba Residential housing development, in the city Macapá-AP: right to the city?

Naiara Videira dos Santos - Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia na Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: nay-videira@hotmail.com

Edila Arnaud Ferreira Moura - Doutora em Desenvolvimento Socioambiental, pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Professora Titular de Sociologia da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: eafmoura@gmail.com

Resumo

Este trabalho objetiva analisar o direito à cidade a partir da transferência de moradores para o conjunto habitacional de moradia popular, o Residencial Macapaba, localizado na cidade de Macapá-AP. O empreendimento faz parte do Programa Minha Casa Minha Vida II, voltado à população da Faixa I, pessoas de baixa renda e em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Nesse estudo, aborda-se o direito à cidade na inter-relação com o direito à educação, à saúde, ao transporte, ao lazer e à segurança, considerados fundamentais para promover o acesso de pessoas à cidade e aos seus recursos. A pesquisa demonstrou limitações impostas aos novos moradores para a efetivação do direito à cidade com impacto no alcance da qualidade de vida urbana. Como instrumentos para a análise fez-se uso da pesquisa bibliográfica, observação direta e a aplicação de questionários semiestruturados com 40 moradores da Fase I do empreendimento.

Palavras-chave

Direito à cidade. Residencial Macapaba. Conjunto de moradia popular. Política habitacional.

Abstract

This paper propose analyse the right to city from transference of residents to a popular housing residential, Macapaba Residential, located in Macapa city, Amapa. The project is on Minha Casa, Minha Vida II program, oriented to the people of Range 1, people of low-income and vulnerability socioeconomic situations. In this study, we approach the city entitlement in the interrelationship with the education right, health, means of transport, leisure and security, has been considered as fundamental to promote the access of people at town and theirs resources. The research demonstrates limitations imposition to new residents for effective approach to the city whit the impact at urban quality life. As an analytical tool, been used of bibliographic research, direct observation and application of semi-structured questionnaires in forty residents of stage one of the project.

Keywords

Right to the city. Residencial Macapaba. Popular housing set. Housing policy.

INTRODUÇÃO

Discutir os processos de produção e reprodução do espaço urbano nas sociedades capitalistas contemporâneas, requer analisar um conjunto de fenômenos e processos que tem assumido novas formas e novos conteúdos com vistas a garantir a ampliação e a manutenção do capital. Nesse aspecto, o controle sobre o espaço urbano deixa de ser apenas um meio de reprodução ou de respostas para as sucessivas crises do capitalismo, mas também e, principalmente, um mecanismo para sua expansão ao se constituir em uma mercadoria, e mais ainda na atualidade, em um ativo financeiro.

No âmbito da política pública de habitação, o direito à moradia não deve estar desvinculado do direito à cidade. Esta condição se faz necessária, pois o alcance da qualidade de vida, necessariamente, traz como condição ter um habitat digno, mas este só pode se realizar plenamente em sua interface com a garantia de direitos sociais, que possibilite, principalmente, aos grupos sociais mais vulneráveis acessarem os espaços urbanos e com isso minimizar as desigualdades existentes nas sociedades capitalistas no acesso à cidade.

Este trabalho objetiva analisar o direito à cidade a partir da transferência de moradores para o conjunto habitacional de moradia popular, o Residencial Macapaba, localizado na cidade de Macapá-AP. O empreendimento foi construído em duas etapas, a primeira fase no ano de 2014 e segunda fase concluída em 2017, com a edificação total de 4.366 unidades habitacionais, direcionadas às famílias incluídas na faixa I do programa (renda até R\$1.600,00)¹.

Trata-se do maior empreendimento habitacional de moradia popular no estado do Amapá, com previsão de residência para 31 mil habitantes, constituindo uma população de moradores maior do que a população existente nos 13 municípios dos 16 que fazem parte deste estado, na região Norte do país.

Neste sentido, faz-se importante que, além da oferta da moradia digna, seja garantido a essas populações o acesso a um conjunto de direitos sociais, em sua maioria, materializados nos serviços e equipamentos urbanos, possibilitando-os, dessa forma, exercerem o direito à cidade e o alcance de uma melhor qualidade de vida. Afinal, de acordo com Sposati (2001, p. 37), “é pela relação com os serviços públicos que o morador acessa as condições de qualidade de vida urbana”.

Para esta análise de abordagem qualitativa, fez-se uso da pesquisa bibliográfica e métodos da pesquisa de campo, como a observação direta e a aplicação de questionários semiestruturados com 40 moradores contemplados na

¹ De acordo com as novas diretrizes do Ministério das Cidades, atualmente a FAIXA I corresponde à renda de até R\$1.800,00.

FASE I do programa e, portanto, com maior tempo de vivência no habitacional, no período de julho a dezembro de 2017. Para a definição da amostra adotou-se o processo de amostragem aleatória simples. A realização do sorteio ocorreu englobando as 08 quadras do conjunto da Fase I, selecionado 05 apartamentos de cada quadra respectiva, totalizando 40 unidades familiares.

1 A PRODUÇÃO E A REPRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA CIDADE CONTEMPORÂNEA: CIDADE MERCADORIA X DIREITO À CIDADE

Com o desenvolvimento das sociedades capitalistas, a produção do espaço adquire novos contornos, novas formas e novos conteúdos, deixando de ser apenas uma condição necessária para a reprodução da vida humana, para também e, principalmente, tornar-se um meio de reprodução do capital. Pois, a partir da separação entre os meios de produção e a força de trabalho, característica fundamental desse novo sistema, a transformação do espaço passa a ser mediada, cada vez mais pela mais-valia e pela busca de acumulação do capital (LEFEBVRE, 2001).

O capitalismo constitui o espaço como meio de reprodução do capital ao transformá-lo em mercadoria. E, sob a égide do sistema capitalista, a produção do espaço urbano revela a sua contradição básica, pois “sua reprodução é social, enquanto que sua apropriação é privada” (CARLOS, 2017, p. 35). Dessa maneira, amplia-se o processo de desigualdade entre os indivíduos devido à forma diferenciada com que alguns grupos se apropriam dos espaços citadinos no curso da reprodução da vida humana.

Cardoso (2007) salienta que o espaço urbano na base do sistema capitalista se caracteriza como um campo de disputa, por um lado, entre os interesses pela apropriação dos benefícios e vantagens na produção da renda e no alcance do lucro e, do outro, a luta por melhores condições de vida materiais e simbólicas.

Na atual fase de expansão do capitalismo, em que os ativos financeiros se voltam à produção do espaço e, com base no modelo de urbanização neoliberal, vem ocorrendo significativas mudanças nas estruturas econômicas, políticas e territoriais nas cidades do planeta, em geral, assentadas em um padrão de consumismo globalizado que se impõe sobre a organização e o modo de produção do espaço urbano.

A cidade neoliberal tem se caracterizado como um espaço extremamente perverso para os excluídos e os marginalizados, limitando as suas possibilidades de se fixar em algum lugar (BENACH, 2017). Nessa condição, cresce o número

de assentamentos informais em que os moradores assumem a condição de transitórios permanentes, pois são espaços que podem deixar de existir na cidade a qualquer tempo (ROLNIK, 2015).

Dentro desse contexto, emerge cada vez mais a importância do direito à cidade, termo elaborado por Henri Lefebvre, na década de 1960, para tratar das questões da sociedade urbana durante a segunda metade do século XX. Na atualidade, diversas interpretações têm sido utilizadas na análise do termo, configurando um vasto campo de conceitos e demonstrando sua importância contemporânea como uma potência explicativa e transformadora no estudo do urbano.

Para Lefebvre (2001), o direito à cidade pressupõe o direito à vida urbana, remodelada e com novas formas e conteúdos. Trata-se, dessa maneira, da construção de uma sociedade a partir da produção de um novo espaço, o que implicaria uma ruptura com o poder do Estado e do capital.

Lefebvre (2001) defende a ideia de uma revolução da classe operária objetivando a conquista de direitos sociais como educação, habitação, trabalho digno e a vida, estes concebidos como o direito à cidade. E, dessa maneira, o valor da vida se sobrepõe à mercadoria, à troca e ao mercado.

Harvey (2014) também compreende o direito à cidade como a maneira de produzir o espaço urbano visando a superação do modelo capitalista e de suas estruturas. Mas, indo além de Lefebvre (2001), enfatiza a importância do direito coletivo da população de participar das decisões sobre o desenvolvimento da urbanização.

Carlos (2016) em suas análises concebe o direito à cidade como a condição do uso pleno do espaço e o seu direito à apropriação de forma a romper com o processo de segregação socioespacial e, com isso, eliminar a produção do espaço urbano na lógica do sistema capitalista. Dessa forma, “a superação da segregação socioespacial encontra seu caminho na construção do direito à cidade, como projeto social” (CARLOS, 2016, p. 109).

Para Verdi e Nogueira (2017), o direito à cidade também se configura numa relação oposta ao caráter capitalista de produção da cidade, a qual se baseia, principalmente, na lógica de consumo. Os movimentos em oposição ao sistema capitalista deverão se constituir, portanto, numa produção coletiva, mas que somente conseguirão se efetivar quando de fato superado o modo de produção do espaço sob a égide do capital.

Em outra perspectiva, Maricato (1995) argumenta que o direito à cidade parte do pressuposto da garantia de acesso à urbanização bem como à habitação legal, pois embora seja crescente a ocupação irregular da terra urbana e ainda assim tolerada, e isso na medida em que esses espaços não constituam interesse

para o capital imobiliário, a possibilidade de obtenção da posse legal dessas áreas é mínima, quando não rara. A cidade constitui-se como uma luta de classes, em resumo, a luta por condições de vida urbana (ERMÍNIA, 2016).

Rodrigues (2007) também procura demonstrar que o direito à cidade se constitui como a luta para acessar a cidade. Nesse sentido, as condições precárias de moradia dos grupos menos favorecidos os levariam a se organizarem coletivamente, fazendo com que as formas de exploração e de espoliação no meio urbano tornem-se mais visíveis. O autor concebe que “o direito à cidade é a luta pelo direito à vida” (RODRIGUES, 2007, p. 87).

No atual contexto da luta pelo direito à cidade têm surgido diversos movimentos sociais a nível local, nacional e global. Em suas manifestações de resistências e de reivindicações, de uma forma geral, o direito à cidade tem sido associado à conquista de direitos como acesso à habitação adequada, ao saneamento ambiental, à educação, à saúde, ao transporte público de qualidade, ao lazer, à alimentação, à informação, ao trabalho remunerado adequadamente e à vida em cidades mais sustentáveis e mais democráticas. Trata-se de reivindicar, portanto, o direito à vida urbana.

Nessa perspectiva, o direito à cidade relaciona-se ao alcance de qualidade de vida urbana que perpassa pelo atendimento de direitos sociais, devendo ser assegurados através de políticas públicas mais igualitárias e universalistas. Para tanto, no processo de implementação das referidas políticas é importante que sejam consideradas as diferenças entre os agentes sociais que compõem o cenário urbano, para que sob o lema do combate às desigualdades socioespaciais na cidade, não sejam mascaradas ainda mais as contradições existentes no espaço urbano capitalista.

2 O CONJUNTO RESIDENCIAL MACAPABA: DIREITO À CIDADE?

2.1 O RESIDENCIAL MACAPABA: ASPECTOS GERAIS

O Conjunto Habitacional Residencial Macapaba integra o Programa Minha Casa Minha Vida II (PMCMV II) do Governo Federal que teve a contrapartida do Governo do Estado do Amapá, por meio do Programa de Obras e Ações para Mudar o Amapá (PROAMAPÁ). Para sua construção foram investidos mais de R\$ 200 milhões através dos recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR).

O terreno do conjunto possui uma dimensão de 1.039.353,00m² adquirido pelo Governo do Estado do Amapá e, posteriormente, repassado

ao Fundo de Arrendamento Residencial (FAR). A sua construção ficou sob a responsabilidade da Empresa Direcional Empreendimentos, selecionada através de chamamento público.

A execução do conjunto Residencial Macapaba dividiu-se em duas fases, denominadas Macapaba-fase I (2012-2014) e Macapaba-fase II (2014-2017), com a edificação total de 4.366 unidades habitacionais, divididas em 4.032 apartamentos e 334 casas. A população-alvo do empreendimento constitui-se, originalmente, de moradores das áreas alagadas e dos bairros periféricos da cidade em situação de vulnerabilidade social e risco pessoal, social e ambiental.

No entanto, o programa tinha como meta inicial atender simultaneamente três faixas de renda: a de 0 até 3 salários mínimos, cujo padrão das edificações das moradias corresponderia à construção das casas térreas de 45m² em lotes no tamanho de 138m² e blocos de edifícios com 4 pavimentos cada, com 4 apartamentos por andar, correspondendo a 16 apartamentos em lotes de 600m²; a população de 3 até 6 salários mínimos, com lotes de 675m², e também com edifícios de 4 pavimentos, com 4 apartamentos por andar, totalizando 16 apartamentos; e, para o segmento populacional com renda de 6 até 10 salários mínimos, seriam planejados edifícios com 4 a 10 pavimentos, com um total de 12 a 36 apartamentos em lote irregular, sendo 4 por andar (TOSTES; LUZ, 2014). Porém, como já ressaltado anteriormente, na execução do programa Residencial Macapaba, as unidades habitacionais restringiram-se à faixa I com renda de até R\$1.600,00.

Ressalta-se que, mesmo após a finalização total das obras em 2017, foram identificadas 300 unidades habitacionais sem uso, as quais estariam destinadas à população encaminhada pelo Estado através de demanda dirigida. De maneira geral, a população total estimada para o conjunto Residencial Macapaba corresponde a 31 mil habitantes.

O empreendimento está localizado às margens dos quilômetros finais da Rodovia BR-210, no bairro Brasil Novo, Zona Norte de Macapá, circunscrito por apenas três bairros, o bairro Açaí, os bairros Infraero I e II e ainda pelo Loteamento Morada das Palmeiras. De acordo com os dados do IBGE (2010), antes da construção do Residencial Macapaba viviam no bairro Brasil Novo aproximadamente 13.273 habitantes, constituindo 3,3% da população do município de Macapá, distribuídos em 3.731 domicílios em uma área de 8,9km².

No que se refere à localização do conjunto, situa-se em uma área na franja da malha urbana do município em descontinuidade com o tecido urbano, aproximadamente 10,1km de distância da região central, contando com pouco ou quase nenhum equipamento ou serviço público ao entorno. Esses fatores, por sua vez, têm gerado impactos significativos para a realização do direito à cidade

na sua inter-relação com os direitos sociais, considerados fundamentais para o alcance da qualidade de vida urbana.

2.2 O ACESSO AOS SERVIÇOS E AOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS NA PERSPECTIVA DO DIREITO À CIDADE NO CONJUNTO RESIDENCIAL MACAPABA

O conjunto habitacional Residencial Macapaba configura-se como política pública de oferta de moradia popular. Nesta análise, o direito à cidade é compreendido na sua inter-relação com um conjunto de direitos sociais de responsabilidade do Estado, tais como educação, saúde, transporte, lazer e segurança, considerados fundamentais para a garantia do acesso à cidade com todos os seus recursos e equipamentos urbanos.

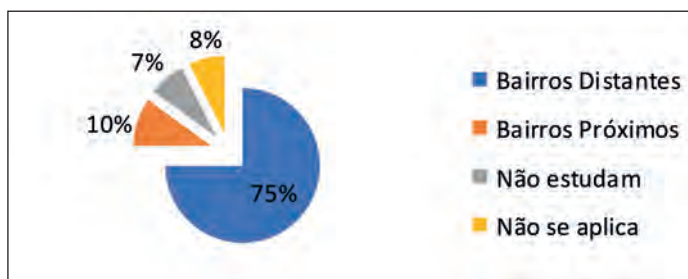
2.2.1 O direito à educação

O direito à educação é fundamental na formação da cidadania dos indivíduos, possibilitando-os a se reconhecerem como sujeitos de direitos e de deveres e, dessa forma, podendo vir a fomentar a participação das populações nos processos de luta por cidades mais igualitárias, mais dignas e mais sustentáveis frente aos processos de espoliação das cidades mercadorias nas sociedades capitalistas neoliberais.

Mas para isso, garantir o acesso aos estabelecimentos de ensino torna-se um pressuposto fundamental, em que fatores como a oferta e a localização acabam condicionando em maior ou menor proporção o desenvolvimento do processo educativo. Portanto, vindo a impactar diretamente na formação de cidadãos que possa de fato transformar e renovar o espaço urbano na perspectiva do direito à cidade.

Nesta análise, identificaram-se os bairros das escolas frequentadas em 2017 pelos filhos dos moradores do conjunto, analisando a proximidade e a distância desses equipamentos em relação à nova moradia. Dessa maneira, constatou-se que, em 75% dos casos, a localização dá-se em bairros distantes do conjunto habitacional e que somente 10% conseguiram vagas em escolas nos bairros ao entorno. Tais dados evidenciam que, para a maioria dos filhos desses moradores, o acesso à educação, a partir da mudança para o conjunto Residencial Macapaba, passou a exigir maior deslocamento, como demonstrado no Gráfico 1.

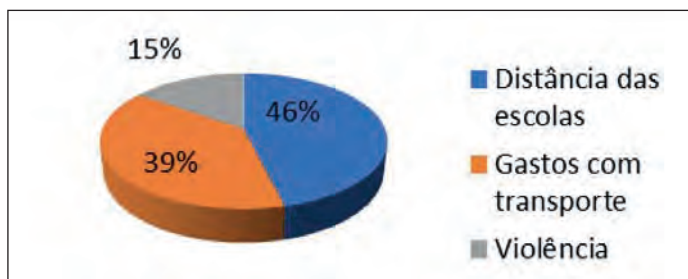
Gráfico 1 - Localização das escolas frequentadas pelos novos moradores em relação ao Conjunto Residencial Macapaba



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2018.

Os entrevistados foram questionados sobre as principais dificuldades encontradas para o acesso à educação após a mudança de moradia para o conjunto habitacional. As respostas obtidas revelaram que para 46% a principal dificuldade era a localização das unidades de ensino, as quais ficam distantes do conjunto habitacional, como já ressaltado anteriormente; para 39%, as dificuldades se relacionam ao aumento dos gastos com transporte coletivo, reflexo da distância desses equipamentos e que tem impactado na renda das famílias; e, para 15%, deve-se a maior exposição às situações de violência a que passaram a ser submetidas as crianças e os jovens no trajeto casa-escola-casa, devido a necessidade do maior deslocamento, também reflexo da localização das unidades escolares. De forma sintética, no Gráfico 2, são apresentadas as referidas informações.

Gráfico 2 - Principais dificuldades apontadas pelos moradores para garantir o acesso à educação de seus filhos, a partir da mudança para o conjunto Residencial Macapaba



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2018.

As respostas revelam que, com a mudança para o conjunto habitacional Macapaba, os novos moradores vêm enfrentando dificuldades para efetivar o direito à educação de seus filhos. A inexistência de unidades escolares no conjunto ou nas intermediações, capaz de atender a demanda, tem sido a principal responsável pelo aumento do problema e que consequentemente acaba ocasionando outros fatores negativos, como o aumento nos gastos com o transporte e a exposição maior às situações de violência urbana.

Sabe-se que o direito à educação, além de estar garantido constitucionalmente, trata-se de um direito universal, pois a educação de fato pode transformar as vidas, ao formar cidadãos mais conscientes e mais comprometidos com um projeto de mundo mais igualitário. No campo das lutas pelo direito à cidade contra a terra e a moradia como um ativo financeiro, a educação dos povos se constitui num importante mecanismo para levar a uma verdadeira mudança na sociedade capitalista neoliberal.

No caso dos moradores do conjunto habitacional Macapaba é preciso que seja garantido o acesso efetivo à educação e não somente a oferta da moradia, como se apresenta na realidade.

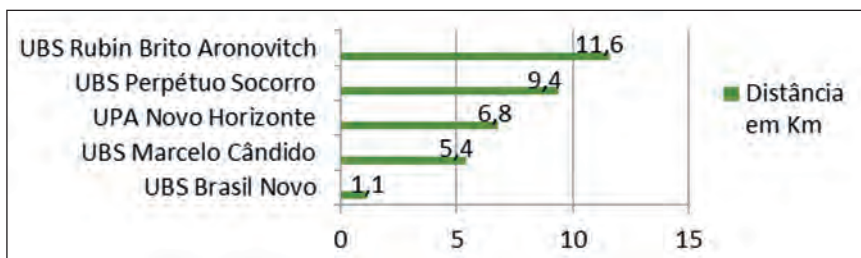
2.2.2 O direito à saúde

O direito à saúde se relaciona no campo das lutas pelo direito à cidade, na medida em que se faz importante a garantia de espaços urbanos saudáveis e menos poluídos para a população. Trata-se de buscar a redução das desigualdades socioespaciais e com isso possibilitar a todos, principalmente, aos grupos sociais menos favorecidos, o usufruto dos ganhos positivos da urbanização. Nessa perspectiva, a inter-relação do direito à cidade com o direito à saúde configura-se como base para a promoção da equidade (FIGUEIREDO *et al.*, 2017) e consequentemente uma contraposição ao ideal da cidade mercadoria capitalista.

Neste trabalho, visou-se, entre outros objetivos, identificar a localização das redes de atendimentos de saúde acessada pelos moradores após a mudança para o conjunto habitacional. Entre os entrevistados 70% informaram que os locais de atendimento frequentados são os considerados pelos moradores como os mais próximos do conjunto. Dentro desse percentual a distribuição ocorre da seguinte maneira: 46% utilizam a Unidade Básica de Saúde (UBS) do Brasil Novo, seguido com 29% pela Unidade de Pronto Atendimento do Novo Horizonte, 11% a UBS Rubin Brito Aronovitch, 7% a UBS Marcelo Cândida e, por fim, 5% a UBS do Perpétuo Socorro.

Porém, a proximidade dos equipamentos de saúde em relação ao conjunto habitacional Residencial Macapaba, como pode ser identificado na pesquisa, não se trata necessariamente de uma curta distância, não sendo possível, inclusive, de serem acessados a pé. Em sua maioria, com a exceção da UBS do Brasil Novo, a relativamente mais próxima, as demais unidades localizam-se a km de distância do habitacional, o que pode implicar em dificuldades no acesso a esses serviços básicos. O Gráfico 03 apresenta em km a distância dessas unidades de saúde em relação ao conjunto.

Gráfico 03 - Distância em km das principais unidades de saúde consideradas mais próximas do Residencial Macapaba



Fonte: adaptado pelas autoras a partir do Google Maps, 2018.

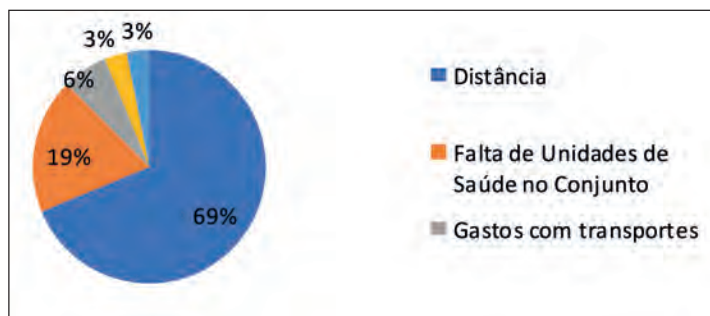
Na análise geral sobre a ampliação ao acesso aos serviços de saúde na nova moradia, identificou-se que para 80% dos casos têm ocorrido maiores dificuldades na busca e no acesso aos atendimentos; para 2,5% houve a melhoria desses serviços e, para 17,5%, não existiram mudanças em relação às residências anteriores.

Entre os moradores que destacaram a ampliação das dificuldades de acesso aos serviços de saúde, o principal fator apontado foi a distância do conjunto em relação às unidades de saúde mais próximas, registrado por 69% dos entrevistados. Ainda, 3% destacaram a incapacidade dessas unidades para atender a demanda uma vez que não possuem em seus quadros as principais especialidades de atendimento médico e, com isso, os moradores são obrigados a procurar os serviços em unidades de saúde ainda mais distantes, como é o caso do Pronto-Socorro de Macapá, localizado à distância de 20,5km do conjunto.

Outros 19% destacaram a inexistência de uma unidade básica de saúde no habitacional, o que já possibilitaria um maior acesso aos serviços, ressaltando que existe um projeto para a construção desse equipamento no conjunto Residencial Macapaba, mas as obras não foram iniciadas. Para 6%, deve-se ao aumento nos gastos com o transporte público, devido à necessidade de realização de maiores deslocamentos para outros bairros em busca dos serviços. E, finalmente, para

3% deve-se à demora na chegada do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) no habitacional. O Gráfico 4 apresenta uma síntese das principais dificuldades destacadas pelos moradores no acesso aos serviços de saúde após a mudança para o conjunto.

Gráfico 4 - Principais dificuldades apontadas pelos moradores para acessar as unidades de saúde, após a mudança para o Residencial Macapaba



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2018.

Diante do exposto, percebe-se que aos novos moradores tem sido imposta uma série de limitações ao seu direito à saúde com reflexos diretamente na sua qualidade de vida. Não se trata apenas da necessidade de um maior deslocamento para acessar as unidades de saúde distantes do conjunto, mas também toda uma série de fatores como maior gasto do tempo do seu dia, o aumento de gastos com o transporte, a insegurança quando necessitam sair de madrugada, podendo levar até mesmo a privação desses serviços.

Na oferta da moradia digna deve ser considerado o direito à saúde como um pressuposto fundamental, o que implica condições de acesso aos equipamentos e aos serviços de atendimento médico e hospitalar. No caso do conjunto Residencial Macapaba, a realidade demonstra que vem ocorrendo um prejuízo na efetivação desse direito e, dessa maneira, não se alcança o direito à cidade na sua inter-relação com o direito à saúde no que tange a garantia e a promoção do bem-estar dessas populações para o atendimento de necessidades humanas básicas.

Novamente, percebe-se a ideologia das sociedades capitalistas, as quais impõem na cidade-mercadoria a sobreposição dos direitos individuais seletivos sobre os direitos coletivos, como é o caso do direito à saúde, pois o que passa a importar são as relações e os interesses realizados por meio dos mercados (RODRIGUES, 2007).

A política pública habitacional, no entanto, deve ser formulada com vistas a se contrapor aos processos de dominação e de espoliação do meio urbano capitalista, com vista a possibilitar o direito à cidade como pressuposto para o alcance de qualidade de vida urbana.

2.2.3 O direito ao transporte

O direito ao transporte público constitui-se outro componente-chave para a realização do direito à cidade, principalmente, quando se trata do mais usual meio de locomoção das pessoas no espaço citadino.

Dessa maneira, no âmbito do direito à cidade, a política de transporte público deve ser instauradora do acesso, principalmente, dos ambientes públicos, de forma a assegurar aos cidadãos os benefícios de todos os recursos existentes, assim como o ingresso no espaço citadino por todas as camadas sociais. Porém, sabe-se que na lógica da cidade mercadoria capitalista, o acesso aos espaços urbanos vai se constituir, cada vez mais, um campo de lutas pelo direito de ir e vir nessa cidade (RODRIGUES, 2007).

Na análise sobre o direito ao transporte constituindo-se como um fator para a realização do direito à cidade no conjunto Residencial Macapaba, buscou-se traçar um panorama sobre o acesso e a execução dos serviços nesse conjunto habitacional. Visa-se, assim, identificar as melhorias nas condições de mobilidade dos novos moradores e, conseqüentemente, na sua qualidade de vida após a mudança para o conjunto.

Inicialmente, identificaram-se os principais meios de locomoção utilizados pelos novos moradores. Foram obtidos os seguintes resultados: 45,5% utilizam exclusivamente o serviço de transporte público coletivo (ônibus), outros 45% fazem uso parcialmente desse transporte coletivo, pois fazem uso também de serviços de mototáxi, bicicleta, entre outros; e 7,5% se locomovem unicamente com seus veículos próprios (motos).

Quanto à qualidade do serviço prestado pelo transporte público aos moradores desse conjunto habitacional, destacou-se que para 80% dos entrevistados há uma deficiência nos serviços, sendo apontado como principal problema o fato das linhas de ônibus que atendem o conjunto não possibilitarem o deslocamento para os bairros mais distantes, necessitando, em sua maioria, o uso de dois ou mais coletivos para chegarem ao destino final. Outros 20%, ao contrário, ressaltaram a suficiência do serviço, mas em geral, são deslocamentos para as áreas mais próximas ou em direção ao centro. De acordo com Santos (1990, p. 248), de “modo geral, quanto mais longe é a moradia, tanto mais tempo

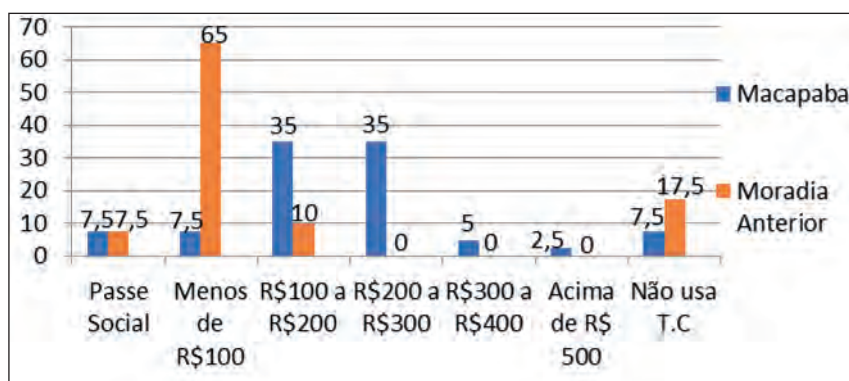
é gasto com transporte contabilizando o percurso dentro do veículo e o que é feito a pé para alcançá-lo”.

Tem-se, dessa maneira, a contabilização de um maior tempo dentro ou a espera do coletivo, já que não existe um número suficiente de linhas de ônibus capaz de atender às reais necessidades dos novos moradores, uma vez que, o habitacional localiza-se em uma área fora do perímetro urbano, o que dificulta o acesso às rotas de ônibus que não sejam as exclusivas para a área onde se situa o conjunto.

Outro dado importante, diz respeito aos gastos no mês com o uso do serviço de transporte coletivo na nova moradia em comparação com a residência anterior. Com a mudança para o Residencial Macapaba, para 35%, os gastos com transporte coletivo representaram um aumento de R\$200,00 a R\$300,00; também para outros 35%, o aumento significou de R\$100,00 a R\$200,00; para 7,5% o aumento foi menos de R\$100,00; para 5% o aumento apresentou-se mais elevado de R\$300,00 a R\$400,00 e ainda, para 2,5% os gastos subiram acima de R\$500,00.

Fazendo uma comparação com a moradia anterior, os gastos mensais com transporte coletivo apresentaram-se menor em relação ao empregado, atualmente, pelos moradores do Residencial Macapaba. Conforme os dados obtidos a esse respeito, para 65%, a média de gastos representava, anteriormente, menos de R\$100,00; para 10% de R\$100,00 a R\$200,00; 7,5% faziam uso do passe social e que continuam usando mesmo após a mudança; e, 17,5% não utilizavam transporte coletivo, deslocando-se a pé ou de bicicleta, devido à proximidade das residências dos locais de trabalho e das escolas frequentadas pelos filhos. No Gráfico 5, apresenta-se a comparação entre os gastos no mês com transporte coletivo no conjunto Residencial Macapaba e na moradia anterior:

Gráfico 5 - Gastos em percentual com transporte coletivo no mês, no conjunto Residencial Macapaba em comparação com os gastos na moradia anterior



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2018.

Conforme os dados expostos, observa-se um impacto significativo nos gastos com transporte coletivo na renda dessas famílias com a mudança para o Residencial Macapaba –principalmente, tratando-se em sua maioria, de famílias de baixa renda ou que recebem programas de transferência de renda, como o Bolsa Família – pois é evidente a diferença no aumento dos gastos com esse tipo de transporte na atual moradia em relação às antigas residências.

O aumento dos custos com transporte no orçamento familiar é um dos fatores que pode impulsionar as famílias mais afetadas por esse aumento nos gastos familiares a abandonar o programa habitacional. E ainda, dificultar o acesso a outros espaços da cidade, quando as famílias não possuem recursos financeiros para pagar pelo serviço e não contam com outro tipo de transporte. Os dados obtidos na pesquisa evidenciam que a renda familiar desses moradores tem sido fortemente impactada pelo uso do transporte público.

Pelo exposto, observa-se dificuldade para o amplo acesso aos serviços de transporte coletivo pelos novos moradores do Residencial Macapaba. Tais problemas podem gerar limitações no direito de ir e vir desses moradores na cidade, resultando inclusive em impedimentos de acesso aos serviços, aos equipamentos e aos espaços públicos quando o acesso ocorre principalmente pelo uso do transporte público. Nesse cenário, fica comprometida a efetivação do direito à moradia e do direito à cidade e, conseqüentemente, o alcance de melhor qualidade de vida dessas populações.

A política pública habitacional deve ser instaurada do acesso à cidade para a qual o direito ao transporte torna-se um pressuposto fundamental. Pois, não é suficiente apenas a entrega do imóvel residencial, mas também, se faz necessário ofertar as condições adequadas para que os moradores possam habitar a cidade.

Segundo Santos (1990), a ausência de um serviço de transporte público, eficaz e barato pode levar ao que denomina de exílio na periferia, em que a população pobre, de favelas, de áreas periféricas, sai pouco de seus bairros, principalmente, limitados pelo horário de circulação desse transporte, levando a uma guetização e a uma condição de exílio.

Dessa forma, o direito ao transporte como um componente fundamental da realização do direito à cidade, assume a perspectiva que Rodrigues (2007) considera como a luta para acessar a cidade.

2.2.4 O direito ao lazer

Na análise da garantia do direito à cidade considera-se também como ponto importante as formas de lazer, buscadas pelas pessoas nas cidades, principalmente, aos finais de semana. Nesta abordagem, o direito ao lazer está

diretamente ligado ao uso dos espaços públicos, para os quais deve ser garantido a existência e a manutenção e, por isso, é também importante compreender os fatores estimulantes ou inibidores de seu uso. Bauman (2001, p. 50) destaca que esses locais devem se constituir como “espaços públicos abertos, convidativos, acolhedores, que todo tipo de cidadão teria vontade de frequentar assiduamente e compartilhar de bom grado”.

Dessa maneira, o direito ao lazer realiza o direito à cidade na medida em que, por meio do fortalecimento da ocupação dos espaços públicos, possa ser possível alterar pelo menos parcialmente o modelo de privatização do espaço urbano, hoje, também presente nas ruas, nas praças e em outros aparelhos de uso público sobre a forma de “barreiras” visíveis e invisíveis.

Para esta análise foram investigadas as formas de lazer buscadas pelas famílias do habitacional Residencial Macapaba. Para isso identificou-se, inicialmente, como as famílias fazem uso dos equipamentos comunitários localizados no conjunto. Foi constatado que, em cada quadra há um centro comunitário com uma área com brinquedos para crianças e uma quadra de futebol pequena.

Dessa forma, detectou-se que 25% utilizam com maior frequência esses espaços, constituindo-se, inclusive, como a principal área de lazer para os filhos; 12,5% utilizam apenas de forma esporádica, pois sempre que possível preferem dirigir-se a outros lugares. A maioria, no entanto, num total de 62,5% não utiliza essas áreas, apontando como motivos a insegurança, a depredação e a falta de manutenção que impossibilitam o seu uso.

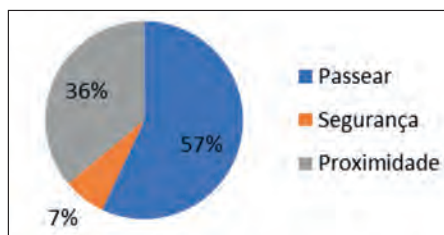
Em outra perspectiva, identificou-se a existência de espaços públicos de lazer em relação às moradias anteriores e ao uso dessas áreas por esses moradores. O percentual obtido revelou que 52,5% dos domicílios contavam com espaços dessa natureza nas proximidades de suas residências e que para 47,5%, a localização dessas áreas situava-se distante das moradias.

No uso que esses moradores faziam dos espaços de lazer próximos das residências antigas, o percentual foi de 67% de utilização, contra 33% que consideravam espaços inapropriados para levar as famílias.

Em relação aos moradores que utilizavam com maior frequência as áreas de lazer localizadas no entorno das antigas moradias, os principais motivos destacados foram: 36% apontaram a proximidade em relação às suas residências, 57% usavam para os passeios com a família e 7% destacaram a segurança.

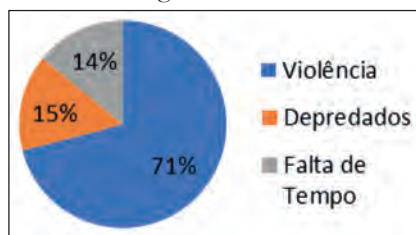
Nos Gráficos 06 e 07, abaixo, são destacados os principais fatores apontados pelos moradores para uso e para o não uso dessas áreas existentes nas proximidades de suas moradias antigas.

Gráfico 6 - Principais motivos de uso das áreas de lazer nas proximidades da moradia anterior



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2018

Gráfico 7 – Principais fatores relacionados para o não uso das áreas de lazer existentes próximos de suas moradias antigas



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2018

De acordo com o Gráfico 07, pode-se observar, da mesma forma como ocorre no conjunto Residencial Macapaba, que os espaços de lazer públicos, nos poucos existentes, os moradores se deparavam, principalmente, com a insegurança, apontados por 71%, com a depredação, para um percentual de 15%, fatores que limitavam ainda mais o uso pelas famílias. Houve ainda quem alegou não ter feito uso dos espaços, num total de 14%, por falta de tempo.

Ressalta-se que, embora se trate de moradores de diferentes localidades, sejam de áreas de ressacas ou de periferias, de onde a maioria é proveniente, tais locais compartilham de uma mesma realidade do município de Macapá, no qual é escassa a existência de espaços públicos de lazer e, nos poucos existentes, estão presentes os problemas apontados como a violência e a falta ou/pouca manutenção dessas áreas.

Para os novos moradores do Residencial Macapaba fica clara a deficiência no conjunto e no entorno de espaços mais apropriados para os encontros, para as sociabilidades, para a diversão de um modo geral. Pois, nos poucos existentes, o que predomina é a violência e a falta de cuidado, seja por parte do poder público ou dos próprios moradores e, dessa forma, implicando negativamente no uso que fazem desses espaços.

O direito ao lazer como constitutivo do direito à cidade é importante para promover a sociabilidade, os encontros, enfim, uma ocupação da cidade pelas pessoas e para as pessoas e não pelo capital. E dessa maneira, contribuir na luta contra privatização do urbano, com os seus muros visíveis e invisíveis, os quais têm sido crescentes frente à decadência, cada vez mais, dos espaços coletivos. Trata-se, do que Lefebvre (2001) destaca como o valor da vida se impondo acima da mercadoria, da troca e do mercado.

2.2.5 O direito à segurança

Nas sociedades atuais, o problema da segurança tem condicionado diretamente a forma de viver e de se relacionar no espaço urbano, moldando os comportamentos, os hábitos, as relações sociais, vindo a estar no centro das preocupações dos indivíduos na condução de suas vidas nas cidades.

Para Bauman (2009, p. 71), “o ‘milênar’ vínculo entre civilização e barbárie se inverteu. A vida nas cidades está se convertendo em um estado de natureza caracterizado pela regra do terror e pelo medo onipresente que a acompanha”.

Dessa forma, o direito à segurança torna-se fundamental para que o indivíduo possa fazer uso do espaço urbano e de seus recursos, garantindo a proteção ao seu bem maior “a vida” e, portanto, a sua liberdade fundamental de ir e vir nessa cidade e com acesso aos demais serviços e equipamentos urbanos. Nessa perspectiva, o direito à segurança assume um dos campos na luta pelo direito à cidade.

Para esta análise, obteve-se informações sobre a percepção dos moradores em relação à segurança no conjunto Residencial Macapaba. A mudança para o habitacional foi propagandeada pela imagem de uma moradia melhor, com a oferta de serviços e de equipamentos públicos, entre eles, a segurança, através da instalação de um Centro Integrado de Bombeiro e Policiamento Militar (CBPM), o qual até os dias atuais, funciona apenas como um posto policial.

Diante da realidade, evidenciou-se que para 52,5% predomina a insegurança no conjunto Residencial Macapaba, principalmente, devido à frequente incidência de roubos e arrombamentos nas casas/apartamentos e o elevado número de assaltos noturnos que tem contribuído para o aumento dos índices de violência no conjunto habitacional.

Outros 47,5% consideram segura a nova moradia. Mas, nesse caso, foram identificados dois aspectos importantes: o primeiro, diz respeito à segurança que sentem em comparação às moradias anteriores, já que nestas os índices de violência comparados com a residência atual apresentavam-se mais alarmantes. O segundo, refere-se à sensação de segurança, especificamente, dentro dos apartamentos ou das casas. Observou que muitos desses moradores buscaram alternativas como a colocação de grades nas janelas e nas portas, bem como em alguns blocos foram instalados portões de entrada restringindo o acesso aos moradores e aos seus visitantes. Trata-se, portanto, de uma segurança relativa, em que os de dentro se fecham para os de fora.

Como Bauman (2001, p. 133) destaca que em tempos marcados pelo medo e evitação do outro, “se não puder ser evitado o encontro com estranhos, pode-se pelo menos tentar evitar maior contato”.

O problema da insegurança no conjunto Residencial Macapaba vai refletir em outro aspecto apontado pelos moradores, como o fato de a maioria, 67,5% evitar saídas sejam sozinhos ou com familiares pelo habitacional, principalmente à noite. Já 32,5% afirmam ter o costume de sair durante esse horário.

Os motivos apontados entre os moradores que evitam as saídas noturnas pelo conjunto Residencial Macapaba, novamente, se sobressaiu o problema da violência, destacado por 63% dos casos, que por medo preferem ficar dentro de suas casas ou apartamentos.

Mas, além da insegurança, outros fatores também têm interferido na dinâmica de sociabilidade dentro do habitacional, como o próprio hábito desses indivíduos de não sair de casa, apontado por 30% e ainda 7% destacaram a falta de tempo, devido os cuidados com a casa ou estarem no trabalho.

Porém, são os dados apresentados sobre a alta incidência de violência no conjunto que a indicam como um dos grandes problemas enfrentados por esses moradores na nova moradia. Conseqüentemente, tal fato gera limitações no uso do espaço externo do habitacional e da cidade, pois a insegurança acaba repercutindo nos hábitos e nos comportamentos desses moradores tanto no conjunto quanto na relação direta com o espaço urbano, já que o conjunto habitacional é apenas uma das muitas extensões da cidade.

Vale ressaltar que o problema da violência não é apenas uma particularidade do conjunto Residencial Macapaba, mas que se estende para toda a realidade do município de Macapá. De acordo com a ONG Conselho Cidadão para a Segurança Pública e a Justiça Penal do México, Macapá no ano de 2015, aparecia na posição de 48ª no ranking internacional das 50 cidades mais violentas do mundo, com uma taxa de 30,25 homicídios por 100 mil habitantes.

O crescimento da violência urbana nas médias e grandes cidades brasileiras reflete um quadro de problemáticas que afeta diretamente a realização do direito à cidade, em que cada vez mais as pessoas deixam de usar os espaços públicos, fechando-se em suas casas, cercadas por mecanismos de vigilância, restritos a quem pode pagar pela mercadoria segurança.

Os conjuntos habitacionais, nesta análise tendo como foco o Residencial Macapaba, têm acompanhado a tendência do aumento da violência e da insegurança tão marcantes nas sociedades capitalistas contemporâneas. Aos seus novos moradores, a vida no conjunto tem sido diretamente impactada por relações em que o direito à segurança não tem se constituído como o direito à cidade. Ressalta-se que o direito à segurança na perspectiva do direito à cidade contribui no combate a mercadorização da cidade e seus processos de segregação

socioespacial, já que é fundamental para garantir a integridade física das pessoas. E, dessa maneira, pode-se ter um maior uso dos espaços públicos, garantindo-se o direito de ir e vir na cidade sem a ameaça ao seu bem maior que é a vida humana.

Os dados revelam, como já assinalado por Carlos (2016), a importância da construção do direito à cidade como um projeto social para a superação da segregação socioespacial, de maneira a eliminar a produção do espaço urbano sob a égide do sistema capitalista. E nesse sentido, o direito à segurança incorpora o campo para a formação de uma sociedade menos excludente no acesso aos espaços públicos.

CONCLUSÕES

O direito à moradia deve ser compreendido em sua relação intrínseca com o direito à cidade, de forma a possibilitar o alcance da qualidade de vida urbana, em que sejam garantidos, não somente o acesso ao bem casa, mas também a um conjunto de direitos fundamentais para o desenvolvimento humano e uma vida mais saudável no meio urbano, construindo-se o caminho para cidades mais igualitárias em contraposição às cidades seletivas neoliberais.

Nesse sentido, o direito à cidade se constitui como a busca pela produção do espaço urbano remodelado, com novas formas e configurações socioespaciais em contraposição a financeirização da moradia e da cidade mercadoria capitalista. A luta por direitos sociais, por exemplo, tem-se apresentado como mecanismo para a realização do direito à cidade em diversas partes do mundo.

Nesta análise, propôs-se investigar como se tem efetivado o direito à cidade em relação à educação, à saúde, ao transporte, ao lazer e à segurança pelos novos moradores do conjunto Residencial Macapaba após a mudança para o habitacional.

O estudo demonstrou que as famílias do conjunto estão enfrentando limitações para a efetiva realização do direito à cidade. As unidades de ensino, em sua maioria, estão localizadas em áreas distantes do conjunto habitacional, assim como as unidades básicas de saúde, dificultando o acesso ou até mesmo privando as pessoas de serviços básicos e fundamentais para o seu bem-estar. O transporte público, por sua vez, tem sido um dos responsáveis pelo aumento das despesas dessas famílias e não atende com eficiência as necessidades dos moradores, principalmente, quando se faz necessário deslocamentos para bairros mais afastados da nova moradia.

O lazer, também importante para a qualidade de vida das pessoas, está restrito a espaços dentro do conjunto, onde há risco de violência ou estão malconservados, fatores estes que impedem o seu melhor aproveitamento pelos

moradores do habitacional. Realidade, esta, que se estende aos poucos espaços de lazer existentes na cidade de Macapá. E por fim, a falta de segurança que também tem comprometido a vivência dentro e fora do Residencial Macapaba, pois a proteção à vida se constitui um pressuposto fundamental para as pessoas se relacionarem e fazerem uso do espaço em que estão inseridas.

Nessa perspectiva, o direito à cidade não se trata apenas de poder viver na cidade, mas também torná-la um espaço produzido por pessoas e para as pessoas. É uma luta contra a espoliação e privação do espaço urbano e, com isso, o direito à construção de espaços mais acessíveis e igualitários. E, portanto, como destaca Ermínia Maricato (ERMÍNIA, 2016) inevitavelmente, deverá se constituir como uma luta de classes.

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. 278 p.
- BAUMAN, Z. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009. 94 p.
- BENACH, N. Da desigualdade social a justiça espacial. *In*: CARLOS, A. F. A.; ALVES, G.; PADUA, R. F. (org.). **Justiça espacial e o direito à cidade**. São Paulo: Contexto, 2017. p. 15-32.
- CARDOSO, A. L. Desigualdades urbanas e políticas habitacionais. **Observatório das Metrôpoles**, Rio de Janeiro, 2007. Seleção Artigos Científicos. Disponível em: http://www.observatoriodasmetrolopes.ufrj.br/download/adauto_desig_urb_polhab.pdf. Acesso em: 12 mar. 2018.
- CARLOS, A. F. A. A prática espacial urbana como segregação e o “direito à cidade” como horizonte utópico. *In*: VASCONCELOS, P. A.; CÔRREA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (org.). **Cidade contemporânea: segregação socioespacial**. São Paulo: Contexto, 2016. p. 95-110.
- CARLOS, A. F. A. A privação do urbano e o “direito à cidade” em Henri Lefebvre. *In*: CARLOS, A. F. A.; ALVES, G.; PADUA, R. F. (org.). **Justiça espacial e o direito à cidade**. São Paulo: Contexto, 2017. p. 33-62.
- ERMÍNIA Maricato: “Cidade é luta de classes!”. [São Paulo]: TV Boitempo, 2016. 1 vídeo (4 min) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9R4S6ZaDniU>. Acesso em: 12 maio 2018.
- FIGUEIREDO, G. L. A. *et al.* Direito à cidade, direito à saúde: quais interconexões? **Ciência saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n.12, p. 3821-3830, out./dez. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v22n12/1413-8123-csc-22-12-3821.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2018.

- HARVEY, D. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana.** Tradução de Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014. 294 p.
- IBGE. **Censo 2010.** IBGE, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 18 mar. 2018.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade.** Tradução: Rubens Eduardo Farias. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2001. 143 p.
- MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdades e violência.** São Paulo: Hucitec, 1995. 71 p.
- RODRIGUES, A. M. Desigualdades socioespaciais: a luta pelo direito à cidade. **Revista Cidades**, Presidente Prudente, v. 4, n. 6, p. 73-88, ago./dez. 2007. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/viewFile/571/602>. Acesso em: 16 mar. 2018.
- ROLNIK, R. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças.** São Paulo: Boitempo, 2015. 423 p.
- SANTOS, M. **Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo.** São Paulo: Nobel, 1990. 116 p.
- SPOSATI, A. Desafios para fazer avançar a política de assistência social no Brasil. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 22, n. 68, p. 54-82, out./dez. 2001.
- TOSTES, J. A.; LUZ, R. S. Planejamento urbano na cidade de Macapá: análise do projeto habitacional Macapaba. *In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO ARQUITETURA, CIDADE E PROJETO: UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA*, 3., 2014, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Mackenzie, 2014. Disponível em: http://www.ufpe.br/ppgdh/images/documentos/Idmora_cidades5.pdf. Acesso em: 22 mar. 2018.
- VERDI, E. F.; NOGUEIRA, D. S. O direito à cidade (nas ruas e na universidade) e o dever da sociedade urbana. *In: CARLOS, A. F. A.; ALVES, G.; PADUA, R. F. (org.). Justiça espacial e o direito à cidade.* São Paulo: Contexto, 2017. p. 95-113.

Texto submetido à Revista em 02.02.2020

Aceito para publicação em 22.03.2021



Entraves no mercado da pesca artesanal: entre a dependência e a desconfiança

Barriers in the market of small-scale fishing: between the dependency and distrust

Mauro Macedo Campos - Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor associado da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). E-mail: mauromcampos@uenf.br

Lohana Chagas de Almeida - Mestre em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). E-mail: lohanachadeal@hotmail.com

Geraldo Márcio Timóteo - Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor associado da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). E-mail: geraldotimoteo@gmail.com

Resumo

Este artigo analisa os mercados acessados pelos pescadores artesanais das comunidades pesqueiras de Campos dos Goytacazes, região Norte do estado do Rio de Janeiro. As informações para a elaboração deste estudo foram coletadas em reuniões com os pescadores, em grupos focais e por meio de questionários aplicados de forma censitária. O levantamento dos mercados efetivos e potenciais buscou identificar as possibilidades de escoamento de pescado no município e os entraves burocráticos que limitam a constituição de novos mercados. Os resultados evidenciaram um número elevado de vendedores (os pescadores artesanais) em contraponto ao reduzido número de compradores (os atravessadores) de uma produção altamente perecível, que domina o mercado da pesca artesanal no município. A produção tem origem dispersa, em um contexto de baixa organização social e falta de confiança entre os pescadores, o que dificulta ações conjuntas em busca de novos canais de comercialização da pesca artesanal.

Abstract

This article analyzes the markets accessed by artisanal fishermen from the fishing communities of Campos dos Goytacazes, in the northern region of the state of Rio de Janeiro. The information for the preparation of this study was collected in meetings with artisanal fishing, in focus groups and through questionnaires applied in a census form. The survey of the effective and potential markets sought to identify the possibilities of fish outlets in the local and the bureaucratic obstacles that limit the constitution of new markets. The results showed a high number of sellers (artisanal fishermen) as opposed to the small number of brokers (middlemen) of highly perishable production, who dominate the artisanal fishing market in the local. The production has a dispersed origin, in a context of low social organization and lack of trust among fishermen, which makes joint actions in search of new channels of commercialization of artisanal fisheries difficult.

Palavras-chave

Mercado da Pesca Artesanal. Dependência dos Atravessadores. Organização Social. Falta de Confiança.

Keywords

Artisanal Fisheries Market. Dependence on Middleman. Social Organization. Lack of Confidence.

INTRODUÇÃO¹

Este artigo analisa dois pontos essenciais no mercado da pesca artesanal. O primeiro diz respeito ao acesso aos canais de comercialização pelos pescadores artesanais. O segundo problema, intimamente vinculado ao primeiro, é a fragilidade da organização produtiva e social da classe pesqueira (DIEGUES, 1999; DUARTE, 1999). Essas questões compõem a base argumentativa deste estudo, que foi realizado com os pescadores artesanais de Campos dos Goytacazes, Norte do estado do Rio de Janeiro, entre os anos de 2014 e 2016.

A pesca artesanal representa um segmento importante sobretudo nas regiões costeiras. A força de trabalho que move esse setor é composta, na maioria das vezes, por famílias de pescadores que se ocupam da captura do pescado sozinhos, ou com o auxílio de camaradas, cuja atividade, na produção, é dividida em partes, que variam a partir de acordos prévios estabelecidos antes da realização da captura do pescado, considerando as atividades exercidas por cada um dos pescadores (CLAY; OLSON, 2008; DIEGUES, 1999). De modo geral, são atividades que partem de um processo de gerenciamento e de controle de base tradicional, mas com conhecimento prático e com capacidade para lidar com a complexidade do ecossistema e com a dinâmica social e econômica que forma a pesca artesanal (ANDREW; EVANS, 2009).

O *locus* da pesquisa está localizado na área litorânea do estado do Rio de Janeiro, conhecida como Bacia de Campos (BC), que concentra grande parte dos investimentos no setor de petróleo e gás e da produção *offshore*. A Bacia de Campos possui 55 campos de petróleo com 826 poços exploratórios. Inserido nesse espaço, o município de Campos dos Goytacazes tem a sua importância econômica impulsionada pela chamada *sorte geográfica* (SERRA; PATRÃO, 2003), que o torna um dos grandes receptores dos recursos dos *royalties* e participações especiais, refletindo no seu volume orçamentário. Nesse ambiente competitivo, a Petrobras – principal empresa do setor no Brasil – atua em conformidade com outros gigantes do setor de petróleo e gás. É um cenário onde essas corporações lidam cotidianamente com as comunidades pesqueiras, sobretudo por meio dos projetos de mitigação e de compensação ambiental, exigidos pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) (CAMPOS; TIMÓTEO; ARRUDA, 2018).

¹ Este artigo é resultado de pesquisa financiada pelo Projeto de Educação Ambiental (PEA)-Pescarte que é uma medida de mitigação exigida pelo Licenciamento Ambiental Federal, conduzido pelo Ibama.

Ao adentrar o universo dos pescadores artesanais, observam-se problemas de diferentes ordens que, muitas vezes, passam pela desorganização de seu processo produtivo, apresentando deficiências que vão desde a obtenção de insumos (gelo, óleo diesel, apetrechos de pesca, entre outros) até a comercialização de seus pescados. Normalmente o resultado da produção pesqueira, em cada saída de pesca ou “primeira venda”, é entregue aos chamados “atravessadores”, que atuam nessa cadeia produtiva, como agentes de comercialização. Vale ressaltar que essa chamada “primeira venda” ocorre até mesmo antes do embarque do pescador, como um acordo com o atravessador, via acordo de custeio dos insumos para a saída do barco.

Trata-se de uma prática recorrente entre as partes e que persiste não apenas por condições financeiras, mas envolve ainda questões sociais e simbólicas (DIAS NETO, 2012; DIEGUES, 1999). São os atravessadores que estabelecem o contato com a rede de compradores. Eles, quase sempre, pagam aos pescadores preços que têm, como parâmetro, um mercado que varia no sentido contrário em relação ao sucesso obtido na pescaria, ou seja, quanto maior for a quantidade de pescado capturada, menos eles recebem por quilograma do produto. Vale ressaltar que a venda é quase obrigatória, pois os pescadores não podem manter o pescado em estoque por muito tempo (dada a perecibilidade), à espera de melhores preços, e ainda há a falta de acesso a outros canais de comercialização (PEARSON *et al.*, 2011).

Nesse sentido, o artigo traz, como uma inovação, a busca por identificar os canais de comercialização do pescado acessados pelos pescadores artesanais, sobretudo na “primeira venda”. E, desse modo, alinhados aos estudos mais recentes da Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina (CEPAL, 2014), em que se ressaltam os ganhos (para produtores, consumidores e poder público local) das cadeias curtas de comercialização. Com efeito, a partir da lógica das cadeias curtas, o estudo desenvolve uma espécie de “inventário” de possibilidades de canais de comercialização, acessíveis aos pescadores do município.

1 METODOLOGIA

O estudo tem, como base, uma pesquisa descritiva, com uma abordagem qualitativa, embora contemple elementos quantitativos, a partir dos dados de

campo obtidos pelo Projeto de Educação Ambiental do Licenciamento Federal de Petróleo e Gás (PEA) Pescarte². Os sujeitos da pesquisa foram os pescadores artesanais e suas famílias, das dez comunidades pesqueiras³ (marítimas e continentais) de Campos dos Goytacazes, perfazendo 1.643 pessoas distribuídas em 586 famílias.

Para o desenvolvimento deste estudo, foram considerados: (1) os relatos dos pescadores artesanais e familiares captados nas reuniões e em quatro grupos focais: dois grupos, um de homens e outro de mulheres; um grupo formado por jovens, filhos e filhas de pescadores; e um quarto grupo misto, com homens, mulheres e jovens. Ao todo, foram 34 participantes. Um dos objetivos dos grupos focais era identificar os mercados acessados pelos pescadores, as suas relações com os atravessadores e quais os principais problemas na comercialização; (2) aliado aos grupos focais, foi realizado um questionário estruturado, aplicado censitariamente à comunidades de pesca, com alcance de 4.331 pescadores nos municípios do projeto; e (3) consultas diretas a órgãos públicos e em sites institucionais para realizar o levantamento dos mercados potenciais (públicos e privados).

A iniciativa de aplicar um censo não é algo trivial, tendo em conta a existência de um alto grau de desconfiança histórica dos pescadores em relação ao processo de exploração do petróleo e gás, na costa brasileira (DIEGUES, 1999; DUARTE, 1999). Obter a “confiança” dos pescadores artesanais foi uma condição essencial para realizar a entrada da equipe de pesquisa no campo, afinal eles não relatavam as suas realidades sociais. Estabelecer esse *rapport* junto às comunidades pesqueiras demandou tempo, porém foi capaz de reduzir a tensão e a desconfiança existentes entre os pescadores e a equipe de pesquisa.

Os questionários foram aplicados nos sete municípios, alcançando 3.478 famílias em que foram entrevistados 4.748 pescadores. No município de Campos dos Goytacazes, foram entrevistadas 586 famílias, perfazendo 821 pescadores, com informações sobre 1.643 pessoas. Os respondentes principais foram os indivíduos ligados diretamente à cadeia da pesca e, quando o recenseador era informado da existência de algum outro pescador na família, esse também era entrevistado. Para este estudo, não foram consideradas as pessoas que *não* exerciam atividades relacionadas à pesca, como também, não foram entrevistados os atravessadores, comerciantes e donos de embarcações que apenas alugam os barcos.

² O projeto PEA-Pescarte atua Bacia de Campos (BC) em sete municípios: Arraial do Cabo, Cabo Frio, Macaé, Quissamã, Campos dos Goytacazes, São João da Barra e São Francisco do Itabapoana.

³ Comunidades em Campos dos Goytacazes: Farol de São Tomé, Terminal Pesqueiro, Coroa Grande, Lagoa de Cima, Parque Prazeres, Ponta Grossa dos Fidalgos, Sant’ana, Lagoa de Cima, Lagoa do Vigário e Tocos.

A pesquisa censitária teve, como unidade, os domicílios dos pescadores e de suas famílias, sendo composta por dez blocos de perguntas divididos em (1) Identificação socioeconômica e características demográficas; (2) Caracterização familiar; (3) Avaliação de serviços públicos (Habitação, Energia, Água, Esgoto); (4) Avaliação de serviços e equipamentos públicos (Saúde, Educação, Assistência Social, Cultura, Comunicação); (5) Trabalho e trajetória profissional; (6) Caracterização da atividade pesqueira; (7) Capital social e laços fracos; (8) Gênero; (9) Módulo de caracterização da Educação Ambiental na Bacia de Campos; e (10) Inquérito alimentar para pescadores. Para a elaboração deste artigo, foram utilizados os Blocos 5 e 7.

Buscou-se ainda mapear os potenciais canais de comercialização do setor privado. Esse trabalho foi feito junto à Secretaria Municipal de Fazenda de Campos dos Goytacazes, onde foram identificados os pontos de consumo e de revenda, como bares e restaurantes, hortifrutigranjeiros, hipermercados e mercados, cadastrados nesse órgão.

A coleta dos mercados potenciais públicos foi efetuada por meio de consultas aos órgãos públicos, em sites institucionais e contatos com agentes públicos. Os mercados foram evidenciados por meio das compras governamentais⁴. Vale ressaltar que esses mercados indicam possibilidades (não mais que isso) para o escoamento da produção realizada pelos pescadores. Nessas duas modalidades, o esforço ocorreu na direção de identificar redes curtas de comercialização (CUNHA, 2018) em que se pudesse vincular as comunidades pesqueiras.

2 CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE PESQUEIRA NO BRASIL

A pesca é definida, de acordo com o Artigo 2º da Lei nº 11.959/2009, como “[...] toda a operação, ação ou ato tendente a extrair, colher, apanhar, apreender ou capturar recursos pesqueiros” (BRASIL, 2009). É uma das atividades mais tradicionais do Brasil, baseada na captura de peixes, de crustáceos e de moluscos. Esse ofício é realizado por trabalhadores que vivem nas comunidades pesqueiras, que são espaços reconhecidos por sua importância econômica e social, com uma forte carga de tradições e valores (DIEGUES, 1995).

A atividade da pesca, segundo o Artigo 8º da legislação de 2009, é classificada de dois modos distintos: comercial e não comercial. A pesca não comercial não almeja fins lucrativos e comerciais, estando dividida em: científica

⁴ O conceito de compras governamentais, segundo Ribeiro e Inácio Júnior (2019), relaciona-se às compras de bens e de serviços realizados pelos governos, incluindo fornecedores nas esferas dos serviços públicos.

(exercida com o objetivo de pesquisa); amadora (praticada almejando o lazer ou o desporto); e de subsistência (visa ao consumo doméstico ou escambo). A pesca comercial está voltada para fins lucrativos, estando dividida em pesca artesanal e industrial. Tem-se, dessa forma:

- a) Artesanal: quando praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte;
- b) Industrial: quando praticada por pessoa física ou jurídica e envolver pescadores profissionais, empregados ou em regime de parceria por cotas-partes, utilizando embarcações de pequeno, médio ou grande porte, com finalidade comercial (BRASIL, 2009).

2.1 PESCA INDUSTRIAL

Durante as primeiras décadas do século XX, a atividade pesqueira ganhou escala no Brasil, iniciando pela captura da sardinha, com o uso de *trainas* (grandes redes). As primeiras traineiras surgiram na Ilha Grande, RJ. Na esteira da sobrepesca, originaram-se as primeiras indústrias de salga e secagem no Rio de Janeiro, RJ, e em Santos, SP. Porém, no país, a primeira indústria pesqueira com base empresarial foi implantada na década de 1960, com incentivos da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (Sudepe). A maior parte dessas empresas foi criada no litoral centro-sul do Brasil, utilizando *trawlers*⁵ na coleta de camarão para a exportação (DIEGUES, 1995).

A pesca industrial representa um segmento relevante para a economia, principalmente, para os municípios litorâneos, sendo uma importante fornecedora de matéria-prima para indústrias de alimentos (SANTOS JÚNIOR, 2014). Geralmente, para a realização dessa modalidade de pesca, caracterizada pela alta tecnologia, utiliza-se do *Sound Navigation and Ranging* (Sonar), que funciona como um radar com capacidade para localização de cardumes, o que auxilia no sucesso das capturas. Já na pesca artesanal, o uso de tecnologia resume-se, sobretudo, ao emprego do sistema de localização via satélite, o *Global Positioning System* (GPS). Além disso, a pesca industrial distingue-se pelo tipo de embarcação (acima de 20 toneladas de arqueação bruta) e pela relação de trabalho na qual os pescadores possuem vínculo empregatício (BEGOT; VIANNA, 2014).

⁵ O *trawler* (rebocador, barco de arrasto) é uma embarcação com casco semideslocante mais veloz e instável.

2.2 PESCA ARTESANAL

A pesca artesanal abrange um grupo social que convive em um ambiente de estruturas relacionais complexas, onde a compreensão do termo *organização social* ganha contornos variados e que podem ser utilizados de diferentes maneiras, relacionando-se às questões organizacionais, instituições e grupos (WALDER, 1978), com regras de conduta social. Como apontado por autores como Duarte (1999) e Barbosa (2004), o espaço da pesca é o mesmo lugar onde vivem. Entre esses pescadores, não é incomum confeccionarem suas artes e instrumentos de pesca. Utilizam pequenas embarcações como barcos, jangadas e canoas, construídas por estaleiros, e a atividade é relevante na economia local (BEGOT; VIANNA, 2014; DIEGUES, 1999), como é o caso do Norte do Rio de Janeiro.

O processo de trabalho, na pesca artesanal, não apresenta muita afinidade com a pesca industrial. A principal diferença está nas técnicas, nos equipamentos adotados, no tipo de embarcação e na quantidade de pescado obtido (RODRIGUES; GIUDICE, 2011). Santos Júnior (2014), indo de encontro aos argumentos de Diegues (1995), define o pescador artesanal como aquele que exerce a atividade de maneira autônoma ou em regime de economia familiar com mecanismos próprios ou por meio de parcerias, sendo que a maioria das famílias de pescadores retira dessa atividade sua principal fonte de renda, contudo esse aspecto convive com a realidade de que muitos pescadores já passaram a exercer outras atividades para complementarem a renda, isso devido à inconstância e à insuficiência da renda originária da pesca, compondo o fenômeno denominado de pluriatividade (CLAUZET; RAMIRES; BARRELLA, 2005; DUARTE, 1999; SACCO DOS ANJOS; NIEDERLE; CALDAS, 2004).

A pesca artesanal comercial é caracterizada pela combinação da captura de espécies de pescado em águas mais rasas e com baixa autonomia para as embarcações. Refere-se a um tipo de pesca destinada ao consumo próprio e à venda em pequena escala (ANDREW; EVANS, 2009; LEVKOE; LOWITT; NELSON, 2017). As artes de pesca comportam um intrincado conjunto de aprendizados que a um observador pouco familiarizado com esse trabalho se apresenta como sendo algo simples, mas seu uso é orientado pelos saberes tradicionais que, na maioria das vezes, é repassado pelos pescadores mais velhos, os mestres de pescaria, aos mais novos e que se materializam, por exemplo, em situações de quando e onde usar esses petrechos em situações adversas de tempo, vento, correnteza das águas, e principalmente esses mestres conhecem a localização dos pesqueiros, que, em razão de sua importância, são mantidos em segredo (DIEGUES, 1995; RAMALHO, 2012).

Em virtude das características que demarcam a conexão da pesca artesanal com os recursos naturais no ambiente de pesca, evidencia-se a importância socioambiental que esse setor representa (CLAY; OLSON, 2008; RODRIGUES; GIUDICE, 2011). Possui um menor impacto ecológico em comparação com a pesca industrial (PEARSON *et al.*, 2011), que ocorre, na maioria das vezes, em mar aberto.

Nesse ambiente de pesca marítima, a pesca artesanal, quase sempre, é praticada perto da costa, mas não é rara a presença de embarcações pesqueiras que realizam a captura de pescado perto das plataformas de petróleo. Para tanto, essas embarcações navegam por uma distância superior a 300 quilômetros da costa. Em alguns casos, os pescadores arriscam-se ainda mais, em busca do pescado, ficando a menos de 500 metros das plataformas, consideradas áreas de segurança industrial (CLAUZET; RAMIRES; BARRELLA, 2005).

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES: PESCADORES DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Ao longo da pesquisa, foram ouvidos pescadores e seus familiares em reuniões e grupos focais realizados nas comunidades pesqueiras em Campos dos Goytacazes, onde coexistem duas modalidades de pescadores: os marítimos e os de águas continentais. Há também uma diferença em relação ao estoque pesqueiro, com uma quantidade satisfatória na costa, em contraponto com a escassez do pescado nas águas de interiores e com um acentuado processo de degradação dos corpos aquáticos (CAMPOS; TIMÓTEO, 2017).

De acordo com a fala de um representante da pesca local, isso ocorre em função da “[...] ausência da fiscalização quanto às redes utilizadas para a pesca e que não respeitam o período do seguro defeso”. Esse benefício – semelhante ao seguro-desemprego, porém restrito ao pescador artesanal – é uma política pública, regulamentada pela Lei nº 10.779 de 2003, que mantém a renda dos pescadores, além de estabelecer um período de suspensão da pesca (variado por espécie), visando garantir o período de desova e o crescimento da espécie. Na fala, o pescador destaca (informações verbais)⁶: “[...] a falta de consciência dos próprios pescadores”, que, em sua opinião, representa um dos principais motivos dessa escassez de peixes nas lagoas do município. O pescador de Lagoa de Cima acrescenta: “precisa de fiscalização”.

⁶ Informações verbais fornecidas por Zé Hugo, pescador da comunidade Lagoa de Cima, em Campos dos Goytacazes, no dia 10 de março de 2015.

3.1 AS REUNIÕES E OS GRUPOS FOCAIS DO PROJETO PEA-PESCARTE

As falas dos participantes apontavam incredulidade e desconfiança em relação aos projetos de educação e mitigação ambiental, ressaltando um dos sujeitos da pesquisa: “[...] sou pescador há 19 anos e já estou cansado de escutar promessas de projetos anteriores e nada ter sido feito. Não vejo benefício para o pescador [...] ter conhecido projetos que tinham muito dinheiro e eles não viram nada”. Nessa mesma direção, um dos líderes da comunidade pesqueira de Farol de São Thomé disse: “[...] a Petrobras nunca trouxe proposta concreta; só existem propostas no papel”. Esse ponto de desgaste foi percebido tanto nas reuniões, como nos grupos focais, e as “tensões” eram voltadas para a empresa Petrobras. Nas palavras do pescador: “[...] estão com o pé atrás e que ninguém mais acredita nessas promessas: a Petrobras só faz teatro e não dá nada para resolver o problema dos pescadores. Só precisa de foto para provar que teve participação” (informações verbais)⁷. São falas que se assemelham ao estudo de Barbosa (2004) realizado com pescadores da Colônia Z-7, em Itaipu, Niterói, Rio de Janeiro.

Foi apontado ainda, por uma liderança dos pescadores da comunidade Farol de São Thomé, que “[...] as plataformas tiram todos os espaços da pesca com a sísmica⁸”. Esse é um ponto recorrente na fala dos pescadores artesanais, que ressaltam a interferência da indústria de petróleo e gás. “Os navios espantam os peixes; dão um choque na água, podendo ser sentido no barco, mesmo a grandes distâncias” (informações verbais)⁹, o que dificulta a pesca.

Ditty e Rezende (2013) trazem um estudo sobre a percepção dos pescadores artesanais sobre os impactos causados pela indústria de petróleo e gás nessa mesma comunidade, onde, segundo os autores, ocorreram:

[...] modifications of the patterns of marine currents; alteration or loss of the superficial soil layer; reductions in local fauna and flora; the appearance of invasive biological organisms; the exclusion of other economic uses in the region; alterations in the natural characteristics of the air, sea, rivers, and other environments (DITTY; REZENDE, 2013, p. 54).

No entanto, vale ressaltar que não é apenas a atividade de petróleo e gás que interfere na pesca artesanal. A região é também marcada pela presença

⁷ Informações verbais fornecidas por Rodolfo, presidente da Colônia Z-19, na comunidade de Farol de São Thomé, em Campos dos Goytacazes, no dia 08 de novembro de 2014.

⁸ O evento da sísmica é uma atividade que consiste no uso de equipamentos para identificar a presença de minerais no subsolo marinho.

⁹ Informações verbais fornecidas por Marcelo, pescador da comunidade de Farol de São Thomé, em Campos dos Goytacazes, no dia 08 de novembro de 2014.

ativa da pesca industrial em larga escala e com equipamentos de alta tecnologia, principalmente, na pesca do camarão, uma vez que é grande produtora desse tipo de pescado (ZAPPES; OLIVEIRA; DI BENEDETTO, 2016). Segundo relatos dos pescadores artesanais no grupo focal, “[...] a pesca industrial ‘pega’ os maiores peixes, deixando apenas os pequenos” (informação verbal)¹⁰. Além desses problemas destacados nas falas dos pescadores e que impactam a atividade da pesca, há outras questões, como o preço elevado do combustível para o funcionamento dos barcos de pesca. Um pescador foi enfático ao dizer que “[...] o problema do mar é o diesel, que representa mais de 90% do custo do pescador. Não vale a pena mais entrar na água” (informação verbal)¹¹.

A fala de outro pescador no grupo: “[...] somos produtores, a classe mais sofrida, e os atravessadores é que ganham. Se o governo olhasse para isso, os pescadores estariam em situação melhor de vida” (informação verbal)¹². Apesar da “confusão” sobre o papel do setor público, ainda assim, esse é um argumento central neste artigo. Afinal, se se pretende avançar no entendimento sobre o funcionamento do mercado da pesca artesanal, compreender em quais situações ocorre a chamada “primeira venda” é essencial para que se possa discutir a questão da dependência dos pescadores artesanais em relação aos atravessadores. Foi dito que “[...] a maior dificuldade está no monopólio da compra do produto pelo atravessador”. Isso reflete na baixa autonomia para a busca de novos mercados, o que contribui para que os pescadores sejam inseridos nesse mercado, de maneira subordinada (BARBOSA, 2004; DIEGUES, 1999; DUARTE, 1999). Em outras palavras, “[...] o problema do peixe é o preço, sendo sempre um terceiro a ditar o preço (informações verbais)¹³”. No entanto, esse sentimento não muda o fato de enxergarem, no atravessador, uma estrutura de suporte.

Porém, o que foi dito pelo pescador como sendo um “monopólio da compra” por parte do atravessador, na realidade, é um tipo de mercado mais complexo, com uma estrutura de oligopsônio – onde existe uma concentração em poucos compradores (que, segundo eles, são os atravessadores) e muitos vendedores (que são os pescadores artesanais), por referir-se a um mercado com traços de informalidade cuja operacionalização ocorre em um ambiente no qual o poder público pouco alcança (MOITA; GOLON, 2014).

¹⁰ Informação verbal fornecida por Vinicius, pescador da comunidade de Farol de São Thomé, em Campos dos Goytacazes, no dia 08 de novembro de 2014.

¹¹ Informação verbal fornecida por Zezildo, pescador da comunidade de Farol de São Thomé, em Campos dos Goytacazes, no dia 10 de março de 2015.

¹² Informação verbal fornecida por Zé do Brejo, pescador da comunidade de Tocos, em Campos dos Goytacazes, no dia 24 de abril de 2015.

¹³ Informações verbais fornecidas por Marli, pescadora da comunidade de Farol de São Thomé / Gaivota, em Campos dos Goytacazes, no dia 09 de março de 2015.

Essa relação é ainda mais complexa, pois não se restringe apenas ao aspecto mercantil da “primeira venda” do pescado. Ela vai além, pois, na teia que envolve o pescador artesanal e o atravessador, há outras formas de reforçar a fidelidade da venda do pescado (COSTA, 2019; MALDONADO, 1994), que vão da garantia da compra do pescado, passando pelo financiamento da saída para a pesca (isso envolve a compra do rancho, das iscas, dos petrechos de pesca, do gelo para o armazenamento do pescado e do combustível para o barco). Dessa forma, o pescador vê-se obrigado, muitas vezes, a comprar tudo do próprio atravessador, embora seja muito mais caro do que em outros locais, mas, se não compra do atravessador, esse não adquire seu pescado. Adiciona-se a esse quadro uma série de desembaraços pessoais, de “pequenos débitos” com os atravessadores (CAPELLESSO; CAZELLA, 2013). É uma relação com uma elevada assimetria informacional, em que permanecem os aspectos pouco transparentes para os pescadores, no que diz respeito aos valores oferecidos para o consumidor final, sustentada na aversão ao risco e nos baixos custos de transação.

Um dos participantes dos grupos focais foi enfático ao dizer: “[...] os pescadores vivem sob os pés dos atravessadores, pois não têm concorrência e nem voz ativa” e que: “[...] estou parando de pescar porque já não vejo mais futuro na área da pesca”. Ele ainda ressaltou: “[...] no mar, quem dá o valor do pescado é o atravessador”. Mas, “[...] quando o comprador é ‘de fora’ o preço do pescado é melhor”. Nesse último relato, o pescador fez referência à venda que é realizada sem a participação do atravessador. O pescador continua dizendo: “[...] nunca vai se ver pescador rico, mas os atravessadores são.” (informações verbais)¹⁴. Tais questões foram observadas também pelos autores Capellesso e Cazella (2013) quando analisaram o cotidiano dos pescadores do litoral centro-sul catarinense e a relação com os atravessadores.

Acontece que sair da “dependência do atravessador” não é algo simples, como aponta parte da literatura especializada, afinal “[...] pescador é pescador e feirante é feirante” (informação verbal)¹⁵, como ressaltou um pescador em grupo focal. Isso faz toda a diferença.

Além das questões práticas do cotidiano da pesca, como o financiamento para a própria saída para o barco, que envolve uma série de custos (mencionados anteriormente), há também o fato de que, ao desembarcarem com o pescado, não há uma estrutura apropriada para os pescadores efetuarem a “primeira venda” de forma planejada e mais justa. Além disso, os pescadores também não têm

¹⁴ Informações verbais fornecidas por Sr. Nínil, pescador da comunidade de Coroa Grande, em Campos dos Goytacazes, no dia 08 de maio de 2015.

¹⁵ Informação verbal fornecida por Zélia Parruda, pescadora da comunidade de Coroa Grande, em Campos dos Goytacazes, no dia 08 de maio de 2015.

“disposição para essa venda do pescado”, a não ser para aqueles de costume (os atravessadores), que os aguardam nos pontos de desembarque, ou os pescadores, antes mesmo da saída de pesca, já estabelecem um acordo prévio para a compra do pescado. É uma relação forte, apesar de informal, que pode significar um elemento de proteção ao pescador em razão da inexistência de um apoio público à atividade desenvolvida. O conflito é uma questão inerente em qualquer situação em que a coalizão entre os atores envolvidos requer alguma disputa ou barganha (CHOUERI; NASCIMENTO, 2019). Em tais circunstâncias, evidenciam-se situações de cooperação e de punição muito evidentes nas relações entre pescadores artesanais e atravessadores (MOITA; GOLON, 2014).

O enredo é ainda mais intrincado no momento em que a questão recai no processo das vendas institucionais. Para esse tipo de comercialização, há um conjunto de exigências de controle sanitário, nos três níveis da federação, para um produto altamente perecível. Abrangem o Serviço de Inspeção Municipal (SIM), o Serviço de Inspeção Estadual (SIE) e o Serviço de Inspeção Federal (SIF), que são selos de inspeção de produtos de origem animal.

Tais procedimentos controlam o que é comercializado. Segundo informações da Secretaria Municipal de Agricultura, “[...] nenhum pescador possuía registro no SIM na prefeitura de Campos” (informação verbal)¹⁶. Nessa mesma direção, um pescador reforçou: “[...] é difícil entrar nesse mercado [público], é complicado chegar a preços justos, pois, se fosse de outra forma, nós não entregaríamos nossos pescados aos atravessadores [...]” (informação verbal)¹⁷. Ainda reforçou o fato de que seria bom que “[...] elaborassem um selo de qualidade”. Sobre esse aspecto, Spers (2003) considera que esses selos podem mudar o comportamento de um nicho de consumidores que buscam produtos socialmente justos e ambientalmente sustentáveis (FAO, 2016; WILLOUGHBY; GORE, 2018), com ganhos incrementais da cultura local e da organização social.

Ao abordar esse aspecto nos grupos focais, as soluções em conjunto foram destacadas como sendo o caminho para conseguirem melhorar suas condições de trabalho e de renda. A formalização de uma cooperativa ou associação que pudesse agregar valor ao pescado, seja pela venda conjunta, ou por meio do beneficiamento, foi um apontamento em todos os grupos focais e reuniões de campo. Essa mesma abordagem foi sugerida pelo servidor da Secretaria de

¹⁶ Informação verbal fornecida por Gédison, médico veterinário do Serviço de Inspeção Animal da Secretaria Municipal de Agricultura, do município de Campos dos Goytacazes, no dia 20 de janeiro de 2016.

¹⁷ Informação verbal fornecida por Zé do Brejo, pescador da comunidade de Tocós, em Campos dos Goytacazes, no dia 24 de abril de 2015.

Agricultura ao ressaltar que: “[...] seria mais proveitoso para todos os pescadores estabelecer as organizações por meio de uma cooperativa ou associação para solicitarem as suas entradas no Serviço de Inspeção Municipal de Campos (SIM/CG)” (informação verbal)¹⁸.

Apesar da fala recorrente de que as ações conjuntas propiciam soluções para os problemas da comercialização do pescado, o que se observou foi um paradoxo, pois, tanto nas reuniões com as comunidades, como nos grupos focais, observou-se uma resistência quanto a esse tipo de empreendimento, afinal lidam com a confiança e com as expectativas das pessoas e partem de um campo de trabalho solidário, no qual a renda assume um caráter premente (VERONESE; GUARESCHI, 2005). Ao serem questionados sobre iniciativas cooperadas, disseram que projetos com esse perfil já foram implantados, porém “não deram certo”. Ao serem perguntados sobre a possibilidade de uma união entre os pescadores, há uma concordância de que “[...] seria difícil pelo descaso de seus companheiros [...] o pescador vive cada um por si, não conversam entre si”. A fala foi logo completada por outro pescador, ao dizer que “[...] não adianta cooperativa se não tiver peixe ou união entre os pescadores.” (informações verbais)¹⁹.

A questão da confiança foi trabalhada no Censo PEA-Pescarte, no Bloco: *Capital Social e Laços Fracos*. O resultado é retratado na Tabela 1, que aponta o problema da confiança entre os pescadores, onde quase 70% dos entrevistados não indicariam ninguém de confiança na comunidade.

Tabela 1 - A pessoa que você mais confia na comunidade

Relação de confiança	Pescadores artesanais de Campos dos Goytacazes
Não indicaram ninguém	68,60%
Indicaram 1 pessoa	15,00%
Indicaram 2 pessoas	10,60%
Indicaram 3 pessoas	4,90%
Indicaram 4 pessoas	0,50%
Indicaram 5 pessoas	0,30%

Fonte: Censo PEA-Pescarte (2015)

¹⁸ Informação verbal fornecida por Gédison, médico veterinário do Serviço de Inspeção Animal da Secretaria Municipal de Agricultura, do município de Campos dos Goytacazes, no dia 20 de janeiro de 2016.

¹⁹ Informações verbais fornecidas por Gilvan, pescador da comunidade Ponta Grossa dos Fidalgos, em Campos dos Goytacazes, no dia 15 de maio de 2015.

Os levantamentos de campo evidenciaram um elevado grau de desconfiança entre os pescadores ao serem sugeridas as possibilidades de ações conjuntas. Mesmo cientes de que essa poderia ser uma saída para a classe pesqueira, conforme relato de um pescador, ao dizer que “[...] com mais união, apareceriam outros mercados e trariam alternativas para não dependerem mais dos atravessadores”, logo foi ressaltado o fato de que “[...] há muito pouca organização entre os pescadores” (informações verbais)²⁰. Esse motivo dificulta as ações conjuntas para a classe.

A questão da desconfiança dos pescadores artesanais é expandida para as instituições com que eles têm contato. Como exemplo, a Prefeitura de Campos foi apontada como “nada confiável” por 40,6%; seguida pelo Instituto Estadual do Ambiente (Inea), com 29,1%; pela Petrobras, com 21,5%; e pelo Ibama, com 17,7% das respostas com essa mesma classificação (CENSO PEA-PESCARTE, 2015), conforme é observado em outros trabalhos, como Choueri e Nascimento (2019). Há, portanto, uma espécie de desconfiança generalizada nas instituições públicas, o que leva a uma falta de interesse na busca de órgãos públicos para a solução dos problemas do cotidiano desses trabalhadores e de suas famílias.

3.2 RESULTADOS DO CENSO DO PROJETO PEA-PESCARTE

Esta seção busca trazer os resultados encontrados a partir dos questionários aplicados aos pescadores artesanais e às suas famílias nas comunidades pesqueiras de Campos dos Goytacazes. A Tabela 2 indica que mais da metade da produção pesqueira (ou 55,3%) fica concentrada nas compras realizadas pelos atravessadores, ou seja, na “primeira venda”, que é a fonte de receita dos pescadores, o preço de compra não é definido por eles.

Diante desse cenário, as possibilidades de escoamento da produção tendem a ficar cristalizadas. Os “Terceiros (Desconhecidos)” são responsáveis por 23,9%. Apesar de as pessoas pertencentes a essa categoria pagarem melhor, há um receio entre os pescadores de perderem os “compradores fixos” (os atravessadores), como já apontado nos estudos de Maldonado (1994) e Barbosa (2004), além da questão do próprio perfil da atividade, na qual os pescadores não se predisõem a ficar vendendo o seu pescado. Já os “Comerciantes Locais” representam 19,7% do pescado. Juntos correspondem a 98,9% do mercado da “primeira venda” dos pescadores artesanais do município.

²⁰ Informação verbal fornecida por Zé do Brejo, pescador da comunidade de Tocos, em Campos dos Goytacazes, no dia 24 de abril de 2015.

Tabela 2 - Com quem é feito o acordo da venda do pescado?

		Frequência (N)	Porcentual (%)	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Com o atravessador	104	6,3	55,3	55,3
	Para terceiros (desconhecidos)	45	2,7	23,9	79,3
	Comerciantes locais	37	2,3	19,7	98,9
	Com donos de outros barcos	2	0,1	1,1	100,0
	Total	188	11,4	100,0	-
Ausente ²¹	Não se aplica	1.421	86,5	-	-
	Não respondeu	33	2,0	-	-
	Não sabe	1	0,1	-	-
	Total	1.455	88,6	-	-
Total		1.643	100,0	-	-

Fonte: Censo PEA-Pescarte (2015)

Um dado que vai na contramão das reclamações ouvidas nas reuniões e nos grupos focais foi sobre a preferência para a comercialização do pescado. Como ressaltou Dias Neto (2012), a predileção por realizarem a “primeira venda” do pescado aos atravessadores envolve vários elementos, desde a necessidade financeira, a incapacidade de armazenamento, até questões sociais e familiares. Os dados do censo apontaram que aproximadamente 32,5% dos pescadores preferem comercializar a sua produção com os atravessadores, fato também observado no estudo realizado por Capellesso e Cazella (2013). Na maioria das vezes, 70,5% dos pescadores fazem o acordo da venda do pescado com a definição do preço do pescado.

Capellesso e Cazella (2013) destacaram que os atravessadores representam o principal sistema de financiamento dos pescadores. É uma relação entrelaçada com um rol de serviços e suportes oferecidos pelo atravessador que garantem esse vínculo. Em outros casos, a escolha do atravessador ocorre por ordem de parentesco ou grau de amizade. São eles que verificam o *preço do dia* com a indústria, fixando uma margem e delimitando o valor a ser pago ao pescador. Mesmo assim, é ressaltado que 50,2% vendem a sua produção mesmo não estando satisfeitos com preço e com as formas de pagamento oferecidas. Em outras palavras, as relações consolidam economicamente, mas com vínculos

²¹ Os chamados, no questionário, de “Ausentes”, são familiares, como esposas e filhos residentes na casa, mas que não atuavam na pesca, porém a base de dados do Censo PEA-Pescarte considerou todos esses indivíduos.

sociais, o que implica uma estrutura que define os níveis de acesso e distribuição de riquezas. Tais questões refletem um longo processo histórico de relação de dependência econômica, aliado às características inerentes da atividade da pesca artesanal (CALLOU, 2010; DIEGUES, 1999; RAMALHO, 2012).

A Tabela 3 traz os resultados da pergunta do questionário sobre a renda do pescador; se os seus ganhos são suficientes para suprir todas as suas necessidades. A resposta foi negativa para 80,2% dos entrevistados. Apenas 19,8% afirmaram que essa renda seria suficiente. Os dados ressaltam que uma parcela significativa dos pescadores não consegue transcorrer um mês inteiro com os recursos auferidos com o seu ofício.

Tabela 3 - A sua renda é suficiente para suprir todas as necessidades durante um mês?

		Frequência (N)	Porcentual (%)	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Não	477	29	80,2	80,2
	Sim	118	7,2	19,8	100,0
	Total	595	36,2	100,0	-
Ausente	Não se aplica	1.038	63,2	-	-
	Não respondeu	8	0,5	-	-
	Não sabe	2	0,1	-	-
	Total	1.048	63,8	-	-
Total		1.643	100,0	-	-

Fonte: Censo PEA-Pescarte (2015)

As informações coletadas corroboram os achados de Capellesso e Cazella (2011), ao analisarem o cotidiano dos pescadores e pescadoras dos municípios de Garopaba e Imbituba, em Santa Catarina. As alternativas de agregar renda, seja em períodos de baixa na pesca ou durante o Seguro Defeso, partem de fontes extras como: “[...] servente de pedreiro, pedreiro, carpinteiro, guarda de pousadas, caseiro, faxinas, limpeza de terreno, agente de saúde, mecânico, fabricação de redes, manicure; etc.” (CAPELLESSO; CAZELLA, 2011, p. 24). São os chamados “bicos”, sem vínculo trabalhista, mas que complementam a renda familiar. Em 80% dos pescadores ouvidos, a renda tirada do ofício da pesca é insuficiente para a manutenção de suas famílias.

A baixa expectativa e o horizonte estreito quanto ao futuro da profissão impactam na motivação dos pescadores do município. Como agravante, essa questão tem um efeito que se espalha para os filhos, pois esses estão ainda mais desmotivados em seguir a profissão dos pais. Assim, a possibilidade da descontinuidade na atividade pesqueira, nos moldes praticados por esses pescadores, compromete a intergeracionalidade como um elemento central na manutenção de uma comunidade tradicional. A Tabela 4 deixa evidente esse problema, ao destacar que 81,2% dos entrevistados não querem que seus filhos sigam essa profissão.

Tabela 4 - Gostaria que seus filhos trabalhassem na pesca?

		Frequência (N)	Porcentual (%)	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Não	467	28,4	81,2	81,2
	Sim	108	6,6	18,8	100,0
	Total	575	35,0	100,0	-
Ausente	Não se aplica	801	48,8	-	-
	Não respondeu	255	15,5	-	-
	Não sabe	12	0,7	-	-
	Total	1.068	65,0	-	-
Total		1.643	100,0	-	-

Fonte: Censo PEA-Pescarte (2015)

Essa questão apareceu nos grupos focais e nas reuniões gerais, em que um dos participantes disse que “[...] ama a pesca, mas não quer que o filho siga o mesmo caminho”. Foi dito ainda que “[...] não há vontade de incentivar os filhos a virar pescadores, pois, estaria dando não uma visão de futuro ao filho, mas uma vida muito difícil que vem pela frente” (informação verbal)²². Essa fala aponta a preocupação de descontinuidade da pesca artesanal (BARBOSA, 2004).

4 MERCADOS POTENCIAIS EM CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ

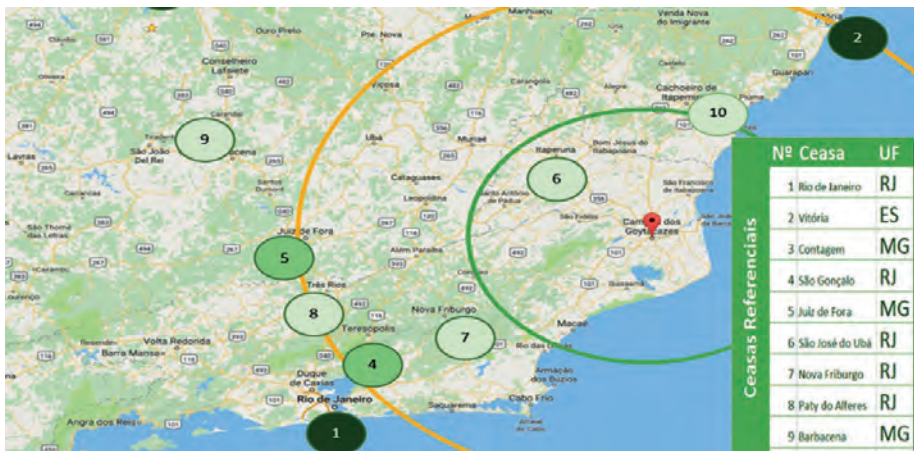
O levantamento proposto nesta seção é referente ao estudo dos mercados potenciais, ou canais de comercialização, para o escoamento da produção

²² Informação verbal fornecida por Chico Preto, pescador da comunidade de Farol de São Thomé, em Campos dos Goytacazes, no dia 08 de novembro de 2014.

pesqueira capturada pelos pescadores artesanais do município. Esses canais podem ser percebidos em duas abordagens: os mercados institucionais, alicerçados nas compras públicas, e os circuitos curtos de comercialização entre pescador e consumidor final. Compõem, assim, um “leque” de opções disponíveis com possibilidade real de venda do pescado.

Esse mercado consumidor potencial pressupõe dois grupos: o mercado local de Campos e o das regiões adjacentes. Ao observar as Centrais de Abastecimento (Ceasa) na Figura 1, percebe-se que, em um raio de 200 km a partir da zona pesqueira de Campos, são encontrados pólos urbanos importantes: à oeste, a região de Juiz de Fora; no sentido norte, a região Sul do estado do Espírito Santo e, entre essas duas regiões, está localizado o Noroeste Fluminense. Na direção sul, está a capital do estado e sua região metropolitana.

Figura 1 - Localização das CEASA em relação ao município de Campos dos Goytacazes/RJ



Fonte: Elaborada pelos autores a partir do Google Maps®, 2020

Os problemas relacionados à falta de organização e ao planejamento do processo produtivo entre os pescadores impactam na garantia de oferta do pescado para esses canais, na capacidade logística da produção e no poder de barganha de preço. Isso ajuda a pensar o porquê de os pescadores preferirem entregar suas produções aos atravessadores por um preço aquém do real valor de mercado (COSTA, 2019). Desse modo, os pescadores ficam, cada vez mais, distantes dos ideários dos circuitos curtos, em voga nos mercados modernos de abastecimento, que incorporam estabelecimentos como as feiras livres, mercados de pequeno porte e mercados municipais com função varejista (CEPAL, 2014; CUNHA, 2018).

4.1 CANAIS PÚBLICOS DE COMERCIALIZAÇÃO NO MUNICÍPIO

O acesso para a comercialização junto aos canais públicos, como apontado pelo servidor da Secretaria de Agricultura do município, requer questões essenciais como a organização dos pescadores e a obtenção dos selos de qualidade para a comercialização. Além do mais, a organização e o planejamento têm a capacidade de garantir a oferta, primeira condição para as vendas institucionais e, por conseguinte, vincular os pescadores aos programas governamentais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Vale ressaltar que há incentivos à aquisição do pescado proveniente dos pescadores artesanais, o que confere um estímulo a esses trabalhadores, contudo quase que a totalidade dos pescadores artesanais não consegue alcançar esses canais de comercialização, e isso se dá por vários motivos, seja a pouca formalização necessária para o comércio com entes públicos, a imprevisibilidade da oferta, dentre outros empecilhos que travam esse canal de comercialização para esses trabalhadores.

Em termos mais objetivos, a principal alternativa de mercado público é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que estabelece uma obrigatoriedade do repasse mínimo 30% dos recursos financeiros transmitidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a aquisição dos alimentos oriundos da agricultura familiar (ou, como no caso, dos pescadores artesanais), por meio da compra pública que dispensa o processo licitatório.

Para além do consumo potencial via política pública de alimentação escolar, alternativas de escoamento do pescado foram pesquisadas, com base nas cadeias curtas de comercialização, também por meio das compras públicas. Em termos de expectativa, pode-se dizer a possibilidade de vender o pescado (*in natura* ou processado) para o mercado institucional, formado pelos órgãos governamentais, via modalidade da “compra institucional” pelo PAA. Dessa forma, eles teriam, como mercados potenciais, os órgãos governamentais que fornecem comida para os hospitais, presídios, escolas e restaurantes populares. A Tabela 5 traz as unidades institucionais com potencial para o consumo.

Tabela 5 - Mercados potenciais públicos de Campos dos Goytacazes (em 2017)

Mercados Potenciais Públicos	Número de unidades
Escolas	299
Hospitais	9
Presídios	3
Asilos	2
Restaurante Popular	1
Restaurante Universitário	1
Total	315

Fonte: Elaborada pelos autores, a partir das fontes institucionais

4.2 CANAIS PRIVADOS DE COMERCIALIZAÇÃO NO MUNICÍPIO

A construção dos dados para o desenvolvimento desta subseção parte de arranjos potenciais relativos aos canais de comercialização do pescado no município e região. A Tabela 6 traz os resultados (em quantidade e valor) do pescado (independentemente da espécie) comercializado nas 43 Centrais de Abastecimento (CEASA) do país, cuja identificação de origem é Campos dos Goytacazes. Os dados foram coletados a partir do Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro (Prohort), que é operado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), tendo, como objetivo, a integração das bases de dados dos produtos comercializados no mercado atacadista (CUNHA, 2018).

Tabela 6 - Quantidade e Valor do Pescado com origem em Campos dos Goytacazes, RJ, comercializado nas Ceasas brasileiras (2012 a 2016)

Ano	Quantidade (Kg)	Valor (em R\$)
2012	2.030.833	14.917.455,34
2013	2.662.869	16.093.163,48
2014	2.397.458	17.807.173,90
2015	1.997.250	11.991.027,82
2016	1.775.671	10.538.047,57

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de dados do Prohort

Vale ressaltar que os dados acima são subavaliados, levando em conta apenas o que é registrado nas catracas das Ceasas, mas, em valores médios, são

R\$14,6 milhões por ano, para uma produção, também média, de 2.172.816 kg. Apenas para o último ano, com registro do Prohort, são mais de R\$10,5 milhões que foram contabilizados nas Ceasas, cuja origem foi identificada como sendo o município de Campos dos Goytacazes.

Os canais de comercialização privados foram coletados por meio de consulta direta à Secretaria Municipal de Campos dos Goytacazes. São, portanto, outras possibilidades de fluxo para a produção pesqueira, configurando como o último segmento a compor o mercado consumidor. O acesso a esses canais passa pela exigência de inspeção sanitária. Mais uma vez, a organização social e o Selo de Inspeção Municipal (SIM) seriam importantes aliados para atingir esse segmento do mercado consumidor, como é observado na Tabela 7, que traz o levantamento dos pontos de vendas que compõem o mercado privado do município.

Tabela 7 - Mercados potenciais privados de Campos dos Goytacazes (em 2017)

Mercados Potenciais Privados	Número de unidades
Bares e Restaurantes	1.356
Hortifrutigranjeiros	217
Hipermercados e Mercados	138
Total	1.711

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir das fontes institucionais

Com esses dados coletados, percebe-se a existência de um *mix* de possíveis canais de comercialização para o pescado produzido no município. No entanto, saber da existência desse potencial mercado consumidor não basta, mas significa um primeiro passo para que esses trabalhadores possam ter expectativas reais de geração de renda. Os entraves são conhecidos (como é o caso das questões burocráticas) para a comercialização da produção pesqueira em escalada com esses mercados. Da mesma forma, as soluções prováveis são também conhecidas, ao menos para a maioria dos pescadores do município, passando pela capacidade de organização e de trabalho coletivo (CAMPOS; TIMÓTEO; ARRUDA, 2018). A reversão, ao menos em parte, desses desarranjos estruturais pode contribuir para que esses pescadores possam alcançar esses mercados “potenciais”, que, em tese, têm à sua disposição. São questões que passam, portanto, pela organização social e pela capacidade de gestão, ainda descoladas da maioria dos pescadores artesanais do município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo almeja, como ponto central, identificar os possíveis canais de comercialização da pesca artesanal das comunidades de Campos dos Goytacazes, por meio das informações oferecidas pelo projeto de mitigação ambiental PEA-Pescarte. Trata-se de uma análise efetuada, ainda que de forma meramente descritiva, que joga luz sobre o problema da falta de organização social entre os pescadores artesanais.

Os dados apontaram para um mercado da pesca artesanal no município que apresenta um perfil de oligopsônio (MOITA; GOLON, 2014), dada a conjuntura vivida dos pescadores artesanais, que é caracterizada pela existência de um número reduzido de compradores efetivos, nesse caso os atravessadores, que reforçam esse vínculo comercial, como já ressaltado por Maldonado (1994), Duarte (1999), Barbosa (2004) e Costa (2019). Compram mais da metade da produção dos pescadores e definem o preço do pescado. Além disso, consolidam uma relação de dependência que envolve desde os adiantamentos na saída para a pesca até o fornecimento de insumos.

A conquista de “novos mercados” requer organização social entre os pescadores, o que não é uma tarefa simples. A confiança não é o principal atributo entre os pescadores. Isso coloca em xeque as possíveis ações conjuntas e a organização social para a formalização de empreendimento coletivo, por exemplo. A partir dessa iniciativa, permite-se obter escala para viabilizar os selos de inspeção municipal, estadual e federal que são essenciais para o acesso a esses canais de comercialização mais organizados.

Esse estudo, por um lado, apontou uma expressiva capacidade produtiva da pesca artesanal e, por outro, expressou irregularidades na renda pesqueira, que se evidenciam tanto no tempo, por ser uma atividade que trabalha com recursos que não têm controle, como também entre os próprios pescadores e atravessadores.

Por fim, há que se ressaltar a importância relacionada aos aspectos sociais e econômicos decorrentes da atividade da pesca artesanal e de sua relação com um mercado complexo e muito competitivo que, para a sua sobrevivência, requer organização social e que agreguem os seus valores culturais aos produtos. Tais questões condizem com o que se observa para o município de Campos dos Goytacazes, tendo em vista a quantidade de pessoas que estão envolvidas na atividade, identificadas na pesquisa de campo, mas que trazem uma carga de desconfiança, seja nas pessoas, seja nas instituições. É, portanto, um elemento central que reforça a baixa capacidade de organização social entre esses trabalhadores em Campos dos Goytacazes.

REFERÊNCIAS

- ANDREW, N.; EVANS, L. Approaches and frameworks for management and research in small-scale fisheries in the developing world. **The World Fish Center Working Paper 1914**, Penang, Malaysia, p. 1-29, 2009.
- BARBOSA, S. C. S. Identidade social e dores da alma entre pescadores artesanais em Itaipu, RJ. **Revista Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. VII, n. 1, p. 107-132, jan./jun. 2004.
- BEGOT, L. H.; VIANNA, M. A frota pesqueira costeira do estado do Rio de Janeiro. **Rev. Bol. Inst. Pesca**, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 79-94, 2014.
- BRASIL. **Lei nº 11. 959, de 29 de junho de 2009**. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca [...]. Brasília, DF: Presidência da República, [2009]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11959.htm. Acesso em: 12 jan. 2021.
- CALLOU, A. B. F. Povos do mar: herança sociocultural e perspectivas no Brasil. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 62, n. 3, p. 45-48, 2010.
- CAMPOS, M. M.; TIMÓTEO, G. M. A degradação das águas continentais sob a perspectiva dos pescadores artesanais de Bacia de Campos. **Brasiliana: Journal for Brazilian Studies**, [S. l.], v. 5, p. 225-247, 2017.
- CAMPOS, M. M.; TIMÓTEO, G. M.; ARRUDA, A. P. S. N. A dinâmica da pesca artesanal na Bacia de Campos: organização social e práticas em economia solidária entre os pescadores artesanais. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 116, p. 71-102, 2018.
- CAPELLESSO, A. J.; CAZELLA, A. A. Pesca Artesanal entre Crise Econômica e Problemas Socioambientais: estudo de caso nos municípios de Garopaba e Imbituba (SC). **Rev. Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. XIV, n. 2, p. 15-33, 2011.
- CAPELLESSO, A. J.; CAZELLA, A. A. Os sistemas de financiamento na pesca artesanal: um estudo de caso no Litoral Centro-Sul Catarinense. **RESR**, Piracicaba, v. 51, n. 2, p. 275-294, 2013.
- CENSO PEA-PESCARTE. **Projeto de Mitigação Ambiental PETROBRAS/IBAMA/UENF**. Campos dos Goytacazes: PEA-Pescarte, 2015.
- CEPAL. Agricultura familiar y circuitos cortos: nuevos esquemas de producción, comercialización y nutrición. Memoria del seminario sobre circuitos cortos. **Naciones Unidas. Seminarios y Conferencias**, Santiago, n. 77, p. 1-112, 2014.

CHOUERI, R. B.; NASCIMENTO, E. P. O papel do licenciamento ambiental federal como ferramenta para gerir conflitos relacionados à biodiversidade aquática e pesca: o caso da UHE Belo Monte. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 22, n. 2, p. 143-163, 2019.

CLAUZET, M.; RAMIRES, M.; BARRELLA, W. Pesca artesanal e conhecimento local de duas populações caiçaras (Enseada do Mar Virado e Barra do Una) no Litoral de São Paulo, Brasil. **A Linguagem da Ciência**, [S. l.], n. 4, p. 1-22, 2005.

LAY, P. M.; OLSON, J. Defining “fishing communities”: vulnerability and the Magnuson-Stevens Fishery conservation and management act. **Human Ecology Review**, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 143-160, 2008.

COSTA, K. V. As práticas de comercialização do pescado na pesca artesanal: uma reflexão sobre a subordinação do pescador artesanal ao intermediário no litoral norte fluminense. **Revista Agenda Social (UENF)**, Campos dos Goytacazes, v. 13, n. 1, p. 47-72, 2019.

CUNHA, A. R. A. A. **Mercados mayoristas de alimentos en América Latina y el Caribe**. Santiago: FAO, 2018. 142 p.

DIAS NETO, J. C. Quanto custa ser pescador artesanal ou quanto custa uma política pública? *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 36., 2012, Águas de Lindóia. **Anais [...]**. Águas de Lindóia: Anpocs, 2012. p. 1-22.

DIEGUES, A. C. **Povos e mares: leituras em sócio-antropologia marítima**. São Paulo: NUPAUB-USP, 1995.

DIEGUES, A. C. A sócio-antropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil. **Revista Etnográfica**, Lisboa, v. 2, p. 361-375, 1999.

DITTY, J.; REZENDE, C. Public participation, artisanal fishers, and the implantation of a coastal megaproject. **Rev. Soc. & Nat.**, Uberlândia, v. 25, n. 1, p. 51-60, 2013.

DUARTE, L. F. D. **As redes do suor: a reprodução social dos trabalhadores da pesca em Jurujuba**. Niterói, RJ: Editora da UFF, 1999.

FAO. The State of World Fisheries and Aquaculture 2016. Contributing to food security and nutrition for all. **FAO of the United Nations**, Rome, 2016. 200 p.

LEVKOE, C. Z.; LOWITT, K.; NELSON, C. Fish as food: exploring a food sovereignty approach to small-scale fisheries. **Marine Policy**, [S. l.], v. 85, p. 65-70, 2017.

- MALDONADO, S. C. **Mestres & mares: espaço e indivisão na pesca marítima**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 1994.
- MOITA, R. M.; GOLON, L. A. Oligopsônio dos frigoríficos: uma análise empírica de poder de mercado. **RAC**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 6, p. 772-794, 2014.
- PEARSON, D. *et al.* Local food: understanding consumer motivations in innovative retail formats. **British Food Journal**, [S. l.], v. 113, n. 7, p. 886-899, 2011.
- RAMALHO, C. W. N. Sentimento de corporação, cultura do trabalho e conhecimento patrimonial pesqueiro: expressões socioculturais da pesca artesanal. **Rev. de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 43, n. 1, p. 8-27, 2012.
- RIBEIRO, C. G.; INÁCIO JÚNIOR, E. **O mercado de compras governamentais brasileiro (2006-2017): mensuração e análise**. Rio de Janeiro: IPEA, 2019. (Textos para discussão, 2476).
- RODRIGUES, J. A.; GIUDICE, D. S. A pesca marítima artesanal como principal atividade socioeconômica: o caso de Conceição de Vera Cruz, BA. **Logepa**, Salvador, v. 6, n. 2, p. 155-139, 2011.
- SACCO DOS ANJOS, F.; NIEDERLE, P. A.; CALDAS, N. V. Pluriatividade e pesca artesanal: o caso da colônia Z-3 em Pelotas, RS. **Revista Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 10, n. 3, p. 9-42, dez. 2004.
- SANTOS JÚNIOR, C. A. Sustentabilidade, direito ambiental e meio ambiente: a indústria da pesca em Santa Catarina. **Justiça do Direito**, Passo Fundo, v. 28, n. 2, p. 334-348, 2014.
- SERRA, R.; PATRÃO, C. Impropropriedades dos critérios de distribuição dos royalties no Brasil. *In*: PIQUET, R. (org.). **Petróleo, Royalties e Região**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. p. 185-216.
- SPERS, E. E. **Mecanismos da regulação da qualidade e segurança em alimentos**. 136 f. Tese (Doutorado em Administração) – Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- VERONESE, M. V.; GUARESCHI, P. Possibilidades solidárias e emancipatórias do trabalho: campo fértil para a prática da Psicologia Social Crítica. **Rev. Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 58-69, 2005.
- WALDER, A. G. Organizations, social structure, and historical change: towards an historical sociology of organizations. **CRSO Working Paper 180**, Michigan, p. 1-66, set. 1978.

WILLOUGHBY, R.; GORE, T. **Ripe for change**: ending human suffering in supermarket supply chains, Oxford: Oxfam, 2018. 118 p.

ZAPPES, C. A.; OLIVEIRA, P. C; DI BENEDITTO, A. P. M. Percepção de pescadores do Norte Fluminense sobre a viabilidade da pesca artesanal com a implantação de mega empreendimento portuário. **Bol. Inst. Pesca**, São Paulo, v. 42, n. 1, p. 73-88, 2016.

Texto submetido à Revista em 07.03.2020
Aceito para publicação em 13.01.2021



Economia do agronegócio no Brasil: participação brasileira na cadeia produtiva da soja entre 2015 e 2020

The economics of agribusiness in Brazil: domestic share in the soybean supply chain between 2015 and 2020

Gabriel da Silva Medina - Doutor em Ciências Naturais pela Universidade de Freiburg, Alemanha. Professor da Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária da Universidade de Brasília (UnB). E-mail: gabriel.medina@unb.br

Resumo

A expansão do agronegócio no Brasil oferece oportunidades para grupos domésticos a partir de um novo paradigma de desenvolvimento. Este artigo traz um levantamento da evolução da participação dos grupos brasileiros na cadeia produtiva da soja produzida no país. Os resultados revelam que os grupos brasileiros perderam participação nos últimos anos, passando de 40% do total do negócio em 2015 para 34,6% em 2020. Neste período, houve mudanças na participação dos grupos domésticos nos segmentos de sementes (de 16,5% para 8,7% do mercado), de fertilizantes (de 33,5% para 19,2%), de agrotóxicos (de 4,3% para 5,8%), de máquinas (de 1,9% para 0,2%) e de agroindústria (de 30,7% para 16,1%). Nestes setores mais intensivos em capital e em tecnologia (excluindo a produção no campo), a participação doméstica caiu proporcionalmente de 12,5% para 7,1% entre 2015 e 2020. Oportunidades criadas pela expansão do agronegócio podem ser aproveitadas por grupos domésticos a partir de novo paradigma desenvolvimentista.

Abstract

Agribusiness economic expansion in Brazil offers areas of opportunities for local entrepreneurs based on a new development paradigm. This paper assesses the evolution of the market share hold by Brazilian groups in the soybean supply chain in Brazil. Results reveal that the market share hold by Brazilian companies as a whole dropped from 40% in 2015 to 34.6% in 2020. In this time span there were changes in the share hold by domestic companies in the segments of seeds (from 16.5% to 8.7%), fertilizers (from 33.5% to 19.2%), pesticides (from 4.3% to 5.8%), machinery (from 1.9% to 0.2%) and trading (from 30.7% to 16.1%). Proportionally, the share of domestic groups in these capital and technology-intensive sectors (excluding the farming sector) dropped from 12.5% in 2015 to 7.1% in 2020. Areas of opportunities created by agribusiness expansion can benefit domestic groups based on a new development paradigm.

Palavras-chave

Multinacionais. Complexo agroindustrial. Oligopólio. *Market share*.

Keywords

Multinationals. Agri-business. Oligopoly. *Market share*.

INTRODUÇÃO

O Brasil está passando por processo de desindustrialização e de crescente dependência econômica da exportação de *commodities* agrícolas e minerais (CANO, 2014; CORONEL, 2020; SAUER; BALESTRO; SCHNEIDER, 2018). Assim como outros países em desenvolvimento, parte importante da economia brasileira hoje é especializada em indústrias baseadas em recursos naturais e de processamento simples (DI MEGLIO *et al.*, 2018). Para reverter essa situação, há um esforço de cientistas e gestores para estabelecer novos paradigmas de desenvolvimento em que países em desenvolvimento se envolvam com o mundo global com base em setores econômicos mais sofisticados que melhor remunerem capital e trabalho (BRITTO; ROMERO; FREITAS, 2019).

O agronegócio é um dos setores econômicos mais dinâmicos no Brasil, levando a debates sobre como sua expansão pode oferecer oportunidades para o desenvolvimento local, superando a atual estratégia simplificada de expansão para novas fronteiras agrícolas com altos custos sociais e ambientais (MEDINA; SANTOS, 2016). Com a perda relativa da participação industrial na economia, o agronegócio¹ tornou-se fundamental para a balança comercial e um dos principais dinamizadores da economia brasileira, inclusive da indústria relacionada à produção agropecuária (NASSIF; BRESSER-PEREIRA; FEIJO, 2017). Em 2019, o agronegócio como um todo foi responsável por 21% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro (incluindo a produção agropecuária e a indústria a montante e à jusante da fazenda), enquanto a produção agropecuária apenas representou 5% do PIB nacional (CEPEA, 2020).

Até os anos 1980, empresas líderes brasileiras dominavam os setores industriais ligados ao agronegócio. Tudo isso sofreu um recuo na década de 1990 quando os *global players* assumiram controle da cadeia produtiva da soja e de outras *commodities*, bem como de seu comércio internacional (WILKINSON, 2010). Com a liberalização econômica, a entrada de capital internacional no país dinamizou o agronegócio e criou um ambiente mais competitivo para grupos nacionais (SAES; SILVEIRA, 2014).

As mudanças introduzidas pela crescente integração do país à economia global e pela mudança na forma de intervenção do governo na economia exigem grande esforço de adaptação do setor produtivo e do Estado brasileiro. Apesar da importância do agronegócio feito no país, não existe um projeto integrado e setorial

¹ O agronegócio pode ser compreendido como a soma total das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, das operações de produção na unidade de produção, do armazenamento, do processamento e da distribuição dos produtos agrícolas e dos itens produzidos por meio deles (DAVIS; GOLDBERG, 1957).

para aproveitar a expansão do setor para o fortalecimento dos empreendedores e da agroindústria domésticos (MEDINA; RIBEIRO; BRASIL, 2016). Para subsidiar a elaboração de política agroindustrial de médio e longo prazos, é vital o conhecimento das cadeias produtivas e das oportunidades existentes.

A atual situação de um ambiente de negócios liberal e globalizado em que o país se insere resulta na necessidade de um novo paradigma de desenvolvimento baseado em oportunidades criadas por setores econômicos dinâmicos como é o caso do agronegócio. Um desafio crucial é a consolidação de empresas de capital doméstico ao longo das cadeias produtivas do agronegócio feito no Brasil, em superação à crescente hegemonia das multinacionais estrangeiras. Estudos revelam que choques em setores da agroindústria doméstica possuem efeitos positivos superiores aos de outros setores (COSTA; GUILHOTO; IMORI, 2014).

Na história recente, economias em desenvolvimento diminuíram o atraso em relação às mais ricas na medida em que conseguiram alcançar níveis similares de conhecimento tecnológico e de qualificação da mão de obra, e não pela venda de ativos ao capital estrangeiro (PIKETTY, 2014). Considerando a importância do agronegócio brasileiro, e a relevância da cadeia produtiva da soja em particular, este artigo traz uma análise sobre o espaço ocupado pelo capital doméstico e as oportunidades e desafios existentes para a ampliação dessa participação. Especificamente para o estudo da cadeia produtiva da soja, busca-se responder as seguintes perguntas:

- Como evoluiu a participação de grupos brasileiros na cadeia produtiva da soja plantada no Brasil nos últimos anos (entre 2015 e 2020)?
- Quais as oportunidades para investimentos criadas na cadeia produtiva que podem ser aproveitadas por grupos brasileiros?

1 REFERENCIAL TEÓRICO

O desenvolvimento sempre foi concebido em termos de projetos nacionais ou coletivos de transformação estrutural e social nos contextos de atraso e subordinação do capitalismo globalizado (FISCHER, 2019). Cientistas de países em desenvolvimento têm desempenhado papel fundamental na concepção de teorias do desenvolvimento. Esses são os casos da economia do desenvolvimento (FURTADO, 1961), da teoria do desenvolvimento dependente associado (CARDOSO; FALETTTO, 1979) e de novos paradigmas como o novo desenvolvimentismo (BRESSER-PEREIRA, 2018).

A economia clássica concebe o crescimento econômico baseado em mercados livres, em vantagens competitivas e na baixa intervenção governamental

(SMITH, 1776). A economia clássica influenciou os programas neoliberais e a teoria do desenvolvimento dependente associado (CARDOSO; FALETTO, 1979). Para economistas neoclássicos, o Estado pode influenciar a alocação eficiente de recursos, ajustando as taxas de juros, realizando investimentos e promovendo políticas para manter o emprego pleno (KEYNES, 1936). A teoria neoclássica reconhece a importância das abordagens de desenvolvimento promovidas pelo Estado e, assim, influenciou a economia do desenvolvimento e o novo desenvolvimentismo (BRESSER-PEREIRA, 2018).

A economia do desenvolvimento enfocou no desenvolvimento da periferia econômica baseada em proteções para a indústria doméstica que possibilitariam o modelo de industrialização baseado na substituição de importações. Como Raul Prebisch delineou, as periferias são condicionadas pela propagação do progresso técnico com direção externa, situação que precisa ser revertida para o desenvolvimento da periferia (PEET; HARTWIK, 1999). Na América Latina, a economia do desenvolvimento ganhou o nome de Estruturalismo Latino-americano porque definiu o desenvolvimento econômico como mudança estrutural. Foi a teoria dominante do desenvolvimento econômico no Brasil entre as décadas de 1940 e 1960, com influência até a década de 1980.

Como alternativa à economia do desenvolvimento, a teoria do desenvolvimento dependente associada parte da ideia de que os países em desenvolvimento, ao se associarem com os países já desenvolvidos, podem tirar proveito de investimentos estrangeiros para se desenvolverem. Essa teoria pressupõe uma conciliação de interesses internos e externos e um elo entre desenvolvimento e dependência externa, tornando-se muito influente no Brasil a partir de 1980. Como o Brasil precisava de financiamento externo para tecnologia e investimento naquele momento, houve uma transição clara para um modelo associado dependente (CARDOSO; FALETTO, 1979).

O desenvolvimento dependente associado pressupõe que a abertura aos mercados internacionais é uma maneira de atrair capital estrangeiro. Essa abordagem é bem explorada pela vasta literatura sobre investimentos estrangeiros diretos (STOSBERG, 2005). O neoliberalismo implementado no Brasil a partir de 1990 esteve ancorado no livre mercado, na abertura comercial, na redução da intervenção governamental e na disciplina fiscal.

Como paradigma ainda em construção, o novo desenvolvimento pressupõe um modelo de desenvolvimento baseado na exportação de bens manufaturados apoiados por uma taxa de câmbio de equilíbrio industrial competitivo (BRESSER-PEREIRA, 2020). A mudança estrutural em direção a uma base industrial mais sofisticada é considerada condição *sine qua non* para

uma economia emergente convergir para economias desenvolvidas (NASSIF; BRESSER-PEREIRA; FEIJO, 2017). Portanto, o novo desenvolvimentismo inclui a criação de oportunidades para grupos domésticos aumentarem sua participação nos setores industriais com base em políticas de longo prazo (NASSIF; BRESSER-PEREIRA; FEIJO, 2017).

Uma industrialização no sentido de atualizar a base produtiva para atividades de maior valor agregado e maior complexidade e sofisticação de suas estruturas produtivas e comerciais segue como um caminho promissor para o desenvolvimento (CARDOSO; REIS, 2018). O sucesso do padrão de inserção externa será ampliado pela capacidade tecnológica doméstica e sua contribuição para elevar a produtividade e os salários do setor exportador e das demais atividades da economia (CARDOSO; REIS, 2018).

2 METODOLOGIA

Este trabalho partiu de avaliações financeiras sobre os custos da produção da soja para determinar as principais etapas da cadeia produtiva: sementes, fertilizantes, agrotóxicos, máquinas, agroindústria/comercialização, custo da terra e mão de obra (ESPÍNDOLA; CUNHA, 2015). O segundo passo foi identificar os insumos mais comumente utilizados para cada etapa produtiva, seus fornecedores e país de origem dos acionistas da empresa fornecedora. Isso foi feito a partir de entrevistas com especialistas que trabalham nas principais etapas da cadeia, da revisão da literatura especializada e da consulta ao material institucional das empresas e suas associações setoriais citados ao longo do trabalho.

No Brasil, as associações de produtores organizadas por segmentos estimam a participação de seus associados no mercado e divulgam essas informações em seus anuários estatísticos muitas vezes disponíveis em suas páginas de *internet*. São exemplos a Abrass (ABRASS, 2020) e a Abrasem (ABRASEM, 2021) para sementes, a Anda (ANDA, 2020) para fertilizantes, a Aenda (AENDA, 2020) para agrotóxicos, a Anfavea (ANFAVEA, 2020) para máquinas e a Aprosoja (APROSOJA BRASIL, 2018) para os produtores de soja.

A partir das informações levantadas, estimou-se a participação (*market share*) das empresas de capital doméstico para os anos com disponibilidade de dados (2015 e 2020). Esta estimativa foi particularmente desafiadora, pois as empresas não costumam disponibilizar os dados sobre sua participação, sobretudo as multinacionais (MURPHY; BURCH; CLAPP, 2012). A participação das corporações multinacionais estrangeiras é difícil de ser detectada também porque muitas vezes elas vendem seus produtos com os nomes das marcas

das empresas locais que foram compradas por elas (SANTOS; GLASS, 2018). Por isso, em muitos casos, foram feitas estimativas considerando também a experiência dos especialistas consultados de acordo com a abordagem utilizada em estudo anterior (MEDINA; RIBEIRO; BRASIL, 2016).

Para estimar a participação de mercado total dos grupos domésticos (P) em cada segmento da cadeia produtiva, foram somadas as participações de mercado de todas as empresas com capital brasileiro ($\sum_{i=1}^n Bri$). A participação doméstica na cadeia produtiva (PD) resultou da soma ponderada das participações de grupos empresariais com capital brasileiro em cada um dos sete segmentos analisados (de sementes a agroindústrias), conforme a equação 1 a seguir. A soma da participação doméstica está apresentada na Tabela 6 da seção de resultados.

$$PD = (P1 + P2 + P3 + P4 + P5 + P6+P7)/7, \text{ sendo que } P = \sum_{i=1}^n Bri \quad (1)$$

3 RESULTADOS

3.1 SEMENTES

O segmento de produção de sementes de soja é dividido entre obtentores (desenvolvedores de tecnologia de sementes) e empresas licenciadas para produzir sementes mediante pagamento de *royalties* aos obtentores. No mercado de sementes de soja, normalmente, os obtentores desenvolvem tecnologias de sementes transgênicas. No entanto, obtentores também produzem sementes e licenciados também lançam variedades próprias a partir de seu banco de germoplasma pagando *royalties* quando usam tecnologia de transgenia dos obtentores. No Brasil, estima-se que 93% das sementes de soja plantadas sejam transgênicas (MEDINA; RIBEIRO; BRASIL, 2016).

Na geração de tecnologias, o mercado brasileiro é altamente concentrado em torno da alemã Bayer que adquiriu a Monsanto e a marca Monsoy em 2018. Desde a criação da soja resistente ao Roundup (RR®), a então Monsanto lidera o mercado. Hoje a Bayer usa a tecnologia Intacta® RR2 PRO resistente ao Roundup e a lagartas tanto para a produção de suas sementes pela Monsoy quanto para o licenciamento da tecnologia para empresas produtoras de sementes. Para os próximos anos, a empresa aposta na tecnologia patenteada Intacta 2 Xtend® para a produção de sementes resistentes ao Roundup, a lagartas e ao Dicamba, agrotóxico utilizado para o controle de plantas daninhas como a buva².

² O lançamento antecipado desta nova tecnologia patenteada (Intacta 2 Xtend®) pode estar relacionado com a iniciativa em curso de produtores rurais brasileiros ligados à Aprosoja que contestam a validade da patente Intacta RR2 PRO por não haver qualquer inovação tecnológica

Outra empresa multinacional importante no mercado de sementes de soja é a Pioneer que hoje pertence ao grupo Corteva e produz sementes com tecnologias próprias tolerantes a nematoides e usa a tecnologia Intacta® RR2 para produzir variedades a partir de seu banco de germoplasma, além de sementes convencionais (não transgênicas). A Pioneer, criada em Iowa, nos EUA, foi incorporada à DuPont em 2005 e à Corteva Agriscience™ em 2018, que foi fundada a partir da Dow, DuPont e Pioneer. Em 2019 a Corteva Agriscience se separou da *holding* DowDuPont, tornando-se uma companhia independente. A próxima tecnologia a ser lançada pela Corteva é o pacote Enlist™ que combina tolerância ao 2,4-D, ao glifosato, ao glufosinato e proteínas de resistência a insetos. Adicionalmente, a Syngenta (antes suíça e hoje chinesa) está entre as empresas multinacionais de sementes que esperam ganhos de *market share* nos próximos anos.

Entre as empresas licenciadas produtoras de sementes, há número maior de empresas e maior participação de grupos brasileiros. Neste segmento, há empresas que produzem variedades próprias a partir de seus bancos de germoplasma pagando *royalties* para o uso de tecnologias de transgenia patenteadas por obtentoras e empresas que apenas multiplicam variedades já desenvolvidas (multiplicadoras). A empresa argentina GDM Seeds, especializada em sementes, deixou para trás a Monsanto/Bayer, e assumiu a liderança do mercado brasileiro de sementes de soja, com 38% do total do mercado em 2020. A GDM comercializa no Brasil as marcas Brasmax e DonMario e tem expectativa de se consolidar com 42% do mercado brasileiro.

A Tropical Melhoramento & Genética (TMG) é a brasileira com maior fatia no mercado de sementes, liderando as vendas no estado do Mato Grosso. Criada em 2001, em 2008 lançou a tecnologia Inox® com gene de resistência à ferrugem asiática. Em 2014 lançou cultivares TMG Intacta RR2 PRO™ + Inox® unindo tecnologia própria com tecnologia licenciada. Outros exemplos incluem empresas brasileiras que trabalham em parceria com a Embrapa tanto na produção de variedades convencionais quanto de variedades licenciadas para a tecnologia Intacta RR2 PRO™. Em 2015, a Cooperativa Central Gaúcha (CCGL) e seu reconhecido banco de germoplasma foram comprados pela Bayer e saiu da lista de grupos com capital brasileiro³.

em relação à tecnologia RR (que já tem patente expirada). Os produtores requerem na justiça o direito de reaver os *royalties* pagos quando do plantio das sementes.

³ No Brasil, há em torno de 300 produtores de sementes de soja entre licenciados e multiplicadores, que comercializam desde mil toneladas de sementes até mais de 40 mil toneladas. Parte desses produtores está associada a associações que incluem a Associação Brasileira de Sementes de Soja (Abrass) e a Associação Brasileira de Semente e Mudas (Abrasen), esta última também representante de multinacionais obtentoras de tecnologias e dedicada à defesa das patentes e ao combate às sementes piratas.

Exemplo de empresa multiplicadora é a Amaggi que multiplica sementes das marcas TMG e Monsoy. Há também produção de sementes de soja convencional no país, assim como há produtores que utilizam sementes próprias e sementes não certificadas. A taxa de utilização de sementes certificadas na safra 2017/18, corresponde a 70% do plantio, o que significa que 70% da área de soja foi plantada com sementes certificadas.

As multinacionais, que são proprietárias das características transferidas ao germoplasma local, captam hoje cerca de 65% do preço final das sementes de soja. Considerando que são pagos R\$ 158,00 de *royalties* por hectare plantado e que o custo com sementes para o plantio de um hectare gira em torno de R\$ 242,00, estima-se que 35% do preço final da semente fiquem com as empresas licenciadas. No caso de sementes convencionais, 100% do preço final ficam as empresas detentoras de banco de germoplasma (MEDINA; RIBEIRO; BRASIL, 2016).

A estimativa de 25% de capital multinacional na produção de sementes foi baseada no fato de a GDM ocupar 38% do mercado, a Bayer ocupar 29% e das demais multinacionais ocuparem 8% em 2020 (Tabela 1). Assim, estima-se que a participação de grupos domésticos na produção de sementes de soja no Brasil tenha caído de 16,5% em 2015 para 8,75 em 2020.

Tabela 1 - *Market share* das empresas produtoras de sementes de soja transgênica no Brasil

	Empresas	País sede do controlador	2015		2020	
			<i>Market share</i> (%)	Participação brasileira (%)	<i>Market share</i> (%)	Participação brasileira (%)
Detentor da transgenia utilizada	Bayer (antes Monsanto)	Alemanha (antes EUA)	88,8	0	90	0
	Pioneer/Corteva	EUA	5,8	0	6	0
	Outras	Multinacional	5,4	0	4	
Produção de semente	GDM, Bayer e outras multinacionais	Multinacional	50	0	75 (GDM 38%, Bayer 29%)	0
	TMG e muitas outras	Nacional	50 (33% dos ganhos)	16,5	25 (35% dos ganhos)	8,7
Total (%)				16,5		8,7

Fonte: ABRASS (2020) e ABRASEM (2021).

3.2 FERTILIZANTES

Atuam no setor dois tipos de empresas: aquelas que produzem matérias-primas e produtos intermediários (ou fertilizantes simples) e aquelas que fabricam os fertilizantes formulados. A maior parte da matéria-prima para os fertilizantes utilizados no Brasil é importada de empresas multinacionais estrangeiras. No caso da soja, são usados principalmente os macronutrientes fósforo (44% do total consumido no país são importados) e potássio (95% do total consumido no país são importados), já que a soja praticamente não requer adubação nitrogenada⁴.

No Brasil, a Vale era a maior produtora de fósforo e a única produtora de potássio, mas a Vale Fertilizantes foi adquirida pela Mosaic Fertilizantes em 2018. A Mosaic é proveniente da união entre a Cargill e IMC Global que, em 2014, adquiriu a ADM Fertilizantes e, em 2018, a Vale Fertilizantes. A Mosaic, é dona da Fospar que produz superfosfato simples e fertilizantes especiais com a tecnologia MicroEssentials®.

Dessa forma, para 2015 estimou-se em 21,8% a participação do capital nacional na produção de matérias-primas para os fertilizantes consumidos na cultura da soja no Brasil (35,6% do fósforo e 8% do potássio). Para 2020, com a venda da Vale Fertilizantes, esta participação caiu para 8,7% (17,5% do fósforo e 0% do potássio) (Tabela 2).

Em relação às fabricantes dos fertilizantes, o mercado no Brasil tem forte participação da multinacional Yara, com os grupos nacionais detendo 44,3% do mercado em 2015, participação que caiu para 29,8% em 2020 (Tabela 2). Em 2018, a partir da fusão entre a Agrium e a Potash foi criada a empresa Nutrien de origem canadense e que já aparece como detentora de 10% do mercado brasileiro. Seguindo o exemplo das multinacionais do comércio agrícola, como Archer Daniels Midland, Bunge, e Cargill, a Louis Dreyfus reduziu seus investimentos em fertilizantes devido às baixas perspectivas de crescimento. Ao mesmo tempo, os principais atores do setor de fertilizantes (como a Yara) estão comprando seus concorrentes.

O Grupo Fertipar e a Heringer são as empresas brasileiras com maior participação na fabricação de fertilizantes no Brasil. O Grupo Fertipar produz fertilizantes básicos, fórmulas NPK e fertilizantes especiais, com destaque para Super S (fonte de Nitrogênio, Fósforo e Enxofre) e Extra Total (com micronutrientes). A Heringer produz fertilizantes básicos, fórmulas NPK e fertilizantes especiais, com destaque para FH ATTIVUS (para aplicação foliar)

⁴ No caso de adubos nitrogenados, a Petrobrás arrendou as fábricas da Bahia (Fafen-BA) e de Sergipe (Fafen-SE) para a empresa Proquigel Química S.A em 2019 e fechou fábrica do Paraná (Ansa) em 2020. Com isso, o mercado nacional passou a ser suprido por empresas chinesas em grande parte.

e o FH Micro Total (com micronutrientes). Há alguns anos com dificuldades financeiras, a Heringer (empresa de capital aberto com 56% de capital nacional) entrou em recuperação judicial em 2019 e perdeu parte importante do mercado com o fechamento de parte de suas fábricas. O restante do mercado brasileiro de fertilizantes é atendido por empresas nacionais de caráter regional como a Adubos Araguaia⁵.

3.3 AGROTÓXICOS

Há dois setores de negócios no segmento agrotóxicos: os produtos com patentes que exigem pesquisa e hoje são dominados por grupos multinacionais, e os produtos genéricos, cuja produção é autorizada após o fim do prazo de exclusividade conferido pelas patentes, em relação aos quais a indústria com capital nacional ainda possui participação. Por classes de produtos, no Brasil, os fungicidas atingem 31% das vendas, os inseticidas 29%, seguidos pelos herbicidas, com 27%, e pelos insumos para tratamento de sementes, entre outros produtos, com 12% do total. Em relação às culturas, a soja tem 49% de participação no consumo de agrotóxicos no Brasil (US\$ 6,7 bilhões/ano) (SINDIVEG, 2020).

No segmento de produtos com patentes, há grande número de competidores, mas apenas parte deles com parcela significativa do mercado. No Brasil, em 2015, as multinacionais já controlavam 95,7% das vendas, com destaque para os grupos Syngenta (21,2%), Bayer (15,3%) e Basf (12,4%) e outros grupos multinacionais com fatias menores somando 46,8%. Em 2020 esta situação foi alterada para 94,2% de controle por multinacionais, com destaque para os grupos Syngenta (agora parte da chinesa ChemChina) (18,6% do mercado) e Bayer (agora dona da Monsanto) (com 15,7% do mercado) (Tabela 3)⁶ (AENDA, 2020).

⁵ Muitos produtores também já investem em adubação com micronutrientes (sólido e foliar). A diminuição do custo relativo no uso de micronutrientes e a expectativa de ganhos em escala tem motivado produtores a utilizar micronutrientes como o zinco e o cobalto, o boro e o molibdênio, pela sua influência na fixação simbiótica de nitrogênio na soja. A Produquímica é a principal fornecedora de micronutrientes para a soja no Brasil. Em 2016, a americana Compass Minerals realizou a aquisição da Produquímica (originalmente brasileira). Em 2019, a transição de marcas foi concretizada e a Compass Minerals assumiu integralmente a nova identidade para o mercado brasileiro.

⁶ Em 2017 a ChemChina comprou a empresa suíça Syngenta e, em 2018, a alemã Bayer anunciou a compra da americana Monsanto. Ainda em 2017 DuPont e Dow Chemical, ambas dos EUA, se fundiram na DowDuPont que em 2018 deu origem à Corteva Agriscience™. Em 2019, no entanto, houve a dissolução e passaram a existir três empresas independentes: Dow, Dupont e Corteva. Outro destaque entre as multinacionais é a indiana UPL que aparecia em 2015 como a décima quarta e hoje é a quarta maior empresa de agrotóxicos no mercado brasileiro. A UPL concluiu a aquisição da Arysta LifeScience em 2019 e se tornou uma das cinco maiores empresas do mundo no setor.

Tabela 2 - *Market share* das empresas fabricantes de fertilizantes usados para soja no Brasil

	Empresas	País sede do controlador	2015		2020	
			<i>Market share</i> (%)	Participação brasileira (%)	<i>Market share</i> (%)	Participação brasileira (%)
Produção nacional de fósforo (super simples e super triplo)	Vale (agora Mosaic)	Brasil (agora Americana)	52,8	52,8	53	0
	Anglo American	Reino Unido	10,5	0,0	12	0
	Outras	Brasil/Multinacionais	36,7	18,4	35	17,5
	Sub-total			71,2		17,5
	Total (considerando que 50% em 2015 e 56% em 2020 do volume utilizado no país foram de produção nacional)				35,6	
Produção nacional de potássio	Vale (vendida para Mosaic)	Brasil (agora Americana)	100	100	100	0
	Total (considerando que 8% em 2015 e 5% em 2020 do volume utilizado no país foram de produção nacional)			8	8	0
	Total (Média da produção de fósforo e de potássio)			21,8		8,7
Fabricação dos fertilizantes	Yara	Noruega	20,5	20,5	25	0
	Mosaic/ADM	EUA	19,0	19,0	20	0
	Dreyfus	França	1,5	1,5	0	0
	Nutriën	Canadá	0	0	10	0
	Grupo Fertipar	Brasil	17,7	17,7	15	15
	Heringer (em recuperação judicial)	Brasil (56% nacionais)	13,3	7,4	6	3,3
	Maiores regionais	Brasil	8,2	8	7	6,5
Total (%) (Média da participação brasileira na produção de matéria-prima e de fertilizantes)	Outros	Brasil/Multinacionais	17,3	8,6	10	5
	Total		100,0	44,3	100,0	29,8
				33,5		19,2

Fonte: ANDA (2020).

No segmento de produtos genéricos, há participação de grupos brasileiros, embora a maior parte das empresas do segmento de genéricos no Brasil seja proveniente de outros países, sobretudo da China e da Índia. Empresas nacionais incluem a Nortox, maior empresa brasileira de agroquímicos, a Ourofino, e um grupo de pequenas e microempresas que, juntamente com escritórios de registros, somam mais de 100 pessoas jurídicas. As empresas de capital nacional ampliaram sua participação proporcional de 4,3% para 5,8% do total de agrotóxicos comercializados no País entre os anos de 2015 e 2020 (Tabela 3).

Análises preliminares sugerem que as recentes aprovações de agrotóxicos no governo beneficiam mais as empresas estrangeiras. Dos registros de pesticidas liberados em 2019, apenas 5% são totalmente produzidos em solo nacional (GRIGORI, 2020). O objetivo apontado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para as aprovações foi aumentar a concorrência no mercado (principalmente a partir da liberação de produtos genéricos) e diminuir o preço dos agrotóxicos, o que faria cair o custo de produção no Brasil⁷.

Tabela 3 - *Market share* das empresas fabricantes de agrotóxicos agrícolas no Brasil

Empresas	País sede do controlador	2015		2020	
		<i>Market share</i> (%)	Participação brasileira (%)	<i>Market share</i> (%)	Participação brasileira (%)
Syngenta/ ChemChina	Suíça (hoje China)	21,2	0	18,6	0
Bayer	Alemanha	15,3	0	15,7	0
Basf	Alemanha	12,4	0	9,2	0
UPL	Índia	0	0	8,9	0
FMC	EUA	7,1	0	8,5	0
Corteva	EUA	0	0	4	0
DuPont	EUA	6,5	0	4	0
Dow	EUA	5,6	0	3	0
Outras médias	Diversas multinacionais	26,6	0	22,3	0
Nortox	Brasil	2,3	2,3	2,7	2,7
Ourofino	Brasil	1,0	1	2,1	2,1
Grupo de pequenas e micro	Brasil	2,0	1	1	1
Total (%)		100	4,3	100	5,8

Fonte: AENDA (2020), com dados divulgados pelas empresas.

⁷ Em 2019, foram registrados 473 defensivos agrícolas no Brasil. Até 2018 eram 1.945 agrotóxicos liberados comercialmente no Brasil (SANTOS; GLASS, 2018). Dos registrados em 2019, 92% são produtos pós-patentes, ou seja, novas opções de produtos que já estavam aprovados para uso. Também foram utilizadas 24 novas moléculas e foram registrados 40 produtos biológicos.

3.4 MÁQUINAS

O setor de máquinas agrícolas é mundialmente oligopolizado em virtude de um expressivo processo de fusões e aquisições capitaneado pelos grandes grupos internacionais. Três empresas podem ser destacadas como as mais importantes no mundo e no Brasil: John Deere, AGCO (com as marcas Massey Ferguson e Valtra) e CNH (com as marcas Case e New Holland). No Brasil, as três juntas controlam 99,6% das vendas de tratores e 100% da venda de colhedoras (Tabela 4). A participação de capital nacional foi estimada em 1,9% em 2015 e 0,2% em 2020, considerando a participação da brasileira Agrale na produção de tratores, embora seu uso para soja seja limitado por serem tratores relativamente menores⁸.

3.5 AGROINDÚSTRIA E COMERCIALIZAÇÃO (GOVERNANÇA)

As grandes empresas exportadoras multinacionais ADM, Bunge, Cargill e Dreyfus (conhecidas pela sigla ABCD) oligopolizam a governança da cadeia da soja no Brasil e no mundo. Até 1995, a única empresa do grupo ABCD que possuía unidades de esmagamento de soja no Brasil era a Cargill. Após alguns anos de intenso processo de fusões e aquisições, ADM, Bunge e Dreyfus também passaram a ter unidades de beneficiamento do grão. Em 2016, a *trader* de grãos estatal chinesa China National Cereals, Oils and Foodstuffs Corporation (Cofco) passou a compor o grupo dos cinco principais compradores de soja e milho brasileiros. A maior fatia do avanço da Cofco no Brasil ocorreu com as recentes aquisições da Noble Agri e da Nidera.

As informações disponíveis permitem inferir que as multinacionais estrangeiras controlam 83,9% da comercialização da soja brasileira, porcentagem superior aos 69,3% registrados em 2015 (Tabela 5). Estima-se que o capital brasileiro controle 16,1% da comercialização da soja no país, menos do que os 30,7% registrados em 2015 (Tabela 5). Com exceção da Amaggi e da Cutrale, todos os outros principais grupos brasileiros perderam participação do mercado relativamente ao volume comercializado.

⁸ No caso dos implementos agrícolas, como arado de disco e aivecas, escarificadores, distribuidores de calcário e cultivadores, há registro de mais de 400 fabricantes nacionais de máquinas e implementos agrícolas na Câmara Setorial de Máquinas e Implementos Agrícolas da Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ, 2020). Neste setor, há maior participação de empresas de capital nacional, embora os dados sobre participação no mercado não estejam disponíveis. Existem casos que podem ser ressaltados como experiências de sucesso e com perspectiva de crescimento, como é o caso da Stara, uma empresa 100% brasileira e que está se mostrando competitiva. Outros exemplos incluem a Jumil, a Marchezan e a Jacto. Uma característica do mercado de implementos é a baixa barreira à entrada, pois muitas empresas dominam a tecnologia necessária para a produção dos implementos, tornando o mercado competitivo. Atualmente, há tendência de concentração provocada pela produção de implementos pelas indústrias de tratores, fabricando implementos específicos para suas máquinas.

Tabela 4 - *Market share* das empresas fabricantes de máquinas agrícolas nas vendas internas no Brasil

	Empresas	País sede do controlador	Marcas	2015		2020		
				Unidades vendidas	<i>Market share</i> (%)	Unidades vendidas	<i>Market share</i> (%)	Participação brasileira (%)
Tratores	AGCO	EUA	Massey Ferguson	9160	25,6	5617	16,9	0
			Valtra	7976	22,3	4433	13,4	0
	CNH	Itália	Case	2299	6,4	3127	9,4	0
Colhedoras	John Deere	EUA	New Holland	6897	19,3	7664	23,1	0
	Agrale S.A	Brasil	John Deere	8041	22,5	12164	36,7	0
	AGCO	EUA	Agrale	1340	3,8	143	0,4	0,4
	CNH	Itália	Massey Ferguson	404	10,3	357	6,4	0
			Valtra	124	3,2	51	0,9	0
John Deere	EUA	John Deere	1215	31,0	1872	33,5	0	
Total (%)								1,9

Fonte: calculado a partir de dados fornecidos pela ANFAVEA (2020).

A Amaggi é uma empresa familiar que produz soja e atua na compra, venda e no beneficiamento de grãos de soja e de milho. A empresa cresceu particularmente no estado do Mato Grosso, mas já possui operações internacionais. A Cutrale é empresa tradicional da área de citros e sucos, mas diversificou seus negócios e ampliou suas atividades com a comercialização de soja a partir de 2013.

A Coamo, sediada em Campo Mourão (Paraná), recebe e comercializa a produção agrícola dos mais de 29 mil associados em 110 unidades localizadas em 71 municípios nos estados do Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul. A cooperativa se mantém entre as principais exportadoras de soja de capital nacional. A Bianchini S.A. é uma empresa familiar de capital fechado 100% nacional que atua no ramo industrial de extração de óleos vegetais e produção de farelos, a partir do processamento da soja.

A Granol já foi umas das principais produtoras de biodiesel do país. No entanto, com dificuldades financeiras, em 2019, a empresa industrializou 218 mil toneladas de soja, bem abaixo de sua capacidade instalada de 750 mil. A Caramuru Alimentos é uma das maiores processadoras de grãos de capital nacional atendendo consumidores de diversas regiões do Brasil, além de fornecer matéria prima diferentes indústrias. Tem como estratégia de crescimento a agregação de valor em *commodities* diferenciadas para nichos valorizados de mercado, com destaque para os não transgênicos (NGMO), glicerina, proteína concentrada de soja e produção de etanol a partir do melão de soja.

Em 2018 a ADM anunciou a compra das plantas de Uberlândia (MG) e Porto Franco (MA) da Algar Agro no Brasil. Com a venda, a Algar Agro saiu do segmento de esmagamento e comercialização de soja para focar na produção de grãos e investir em outros setores fora do agronegócio. A COMIGO tem 54% dos negócios em torno da soja com a comercialização da produção de seus 8.300 cooperados, produção de óleo e de farelo e ração animal à base de soja para o mercado regional.

Tabela 5 - *Market share* das empresas que comercializam soja em grãos, farelo e óleo

Empresas	País sede do controlador	2015		2020		
		<i>Market share</i> (%)	Participação brasileira	Volume comercializado (mi de t)	<i>Market share</i> (%)	Participação brasileira
Cargill	EUA	12,4	0,0	11,0	11,4	0,0
Bunge	EUA	15,7	0,0	9,1	9,4	0,0
ADM	EUA	10,0	0,0	7,5	7,8	0,0
Dreyfus	Países Baixos	5,4	0,0	7,3	7,5	0,0
Cofco	China	0,0	0,0	3,7	3,8	0,0
Outras	Multinacionais	25,8	0,0	42,4	43,8	0,0
Amaggi	Brasil	4,1	4,1	6,4	6,6	6,6
Coamo	Brasil	4,5	4,5	2,3	2,3	2,3
Centrale	Brasil	0,1	0,1	1,6	1,7	1,7
Bianchini	Brasil	3,5	3,5	1,2	1,2	1,2
Caramuru	Brasil	2,3	2,3	1,0	1,0	1,0
Granol	Brasil	3,5	3,5	0,2	0,2	0,2
Comigo	Brasil	1,7	1,7	0,1	0,1	0,1
Algar Agro	Brasil	1,7	1,7	0,0	0,0	0,0
Outras	Brasil	9,3	9,3	2,8	2,9	2,9
Total		100,0	30,7	96,7	100,0	16,1

Fonte: Projeto Trase (TRASE, 2020).

3.6 CUSTO DA TERRA E MÃO DE OBRA

O Brasil vem experimentando mudanças no perfil do sojicultor. O produtor particular está dando lugar a grandes grupos nacionais e empresas multinacionais como a Los Grobo, que arrenda terras e administra lavouras, e a Agrinvest, que compra terras com recursos oriundos da emissão de títulos em câmaras internacionais de compensação (WESZ JUNIOR; GRISA, 2017). No Brasil, existem 33,2 mil imóveis cadastrados que pertencem a estrangeiros, ocupando 3,8 milhões de hectares (HAGE; PEIXOTO; VIEIRA FILHO, 2012; KATO; LEITE, 2020). Considerando-se o interesse prioritário do capital internacional na produção de grãos e sabendo-se que a área utilizada para grãos no Brasil está em torno de 57,2 milhões de hectares, estimou-se em 93,4 a porcentagem da área pertencente ao capital nacional. Já a mão de obra envolvida no trabalho foi estimada em 100% nacional (Tabela 6).

Considerando a participação proporcional do capital brasileiro no total da cadeia, o *market share* dos grupos domésticos foi estimado em 40% em 2015 e em 34,6% em 2020 (Tabela 6). Nos segmentos mais intensivos em tecnologia e capital (sementes, fertilizantes, agrotóxicos, máquinas e agroindústria), o conjunto da participação brasileira caiu de 12,5% em 2015 para 7,1% em 2020.

Tabela 6 - Participação proporcional do capital brasileiro ao longo da cadeia da soja produzida no Brasil

	2015		2020	
	<i>Market share</i> de grupos brasileiros por etapa da cadeia (%)	Participação proporcional do capital brasileiro no total da cadeia (%)	<i>Market share</i> de grupos brasileiros por etapa da cadeia (%)	Participação proporcional do capital brasileiro no total da cadeia (%)
Sementes	16,5	2,4	8,7	1,2
Fertilizantes	33,5	4,8	19,2	2,7
Agrotóxicos	4,3	0,6	5,8	0,8
Máquinas	1,9	0,3	0,2	0,02
Agroindústria	30,7	4,4	16,1	2,3
Custo da terra	93,4	13,3	93,4	13,3
Mão de obra	100	14,2	100	14,3
Total		40		34,6

Fonte: elaborada pelo autor com base nos dados sistematizados nas Tabelas 1 a 5 deste artigo.

4 DISCUSSÃO

O estudo da cadeia produtiva da soja no Brasil revela que a atual abordagem econômica neoliberal resultou em um negócio com grande participação de multinacionais estrangeiras. No entanto, a expansão do agronegócio gera oportunidades que possibilitam a participação relevante de grupos domésticos em vários segmentos produtivos. Mesmo com a liberalização econômica, a cadeia produtiva da soja no Brasil segue fomentada por políticas agrícolas fundamentais para apoiar grupos domésticos em segmentos-chave. Esses resultados sugerem que o aumento da participação de mercado dos grupos brasileiros no agronegócio demanda uma política agroindustrial em favor do agronegócio brasileiro, com inspiração no paradigma novo-desenvolvimentista.

4.1 PARTICIPAÇÃO DO CAPITAL DOMÉSTICO EM AMBIENTE NEOLIBERAL

Com base no estudo detalhado da cadeia produtiva da soja no Brasil, revelou-se que a atual abordagem econômica neoliberal resultou em um negócio dinamizado por empresas multinacionais estrangeiras que detêm 65,4% da cadeia produtiva. O controle dos grupos estrangeiros é maior em segmentos intensivos em capital e tecnologia como sementes, agrotóxicos e máquinas, setores onde a participação doméstica é de apenas 8,7%, 5,8% e 0,2% do mercado, respectivamente. Parte importante do capital doméstico está concentrada na produção agrícola da matéria-prima.

De fato, com a liberalização econômica, a entrada de capital internacional no país impulsionou o agronegócio, particularmente a partir da década de 1990 (SAES; SILVEIRA, 2014). Mas a abertura ao capital internacional também resultou em uma perda de participação dos grupos domésticos devido à crescente concentração do mercado por multinacionais estrangeiras em alguns segmentos (SANTOS; GLASS, 2018). Este estudo revela que, na cadeia produtiva da soja, os últimos cinco anos consolidaram o controle de multinacionais estrangeiras nos principais segmentos produtivos à montante e à jusante da fazenda. Essa situação de dependência leva a questionamentos sobre oportunidades geradas pela recente expansão do agronegócio no país que poderiam ser aproveitadas pelos grupos empresariais locais.

4.2 OPORTUNIDADES CRIADAS POR UM PARADIGMA DE DESENVOLVIMENTO DEPENDENTE ASSOCIADO

Apesar do oligopólio das multinacionais estrangeiras em parte dos segmentos da cadeia produtiva da soja, os avanços do agronegócio no Brasil oferecem espaços que podem ser ocupados pelas empresas brasileiras, caracterizando uma situação de desenvolvimento dependente associado. Hoje, 34,6% do mercado da soja são detidos por empresas brasileiras, com destaque para segmentos como produção em campo, fertilizantes e agroindústria, com participação doméstica de 93,4%, 19,2% e 16,1%, respectivamente.

A liberalização do mercado, que levou à recente expansão do agronegócio em todo o país, em parte com investimentos estrangeiros, criou novas oportunidades de negócios para grupos locais. O desenvolvimento dependente associado assume uma ligação entre desenvolvimento local e dependência externa (CARDOSO; FALETTO, 1979). Portanto, é essencial discutir em que

medida as oportunidades geradas em cadeias dinâmicas globalizadas permitem que os países em desenvolvimento evoluam de sua situação atual de dependência associada para um novo paradigma de desenvolvimento, com maior controle de grupos locais. Estudos mostram que os impactos econômicos positivos causados pelos investimentos nos setores do agronegócio são maiores do que os de outros setores industriais (COSTA; GUILHOTO; IMORI, 2014).

4.3 POLÍTICA AGROINDUSTRIAL DE INSPIRAÇÃO NOVO DESENVOLVIMENTISTA

Os investimentos estrangeiros potencialmente dinamizaram o agronegócio ao atrair capital para o país (GARCIA; LUNAS LIMA; PINTO VIEIRA, 2015), mas os grupos domésticos também podem manter participação importante em diferentes segmentos da cadeia produtiva. Principalmente na produção em campo (com 93,4% de participação doméstica), o apoio de políticas agrícolas tem sido fundamental para a consolidação dos agricultores na cadeia produtiva da soja. O futuro do agronegócio brasileiro passa pela construção de uma estratégia de ampliação da participação doméstica nos segmentos agroindustriais estabelecidos a montante e a jusante da produção agropecuária. A política agroindustrial deve, portanto, apoiar os produtores rurais, mas também os demais segmentos do agronegócio.

Experiências recentes com o novo desenvolvimentismo no Brasil ilustram o potencial de um Estado com políticas industriais e sem a necessidade de romper com as políticas macroeconômicas liberais (MORAIS; SAAD-FILHO, 2011). O Estado pode ajudar empreendedores a encontrar novas atividades inovadoras e também se concentrar em atividades com alto potencial de gerar externalidades econômicas positivas (NASSIF; BRESSER-PEREIRA; FEIJO, 2017).

Esta abordagem considera que os investimentos estrangeiros podem desempenhar papel importante na promoção de setores econômicos dinâmicos nos países em desenvolvimento, como é o caso do agronegócio, conforme revelado pelo paradigma de desenvolvimento dependente associado (CARDOSO; FALETTTO, 1979). Mas vai além ao sugerir que os governos podem apoiar empreendedores locais a participar desses setores dinâmicos, produzindo bens que melhor remuneram capital e trabalho, conforme sugerido pelo paradigma novo-desenvolvimentista (BRESSER-PEREIRA, 2020). Ao se envolver em mercados globais com base em uma abordagem estratégica para o desenvolvimento, os países podem explorar oportunidades para grupos domésticos aumentarem sua participação nos setores agroindustriais (NASSIF; BRESSER-PEREIRA; FEIJO, 2017).

CONCLUSÕES

Os resultados deste estudo revelam que os grupos brasileiros perderam participação no agronegócio da soja feito no Brasil nos últimos anos, passando de 40% do total do negócio em 2015 para 34,6% em 2020. Neste período, houve mudanças na participação dos grupos domésticos nos segmentos de sementes (de 16,5% para 8,7% do mercado), de fertilizantes (de 33,5% para 19,2%), de agrotóxicos (de 4,3% para 5,8%), de máquinas (de 1,9% para 0,2%) e de agroindústria (de 30,7% para 16,1%). Nestes setores mais intensivos em capital e em tecnologia (excluindo a terra e mão de obra para a produção no campo), a participação brasileira caiu proporcionalmente de 12,5% para 7,1% entre os anos de 2015 e 2020.

Além da perda de participação de grupos domésticos ao longo da cadeia produtiva, outro fenômeno relacionado é a crescente concentração do setor em número cada vez menor de grandes empresas multinacionais estrangeiras. No Brasil, o mercado de sementes de soja é dominado pela Bayer; a indústria de fertilizantes pela Yara e pela Mosaic; a indústria química de agrotóxicos tem grande participação da Syngenta (ChemChina) e da Bayer; o setor de máquinas agrícolas é controlado pelas multinacionais AGCO, CNH e John Deere; e o setor de comercialização pelas tradings do grupo ABCD.

O futuro do agronegócio brasileiro passa pela construção de uma estratégia de integração vertical do capital doméstico ao longo dos segmentos agroindustriais estabelecidos a montante e a jusante da produção agropecuária. É nestes setores industriais e tecnológicos que estão os negócios mais rentáveis do agronegócio feito no país. A ampliação da participação dos grupos brasileiros requer uma política agrícola e industrial em favor dos empreendedores locais. Esta estratégia implica ir além da visão atual para a competitividade do setor que, muitas vezes, tem ficado restrita à expansão horizontal para novas fronteiras agrícolas pela redução do Custo Brasil.

Para isso, a política agrícola precisa evoluir do atual enfoque quase exclusivo no crédito subsidiado (principalmente de custeio) aos produtores rurais para investimentos mais abrangentes que podem trazer retornos de mais longo prazo para o agronegócio como um todo. Igualmente importante é a construção de uma política agroindustrial de apoio aos segmentos industriais das cadeias produtivas.

REFERÊNCIAS

- ABIMAQ. Indicadores conjunturais. **ABIMAQ**, São Paulo, 2020. Disponível em: <http://www.abimaq.org.br/site.aspx/AbimaqIndicadores-Conjunturais>. Acesso em: 10 fev. 2021.
- ABRASEM. Início. **ABRASEM**, Brasília, DF, 2021. Disponível em: <http://www.abrasem.com.br/>. Acesso em: 10 fev. 2021.
- ABRASS. Inicial. **ABRASS**, Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://abras.org.br/>. Acesso em: 10 fev. 2021.
- AENDA. Quem somos. **AENDA**. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.aenda.org.br/>. Acesso em: 10 fev. 2021.
- ANDA. Quem somos. **ANDA**, São Paulo, 2020. Disponível em: <http://anda.org.br/>. Acesso em: 10 fev. 2021.
- ANFAVEA. **Anuário da indústria automobilística brasileira: competitividade**. São Paulo: ANFAVEA, 2020. Disponível em: <https://anfavea.com.br/anuario2020/anuario.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2021.
- APROSOJA BRASIL. Início. **Aprosoja Brasil**, Brasília, DF, 2018. Disponível em: <https://aprosojabrasil.com.br/>. Acesso em: 10 fev. 2021.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. **The rise of a new developmental macroeconomics for middle- income countries: from classical to new developmentalism**. Berlin: Dialogue of Civilizations Research Institute gGmbH, 2018.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Novo desenvolvimentismo - um segundo momento do estruturalismo latino-americano. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 1-20, 2020.
- BRITTO, G.; ROMERO, J. P.; FREITAS, E. La gran brecha: complejidad económica y trayectorias de desarrollo del Brasil y la República de Corea. **Revista de la CEPAL**, Santiago de Chile, v. 127, p. 217-241, 2019.
- CANO, W. (Des)industrialização e (sub)desenvolvimento. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, p. 139-174, jul./dez. 2014.
- CARDOSO, F. G.; REIS, C. F. D. B. Centre and periphery in global value chains: An interpretation based on the pioneers of development. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, p. 1-32, 2018.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependency and development in Latin America**. Berkeley: University of California Press, 1979.

CEPEA. PIB do agronegócio - Dados de 1994 a 2019. **CEPEA**, Piracicaba, 2020. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>. Acesso em: 08 jan. 2021.

CORONEL, D. A. Processo de desindustrialização da economia brasileira e possibilidade de reversão. **Revista de Economia e Agronegócio**, Viçosa, v. 17, n. 3, p. 389-398, 2020.

COSTA, C.; GUILHOTO, J.; IMORI, D. Importância dos setores agroindustriais na geração de renda e emprego para a economia brasileira. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [S. L.], v. 51, n. 4, p. 797-814, 2014.

DAVIS, J. H.; GOLDBERG, R. A. A concept of agribusiness. **American Journal of Agricultural Economics**, [S. L.], v. 39, n. 4, p. 1042-1045, Nov. 1957.

DI MEGLIO, G. *et al.* Services in developing economies: the deindustrialization debate in perspective. **Development and Change**, [S. L.], v. 49, n. 6, p. 1495-1525, 2018.

ESPÍNDOLA, C. J.; CUNHA, R. C. C. A dinâmica geoeconômica recente da cadeia produtiva da soja no Brasil e no mundo. **GeoTextos**, Salvador, v. 11, n. 1, p. 217-238, jul. 2015.

FISCHER, A. M. Bringing development back into development studies. **Development and Change**, [S. L.], v. 50, n. 2, p. 426-444, 2019.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 1961.

GARCIA, J. R.; LUNAS LIMA, D. A. L.; PINTO VIEIRA, A. C. A nova configuração da estrutura produtiva do setor sucroenergético brasileiro: Panorama e perspectivas. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 162-184, 2015.

GRIGORI, P. Aprovações de agrotóxicos no governo Bolsonaro beneficiam empresas estrangeiras. **Repórter Brasil**, São Paulo, 14 maio 2019. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2019/05/aprovacoes-de-agrotoxicos-no-governo-bolsonaro-beneficiam-empresas-estrangeiras/>. Acesso em: 10 fev. 2021.

HAGE, F.; PEIXOTO, M.; VIEIRA FILHO, J. **Aquisição de terras por estrangeiros no Brasil: uma avaliação jurídica e econômica**. Brasília, DF: Núcleo de Estudos e Pesquisas do Senado, 2012. (Textos para discussão, 114).

- KATO, K.; LEITE, S. P. Land grabbing, financeirização da agricultura e mercado de terras: velhas e novas dimensões da questão agrária no Brasil. **Revista da ANPEGE**, [S. l.], v. 16, n. 29, p. 458-489, 2020.
- KEYNES, J. M. General theory of employment, interest and money. **Quarterly Journal of Economics**, [S. l.], v. 51, 1936.
- MEDINA, G.; SANTOS, A. Dynamics of the Brazilian Countryside: an actor-specific assessment on possibilities for sustainable agricultural development. **Development and Change**, [S. l.], v. In press, 2016.
- MEDINA, G.; RIBEIRO, G.; BRASIL, E. Participação do capital brasileiro na cadeia produtiva da soja: lições para o futuro do agronegócio nacional. **Revista de Economia e Agronegócio**, Viçosa, v. 13, n. 1, 2, 3, p. 3-38, 2016.
- MORAIS, L.; SAAD-FILHO, A. Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula. **Revista de Economia Política**, [S. l.], v. 31, n. 124, p. 507-527, out./dez. 2011.
- MURPHY, S.; BURCH, D.; CLAPP, J. Cereal secrets: the world's largest commodity traders and global trends in agriculture. **Oxfam Research Reports**, [S. l.], p. 1-79, Aug. 2012.
- NASSIF, A.; BRESSER-PEREIRA, L. C.; FEIJO, C. The case for reindustrialisation in developing countries: towards the connection between the macroeconomic regime and the industrial policy in Brazil. **Cambridge Journal of Economics**, [S. l.], p. 355-381, Feb. 2017.
- PEET, R.; HARTWIK, E. **Theories of development**. New York: The Guilford Press, 1999.
- PIKETTY, T. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- SAES, M. M.; SILVEIRA, R. L. F. Novas formas de organização nas cadeias agropecuárias brasileiras: Tendências recentes. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 386-407, 2014.
- SANTOS, M.; GLASS, V. **Atlas do agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018.
- SAUER, S.; BALESTRO, M. V.; SCHNEIDER, S. The ambiguous stance of Brazil as a regional power: piloting a course between commodity-based surpluses and national development. **Globalizations**, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 32-55, 2018.

SINDIVEG. Associadas. **SINDIVEG**, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://sindiveg.org.br/associadas/>. Acesso em: 09 fev. 2021.

SMITH, A. **The wealth of nations**. London: William Strahan: Thomas Cadell, 1776.

STOSBERG, J. **Political risk and the institutional environment for foreign direct investment in Latin America**. London: NED, 2005.

TRASE. Transparent supply chains for sustainable economies. **Trase**, [S. l.], 2020. Disponível em: <https://trase.earth/>. Acesso em: 24 mar. 2021.

WESZ JUNIOR, V. J.; GRISA, C. O Estado e a soja no Brasil: a atuação do crédito rural de custeio (1999-2015). *In*: MALUF, R. S. (ed.). **Questões agrárias, agrícolas e rurais: conjunturas e políticas públicas**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2017. p. 97-111.

WILKINSON, J. Transformações e perspectivas dos agronegócios brasileiros. **Revista Brasileira de Zootecnia**, Viçosa, v. 39, n. SUPPL. 1, p. 26-34, 2010.

Texto submetido à Revista em 06.04.2020
Aceito para publicação em 23.03.2021



Regularização fundiária, apropriação privada de terras públicas e resistência camponesa no Sudeste Paraense

Land regularization, private appropriation of public lands and peasant resistance in Southeast Paraense

Marcelo Fernando Terence - Doutor em Geografia Humana, pelo Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP). Analista em Desenvolvimento Agrário do Incra/Superintendência Regional do Sul do Pará. Professor do Instituto Federal de São Paulo (IFSP). E-mail: marcelo.terence@ifsp.edu.br

Resumo

O presente artigo expõe os resultados de uma pesquisa que objetivou identificar e analisar casos de apropriação ilegal de terras públicas federais na mesorregião do Sudeste Paraense. Foram selecionados imóveis rurais localizados em glebas públicas e ocupados por famílias integrantes de movimentos sociais de luta pela terra. A pesquisa foi realizada por meio dos seguintes procedimentos metodológicos: a) Entrevistas com sujeitos sociais envolvidos nos conflitos analisados; b) Pesquisa de documentos em instituições da região, como a Justiça Federal e Estadual, o Incra, a Comissão Pastoral da Terra e o Centro de Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular. A partir da análise dos dados coletados, foi constatado que a expansão de atividades econômicas como a pecuária acaba por se servir de formas ilegais de apropriação das terras públicas, e que a atuação do Estado favorece esse tipo de prática em detrimento da destinação destas terras para a reforma agrária.

Palavras-chave

Regularização fundiária. Grilagem de terras. Sudeste Paraense. Resistência camponesa.

Abstract

Este artículo presenta los resultados de una investigación que tenía como objetivo identificar y analizar casos de apropiación ilegal de tierras públicas federales en la mesoregión del sureste de Pará. Se seleccionaron propiedades rurales ubicadas en glebas públicas y ocupadas por familias que son miembros de movimientos sociales por la lucha por la tierra. La investigación se llevó a cabo a través de los siguientes procedimientos metodológicos: a) Entrevistas con sujetos sociales involucrados en los conflictos, b) Investigación de documentos en instituciones de la región, como la Justicia Federal y Estatal, Incra, Comisión Pastoral de la Tierra y Centro de Investigación y Asesoramiento Sindical y Popular. A partir del análisis de los datos recogidos, se encontró que la expansión de actividades económicas como la pecuaria terminan utilizando formas ilegales de apropiación de tierras públicas y que la acción del Estado favorece este tipo de práctica en detrimento de la destinación de estas tierras para la reforma agraria.

Keywords

Regularización de tierras. Grilagem de terras. Sureste de Pará. Resistencia campesina.

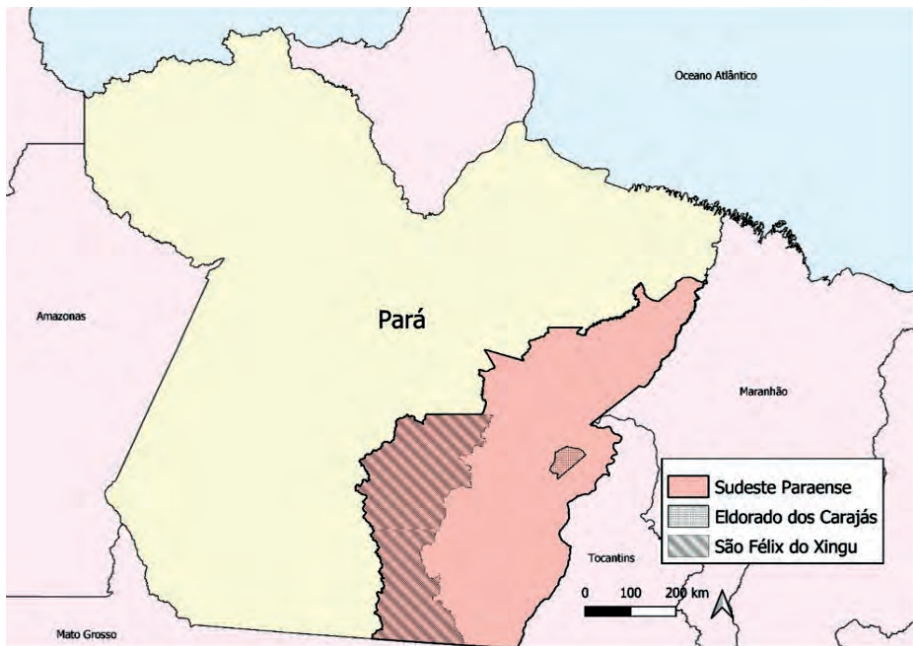
INTRODUÇÃO

“Se a propriedade é um roubo, como queria um publicista célebre, por que o roubo não há de ser uma propriedade?”

(Machado de Assis)

Neste artigo serão discutidos dois casos de apropriação ilegal de terras públicas no Sudeste Paraense (Mapa 1) que foram ou podem ser favorecidos por medidas legais, visando à regularização fundiária, criadas a partir do ano de 2009¹. Essa mesorregião paraense foi escolhida como local da pesquisa por apresentar um histórico importante da prática de grilagem de terra (OLIVEIRA; FARIA; BUARQUE DE HOLLANDA, 2012, p. 157).

Mapa 1 - Localização dos municípios nos quais se situam os casos analisados



Fonte: organizado pelo autor com base em IBGE (2020).

Nos últimos dez anos, ao invés de combater essas ações de apropriação ilegal de terras públicas, o Estado brasileiro elaborou normas legais voltadas à regularização fundiária de terras que, sendo de domínio da União, estavam ou

¹ O presente artigo reproduz os resultados de um dos capítulos da minha tese de doutorado (TERENCE, 2018).

estão ocupadas por particulares². As principais delas foram, curiosamente, criadas em governos de distintas – ou mesmo opostas – filiações ideológicas. O governo Lula editou a Medida Provisória (MP) n° 458, posteriormente convertida na Lei n° 11.952/09; o governo Temer editou a MP n° 759, que foi convertida na Lei n° 13.645/17 e, mais recentemente, o governo Bolsonaro editou a MP n° 910, que ainda está tramitando no Congresso Nacional.

O argumento presente em todas elas, em defesa de seus preceitos, baseia-se em três pilares fundamentais: controle do desmatamento, da grilagem e maior segurança jurídica para o investimento nestas terras.

São normas legais que, em essência, compartilham da chamada “legitimação do fato consumado”, (CUNHA; TORRES; GUERRERO, 2011, p. 2), ou seja, as apropriações particulares de terras públicas já realizadas até determinada extensão são anistiadas e, assim, ficam proibidas novas ocupações.

Algumas diferenças, entre tais instrumentos legais, podem ser elencadas como, por exemplo: a Lei n° 11.952, criada no ano de 2009 e que ensejou a implantação do Programa Terra Legal no ano seguinte, estabeleceu o ano de 2004 como prazo limite para as ocupações serem passíveis de regularização, desde que fossem situadas na Amazônia Legal e com extensão máxima de 1.500 hectares. Já a Lei n° 13.645, sancionada no governo Temer, ampliou para 2.500 hectares o limite permitido para regularização e estendeu essa possibilidade para todo o território nacional. Por fim, a MP n° 910, editada no governo Bolsonaro, no ano de 2019, estabeleceu como prazo máximo da ocupação passível de ser regularizada o mês de dezembro de 2018 (um ano antes da edição da MP), se o ocupante for o mesmo que requerer a regularização fundiária, ou dezembro de 2014, se houve mudança entre os ocupantes ou detentores da terra nesse período. Tais nuances, no entanto, não elidem o fato de favorecerem sujeitos sociais que se utilizam de processos clássicos da grilagem, como a conhecemos no Brasil, para se apropriarem de vastas e valiosas áreas que, comumente, são destinadas ao agronegócio, sobretudo à pecuária capitalista³.

Nos últimos dois governos federais, Temer e Bolsonaro, além das **normativas** criadas, vêm se dando cada vez mais ênfase nos **discursos** a favor

² Todos os três instrumentos legais aqui discutidos abrem a possibilidade da regularização fundiária urbana. Pelo fato deste tipo de regularização possuir características e consequências sociais absolutamente distintas da regularização em áreas rurais, não será discutida nesse artigo.

³ Não por acaso, a mesorregião do Sudeste Paraense ocupa, segundo dados do IBGE de setembro de 2019, o topo no ranking de mesorregiões brasileiras com maior efetivo de rebanho bovino, contando com 13.851.186 cabeças de gado (IBGE, 2019).

da regularização fundiária e contra a criação de projetos de assentamentos de reforma agrária, devido a estes últimos serem considerados pouco produtivos. Já as propriedades originadas do processo de regularização fundiária, de maior extensão que os lotes dos PAs, por serem consideradas mais aptas ao agronegócio, são vistas pelas autoridades como mais produtivas⁴.

1 AS NORMAS FUNDIÁRIAS E A ACUMULAÇÃO ESPACIALMENTE EXPANSIVA NO BRASIL

A grilagem é a norma da ocupação territorial no Brasil. Desde a introdução do instituto das sesmarias durante o período colonial, a ilegalidade sempre foi a regra no processo de formação da grande propriedade da terra (FORSTER, 2003; NÓVOA, 2000). O mesmo ocorreu quando da criação da chamada Lei de Terras de 1850, a Lei nº 601, e ocorre nos processos contemporâneos de regularização fundiária na Amazônia Legal: a norma subsequente é criada para consolidar a ilegalidade cometida na apropriação de terras durante a vigência do instrumento legal anterior (TRECCANI, 2001, p. 27). Tanto o Estado metropolitano português quanto o Estado nacional sempre foram lenientes quanto à fiscalização e permissíveis em relação à anistia da grilagem. Por isso mesmo, na maior parte destas leis, o beneficiário da ocupação é denominado “posseiro”, seja ele de fato um pequeno ocupante de terras públicas ou um grande latifundiário.

Em relação às sesmarias, por exemplo, a imposição de restrições à apropriação particular das terras como limites à extensão das mesmas (três léguas de comprimento e uma de largura), a cobrança de foro por parte da Coroa Portuguesa ou mesmo a necessidade de confirmação das concessões pelo rei português só fizeram aumentar a ilegalidade e, segundo Silva (1996, p. 52), não houve regramento efetivo na ocupação das terras, posto que foram apropriadas de acordo com a força e a vontade dos poderosos⁵.

⁴ A expansão da reforma agrária, de fato, foi interrompida. Por outro lado, a regularização fundiária foi implementada timidamente até o momento, seja por dificuldades operacionais do Incra ou por questionamentos legais por parte de órgãos como o MPF.

⁵ Nóvoa descreve um dos abusos cometidos pelos fazendeiros na apropriação de terras: “A Carta Régia de 1612 aconselhava que ‘quanto menos terra se distribuísse, maiores seriam as possibilidades de aproveitamento’, afinal os abusos como o cometido na concessão a Brás Cubas, cuja sesmaria abrangia área que extrapolava a extensão dos atuais municípios de Santos, Cubatão e São Bernardo do Campo, deveriam ser coibidos” (NÓVOA, 2000, p. 34). Na mesma linha, Motta (1998) se refere às práticas ilegais cometidas por sesmeiros como o retalhamento para a venda ilegal antes do término do prazo de inalienabilidade, doação de sesmarias em nome de “laranjas” e o não cumprimento da cláusula de produtividade.

Após a independência nacional, a implantação da Lei nº 601, no ano de 1850, estabeleceu regras para ocupações posteriores à data da regulamentação desta, sobretudo a necessidade de compra como forma universal de se adquirir terras públicas, e anistiou, nos seguintes termos, as ocupações antes tidas como ilegais:

Art. 4º Serão revalidadas as sesmarias, ou outras concessões do Governo Geral ou Provincial, que se acharem cultivadas, ou com princípios de cultura, e morada habitual do respectivo sesmeiro ou concessionário, ou do quem os represente, embora não tenham sido cumpridas quaisquer das outras condições, com que foram concedidas.

Art. 5º Serão legitimadas as posses mansas e pacíficas, adquiridas por ocupação primária, ou havidas do primeiro ocupante, que se acharem cultivadas, ou com princípio de cultura, e morada, habitual do respectivo posseiro, ou de quem o represente (BRASIL, 1850, não paginado).

O objetivo principal desta lei foi manter trabalhadores (ex-escravizados ou imigrantes) como não proprietários e absolutizar a propriedade privada da terra, descartando as condicionantes que as sesmarias impunham. Deste ponto de vista, a Lei nº 601 foi bem-sucedida ao dificultar a posse camponesa e anistiar as grandes detenções de terras.

Nos dizeres de Silva, a referida lei realizou a transição da forma de apropriação determinada pelas regras das sesmarias “para outra, a forma burguesa, contratual, que tornava o proprietário no sentido romano do use, abuse e retirava do Estado a possibilidade de reaver as terras” (SILVA, 1996, p. 160).

Criou-se, assim, no Brasil, um mercado de terras com características capitalistas sem que, por isso, cessasse a apropriação ilegal das terras devolutas pertencentes ao patrimônio público. Sedimentou-se ainda, no país, um padrão de distribuição fundiária favorecedor de um tipo de acumulação específico, uma **acumulação espacialmente expansiva**⁶, que cria e recria historicamente, por meios não determinados diretamente pelos imperativos do mercado, as condições para a **expansão territorial** da reprodução propriamente capitalista⁷. Nessa

⁶ Este conceito vem sendo trabalhado pelo autor como uma das formas da acumulação primitiva, levando em conta o modo como este último conceito é pensado por autores como De Angelis (2018), que ressalta a acumulação primitiva como um processo contínuo no interior do desenvolvimento capitalista. O que se quer ressaltar com a ideia de acumulação espacialmente expansiva é essa característica de apropriação territorial ainda muito presente nos processos de acumulação no Brasil, devido às características muito próprias da formação territorial do país.

⁷ Podem ser citados como exemplos históricos desses processos de produção de capital, via a apropriação de terras públicas, a expansão cafeeira na região sudeste do Brasil, estudada por Martins (1985) e a expansão do cultivo da soja no estado do Mato Grosso, estudada por Oliveira (2016).

forma de acumulação, que ocorre continuamente ao desenvolvimento capitalista, prevalecem a fraude, a violência, a criação de normas legais ou o descumprimento da lei, impondo as condições para a exploração capitalista.

Até o ano de 1891, a Lei nº 601 foi a norma que prevaleceu em relação à apropriação de terras públicas denominadas de devolutas, ou seja, não discriminadas em nome de ente público ou privado. A partir dessa data, com a proclamação da primeira Constituição Republicana, as terras devolutas passaram para o controle dos estados da federação⁸. A seguir serão apresentados, resumidamente, alguns instrumentos legais criados e implantados para destinação de terras públicas pelo estado do Pará, onde se situam os dois casos analisados neste artigo.

2 A LEGISLAÇÃO PARAENSE SOBRE TERRAS DEVOLUTAS: O FAVORECIMENTO ÀS GRANDES APROPRIAÇÕES PRIVADAS DE TERRAS PÚBLICAS

A primeira norma importante criada pelo Estado do Pará para administrar as terras devolutas em seu território foi o Decreto nº 410, de 08/10/1891, o qual manteve a lógica de se anistiar as ilegalidades do passado em relação à ocupação de terras públicas, como expressa em seu preâmbulo: “[...] convém facilitar aos posseiros de boa-fé título de propriedade das terras que ocupam, embora não tivessem sido cumpridas as disposições da Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850” (PARÁ, 1891, não paginado).

Esse decreto foi o primeiro de uma sucessão de normas que, por décadas, anistiarão apropriações caracterizadas como ilegais em instrumentos legais anteriores, sempre com a promessa de impedir as posses vindouras, mas nunca as impedindo. Pelo contrário, como demonstrado pela bibliografia, a transferência do poder sobre as terras devolutas para a instância estadual facilitou ainda mais a apropriação das mesmas pelas oligarquias locais⁹. Abaixo uma síntese de alguns desses instrumentos legais criados pelo Estado paraense, visando legalizar as apropriações privadas de terras públicas e/ou criar regras para a destinação destas:

⁸ Constituição Federal de 1891, Art. 64: “Pertencem aos Estados as minas e terras devolutas situadas nos seus respectivos territórios, cabendo à União somente a porção de território que for indispensável para a defesa das fronteiras, fortificações, construções militares e estradas de ferro federais” (BRASIL, 1891, não paginado).

⁹ Ver Monteiro (1980) e Treccani (2001).

a) **Decreto nº 410, de 1891:** possibilitou a regularização fundiária por parte do Estado, desde que respeitados os seguintes limites: “em terras de lavoura até 1089 hectares; em campos de criação até 4.356 hectares e em seringais até 545 hectares” (PARÁ, 1891, não paginado). Excedendo-se esse limite, o ocupante poderia comprar as terras junto ao governo estadual. Além disso, considerava a ocupação econômica a mera conservação de seringais e castanhais ou mesmo a criação de gado solto, facilitando a apropriação particular de vastas extensões de terras (MONTEIRO, 1980). O referido Decreto foi ainda responsável por inovar ao criar um inusitado **título de posse**, emitido mediante mera declaração por escrito do interessado, localizando a área requerida e anotando sua **dimensão aproximada**.

b) **Lei nº 1601, de 1917:** concedeu gratuitamente até 25.000 hectares de terras estaduais paraenses para a criação de gado bovino em regiões como o Alto Xingu, o Alto Tocantins, o Rio Araguaia e outras. Passados cinco anos, o ocupante ganhava um título definitivo, se comprovasse a produção das terras, ou poderia ainda as comprar a preço estabelecido em lei, com desconto de 50%.

c) **Lei nº 1741, de 1918:** em relação à venda de terras estaduais para particulares, estabeleceu o preço do hectare baseado em uma lei do ano de 1892 (100\$000 por 100 hectares) e garantiu, para pagamentos à vista, abatimento de 20%.

d) **Lei nº 1947, de 1920:** criou o denominado aforamento perpétuo, que eliminou os limites para a apropriação privada de terras públicas e estabeleceu um foro anual de 2% sobre o preço das terras, estipulado no ano de 1892. Este instrumento legal foi utilizado em grande escala no período para transferir terras públicas para particulares, mediante algumas condicionantes¹⁰. A mesma lei criou a figura dos arrendamentos anuais.

e) **Decreto Estadual nº 2.828, de 1937:** possibilitou uma interferência ainda maior das oligarquias locais ao transferir para a decisão dos prefeitos municipais “as questões sobre limites e locações de terras de castanhais e outros produtos nativos arrendados pelo Estado”, devendo estes apenas comunicar ao poder estadual as medidas tomadas.

¹⁰ Entre eles a necessidade de autorização do Estado e pagamento de uma taxa para a transferência de titularidade e a manutenção da finalidade produtiva: castanhais, seringais etc. Segundo Emmi (1999), tais condicionantes nunca foram respeitadas.

f) **Lei nº 913, de 1954:** reintroduziu a figura legal dos aforamentos perpétuos, extintos durante o primeiro governo Vargas. O retorno da possibilidade dos aforamentos foi amplamente utilizado para a concessão de terras públicas no **Sudeste Paraense** que, nos anos 1950 e 1960, se tornou uma região muito atrativa para toda a sorte de especuladores, grileiros e empresas capitalistas, sobretudo após a inauguração da rodovia Belém-Brasília, no ano de 1960. Apenas no quadriênio 1959-1963, a partir desta normativa, mais de cinco milhões de hectares foram privatizados pelo governo estadual (TRECCANI, 2001, p. 180).

3 A FEDERALIZAÇÃO DAS TERRAS ESTADUAIS: O GRANDE CAPITAL E A GRILAGEM

No ano de 1971, durante a ditadura civil-militar instalada no Brasil, foi imposto o Decreto nº 1.164, determinando a federalização das “terras devolutas situadas na faixa de 100 quilômetros de largura de cada lado do eixo das rodovias federais na Amazônia Legal” (BRASIL, 1971, não paginado), incluídas aquelas rodovias “em construção ou projetadas”, deixando a cargo do então chamado Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) o estabelecimento das rotas e o tamanho de tais estradas. Um verdadeiro confisco ao arrepio da Lei, no entender de Éleres (2002, p. 70).

O estado do Pará e, sobretudo, o Sudeste Paraense tiveram boa parte de seus territórios federalizada devido a tal medida. Foram federalizados 71.738.000 hectares (setenta e um milhões, setecentos e trinta e oito mil) de terras, 57,24% do território paraense¹¹. É importante ressaltar que, teoricamente, a federalização atingiu somente as terras que permaneciam devolutas, ou seja, aquelas ainda não destacadas do patrimônio público. Assim, todas as terras aforadas ou vendidas pelo Estado paraense não seriam afetadas¹².

Desta forma, o governo ditatorial pôde, arbitrariamente, implementar sua política de favorecimento à grande propriedade e à denominada “empresa rural” por meio de subsídios, como os concedidos pela Superintendência

¹¹ Com a finalidade de se apropriar das áreas da chamada “Província Mineral dos Carajás”, o Governo Federal impôs, de forma complementar, o Decreto 1473/76, ampliando ainda mais a área federalizada.

¹² Isso na teoria. Na prática, até áreas aforadas, tidas como intocáveis pelo Iterpa, por entrarem na categoria de “situações juridicamente constituídas”, foram alienadas e tituladas pelo Inca e, à sua época, pelo Getat, aumentando ainda mais o caos fundiário no estado do Pará. Ver Éleres (2002).

de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Nos planos dos militares, o desenvolvimento econômico das áreas federalizadas, em particular no Sudeste Paraense, deveria ocorrer por meio de duas atividades voltadas para a exportação: a pecuária e a mineração. Torres (2012) cita um dos atos que favoreceu, à época, a privatização de grandes extensões:

Em 6 de junho de 1976, o governo concedera o mais aberto favorecimento à grilagem. O ministro da Agricultura e o ministro-chefe do todo poderoso Conselho de Segurança Nacional, general Hugo Abreu, assinaram as Resoluções nº 005 e 006 do CSN, que adquiriam força de lei. A partir disso, permitia-se a regularização de áreas de até 60 mil ha que tivessem sido adquiridas irregularmente, mas de boa-fé (TORRES, 2012, p. 194).

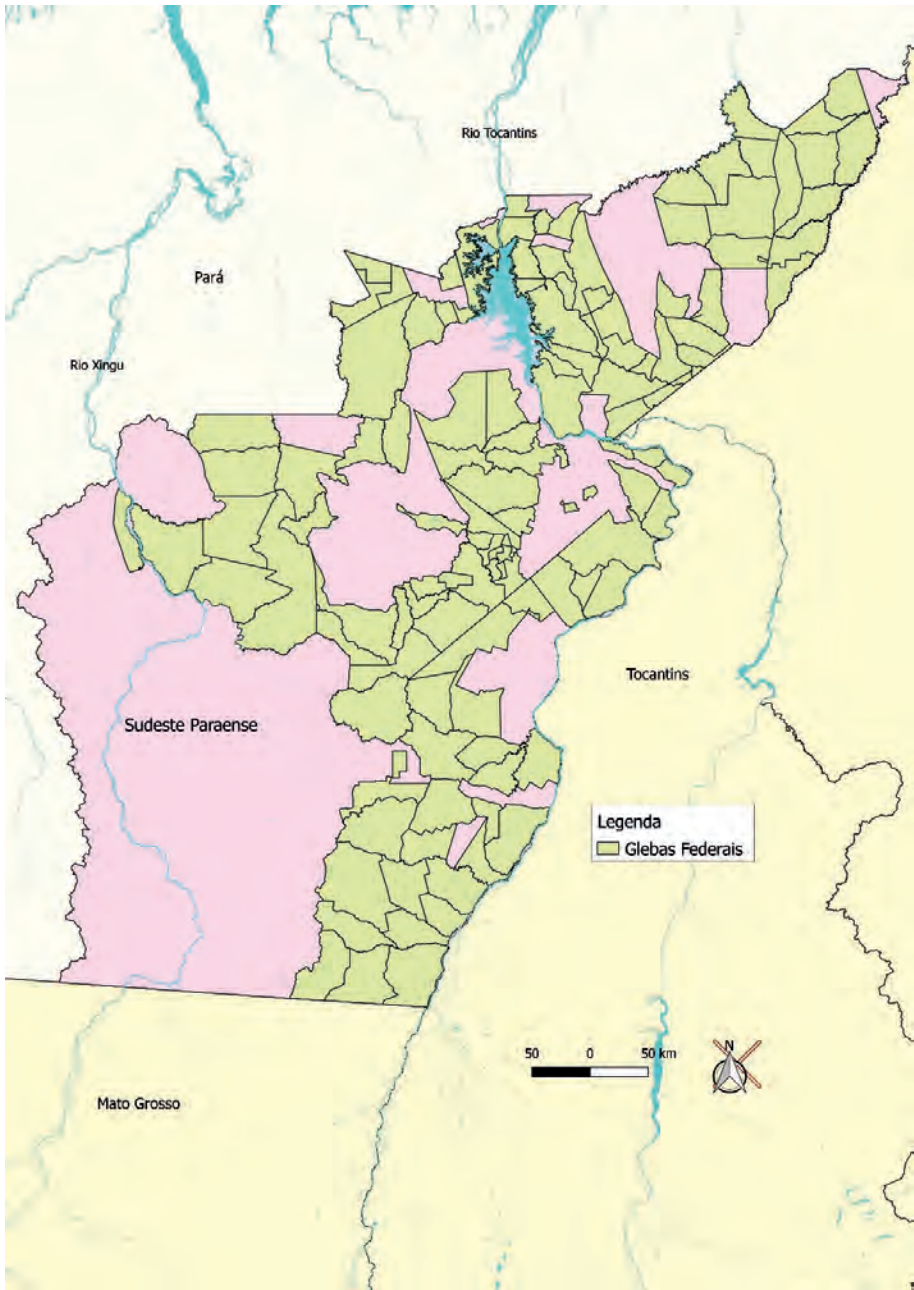
Os governos militares mantiveram, portanto, a velha tradição de se privatizar e/ou legitimar apropriações ilegais de terras públicas. Para se ter um exemplo da expansão da privatização das terras e da propriedade capitalista, no Município de Marabá, situado no Sudeste Paraense, no período da federalização das terras, números do Incra apontam um importante aumento dos imóveis cadastrados nesse período: 661 em 1972; 954 em 1976 e 2.451 em 1981, com uma área total ocupada pelos imóveis rurais cadastrados de 810.750 hectares, 1.361.621 hectares e 2.977.708 hectares, respectivamente¹³.

Já no governo Sarney, no ano de 1987, finda oficialmente a ditadura civil-militar, foi criado o Decreto nº 2775, devolvendo as terras devolutas para o Estado paraense. No entanto, as áreas arrecadadas pelo governo federal no período de vigência do Decreto nº 1164/71 e que não foram privatizadas, continuaram sob gestão federal até os dias atuais. No Mapa 2, está a localização das glebas federais no Sudeste Paraense.

No Sudeste Paraense, foram 136 as glebas arrecadadas pelo Incra e pelo Getat, somando um total de 15,2 milhões de hectares. Excetuadas as áreas privatizadas que se encontram dentro destas glebas, as demais são exatamente as áreas visadas pelas normas legais federais criadas desde o ano de 2009, citadas no início deste artigo e que visam à regularização fundiária destas. Nestas glebas estão situados os dois imóveis rurais objetos deste estudo.

¹³ É importante frisar que tal processo foi conflituoso e violento devido ao fato de muitas destas terras vendidas ou regularizadas pelos militares já serem ocupadas por camponeses. Não cabe no espaço deste artigo retratar todo o rico histórico da luta pela terra no Sudeste. Ver, por exemplo, Pereira (2004).

Mapa 2 - Glebas federais arrecadadas no período de vigência do Decreto 1164/71, no Sudeste Paraense



Fonte: organizado pelo autor com base em Incra, 2017.

4 MATERIAIS E MÉTODOS

Foram analisados dois casos concretos envolvendo áreas públicas federais com pedidos de regularização fundiária ao Programa Terra Legal, no Sudeste Paraense. A escolha foi de dois imóveis rurais ocupados pelos movimentos sociais de luta pela terra na região e em relação aos quais foi possível obter informações detalhadas dos processos de regularização fundiária em curso e dos conflitos fundiários ali instalados. Algumas informações para o estudo destes casos foram obtidas por meio de entrevistas com integrantes dos movimentos sociais envolvidos nas ocupações, membros da assessoria jurídica da Comissão Pastoral da Terra (CPT), acampados e funcionários do Incra da Superintendência Regional de Marabá (SR-27) e da Unidade Avançada de Conceição do Araguaia (Uaca).

A maior parte dos dados, no entanto, foi acessada através de processos judiciais referentes aos conflitos, localizados na Vara Agrária de Marabá, e a documentação do Incra e do Programa Terra Legal, localizados na SR-27 e na Uaca. Como casos específicos para a análise, foram escolhidos o **Complexo de Fazendas Divino Pai Eterno**, localizado no município de São Félix do Xingu, e o **Complexo de Fazendas Iraque**, localizado no município de Eldorado dos Carajás. A escolha destes casos foi devido ao fato de ambos apresentarem documentação acessível suficiente para a análise e por apresentarem características muito comuns nos casos de grilagem.

O complexo de imóveis rurais denominado Divino Pai Eterno foi visitado no ano de 2007 – no início da ocupação por famílias camponesas - e no ano de 2011, quando a ocupação já existia, em razão de trabalhos realizados a serviço do Incra. Tive oportunidade de entrevistar, no ano de 2017, alguns integrantes da ocupação e a viúva de um dos líderes do acampamento, assassinado em 2015, no município de São Félix do Xingu. O Complexo Iraque não foi visitado, no entanto, em relação ao mesmo, foi possível consultar processos judiciais e processos administrativos do Programa Terra Legal. Dada a riqueza do material obtido, optou-se por sua inclusão na análise aqui realizada.

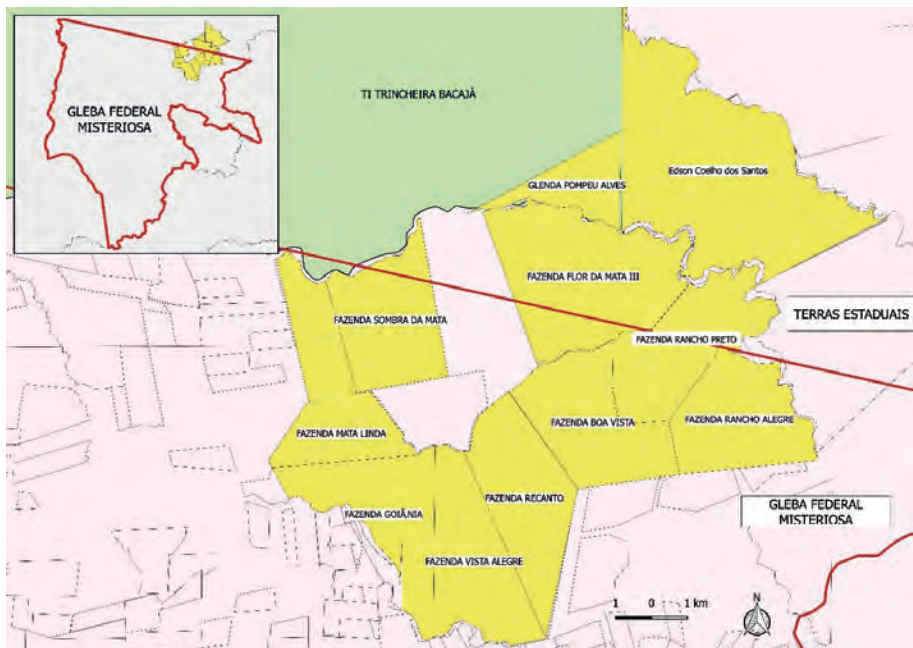
Por fim, o material cartográfico dos imóveis rurais foi elaborado a partir do Acervo Fundiário do Incra e do Programa Terra Legal, quando foi realizada a sobreposição de mapas referentes às glebas federais, às parcelas que requereram regularização fundiária e aos imóveis certificados pelo Incra, permitindo assim analisar as condições cadastrais das áreas em conflito estudadas.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 O CONFLITO AGRÁRIO NO COMPLEXO DE FAZENDA DIVINO PAI ETERNO, NO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO XINGU

No ano de 2007, esse complexo de fazendas estava sob o controle de Joaquim do Tato, notório detentor de terras públicas no município de São Félix do Xingu, quando foi ocupado por famílias camponesas organizadas pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) do mesmo município¹⁴. Com o conflito instalado, a área foi vendida, informal e ilegalmente, para o pecuarista José Iris Nunes, proprietário de terras e pecuarista no município de Porangatu/GO, conforme identificação em Laudo de Fiscalização do Incra de 2007. O referido imóvel está parcialmente situado na Gleba Federal Misteriosa, e parcialmente em terras estaduais, como demonstra o Mapa 3.

Mapa 3 - Complexo de Fazendas Divino Pai Eterno



Fonte: Incra/MDA (2017).

¹⁴ Sobre a atuação de Joaquim do Tato e mais detalhes sobre a ocupação da fazenda, ver reportagem em Cícero e Barros (2016).

Fato significativo da importância do movimento social de luta pela terra na denúncia da grilagem na região é que o Incra, após duas vistorias técnicas, ainda atestava em seus relatórios que a área media um total de 2.441 hectares. Foram os integrantes do movimento social que apontaram o fato da fazenda denominada Divino Pai Eterno ser apenas uma parte de um complexo de fazendas e possuir extensão bem maior que a apontada pelo órgão fundiário.

Utilizando-se de uma estratégia clássica da grilagem de terras no Brasil, em meio ao conflito com o movimento de luta pela terra, o Sr. José Íris Nunes optou por fracionar a área e, aproveitando-se das possibilidades oferecidas pelo Programa Terra Legal - que permitia a regularização de até 15 MF ou 1.500 hectares, dividiu-a em nove parcelas, cada uma delas em nome de um preposto e área bem próxima dos limites legais para a regularização à época, conforme o Quadro 1.

Quadro 1 - Fazendas do Complexo Divino Pai Eterno cadastradas no Programa Terra Legal

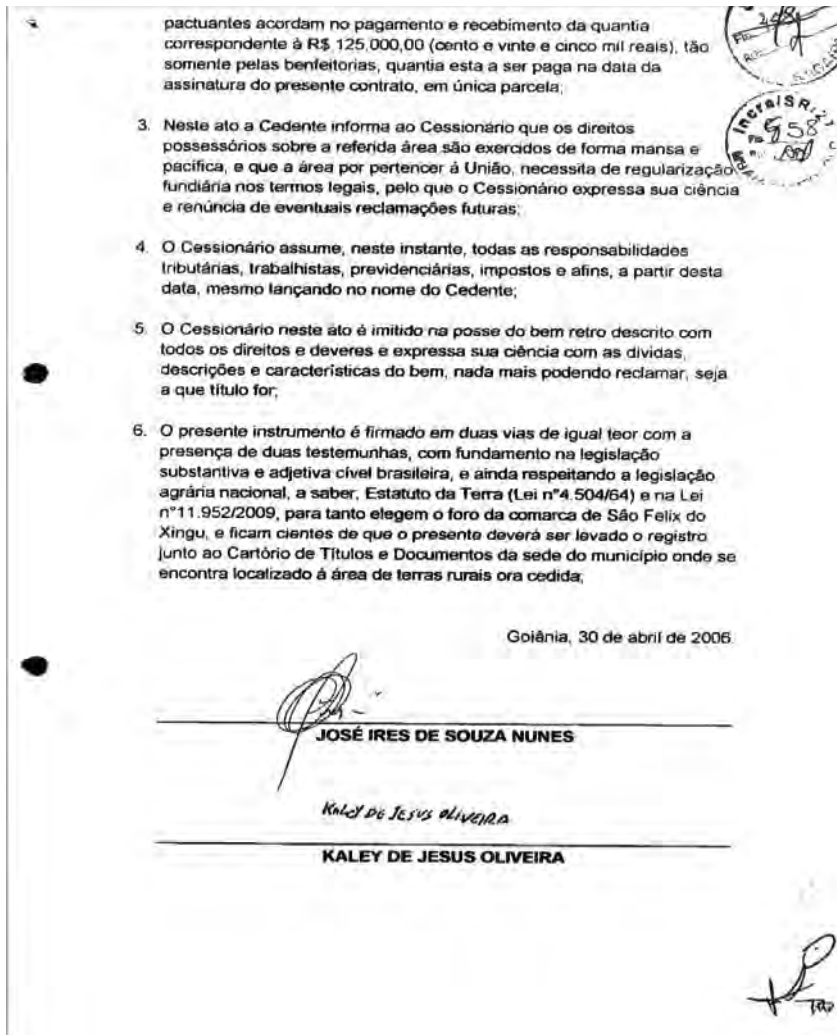
Requerente	Fazenda	Área (ha)	Módulos Fiscais
Ivan Queiroz de Almeida	Rancho Preto	1.027,63	13,70
Belcína Coelho dos Santos	Rancho Alegre	1.022,80	13,73
Almir Leão do Amaral Filho	Vista Alegre	1.017,77	13,57
Kaley de Jesus Oliveira	Boa Vista	1.045,33	13,93
Valterli Leite Guedes Filho	Recanto	1.047,90	13,96
Bruno Peres de Lima	Goiânia	1.001,53	13,35
Pedro Henrique Guedes	Mata Linda	1.019,75	13,58
Jorge Marinho de Souza	Sombra da Mata	980,73	13,07
Edson Coelho dos Santos	Flor da Mata III ¹	1.654,39	22,05
Total		9.817,83	130,94

Fonte: organizado pelo autor, com base em dados do MDA/Incra (2017).

As famílias camponesas ocupantes da fazenda foram responsáveis por observar no dia a dia da ocupação que as áreas não possuíam divisão de cercas e marcos e eram, na verdade, um só imóvel rural situado em terras públicas.

A fraude - prestes a ser aceita pelo órgão fundiário, que havia detectado uma área bem menor – ficou clara por um erro crasso do Sr. José Iris Nunes ao requerer, junto ao Programa Terra Legal, a regularização fundiária: os documentos, entregues no ano de 2013, foram datados como tendo sido elaborados entre o período de **05/03/2006 a 10/05/2006**, mas faziam, **todos eles, referência à Lei 11.952 do ano de 2009**. A Figura 1 traz a folha deste documento explicitando a fraude:

Figura 1 - Trecho de Instrumento Particular de Compra e Venda, com datação indicando fraude



Fonte: MDA/Incrá (2005).

Em cada um dos nove pedidos de regularização das parcelas do Complexo Divino Pai Eterno foi entregue uma cópia idêntica de um **Instrumento Particular de Compra e Venda**, da qual a folha acima faz parte, apenas com a alteração do nome do comprador e a variação em alguns dias na data. Constatado esse fato, o Programa Terra Legal suspendeu o processo de regularização fundiária e o então MDA, no ano de 2015, levou adiante os atos administrativos pertinentes à desafetação da área em disputa para a regularização fundiária, devido ao

interesse do Incra em criar ali Projetos de Assentamento. A morosidade do órgão fundiário em constatar as irregularidades e das Justiças Estadual e Federal em determinarem a reintegração de posse para o Incra resultaram em, ao menos, seis mortes envolvendo esse conflito fundiário. Como demonstra o Quadro 2:

Quadro 2 - Acampados assassinados no conflito do Complexo de Fazendas Divino Pai Eterno

Nome do Acampado	Ano	Circunstâncias do Homicídio
Rogério Jesus Ferreira	2012	Morto a pauladas na Vila Sudoeste.
Jocelino Braga	2012	Esfaqueado dentro do seu barraco no acampamento.
Francisco Leite Feitosa	2012	Morto a tiros dentro da área da fazenda.
Félix Leite dos Santos	2014	Morto a tiros saindo de sua roça na área da fazenda.
Oswaldo R. Costa	2015	Morto a tiros no acampamento.
Ronair José de Lima	2016	Morto a tiros próximo ao acampamento.

Fonte: organizado pelo autor com base em dados da CPT e Deca, 2017.

Não cabe, no espaço deste artigo, aprofundar as circunstâncias dos homicídios acima relacionados, mas o fato é que nem consequências tão graves conseguiram fazer com que o Estado retomasse suas terras e as destinasse, como determina a Constituição Federal de 1988, para a criação de Projetos de Assentamento. Até o início do ano de 2020, não houve a criação de nenhum projeto de assentamento na referida área, e um processo de reintegração de posse movido pelo Incra continua em andamento nas esferas judiciais.

O que se pode concluir é que as manobras jurídicas e recursos administrativos utilizados pelos advogados do grileiro objetivavam adiar a única decisão possível do ponto de vista legal¹⁵: a retomada das terras para o patrimônio público e a criação de um PA, afinal de contas, segundo depoimento dos acampados para essa pesquisa, os gerentes do Sr. José Íris Nunes continuavam manejando gado na fazenda em fins do ano de 2018. A atuação do Estado em relação às Fazendas Divino Pai Eterno vai ao encontro à ideia de que a luta dos camponeses é a principal força contra a apropriação e a privatização das terras públicas. Enquanto o Estado, ao criar normas legais que favorecem a regularização fundiária da grilagem, incentiva e facilita a atuação dos grileiros, agindo mesmo como um dos principais esteios da acumulação espacialmente expansiva, propiciando condições para a apropriação territorial por parte de agentes privados, que destinarão essas terras para a produção agropecuária capitalista. A luta das famílias camponesas pela

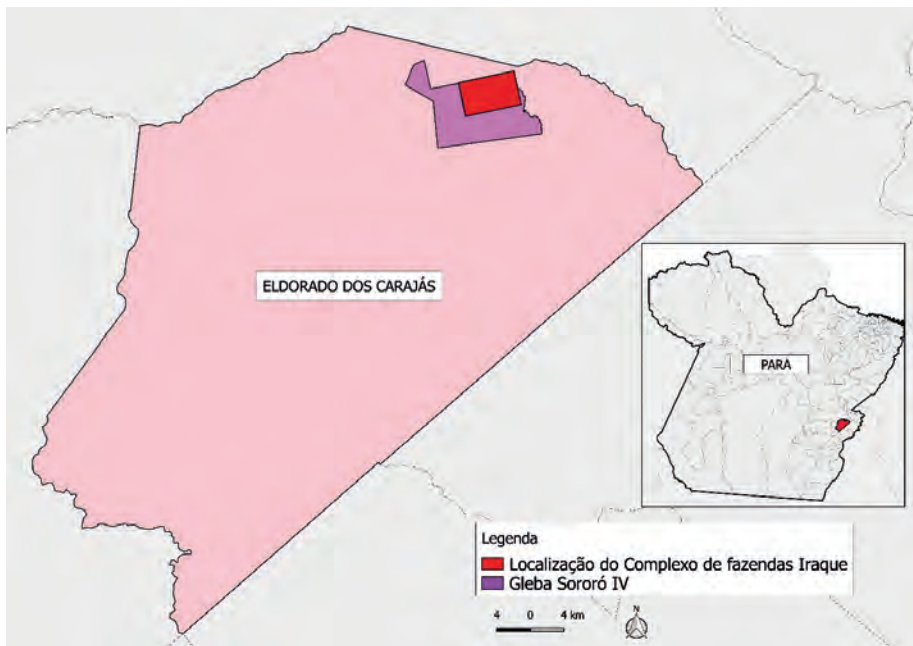
¹⁵ Entre tais recursos há pedidos de reintegração de posse, não pagamento de custas processuais determinadas pela justiça, recursos até os tribunais de apelação em Brasília e outros tantos.

terra é o que coloca a situação em um impasse. De qualquer forma, os pedidos de regularização fundiária da referida fazenda continuam, no início do ano de 2020, em análise no banco de dados do Programa Terra Legal, em nome dos prepostos do Sr. Íris Nunes e, portanto, a regularização fundiária ainda pode ocorrer.

5.2 O CONFLITO AGRÁRIO NO COMPLEXO DE FAZENDAS IRAQUE, NO MUNICÍPIO DE ELDORADO DOS CARAJÁS

Um caso de destaque no processo de regularização fundiária no Sudeste Paraense é o de uma área contida em uma fazenda denominada de Complexo Iraque, localizada na Gleba Sororó IV, gleba federal arrecadada pelo Inca ainda nos anos 1970 (Mapa 4), localizada no município de Eldorado dos Carajás/PA:

Mapa 4 - Localização do Complexo de Fazendas Iraque, na Gleba Federal Sororó



Fonte: organizado pelo autor com base em dados do MDA/Inca (2017).

Por parte do Inca, a informação obtida é de que não há título legítimo referente ao Complexo Iraque destacando-o para o patrimônio particular.

De posse de tal informação, cerca de 200 famílias camponesas ocuparam a referida fazenda, no dia 09/11/2007, organizadas por lideranças do STTR de

Eldorado dos Carajás. Além disso, de acordo com a assessoria jurídica da CPT de Marabá, era de conhecimento do movimento social que a família detentora das terras possuía autuações pretéritas por escravizar trabalhadores. Em um auto de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) há o relato de um dos fiscais sobre o nome do pretense proprietário do imóvel: Sr. Aurélio.

Na ocasião, houve autuação pela manutenção de trabalhadores em condições análogas à escravidão¹⁶. No entanto, processo judicial movido pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), pelo crime previsto no Art. 149 do Código Penal, não obteve êxito, devido ao subterfúgio do fracionamento da fazenda. Durante a ação impetrada pelo MPT, o Sr. Aurélio, colocado na condição de réu, alegou que havia fracionado a área em quatro parcelas distribuídas entre seus quatro filhos (Fazendas Iraque, Água Azul, Pontal II e Esperança). Uma das frações teria mantido o nome de Fazenda Iraque sendo, supostamente, de propriedade de seu filho, José Miguel. A alegação da defesa era de que a fiscalização teria ocorrido na Fazenda Iraque, do filho do Sr. Aurélio, e não na fazenda do acusado. A primeira ação penal foi então arquivada e aberta outra, tendo como réu José Miguel. Neste outro processo, a defesa da família conseguiu dar um verdadeiro drible no sistema judicial, com a seguinte alegação: quando a fiscalização do MTE perguntou o nome do imóvel na vizinhança, foram informados que se chamava Fazenda Iraque porque as pessoas da região ainda conhecem todas as fazendas por esse nome, mas o flagrante de trabalho em condições análogas à escravidão teria sido em outra fração da fazenda, em área então denominada Fazenda Pontal II, do Sr. Pascoal, outro filho do Sr. Aurélio. O juiz admitiu, então, a existência do crime, mas não pode imputá-lo ao Sr. Miguel, absolvendo-o em decisão tomada no ano de 2012, cinco anos após a autuação pelo MTE¹⁷. A tática clássica da grilagem de fracionamento de terras provocou a impunidade da família de fazendeiros em relação à acusação de escravização de trabalhadores.

¹⁶ O coordenador do Grupo de Fiscalização Móvel do Ministério do Trabalho, responsável pela operação que autuou o fazendeiro, apontou que a única comida fornecida era arroz e farinha e que os próprios trabalhadores tinham que obter carne por meio de caça na própria fazenda, conforme consta no Processo nº: 2009.39.01.0011916, Sentença, p.1, localizado na Justiça Federal de Marabá (MARABÁ, 2009).

¹⁷ É importante notar também que, durante o processo, foi constatado que o Sr. Pascoal, outro filho do Sr. Aurélio, já havia sofrido autuação pelo mesmo crime e que também detinha fazenda em área pública no Município de São Domingos do Capim/PA. E ainda um outro filho, Francisco Vitalino, já possuía uma condenação pelo mesmo crime. E como prova do fracionamento e do uso de prepostos, um dos filhos apresentado como suposto detentor de uma das frações da fazenda, é cirurgião-dentista, funcionário público e trabalha em outro estado.

Mas voltando à questão da acusação de se tratar de terras públicas, os próprios detentores admitiam o fato, dado que todas as parcelas já possuíam pedidos de regularização efetuados anos antes da criação do Programa Terra Legal, conforme o Quadro 3:

Quadro 3 - Complexo de Fazendas Iraque, fracionado para requerimento de regularização fundiária¹⁸

Requerente	Fazenda	Área (ha)	Ano do pedido de regularização
Francisco Vitalino	Esperança	500	2006
Pascoal	Pontal II	485	2003
José Miguel	Iraque	483,31	2003
Sukarno	Água Azul	492,02	2003
Luciana (fora do conflito)	Borborema	500	2001
Josilene (fora do conflito)	Pontal I	Sem dados	Não requereu regularização

Fonte: organizado pelo autor com base em dados do MDA/Incrá SR/27, 2012.

Tivesse a família aguardado mais alguns anos, com a criação do Programa Terra Legal, poderia ter solicitado, dentro dos parâmetros estabelecidos pela Lei nº 11.952/09, uma área de até 1125 hectares, referentes a 15 Módulos Fiscais no município de Eldorado dos Carajás, sem a necessidade de fracionar a área em quatro fazendas e, sim, apenas em duas. E ainda, se a família de grileiros tivesse a sorte do movimento social não ocupar seu imóvel até o final do ano de 2016, quando da edição da MP nº 759 pelo governo Temer, não precisaria haver o fracionamento, e o latifúndio seria legalizado por meio dessa medida legal, pois que a regularização então ficou autorizada até o limite de 2.500 hectares.

Mais uma evidência de como tais normas legais efetivamente favorecem a atuação da grilagem e da apropriação ilegal de terras públicas federais. Mesmo com todas as evidências do Complexo Iraque estar situada em gleba pública federal, houve a judicialização do conflito fundiário: três dos filhos do Sr. Aurélio entraram na Justiça e obtiveram liminar de reintegração de posse em desfavor do movimento de luta pela terra, então acampados no interior da fazenda em um acampamento denominado Jerusalém.

Os acampados foram notificados da decisão judicial pela reintegração de posse em favor dos fazendeiros, mas como o Governo do Pará não disponibilizou

¹⁸ As duas últimas fazendas que aparecem no quadro não pertencem à família do Sr. Aurélio. São médias propriedades e não tiveram suas terras ocupadas pelo movimento social.

forças policiais para a desocupação, os integrantes decidiram por não a cumprir. Por cinco anos, as famílias continuaram acampadas sem certeza do desfecho final. Somente no ano de 2013, o juiz Jonas da Conceição Silva, da Vara Agrária de Marabá, decidiu pela improcedência da reintegração de posse e transferiu para o Incra a decisão sobre a destinação das terras. O argumento do juiz baseou-se na impossibilidade da **posse** em terras públicas federais dessa extensão. Nesse caso, de acordo com o magistrado, há mera **detenção**, sem se fazer jus aos direitos possessórios. Houve, no entanto, por parte do fazendeiro, recurso para o TJPA, que manteve a improcedência da reintegração de posse.

Outro recurso foi dirigido ao STJ, o qual não se manifestou sobre o caso até os dias atuais. Passados treze anos da ocupação das terras do Complexo de Fazendas Iraque pelas famílias organizadas pelo STTR, o Projeto de Assentamento não foi criado e nem há a perspectiva de que venha a ser, sobretudo pelo fato do acampamento ter se desmobilizado, e as terras continuarem nas mãos dos grileiros. De acordo com o Programa Terra Legal, as fazendas seriam divididas da seguinte forma:

a) **Fazendas Esperança, Água Azul e Iraque** não foram habilitadas para regularização. A vistoria do Programa Terra Legal apontou o desmatamento integral em todas as três fazendas. Não obstante, os impeditivos indicados pelos técnicos para o indeferimento foram o conflito fundiário, dada a ocupação das terras por famílias camponesas, e a atuação do MTE por trabalho degradante e em condições análogas à escravidão em relação às Fazendas Esperança e Água Azul. O que dá a entender que todas estariam aptas a ser regularizadas não fossem as atuações do movimento social e do MTE. De qualquer forma, todas as três encontram-se, no ano de 2020, como estando em análise no Programa Terra Legal e, com a desmobilização dos acampados e a aposta do governo Bolsonaro na regularização fundiária para favorecer o agronegócio, nada impede que venham a ser regularizadas em futuro próximo.

b) **Fazenda Pontal II**: segundo a equipe do Programa Terra Legal, “é uma fazenda típica da região com atividade principal na pecuária. Esta fazenda, de todas as que formam o Complexo Iraque, é a com maior quantidade de mata preservada, entre 30% a 40%. Pastagem muito degradada, sendo em alguns pontos considerados capoeiras. Casa Sede abandonada com curral em desuso”. Foi justamente nessa parcela que o MTE flagrou trabalhadores em condição de trabalho análoga à escravidão, no ano de 2006. Mesmo assim cogitou-se dessa

área entrar como parte de um acordo judicial e ser regularizada em nome da família do Sr. Aurélio. No início do ano de 2020, esta também continua sendo utilizada pela família de fazendeiros e consta nos bancos de dados do Programa Terra Legal como estando em análise.

c) **Fazenda Pontal I:** não houve pedido de regularização, nem ocupação pelo movimento e, por ora, continuará na mão do detentor atual.

d) **Fazenda Borborema** (fora do conflito): laudo do então MDA a considerou apta para a regularização fundiária em nome da Sra. Luciana, que não pertence à família detentora das demais áreas, ainda que tenha sido detectada uma taxa de desmatamento de 74% do imóvel, demonstrando o descumprimento de um dos itens da função social da terra. Desde 2015, o imóvel encontra-se em análise no Programa Terra Legal com a indicação, por técnicos do programa, da viabilidade da regularização. A fazenda, típica da região, e que possui até 1.200 cabeças de gado e até dez funcionários dependendo da época do ano, tende a ser legitimada pelo Programa Terra Legal como propriedade privada da Sra. Luciana.

O resumo de todo esse conflito é que a totalidade da área, situada em gleba pública federal, com taxas de desmatamento acima da legalidade e com de trabalhadores tratados como escravizados, continuará, por ora, a ser apropriada pela pecuária extensiva e em grande escala. O quadro clássico da **acumulação espacialmente expansiva**, uma das formas da acumulação por expropriação, se completa no caso em análise com as ameaças à vida do coordenador do acampamento, Sr. Edvaldo Moura da Silva (CPT, 2012, p. 135). Como no primeiro caso estudado, também no conflito instalado no Complexo de Fazendas Iraque, para que se efetue a separação entre os produtores diretos e os meios de produção, houve a prevalência da fraude, do desmatamento ilegal, da grilagem, dos métodos ilegais de se obter riqueza ou ainda o aproveitamento das oportunidades criadas pelas normas legais para a apropriação privada de terras públicas federais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À revelia da lei, desmatando, escravizando e assassinando, a apropriação de terras públicas é, historicamente, um fator central nos processos de acumulação no Brasil e, particularmente, em regiões da Amazônia Legal. No Sudeste Paraense, é mesmo o padrão de normalidade de ocupação territorial vigente há décadas. Trata-se de uma **acumulação espacialmente expansiva**, centrada no avanço da

grilagem em áreas devolutas e, frequentemente, em áreas de mata nativa. O Estado anui a tudo, com sua atuação contumaz em anistiar e incentivar tais apropriações ilegais de terras devolutas. Os dois casos aqui estudados demonstram claramente tal situação, em detrimento do avanço da reforma agrária e da territorialização de famílias camponesas, que ainda preservaram frações dessas terras ou impediram a regularização no nome dos pecuaristas devido, quase que exclusivamente, à sua resistência por anos nos acampamentos. Não fosse essa luta, a extensão total dessas áreas estaria nas mãos dos pecuaristas e, pior, com a propriedade devidamente formalizada.

Regularizadas ou não, a depender da capacidade operacional dos órgãos fundiários, as terras públicas ocupadas pela grilagem e pela pecuária capitalista não são retomadas e continuam a servir de condição fundamental para a acumulação capitalista e um elo indispensável dos mercados nacional e internacional de carne bovina. Uma vantagem competitiva brasileira no mercado internacional. Os Complexos de Fazendas Divino Pai Eterno e Iraque são apenas exemplos da prática usual, na região, de acumulação espacialmente expansiva alimentando a reprodução ampliada do capital: não são anacrônicos e não devem servir como indicadores de um suposto atraso regional, dado que estão articulados com os setores considerados modernos da produção capitalista. São elos mesmo da interligação entre a reprodução propriamente capitalista, voltada para o mercado internacional, mas que tem suas bases e suas condições fornecidas pela acumulação espacialmente expansiva possibilitada por meios não econômicos.

Portanto, a apropriação privada de terras públicas, mesmo que por meios não econômicos, é uma das faces da economia capitalista moderna. As sucessivas leis de regularização fundiária editadas nas últimas décadas só fazem incentivar tal prática a despeito das anunciadas intenções em regularizá-la para aumentar a segurança jurídica ou ampliar a possibilidade de investimentos nestas regiões.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850.** Dispõe sobre terras devolutas [...]. Rio de Janeiro: Palácio Imperial, [1850]. Disponível em: http://www.iterpa.pa.gov.br/sites/default/files/lei_n.o_601_de_18_de_setembro_de_1850.pdf. Acesso em: 03 ago. 2020.

BRASIL. [Constituição 1891]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Congresso Nacional, 1891.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971**. Declara indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento [...]. Brasília, DF: Presidência da República, [1971]. Disponível em: encurtador.com.br/hsEIW. Acesso em: 03 ago. 2020.

CÍCERO, J.; BARROS, C. A espera que sangra o Divino Pai Eterno. **Publica**, São Paulo, 17 out. 2016. Especial: Amazônia em disputa. Disponível em: <https://apublica.org/2016/10/a-espera-que-sangra-o-divino-pai-eterno/>. Acesso em: 07 abr. 2020.

CUNHA, C. N.; TORRES, M.; GUERRERO, N. R. Ri por último quem grila melhor. *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 6., 2011, Belém. **Anais** [...]. Belém: UFPA, 2011. p. 1-11.

DE ANGELIS, M. Marx e acumulação primitiva – o caráter contínuo das “vedações” do capital. **O Comuneiro**, [s. l.], n. 26, 2018. Disponível em: https://www.ocomuneiro.com/nr26_2_MassimodeAngelis.html#:~:text=Uma%20vez%20que%2C%20para%20Marx,%22base%22%20da%20pr%C3%B3pria%20acumula%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 03 ago. 2020.

ÉLERES, P. **Intervenção territorial federal na Amazônia**. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

EMMI, M. F. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. Belém: UFPA/NAEA, 1999.

FORSTER, G. R. **A privatização das terras rurais**. São Paulo: Manole, 2003.

IBGE. Pesquisa pecuária municipal. **IBGE**, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 25 mar. 2021.

IBGE. Divisão Regional do Brasil. **IBGE**, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 25 mar. 2021.

MARABÁ. Justiça Federal. Ação Penal. Nº 2009.39.01.001191-6. Redução a condição análoga à de escravo. Réu José Miguel Oliveira. 1ª Vara de Marabá. 2009. **Diário da Justiça**, 2009.

MARTINS, J. S. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 1998.

MDA/INCRA. Processo nº 54600.000045.2005-19. Levantamento de área para reforma agrária – Fazenda Rancho Grande (Divino Espírito), fl. 463, Marabá, 2005.

MDA/INCRA. **Lista de posseiros cadastrados**. Brasília, DF: INCRA, 2017. Disponível em: <http://www.incra.gov.br>. Acesso em: 25 mar. 2021.

- MONTEIRO, B. **Direito agrário e processo fundiário**. Rio de Janeiro: PLG Comunicação, 1980.
- MOTTA, M. M. M. **Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil no século XIX**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura/Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.
- NOVOA, H. **Discriminação das terras devolutas**. São Paulo: Livraria Editora Universitária de Direito, 2000.
- OLIVEIRA, A. U. **A fronteira amazônica mato-grossense: grilagem, corrupção e violência**. São Paulo: Iãnde Editorial, 2016.
- OLIVEIRA, A. U.; FARIA, C. S.; BUARQUE DE HOLLANDA, T. P. **Registros públicos e recuperação de terras públicas**. Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2012. (Relatório Final, série Pensando o Direito, nº48, Brasília).
- PARÁ. **Decreto Estadual nº 410, de 08 de outubro de 1891**. Regula a alienação das terras devolutas [...]. Belém: Palácio do Governo, [1891]. Disponível em: <https://arisp.files.wordpress.com/2009/07/decreto-estadual-n-c2ba-410-de-8-de-outubro-de-18911.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2020.
- PEREIRA, A. R. **O papel dos mediadores nos conflitos pela posse da terra na região Araguaia Paraense: o caso da fazenda Bela Vista**. 2004. 205 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2004.
- SILVA, L. O. **Terras devolutas e latifúndio: efeitos da Lei de 1850**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- TERENCE, M. F. **A acumulação capitalista entre o sangue e a imundice: processos de privatização de terras públicas federais no Sudeste Paraense**. 2018. 401 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- TORRES, M. **Terra privada, vida devoluta: ordenamento fundiário e destinação de terras públicas no oeste do Pará**. 2012. 878 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- TRECCANI, G. D. **Violência e grilagem: instrumentos de aquisição da propriedade da terra no Pará**. Belém: UFPA/Iterpa, 2001.

Texto submetido à Revista em 04.03.2020

Aceito para publicação em 18.01.2021



A silvicultura do eucalipto na Região Geográfica Intermediária de Araguaína: implicações socioespaciais sob a ótica do meio técnico-científico-informacional

The silviculture of eucalypt plantations in the Intermediate Geographic Region of Araguaína: socio-spatial implications from the perspective of the technical-scientific-informational milieu

Luciano da Silva Guedes - Doutor em Geografia, pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professor Adjunto do Curso de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (PPGDire) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), campus de Araguaína. E-mail: lucianoguedes@uft.edu.br

Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior - Doutor em Geografia Humana, pela Universidade de São Paulo (USP). Professor Titular do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Pesquisador do CNPq. E-mail: stclair@ufpa.br

Resumo

O presente artigo tem como objetivo abordar a expansão e as implicações socioespaciais do eucalipto na Região Geográfica Intermediária de Araguaína (RGIA), tomando como base teórica o pensamento de Milton Santos quanto ao meio técnico-científico-informacional e ao uso do território. Foram realizadas incursões a campo nos municípios que vêm se consolidando na produção dessa atividade econômica na região, considerados depoimentos de sujeitos ligados às empresas e de segmentos sociais locais, registros fotográficos, levantamentos de dados secundários e elaboração de mapas, que, em conjunto, permitiram verificar a expansão e a transformação da atividade na região em referência. Os resultados apontaram um crescimento aproximado de 300% das áreas de eucalipto entre os anos de 2010 a 2020, implicando mudanças na estrutura fundiária regional, impactos em comunidades tradicionais locais, tecnificação e racionalização da paisagem, o que permite concluir que o meio técnico-científico-informacional se expressa em uma materialidade dialética global/local, em graus de manifestação de verticalidades e horizontalidades no uso do território na área pesquisada.

Palavras-chave

Eucalipto. Uso do Território. Meio Técnico-científico-informacional. Região Geográfica Intermediária de Araguaína.

Abstract

Based on a theoretical framework rooted in Milton Santos' thought on the technical-scientific-informational milieu and the use of the territory, the present article aims to approach the expansion and the socio-spatial implications of the eucalypt plantations in the Intermediate Geographic Region of Araguaína (IGRA). A set of methodological procedures, including fieldwork incursions in the municipalities where this economic activity is being consolidated, the collection of oral information from the companies and the affected social groups, the production of photographic records and the elaboration of maps, made it possible to verify the expansion and transformation of the activity in the region. The results showed that the eucalypt areas grew at an approximate rate of 300% between the years of 2010 and 2020, imposing changes in the regional land-ownership structure, impacts on local traditional communities and the technification and rationalization of the landscape. The results allow to conclude that the technical-scientific-informational milieu expresses itself in a global/local dialectic materiality, in degrees of manifestation of verticalities and horizontalities in the use of the territory in the researched area.

Keywords

Eucalypt. Use of the territory. Technical-scientific-informational milieu. Intermediate Geographic Region of Araguaína.

INTRODUÇÃO

O presente texto resulta de pesquisa¹ que teve como objeto de análise a expansão da silvicultura do eucalipto na Região Geográfica Intermediária de Araguaína (RGIA)². O objetivo foi verificar os principais processos ligados direta e indiretamente a essa cadeia de produção relacionada àquela atividade em nível local/regional, bem como a sua inserção econômica global no atual período técnico-científico-informacional e sua relação com a gestão e uso do território (SANTOS, 2006)³.

A pertinência deste tema está relacionada à abrangência da escala e do recorte espaciais, o que, neste momento, coloca nossa abordagem como panorâmica. Desta maneira, a apreensão maior do fenômeno analisado na RGIA (Mapa 1) deve ser concebida neste estudo como um marco inicial, sem ter a pretensão de solucionar a questão. Portanto, deixa indicativos para a realização de análises futuras como possibilidade de aprofundamento sobre a temática em tela.

Esta reflexão nos autoriza a delimitar nosso objeto de forma temporal e espacial em relação aos elementos componentes da cadeia. Ou seja, estabelece-se um recorte do alcance periódico inicial a partir da última década, composto por três segmentações que, mesmo sequenciais, são interdependentes como escopo desta cadeia: o segmento básico, constituído pela produção de mudas; o segmento que abrange a produção das áreas de eucalipto; e o segmento formado pela transformação industrial.

A título de contextualização do fenômeno da silvicultura no Brasil, destaca-se que, de acordo com o IBGE (2017), o País possui cerca de 9,9 milhões de hectares de florestas plantadas voltadas para a produção de celulose, de painéis de madeira, de pisos laminados, de papel, de produção energética e de biomassa, com 76% desse total correspondendo ao eucalipto. Em comparação com o ano de 2006, segundo a Sociedade Brasileira de Silvicultura (SBS, 2008), a área de florestas

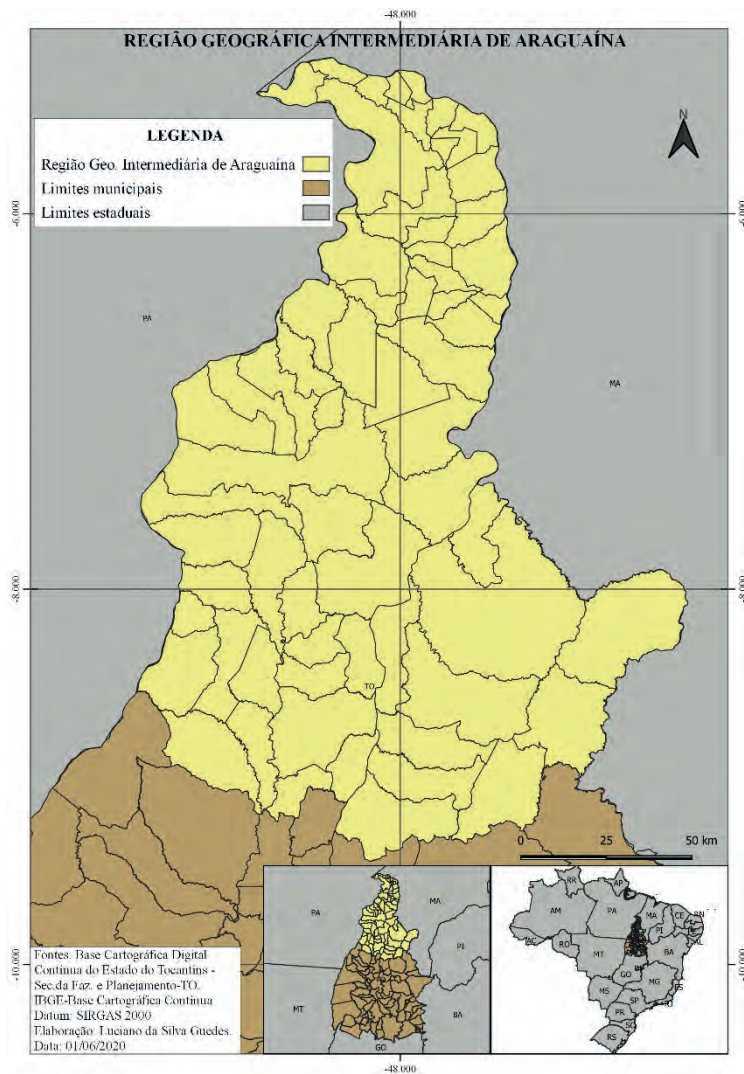
¹ Estágio pós-doutoral realizado pelo primeiro autor no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará (UFPA), no período de agosto de 2019 a julho de 2020, sob a supervisão do segundo autor do artigo.

² Nova proposta de Divisão Regional do Brasil elaborada pelo IBGE (2017) em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias. A Região Geográfica Intermediária de Araguaína é composta por 65 municípios e é uma das três regiões intermediárias do estado do Tocantins.

³ Ao tratar de uma nova concepção acerca da ideia de região, Santos (2006) esclarece que, no período da globalização, este fenômeno mostra-se muito mais complexo devido ao maior volume de eventos no tempo e no espaço, suscitando mudanças repetidas tanto nas formas quanto nos conteúdos das regiões. É à luz desta contribuição que, aqui, estamos pensando o caso em questão, o qual ultrapassa a simples circunscrição territorial/administrativa do estado do Tocantins e compreende parte dos estados do Maranhão e do Pará, portanto, como escala geoeconômica.

plantada no Brasil era de 5,6 milhões de hectares, um aumento aproximado de 77% em comparação com 2018. No estado do Tocantins, mais precisamente em sua porção norte, a silvicultura do eucalipto vem se consolidando como uma das principais atividades econômicas.

Mapa 1 - Região Geográfica Intermediária de Araguaína (RGIA)



A silvicultura do eucalipto, nas proporções anteriormente referidas, pode ser abordada à luz da discussão dos grandes projetos econômicos e hegemônicos da atual globalização, que, quanto ao uso corporativo do território (SANTOS; SILVEIRA, 2008), refere-se à produção de madeira, à indústria

moveleira e à siderurgia, reforçando a acumulação capitalista dos grandes agentes hegemônicos. Trata-se de um segmento fortemente vinculado à técnica, à ciência e à informação, tanto em termos de geração de produtos, a exemplo da produção de mudas, quanto em relação à esfera do mercado. Em contrapartida, têm-se como impactos ambientais negativos: a devastação dos ecossistemas naturais, a degradação de recursos hídricos, a desestruturação de sistemas tradicionais de uso da terra, a modernização da propriedade e as migrações campo/cidade, sem que essas possam absorver satisfatoriamente esses fluxos.

Para efeitos de recorte espacial do fenômeno, pensando na divisão do trabalho atribuída à produção da cadeia, podemos delimitar três níveis complementares entre si, quais sejam: o nível da divisão do trabalho atribuído à cidade de Carolina (MA), que detém o empreendimento produtor das mudas de eucalipto; o nível da divisão do trabalho atribuído aos municípios da Região Geográfica Intermediária de Araguaína (TO), relacionado aos produtores das áreas de floresta do eucalipto; e, finalmente, o nível da divisão do trabalho industrial da cadeia, referente às cidades de Imperatriz (MA), com a Suzano Celulose, e de Marabá (PA), com a Siderúrgica Norte Brasil (SINOBRAS). Esses três níveis são complementares e interdependentes como cadeia produtiva em uma hierarquia (SANTOS, 2006).

Os levantamentos de campo realizados⁴, visando à coerência entre teoria e empiria, abrangeram percursos que saíram de Araguaína e seguiram em direção ao extremo norte do município de Araguatins, no estado do Tocantins, no período de setembro a dezembro de 2019. Na oportunidade, coletamos registros de imagens em campo, narrativas de lideranças de comunidades, matérias de jornais e executamos mapeamentos como subsídios às nossas análises. Assim, nessa rota da Região Geográfica Intermediária de Araguaína, pudemos identificar municípios que vêm se consolidando como grandes produtores de eucalipto no estado mencionado, com destaque para Wanderlândia, Darcinópolis, Ananás, São Bento do Tocantins e Araguatins, cujas áreas produtivas são de propriedade das empresas Eco Brasil Florestas S/A, Suzano Papel e Celulose e SINOBRAS Florestal.

No segundo momento de nossa inserção em campo, percorremos a referida rota partindo de Araguaína em direção ao sul da região, passando pelos municípios de Goiatins, de Barra do Ouro, de Filadélfia, de Babaçulândia, de Nova Olinda, de Palmeirante e de Tupiratins, nos meses de janeiro a março de

⁴ Cabe ressaltar que, devido aos protocolos de segurança adotados pelo governo do Tocantins a partir de meados do mês março de 2020, em virtude da pandemia da COVID-19, não foi possível fazer a pesquisa de campo tal como inicialmente planejada, o que nos levou a recorrer a dados secundários sobre informações/relatos das populações impactadas pela atividade da silvicultura em fontes de jornais, sites, material impresso, trabalhos acadêmicos etc.

2020. Nesse momento, realizamos registros de imagens das áreas de fazendas de eucalipto, recolhemos depoimentos de lideranças de comunidades tradicionais e camponesas atingidas e conversas com autoridades políticas, além da aquisição de materiais impressos e da produção de mapeamentos. Este leque de informações levantadas foi sistematizado em gabinete à luz da reflexão teórica, com vistas à produção da versão final do nosso trabalho.

A organização desses levantamentos nos deu base para as análises e as sistematizações que levaram à organização estrutural do texto, que está sistematizado em dois itens, além desta introdução e das considerações finais. Inicialmente discute-se a base teórico-metodológica de abordagem dos conceitos de meio técnico-científico-informacional e território usado e, em seguida, realiza-se um esforço de aproximação entre teoria e empiria, reunindo as informações coletadas em campo a partir do referencial teórico-conceitual da pesquisa.

1 MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL E TERRITÓRIO USADO: ELEMENTOS PARA PENSAR A CADEIA DA SILVICULTURA NA REGIÃO GEOGRÁFICA INTERMEDIÁRIA DE ARAGUÁINA (TO)

Em sua obra *A natureza do espaço*, ao falar do meio técnico-científico-informacional, Santos (2006) menciona a importância da tecnificação do espaço ao longo da história do homem em sua relação com a natureza, criando condições básicas de sobrevivência. Faz isso trazendo uma linha do tempo caracterizada por períodos de evolução tecnológica que definem os processos de produção e de divisão social do trabalho.

No primeiro período, conhecido como meio natural, a base da produção e da reprodução era totalmente dependente dos ciclos da natureza, a exemplo do sistema de pousio no cultivo da terra na agricultura. Os objetos de trabalho criados nesse período eram, em regra, tidos como meras extensões do corpo. As poucas práticas ligadas à produção e à reprodução eram localizadas e fundamentais à reprodução da força de trabalho humano. Trata-se de um período amplo devido ao próprio ritmo das técnicas criadas, que propiciavam mudanças muito elementares sob as práticas humanas de apropriação da natureza como recurso.

A partir do segundo período, classificado pelo autor como meio técnico, os objetos espaciais passaram a ser definidos não somente pela potencialidade natural, mas também por elementos artificialmente criados por sua capacidade inventiva, constituída de conteúdos culturais e técnicos ao mesmo tempo.

Isso explica, por exemplo, o funcionamento mecânico das máquinas associadas à manipulação humana de operadores. Outros objetos também técnicos, como as ferrovias e as rodovias, passaram a ser extensão do território, relacionados aos avanços tecnológicos desse período. Registram-se também os primeiros indícios de poluição ambiental, resultantes da revolução industrial, da mecanização da terra e do crescimento das cidades. Conforme sua compreensão, esse período técnico se estende do século XIX até as primeiras décadas do século XX.

Vale lembrar que o progresso técnico cumulativo da sociedade marca esse período temporalmente menor em relação ao período natural, porém, com mais densidade técnica na paisagem e na configuração do território, dando grande impulso à dinâmica material da sociedade a partir de então. Esse momento, por sua vez, engloba os chamados períodos do iluminismo e do cientificismo, com grandes avanços assimilados pela ideia de supremacia da sociedade sobre a natureza.

O terceiro período, denominado por Santos (2006) de técnico-científico-informacional, tem suas origens por volta da Segunda Guerra Mundial. A partir daí, o mundo define um novo ritmo, o mais importante desde o estabelecimento das grandes navegações e que marca a evolução nos campos das ciências, das telecomunicações, da computação, da internet etc.

Sem dúvidas, ao propor tal periodização, Santos (2006) não só desvenda as origens tecnológicas de nosso período, como também sequencia, de forma lógica e coerente, a evolução do processo tecnológico da sociedade no espaço.

Neste período, os objetos técnicos tendem a ser ao mesmo tempo técnicos e informacionais, já que, graças à extrema intencionalidade de sua produção e de sua localização, eles já surgem como informação; e, na verdade, a energia principal de seu funcionamento é também a informação. Já hoje, quando nos referimos às manifestações geográficas decorrentes dos novos progressos, não é mais de meio técnico que se trata. Estamos diante da produção de algo novo, a que estamos chamando de meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2006, p. 159).

O Quadro 1 nos permite uma visualização sumarizada referente à caracterização dos três períodos do meio geográfico, propostos por Milton Santos.

Quadro 1 - Relação sociedade e espaço em três momentos distintos da história humana

Meio natural	Meio técnico	Meio técnico-científico-informacional
<ul style="list-style-type: none"> • <i>Absoluta predominância das formas da natureza não humana;</i> • <i>Utilização dos recursos sem grandes transformações do meio;</i> • <i>Técnica e trabalho com fácil adaptação às dádivas da natureza;</i> • <i>As técnicas não tinham existência autônoma;</i> • <i>As sociedades locais como criadoras das técnicas utilizadas;</i> • <i>Harmonia sociedade-natureza;</i> • <i>Racionalidade dominante: preservação e continuidade do meio de vida;</i> • <i>Existência de sistemas técnicos sem o domínio dos objetos técnicos.</i> 	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Emergência do espaço mecanizado;</i> • <i>Os objetos são culturais e técnicos ao mesmo tempo;</i> • <i>O espaço: formado pelo “natural” e pelo “artificial”;</i> • <i>A diferenciação espacial: através de próteses do espaço e da densidade técnica;</i> • <i>Substituição dos objetos naturais pelos objetos culturais e técnicos;</i> • <i>Surgimento de novas ações que comandam os objetos técnicos e dominam os objetos naturais;</i> • <i>Criação de um novo tempo, que se superpõe e se contrapõe aos tempos naturais;</i> • <i>As lógicas que presidem as dinâmicas locais passam a ser exógenas;</i> • <i>Seletividade espacial dos sistemas técnicos a determinados países e regiões.</i> 	<ul style="list-style-type: none"> • <i>A égide do mercado: de natureza global;</i> • <i>Os objetos técnicos são, ao mesmo tempo, informacionais;</i> • <i>A racionalidade técnico-científica extrapola o urbano e atinge o rural;</i> • <i>O tecnocosmo: recuo da natureza “natural”;</i> • <i>Cientificização e tecnicização da paisagem;</i> • <i>A informação como vetor fundamental da circulação;</i> • <i>Decisões e controle: a cargo dos agentes hegemônicos da economia, a cultura e da política;</i> • <i>Tendência à universalização: forma de assegurar a globalização;</i> • <i>Os objetos modernos subordinam-se às lógicas globais; Maior importância aos capitais fixos (estradas, pontes, silos, terra etc.) e aos capitais constantes (máquinas, veículos, sementes, fertilizantes, pesticidas);</i> • <i>Maior necessidade de movimentos, de fluxos; Ruptura dos equilíbrios existentes;</i> • <i>Maior produção em menor tempo e menor espaço; Criação de áreas especializadas com maior necessidade de intercâmbio e maior Divisão Territorial do Trabalho;</i> • <i>Substituição da lógica do espaço geométrico pela lógica do espaço das relações e dos fluxos.</i>

Fonte: elaborado por Saint-Clair C. da Trindade Júnior com base em Santos (2006)

Composto por altos conteúdos de ciência, de técnica e de informação, isto é, pelas variáveis-chave do período atual, o meio técnico-científico-informacional caracteriza-se como a expressão geográfica do processo de globalização (SANTOS, 2006). Baseado em uma difusão desigual e seletiva nos territórios, esse meio geográfico apresenta-se como instrumental aos mais diversos processos produtivos modernos que se realizam no mundo, sendo mesmo uma base, um substrato para tal.

Quase que em uma espécie de inversão à ordem natural da paisagem, a atual globalização traz uma paisagem informatizada e tecnificada para responder aos anseios dos agentes hegemônicos da produção, reunindo e combinando os objetos e as ações em um movimento praticamente único, capaz de integrar os territórios como condição de sua existência.

Podemos então falar de uma cientificização e de uma tecnicização da paisagem. Por outro lado, a informação não apenas está presente nas coisas, nos objetos técnicos, que formam o espaço, como ela é necessária à ação realizada sobre essas coisas. A informação é o vetor fundamental do processo social e os territórios são desse modo, equipados para facilitar a sua circulação [...] (SANTOS, 2006, p. 160).

Considerando a intermediação da técnica na relação espaço/tempo (SANTOS, 2006), a ideia de território usado (SANTOS, 1999) se coloca como outra importante noção nesta discussão, sobretudo por relacionar a dimensão da experiência vivida à expansão da fluidez territorial como um aspecto (no mais das vezes perverso!) da comunhão global entre objetos e ações; comunhão esta que, mesmo que de forma incompleta, desigual e hierárquica, configura o meio técnico-científico-informacional em determinadas regiões a serviço de agentes que nelas não estão situados. Neste sentido, ao realizar uma leitura do território a partir da dialética Estado e mercado, Santos (2006) nos informa que:

O território como um todo se torna um dado dessa harmonia forçada entre lugares e agentes neles instalados, em função de uma inteligência maior, situada nos centros motores da informação. A força desses núcleos vem de sua capacidade, maior ou menor, de receber informações de toda natureza, tratá-las, classificando-as, valorizando-as e hierarquizando-as, antes as redistribuir entre os mesmos pontos, a seu próprio serviço. Essa inteligência das grandes empresas e dos Estados não é, porém, a única. Em níveis inferiores, o fenômeno se reproduz, ainda que com menos eficácia mercantil (SANTOS, 2006, p. 154).

A partir do que nos ensina Santos (2006), observamos que o território tem sido equipado cada vez mais para atender aos interesses dos grandes agentes

econômicos, que, situados em outras escalas, veem-no apenas como um mero recurso na busca de mais-valia. Contudo, quando pensamos o território usado, podemos entendê-lo como um espaço banal, que comporta a reprodução de todos os agentes, de todas as empresas, instituições e pessoas, pois:

[...] ele é o quadro da vida de todos nós, na sua dimensão global, na sua dimensão nacional, nas suas dimensões intermediárias e na sua dimensão local. Por conseguinte, é o território que constitui o traço de união entre o passado e o futuro imediatos. Ele tem de ser visto – e a expressão é de François Perroux – como um campo de forças, como lugar do exercício, de dialéticas e contradições entre o vertical e o horizontal, entre o Estado e o mercado, entre o uso econômico e o uso social dos recursos (SANTOS, 1999, p. 19).

Se no passado distante o território estava mais vinculado à ordem fortemente imposta do Estado-nação, cuja materialidade era dada principalmente pelas formas naturais, na atualidade, as ações estão notadamente associadas a um meio técnico-científico-informacional cada vez mais dominante, posto que tais ações sejam realizadas no âmbito dos objetos devidamente sintonizados e carregados de informação.

Para Santos (2006), o território é assim constituído mediante uma lógica normada e normalizadora, entendida como a constante racionalidade da própria informação, como produto inerente aos processos espaciais que envolvem as relações de produção na necessária eficácia que a globalização da economia exige e sem a qual não acontece de maneira satisfatória, já que é espacialmente seletiva e funciona sob a forma de territórios-redes:

Através de ações normadas e de objetos técnicos, a regulação da economia e a regulação do território vão agora impor-se com ainda mais força, uma vez que um processo produtivo tecnicamente fragmentado e geograficamente espalhado exige uma permanente reunificação, para ser eficaz. O aprofundamento resultante da divisão do trabalho impõe formas novas e mais elaboradas de cooperação e de controle. As novas necessidades de complementaridade surgem paralelamente à necessidade de vigiá-las, acompanhá-las e regulá-las. Estas novas necessidades de regulação e controle estrito mesmo à distância constituem uma diferença entre as complementaridades do passado e as atuais (SANTOS, 2006, p. 154).

Com base na citação anterior, podemos afirmar as características recentes que se impõem às novas realidades das cadeias econômicas em suas reproduções ampliadas e interações socioespaciais. Isso porque, uma vez iniciadas, elas tenderão a uma densificação técnica e econômica cada vez mais regulada e vinculada à lógica da ordem global; lógica esta orientada sob a égide dos grandes organismos

mundiais (Fundo Monetário Internacional, Organização Mundial do Comércio, Banco Mundial etc.), que funcionam como norma e normatização do uso do território no âmbito do Estado territorial. Vale frisar que tais organismos agem para impor a velocidade e a eficácia exigidas pela ordem global na organização e nos usos dos territórios, de modo a consolidar a lógica que, uma vez implantada, exigirá constantes readequações para responder aos imperativos de eficácia exigidos no processo.

Tendo em vista essas considerações, cumpre-nos proceder a uma aproximação da teoria em relação à realidade onde se manifesta a cadeia da silvicultura do eucalipto, recentemente instalada na Região Geográfica Intermediária de Araguaína; esforço este que nos oferece elementos importantes para a aproximação da teoria miltoniana com a empiria relacionada aos atuais processos que vêm acontecendo no Tocantins e em outros estados que lhes são vizinhos, conforme procuraremos mostrar a seguir.

2 A CADEIA DA SILVICULTURA DO EUCALIPTO NA REGIÃO GEOGRÁFICA INTERMEDIÁRIA DE ARAGUAÍNA: DA ABSTRAÇÃO CONCEITUAL À REALIDADE ABSTRÁIDA

Santos e Silveira (2008) analisam o Brasil à luz da difusão diferencial do meio técnico-científico-informacional, sem desconsiderar as heranças do passado que ainda resistem no presente. Em nossa discussão, por seu turno, situamos este debate no âmbito dos grandes projetos hegemônicos anteriormente citados, considerando-os como “grandes objetos” (SANTOS, 1995) decorrentes de um sistema de ações projetado em nível global e que se coloca a serviço de políticas econômicas responsáveis por promover seletividades excludentes em face da complexidade que se faz presente no uso do território.

É importante destacar que a abordagem de Santos e Silveira (2008) oferece elementos importantes à análise da composição orgânica do território (SANTOS, 1992) brasileiro e, em particular, à compreensão dos grandes projetos situados em subespaços como a Região Geográfica Intermediária de Araguaína, marcada por notáveis atividades econômicas, como a cadeia da silvicultura do eucalipto, que representa os interesses de agentes hegemônicos que estabelecem diferenciações regionais entre espaços do mandar e espaços do fazer.

Esses níveis, do mandar e do fazer, estabelecem-se em múltiplas escalas e em diversos segmentos, sejam eles econômicos, políticos e/ou técnicos, a exemplo da cadeia da silvicultura do eucalipto, recentemente implantada na região em referência e que obedece a todos estes critérios: escalas de produção, nível tecnológico de aplicação aos processos, bem como níveis de gestão nas sucessivas etapas, a saber: o início da produção de mudas, a reprodução florestal das diversas áreas, o transporte e o processamento industrial. Assim, nosso foco abrange a empresa Marka Florestal, em Carolina (MA), as áreas de eucalipto da Região Geográfica Intermediária de Araguaína, a fábrica de celulose em Imperatriz (MA) e a de energia de biomassa em Marabá (PA).

Em visita ao Viveiro Marka Florestal, em dezembro de 2020, obtivemos algumas informações que, embora de forma panorâmica, compõem nossas inserções em campo. O viveiro Marka Florestal iniciou suas atividades em Carolina (MA) no ano de 2008 com os sócios Edson Luiz Marchi, ex-colaborador da Suzano Papel e Celulose, e José Vicente e Pedro Benedito de Melo, proprietários da Piraflores, unindo técnica e experiência na produção e comercialização de mudas de eucalipto clonal de alta qualidade.

A Figura 1 revela a dimensão e o porte da empresa Marka Florestal em suas instalações em Carolina (MA). Trata-se de uma área que abrange 15 hectares às margens da Rodovia BR-230 (mais conhecida como Transamazônica), que liga o Nordeste, a partir de João Pessoa (PB), ao interior da Amazônia, situação que contribui para a eficiência da logística de distribuição ao conciliar agilidade, custo e benefícios. A empresa é portadora de uma produção atual de 55 milhões de mudas/ano, gerando 200 empregos diretos e outros indiretos. Sua produção é voltada a uma variedade de eucalipto que mais se adapta às condições edafoclimáticas da região do cerrado, propiciando melhor qualidade à celulose e à geração de energia (MARKA FLORESTAL, 2020).

Nesse ponto de vista, a figura, a seguir, chama-nos a atenção para a aplicação da técnica, da pesquisa e do investimento na produção de mudas, reforçando o valor da investigação genética que não está desvinculada das condições físico-naturais do cerrado, como as próprias informações coletadas em campo nos asseguraram. Destarte, a associação entre a ciência e a informação, bem como entre os aspectos da logística e da escala de produção, dada a quantidade de produção de mudas, são elementos essenciais ao sucesso da produtividade na base da cadeia.

Figura 1 - Vista aérea do viveiro da Marka Florestal de produção de mudas de eucalipto na cidade de Carolina (MA)



Foto: LinkedIn (2020)

Podemos afirmar que esta empresa, como o grande agente hegemônico iniciador desta cadeia, é concebida como um “grande objeto” (SANTOS, 1995) no âmbito das ações inerentes ao território usado, de acordo com a concepção de Santos (1999, 2006). Nesta perspectiva, a seguinte citação do autor nos ajuda a refletir sobre a geração das mudas de eucalipto como base da cadeia:

[...] da mesma forma como participam da criação de novos processos vitais e da produção de novas espécies (animais e vegetais), a ciência e a tecnologia, junto com a informação, estão na própria base da produção, da utilização e do funcionamento do espaço e tendem a constituir o seu substrato (SANTOS, 2006, p. 160).

A forma cumulativa e qualitativa do progresso tecnológico – que tem o vetor informacional como motor de funcionamento – está presente nos processos produtivos, na cidade ou no campo, nos objetos tecnológicos, como uma hidrelétrica, uma metrópole, mas também em áreas de eucalipto que compõem a cadeia produtiva da silvicultura. Ressaltamos que esta cadeia é o foco de nossa pesquisa, englobando a produção de mudas, as áreas extensivas destinadas ao cultivo e o manuseio do replantio, elementos que demandam a aplicação de técnicas ligadas ao preparo do solo e garantem: a) a padronização

em relação ao tempo de crescimento das plantas; b) o manejo da árvore madura no seu corte; e c) o próprio transporte sob a força de modernas máquinas e extensos e potentes caminhões. Vale mencionar que estes veículos transportam as toras desde as florestas até a indústria e, a partir desse estágio, encaminham o processamento industrial do eucalipto na produção da celulose e da biomassa para geração de energia.

Na sequência, demonstramos, por meio da Figura 02, os canteiros de mudas de eucalipto que expressam a escala de produção de mudas alimentadoras das inúmeras áreas de eucalipto espalhadas pelos municípios da Região Intermediária de Araguaína.

Figura 2 - Canteiros de mudas de eucalipto na empresa da Marka Florestal Carolina (MA)



Foto: Luciano Guedes (dezembro de 2020)

Nesse sentido, pensando o uso do território a partir da dinâmica indissociável entre sistema de objetos e sistema de ações (SANTOS, 2006), a cadeia da silvicultura pode ser compreendida como um sistema de objetos em que cada elemento corresponde aos propósitos das ações executadas sob seus respectivos graus técnicos, científicos e informacionais, a exemplo do que ocorre com a produção das mudas. Este é um subsistema a compor o todo da cadeia, como também são as áreas do eucalipto com os processos inerentes, conforme abordamos na sequência, funcionando como outros subsistemas intermediários entre a produção das mudas e o processamento industrial.

Necessário se faz afirmar que essa atmosfera tecnificada impulsiona o rápido incremento à materialidade do território, trazendo como resultado a valorização econômica da instituição da propriedade moderna e privada da terra, o que tem levado a perdas territoriais de segmentos de populações tradicionais, indígenas e camponesas de suas posses de terra, como é o caso da Comunidade Quilombola Grotão, no município de Filadélfia (TO) (MATOS, 2018), uma vez que estas populações não estão em sintonia com essa lógica da globalização econômica no âmbito da silvicultura do eucalipto. Nesse contexto, parece-nos oportuna a citação de Santos:

Eis porque os territórios nacionais se transformam num espaço nacional da economia internacional e os sistemas de engenharia mais modernos, criados em cada país, são mais bem utilizados por firmas transnacionais que pela própria sociedade nacional. Em tais condições, a noção de territorialidade é posta em xeque e não falta quem fale em desterritorialização [...] (SANTOS, 2006, p. 162).

De acordo com o anuário da Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas (ABRAF, 2012), os estados de Minas Gerais, de São Paulo, do Paraná, de Santa Catarina, da Bahia, do Mato Grosso do Sul e do Rio Grande do Sul são os que possuem a maior concentração de plantios florestais no Brasil, com 87,1% da área total. A maior concentração nas regiões Sul e Sudeste do País (72,3%) se justifica em função da localização das principais unidades industriais dos segmentos de celulose e papel, de painéis de madeira industrializada, de siderurgia a carvão vegetal e madeira mecanicamente processada.

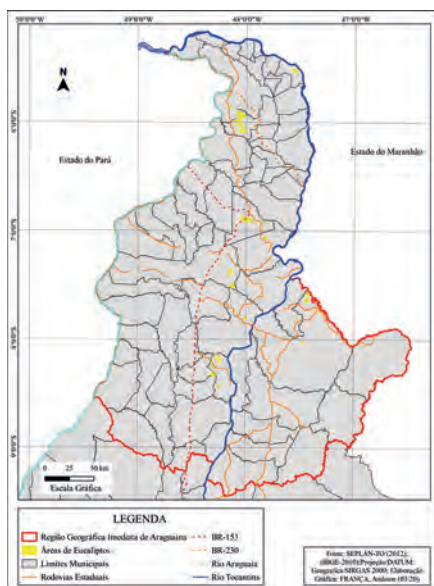
A pesquisa de Carvalho *et al.* (2019) demonstrou que no ano de 2004 o estado do Tocantins apresentou uma área de florestas plantadas na ordem de 17.414 hectares. No ano de 2013, esse quantitativo passou para 105.989 hectares distribuídos em 287 fazendas. Desse total, 96.459 hectares são de eucalipto, representando 91% das florestas plantadas no estado. Esses dados demonstram um aumento aproximado de 600% em nove anos.

Os dados levantados para este estudo demonstraram a expansão das áreas de eucalipto no período de 2010 a 2020, conforme procuramos representar nos mapas 2 e 3. Assim, em 2010, a área territorial ocupada por fazendas de eucalipto era de aproximadamente 28.000 hectares, enquanto no ano de 2020 essa área já está em torno de 93.000 hectares. Ou seja, um crescimento de mais de 300% em dez anos, o que pode ser percebido pelo aumento das áreas em amarelo nos respectivos mapas.

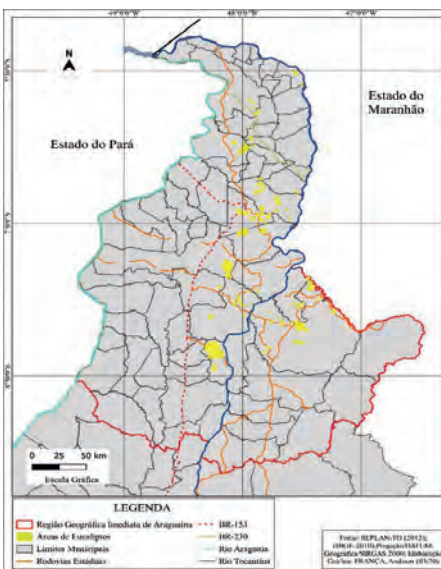
Nos últimos anos, os estados do Tocantins e do Mato Grosso do Sul são os que mais vêm apresentando crescimento dessa atividade, transformando-se,

juntamente com o Maranhão e com o Pará, nas novas fronteiras de florestas plantadas no Brasil. Para Fornaro (2012), além da disponibilidade de terras por valores ainda competitivos no Brasil nesses estados, comparativamente a outros onde a agricultura empresarial tecnologicamente intensiva já se consolidou, outros fatores explicam o avanço dessa atividade, como a existência de espécies de árvores com adaptabilidade para o clima de cerrado, a construção da Ferrovia Norte-Sul e a presença de rodovias importantes que cortam esses estados e que viabilizam o fluxo logístico da matéria extraída.

Mapa 2 - Áreas de eucalipto na RGIA no ano de 2010



Mapa 3 - Áreas de eucalipto na RGIA no ano de 2020



No caso do Tocantins, destaca-se a aprovação da Lei Estadual nº 2.713, de 09 de maio de 2013 (TOCANTINS, 2013), que dispensa a necessidade de licenciamento ambiental para o desenvolvimento de atividades agrossilvipastoris, conforme análise de Vampré e Medina (2019).

A legislação de favorecimento, neste caso, diz respeito ao território normado de que tematiza Santos (2006), posto que se trata de uma forma que legaliza a implantação da ordem hegemônica e, de tal modo, evidencia que o Estado está a serviço da burguesia capitalista global. Incentiva-se, nesse sentido, uma competitividade dos lugares, momento em que se observa um escancaramento legal do território à imposição da ordem global, a razão que, em detrimento da ordem local, orienta a atuação dos grandes agentes econômicos no espaço.

Nesse particular, o surgimento de novos espaços de produção (ELIAS, 2006) amplia-se e inclui áreas até então pouco favoráveis à obtenção de alta lucratividade.

As novas possibilidades de fluidez do espaço, somadas às que a revolução tecnológica vem propiciando à intensificação da forma capitalista de produzir na agropecuária, promovem verdadeira reestruturação produtiva no setor. A partir desta reestruturação, muitos novos espaços agrícolas podem ser incorporados à produção e ao consumo agropecuários globalizados (ELIAS, 2006, p. 31).

Especificamente na RGIA, dois fatores podem explicar o crescimento da produção de eucalipto. Um é a proximidade com a fábrica de celulose da Suzano, localizada na cidade de Imperatriz, no Maranhão, que absorve grande parte da produção. A outra razão é a presença do polo siderúrgico da Siderúrgica SINOBRAS, localizado na cidade de Marabá, no estado do Pará, outro destino bastante comum para os produtores localizados mais ao norte.

De acordo com o IBGE (2010), observamos que São Bento do Tocantins (TO) vem se destacando não só como área de plantio de eucalipto, mas também no campo do processamento industrial. Isso porque o município contou com a instalação de uma unidade da SINOBRAS, com sede regional em Marabá (PA); evento que afetou diretamente a dinâmica daquele pequeno município, especialmente no que tange à geração de impostos e à absorção da mão de obra local na produção de redutor bioenergético, que é destinada à Marabá.

Em visita à SINOBRAS, em São Bento do Tocantins, constatamos que esta empresa gera em torno de 200 empregos diretos no município. Além de sua produção direta, esta, com sede regional em Marabá, compra carvão de pequenos e de grandes produtores dos estados do Tocantins e do Pará. Em consequência, o plantio do eucalipto por outros colaboradores é somado às suas operações sazonais, sob a alegação do discurso de que mantém uma aproximação com as comunidades locais, anulando a ideia de existência de conflitos com elas em sua área de atuação.

Em relação à atividade no município de Araguatins (TO), próximo de São Bento do Tocantins, tem-se que, dos 18.000 hectares em plantação de eucalipto, 13.000 hectares são destinados à produção e ao fornecimento de carvão à siderúrgica SINOBRAS em Marabá (PA), conforme informações da empresa.

As diversas áreas de eucalipto que apresentamos evidenciam que o que menos aparece é a natureza original, ratificando a afirmação de uma tecnificação da paisagem configurada no âmbito do meio técnico-científico-informacional. A referida paisagem apresenta-se na evolução do processo de produção das áreas do

eucalipto, isto é, da floresta em pé até o transporte da madeira. Tal evolução, por sua vez, pode ser identificada no mosaico sintetizado na Figura 3, que apresenta características diferentes da cadeia da silvicultura e relaciona as áreas de produção das florestas e o aspecto da logística do transporte.

Figura 3 - (a) Floresta de eucalipto no município de São Bento do Tocantins; (b) toras de eucalipto após o corte, empilhadas e enfileiradas para o transporte; (c) procedimento de carregamento para o transporte; (d) veículo utilizado para transporte da madeira de eucalipto



Fotos: Luciano Guedes (setembro de 2019 e fevereiro de 2020)

Como segmento da cadeia, a logística também está presente em diferentes níveis e escalas, tal como podemos observar na figura anterior, com a representação das toras disponibilizadas às margens da estrada de terra, que, mesmo não asfaltada, apresenta bom estado de conservação (Figura 3-b); constatação esta que indica como a cadeia se vale de diversos graus de técnicas aplicadas ao transporte, em fluidez de tempos/espacos diversos. Nessa paisagem tecnicada, o trabalho e as funções obedecem à informação e à qualificação do trabalho, como demonstra a Figura 3-c, na qual um operador controla a máquina no carregamento das toras do chão para o treminhão.

Enquanto um dos subsistemas da cadeia do eucalipto, a logística se sustenta basicamente no transporte rodoviário em várias rodovias estaduais e federais, a exemplo da TO-222, que conecta as cidades de Araguaína (TO) e de Carolina (MA), e estas à BR-153, que, por sua vez, liga Araguaína à Imperatriz

(MA). Como território usado da silvicultura, esse sistema rodoviário é integrado também pela BR-230, que liga Carolina (MA) à Araguaína (TO) pela TO-222 e à Imperatriz (MA), pela BR 153; liga-se também às áreas de eucalipto de Wanderlândia (TO), de Araguatins (TO) e de Marabá (MA) por meio da BR-230. Para Fornaro (2012), soma-se a esse sistema rodoviário a BR-226, que se funde à Rodovia Belém-Brasília (BR-010), partindo da conexão com a BR-153 no município de Wanderlândia (TO), e segue até o município de Aguiarnópolis (TO), na divisa com o estado do Maranhão.

Ressaltamos que essas rodovias são os principais meios para os fluxos de transporte da madeira do eucalipto, perpassando as áreas de eucalipto para a fábrica de celulose da Suzano, na cidade de Imperatriz (MA), e para a siderúrgica SINOBRAS, na cidade de Marabá (PA).

Em relação ao meio técnico-científico-informacional, Santos (2006) também chama a atenção para a crise ambiental gerada pela própria rapidez das mudanças decorrentes do uso do território pelos agentes hegemônicos, cujas ações impactam tanto a ordem local quanto o equilíbrio ambiental referente à modernização da terra, à produção e às relações de trabalho, afetando, conseqüentemente, as territorialidades das populações nativas, tradicionais e camponesas.

[...] a busca de mais-valia ao nível global faz com que a sede primeira do impulso produtivo (que é também destrutivo, para usar uma antiga expressão de J. Brunhes) seja apátrida, extraterritorial, indiferente às realidades locais e também às realidades ambientais. Certamente por isso a chamada crise ambiental se produz neste período histórico, onde o poder das forças desencadeadas num lugar ultrapassa a capacidade local de controlá-las, nas condições atuais de mundialidade e de suas repercussões nacionais (SANTOS, 2006, p. 170).

Indagadas sobre a presença da SINOBRAS em São Bento do Tocantins (TO), lideranças de comunidades tradicionais relataram que a empresa trouxe crescimento econômico para o local em razão da geração de emprego no município. No entanto, também reclamaram que alguns córregos estão secando depois da chegada do eucalipto no local. Outra questão levantada foi a preocupação com a expansão do eucalipto sobre as áreas de babaçu, que já começa a afetar a principal fonte de renda de várias famílias.

Registramos outra situação dos impactos decorrentes da silvicultura na comunidade tradicional Sete Barracas, localizada no município de São Miguel do Tocantins, na região conhecida como Bico do Papagaio. Na ocasião, tomamos conhecimento das ações da Sra. Raimunda Gomes da Silva, falecida em novembro de 2018. “Dona Raimunda Quebradeira de Coco”, como

era conhecida, deixou um legado na atuação pelos direitos das mulheres quebradeiras de coco babaçu nessa região, com destaque para a criação de sindicatos de quebradeiras de coco, como o do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB).

Nesse sentido, contrariamente à chegada do eucalipto e à modernização da paisagem, há que se reforçar a gestão política no âmbito da produção local em detrimento do desmantelamento dessa organização; gestão política esta que fora perturbada pelos impactos da chegada do eucalipto como um modelo da racionalidade global que age de forma fria e excludente do ponto de vista social e ambiental, uma vez que as matas de cocais do babaçu, duramente ameaçadas por aquele processo, caracterizam-se como outras formas diferenciadas de uso do território, sendo fontes de renda das famílias dessa comunidade.

A matéria da Associação União das Aldeias Apinajé (PEMPXÀ, 2015) traz uma forte denúncia sobre os impactos negativos da silvicultura do eucalipto nos territórios indígenas, dando conta dos desmandos da política dirigida a esses povos conciliados com as inoperâncias e/ou os favorecimentos aos agentes hegemônicos no atendimento dos seus interesses imperativos, os quais somente prejudicam os povos nativos da região.

Atualmente estamos sendo fortemente pressionados e prejudicados por grandes desmatamentos realizados por empresas para o plantio de eucaliptos e carvoarias. O Relatório do Ministério Público Federal-MPF-AGA divulgado em 2013, apontou 494 projetos de “silvicultura” das empresas Eco Brasil Florestas, Suzano Papel e Celulose e Sinobrás em andamento no Norte de Tocantins, sendo que mais da metade destes empreendimentos estão planejados e sendo implantados nos municípios de Ananás, Araguatins, Axixá, São Bento do Tocantins, Cachoerinha, Nazaré e Tocantinópolis, alguns com incidência direta na Terra Apinajé. No mês de agosto de 2013, após denuncia do povo Apinajé, a Fundação Nacional do Índio-FUNAI e a Companhia de Polícia Rodoviária Ambiental do Tocantins – CIPRA, durante diligências em áreas limítrofes flagraram um desmatamento irregular na fazenda Gleba Matão I, localizada na BR 230, em área reivindicada pela comunidade Apinajé, no qual existiam também (2) duas carvoarias em operação. Argumentando a não participação no Processo de Licenciamento dos empreendimentos, a FUNAI conseguiu junto ao MPF-AGA que os referidos desmatamentos e carvoarias fossem embargados pelo Naturatins, que é órgão licenciador do Estado do Tocantins. Mas, por meio de Decisão Judicial, o empreendedor obteve autorização para continuar as atividades, que estão se expandindo por toda região do entorno da Terra Apinajé, visando o plantio de eucaliptos (PEMPXÀ, 2015, p. 2-3).

A outra situação que representa o grau dos rápidos impactos quanto ao avanço do eucalipto sobre o território ancestral é a registrada na Comunidade Quilombola Grotão, localizada no município de Filadélfia (TO). A área plantada de eucalipto invadiu grande parte do território quilombola, ocasionando uma drástica redução do seu território ancestral. A área de plantio de eucalipto está próxima da comunidade, já impactando a oferta de água. Isso tem provocado a migração de parte das famílias para cidades da região, como Araguaína (TO), ocasionando a perda da força e expressão culturais que têm alterado o curso de normalidade da vida comunitária, desestabilizando o desenvolvimento socioambiental (MATOS, 2018).

Os impactos ocorrem até mesmo no âmbito da ordem oficial dos territórios municipais institucionalizados, ultrapassando as escalas das populações nativas, tradicionais e camponesas, como é o caso da prefeitura de Palmeirante (TO), onde um representante do poder público local nos informou que no ano de 2007 a empresa Eco Brasil começou a comprar terras no município junto a pequenos e grandes proprietários. Em 2008, deu-se início ao preparo do solo e à implantação da logística para o plantio do eucalipto nas áreas adquiridas.

A sua narrativa é contundente ao manifestar seu sentimento de decepção com os rumos que a atividade de silvicultura ganhou no município. Para ele, em um primeiro momento, a empresa conseguiu convencer alguns pequenos proprietários a venderem suas terras por valor acima do mercado local. Desestimulados pela falta de incentivos para permanecerem em suas terras e seduzidos pela possibilidade de ganharem dinheiro, desfizeram-se do seu bem e terminaram por gastar o dinheiro da venda, não conseguindo mais adquirir outra terra. Com isso, muitos se “refugiaram” no distrito de Cicelândia, onde vivem de suas aposentadorias ou de pequenos serviços oferecidos à população de Palmeirante.

Outro ponto observado no município foi o não cumprimento das promessas realizadas em audiências públicas promovidas pela empresa, que, na ocasião da chegada do eucalipto, criaram expectativas na população e no poder público de melhorias sociais e econômicas ao município com a atuação da empresa. No entanto, para o poder público, a Eco Brasil Florestas só gera algum tipo de retorno econômico no recolhimento do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), o que não corresponde à responsabilidade social que a empresa pregou e prega nos seus discursos.

Esse panorama geral, demonstrativo dos impactos negativos no âmbito da cadeia da silvicultura do eucalipto na Região Geográfica Intermediária de Araguaína, caracteriza algumas das contradições relacionadas aos mais recentes impulsos da nova ordem global sobre as condições até então expressas nos

modos de vida locais, cujos descontentamentos são verificados por meio das impressões coletadas em campo.

Nesse sentido, Santos (2006) lembra que a modernização, a urbanização e a ideia de progresso chegam com muito mais impacto de transformação socioespacial em espaços que ele classifica como opacos no contexto do meio técnico-científico-informacional. O referido autor lembra, também, que isso se efetiva com maior força em espaços com pouca densidade técnica, oriundos da organização política e econômica precedente.

No que concerne aos níveis de divisão do trabalho que a cadeia da silvicultura do eucalipto da Região Geográfica Intermediária de Araguaína abrange e à formação de uma hierarquia interdependente e complementar, cumpre-nos trazer uma reflexão relacionada ao nível industrial da produção, mesmo que de forma panorâmica. Neste sentido, as palavras de Santos (2006) são oportunas como embasamento:

Essas interdependências tendem a ser hierárquicas e seu papel de ordenamento transporta um comando. A hierarquia se realiza através de ordens técnicas, financeiras, políticas, condição de funcionamento do sistema. A informação, sobretudo ao serviço das forças econômicas hegemônicas e ao serviço do Estado, é o grande regedor das ações que definem as novas realidades espaciais. Um incessante processo de entropia desfaz e refaz contornos e conteúdos dos subespaços, a partir das forças dominantes, impondo novos mapas ao mesmo território. E o crescente processo de homogeneização se dá através de um processo de hierarquização crescente. A homogeneização exige uma integração dependente, referida a um ponto do espaço, dentro ou fora do mesmo país. Nos outros lugares, a incorporação desses nexos e normas externas tem um efeito desintegrador das solidariedades locais então vigentes, com a perda correlativa da capacidade de gestão da vida local (SANTOS, 2006, p. 193).

A reflexão de Santos (2006) nos viabiliza a compreensão de que a cadeia do eucalipto aqui abordada tem um recorte cartograficamente mais direto, sobretudo porque optamos por abordar as transformações mais aparentes relacionadas às duas etapas iniciais da cadeia, quais sejam: a empresa de produção de mudas em Carolina (MA) e as áreas de cultivo do eucalipto com impacto direto no norte tocantinense.

Entretanto, essa cadeia tem seu sustentáculo no empreendimento industrial do imigrante ucraniano Leon Feffer, fundando em 1924 a Suzano Celulose e Papel, com inauguração, dezessete anos depois, da primeira fábrica no bairro do Ipiranga, em São Paulo (SP) (SUZANO, 2020). Ainda de acordo com esta fonte, a referida empresa, de atuação global, é marcada por uma trajetória ascendente

de industrialização, de diversificação, de fusão e de incorporação de outras empresas, bem como de crescente aplicação técnica de suas linhas de produção e de diversificação de produtos.

Para Santos (2006), os agentes hegemônicos da globalização detêm grande capacidade de alterar a ordem local dos lugares onde determinam seus usos corporativos do território. Desta maneira, a cadeia aqui estudada não se explica sem o comando desse importante agente hegemônico instalado em Imperatriz (MA) no ano de 2014, considerada umas das maiores e mais modernas plantas de produção de celulose e de fibra curta do mundo, ainda que sua presença na região seja anterior à instalação da sua fábrica. Sua fusão com a Aracruz celulose, em 2017, torna essa empresa a maior produtora de celulose do mundo.

A matéria de Vera Batista, divulgada pelo Correio Brasiliense (BATISTA, 2014), traz informações a respeito da Suzano Celulose, especialmente no âmbito da cadeia da silvicultura do eucalipto na Região Geográfica Intermediária de Araguaína, informando sobre: a) a instalação e as características da fábrica, em Imperatriz (MA); b) a produção regional da matéria-prima de abastecimento da indústria; e c) a exportação da produção industrial conectada ao porto de Itaqui/São Luís (MA), via ferrovia Norte/Sul e Carajás.

A Suzano Papel e Celulose inaugura, nesta quinta-feira (20/3), a fábrica de produção de eucalipto em Imperatriz, segunda maior cidade do Maranhão, com a presença da presidente Dilma Rousseff e da governadora, Roseana Sarney. A unidade tem capacidade de produção de 1,5 milhão de toneladas. A fábrica, que já está em operação, atenderá, prioritariamente, os mercados europeu e norte-americano. O empreendimento recebeu investimentos de R\$ 6 bilhões.

O suprimento de madeira virá de plantios próprios, do Programa Vale Florestar e de parcerias com produtores locais. A planta industrial tem duas secadoras e dois fornos de cal, que permitem maior flexibilidade e estabilidade operacional. 'Esse é um momento muito especial e que representa um salto importante para a empresa. Superamos o primeiro desafio, que era o início da produção, e agora estamos com nossas equipes focadas na evolução da planta'; explicou Walter Schalka, presidente da Suzano Papel e Celulose.

Para escoar a celulose, serão utilizados um ramal ferroviário próprio de 28 quilômetros, a ferrovia Norte-Sul e a ferrovia Carajás, essas duas últimas administradas pela Vale. A carga não sofrerá transbordo até o Porto do Itaqui, por onde será exportada. Serão gerados 3,5 mil empregos diretos e 15 mil indiretos (BATISTA, 2014, não paginado).

No que se refere à produção de eucalipto, a reportagem menciona as parcerias entre os produtores locais nas áreas de eucalipto da Região Geográfica Intermediária de Araguaína, já que o processamento industrial em grande escala

demanda cultivo de grandes produtores individuais no entorno regional, além dos grandes produtores deste contexto, representados pelas empresas Eco Brasil e SINOBRAS. Quanto ao transporte e à exportação da produção, a reportagem também se refere à integração que associa a Suzano, responsável pela produção de celulose, e a Vale, que detém o monopólio do transporte ferroviário ligando imperatriz ao porto de Itaqui, em São Luís (MA), mediante uma logística viabilizada pelas ferrovias Norte-Sul e Carajás; modalidade esta que é considerada uma das formas de transportes mais baratas do mundo.

Toda cadeia apresenta uma complexidade produtiva dinâmica, ou seja, assume relações complexas, diversas, em multiatividades e multiescalaridades de formas integradas, como é o caso da cadeia do eucalipto aqui em questão. Neste sentido, o eucalipto também serve de matéria-prima à produção de bioenergia, tão essencial à produção do aço, que no caso da SINOBRAS, em Marabá (PA), também começa a se configurar como outra cadeia, a do aço. Particularmente, essa siderúrgica utiliza o eucalipto com Unidade de Produção de Redutor Bioenergético (SINOBRAS, 2010).

Com matriz em Fortaleza (CE) e siderúrgica em Marabá (PA), a SINOBRAS possui 13 fazendas próprias no estado do Tocantins com plantio de eucalipto, somando uma área de 24.000 hectares. Recentemente, escolheu dentro do Tocantins o município de São Bento do Tocantins para investir em sua unidade industrial de produção de Redutores Bioenergéticos, a fim de atender sua unidade siderúrgica em Marabá. A unidade industrial da SINOBRAS em São Bento conta com duas unidades cuja capacidade de produção é de 25.500 metros cúbicos. Está equipada com 46 fornos retangulares para mitigarem os impactos ambientais. É uma empresa que aplica a mecanização em suas operações, nos módulos referentes à colheita, ao transporte, ao manejo da lenha e ao carvão mecanizados. Gera 200 empregos diretos, além dos empregos temporários, nos períodos de plantio (SINOBRAS, 2010).

Segundo as informações contidas no seu Relatório de Sustentabilidade (SINOBRAS, 2010), esta empresa é coerente com seus princípios de sustentabilidade ao empreender a política econômica em Redutores Bioenergéticos e ao implantar suas fazendas florestais, localizadas nos municípios tocantinenses de São Bento do Tocantins e Araguatins. Compondo 24 mil hectares que geram um saldo de 16 milhões de árvores, estas fazendas garantem 100% da demanda de utilização desse produto no processo da usina siderúrgica em Marabá (PA). Dessa maneira, com o plantio de outras 50 mil mudas, a empresa afirma que garante as áreas de preservação permanente.

A partir dos dados coletados, o que se pode verificar na cadeia da silvicultura do eucalipto da Região Intermediária de Araguaína é que a ciência, a técnica e a informação são ingredientes essenciais do discurso da produção, da sustentabilidade e da legitimidade do processo; discurso este que está presente no processo de modernização, de padronização e de uniformização do espaço e no uso do território, tendo a mídia na base da comunicação e como agente veiculador, já que é inerente, em princípio e em última instância, ao mercado global.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final da nossa reflexão, achamos pertinente realçar alguns pontos desenvolvidos, mas também deixar alguma situação na perspectiva de futuro retorno ao tema, considerando tanto a dinâmica particular da cadeia quanto a dialética do conhecimento científico.

Partindo de informações gerais, empíricas e também de leituras teóricas, a primeira questão que trouxemos em nossa proposta era se havia uma cadeia do eucalipto na Região Geográfica Intermediária de Araguaína. E a conclusão é sim, há uma cadeia produtiva nesse segmento, ainda que embrionária, considerando as características mais marcantes que registramos em campo. Tais peculiaridades puderam ser expressas com base nos processos, nos atores e nos níveis de ocorrência em suas evidências, tanto em relação aos impactos sobre a modernização da terra, como no que diz respeito às dinâmicas campo/cidade que evidenciam, de forma geral, uma nova reestruturação da ordem local em todos os espaços de inserção dessa cadeia produtiva.

Do ponto de vista da aplicação técnica, salientamos que ela está ocorrendo concomitantemente à (des)reestruturação local no âmbito do capital e do trabalho, pois os novos imperativos hegemônicos da economia global têm impactado negativamente as formações socioeconômicas de populações nativas, tradicionais e camponesas anteriormente estruturadas e cujas produções econômicas não são voltadas exclusivamente para o mercado. Por sua vez, os segmentos da cadeia têm exigido novas dinâmicas socioespaciais campo/cidade em incrementos técnicos relacionados à produção, ao adensamento e à inovação dos fluxos de produtos, à qualificação e à hierarquização do trabalho e às novas relações sociedade/natureza.

No âmbito da cadeia, pudemos verificar que as características concernentes ao território usado se organizam em diferentes níveis tecnológicos e em diversas etapas, escalaridades, territorialidades e hierarquias em um acontecer solidário (SANTOS, 2006), principalmente entre a produção de mudas de eucalipto, as

áreas de produção das florestas e o processamento industrial, sendo que em cada nível há diferentes graus de fluidez em relação ao transporte.

Como toda cadeia produtiva é diversa e complexa, esta não é diferente, embora deva ser observada e analisada em sua particularidade e singularidade. Neste sentido, o que apresentamos aqui, de forma panorâmica, expressa-se de forma rápida e constante quanto aos novos impulsos e aos novos incrementos tecnológicos e de capitais, podendo mudar em seus principais elementos constituintes, já que obedece à velocidade da ordem global. Dessa forma, a tendência é de aumento da produção de mudas, das áreas de plantio e da escala de processamento, provocando novas reestruturações da ordem local/global obedientes à lógica geral dos espaços das cadeias produtivas.

Nesta lógica, vale destacar os agentes hegemônicos que detêm os processos inicial e final dessa cadeia em nível local, já que sua lógica econômica é global: Viveiro Marka Florestal, Suzano Celulose, Eco Brasil Florestas e SINOBRAS. Estes agentes imprimem técnicas de ponta, seja na criação de espécies de eucalipto, seja na produção e no processamento industrial, dispondo, para tais processos, de grandes investimentos de capital, de forma a garantirem os padrões de qualidade inerentes à cadeia em sua totalidade. Na perspectiva do que Santos (2006) chama de motor único da economia global, destaca-se que tais agentes são portadores das características de empresas globais em escala local, pela sua capacidade de articular, de inovar, de comercializar e de integrar redes da cadeia em questão.

Assim sendo, afirmamos que a abordagem da cadeia da silvicultura do eucalipto da Região Geográfica Intermediária de Araguaína pode ser estudada tendo como ponto de partida qualquer um dos segmentos elencados ao longo do texto. O fato de termos partido da observação do segmento do eucalipto propriamente dito – sendo este, em nossa observação, o fenômeno aparentemente mais expressivo da cadeia – não significa que ele seja o caminho único e necessário de abordagem empírica.

O ponto de partida, portanto, poderia ser qualquer outro segmento, como a fábrica da Suzano, em Imperatriz (MA), a Viveiro Marka Florestal, em Carolina (MA), ou a SINOBRAS, em Marabá (PA), considerando a natureza produtiva de uma cadeia como uma unidade fecunda que se complementa e interage em seus segmentos e níveis técnicos funcionais de produção em espacialidades e em escalaridades diversas; constatação esta que nos convoca a lançar futuros olhares, em ângulos diversos, com o objetivo de produzir novas reflexões para o aprofundamento do fenômeno.

REFERÊNCIAS

- ABRAF. **Anuário estatístico da ABRAF**. Brasília, DF: ABRAF, 2012. 150 p.
- BATISTA, V. Fábrica de produção de eucalipto é inaugurada nesta quinta em Imperatriz. **Correio Brasiliense**, Brasília, DF, 20 mar. 2014. Seção Economia. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2014/03/20/internas_economia,418515/fabrica-de-producao-de-eucalipto-e-inaugurada-nesta-quinta-em-imperatriz.shtml. Acesso em: 02 dez. 2020.
- CARVALHO, E. V.; COELHO, M. C. B.; SOUZA JÚNIOR, M. R.; GIONGO, M. M.; GANASSOLI NETO, E. Evolução do setor florestal no Tocantins. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, DF, Ano XXVIII, n. 1, p. 45-54, jan./mar. 2019.
- ELIAS, D. Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 9, n. 8, p. 29-51, jan./jun. 2006.
- FORNARO, A. C. **Logística e agronegócio globalizado no Estado do Tocantins: um estudo sobre a expansão das fronteiras agrícolas modernas no território brasileiro**. 2012. 157 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.
- IBGE. Censo 2010. **IBGE**, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 01 jul. 2018.
- IBGE. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.
- LINKEDIN. Vista aérea do viveiro da Marka Florestal de produção de mudas de eucalipto na cidade de Carolina (MA). **LinkedIn**, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.linkedin.com/company/marka-florestal>. Acesso em: 20 dez. 20.
- MARKA FLORESTAL. **Viveiro de produção e comercialização de mudas clonais de Eucalyptus ssp**. Carolina: Marka Florestal, 2020. 1 folder.
- MATOS, M. R. **Políticas de desenvolvimento e povos tradicionais na Amazônia: um estudo sobre a Comunidade Remanescente de Quilombo Grotão quanto aos impactos da chegada do eucalipto**. 2018. 141 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura e Território) – Programa de Pós-Graduação em Cultura e Território, Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2018.
- PEMPXÀ. UHE Estreito: agravamento de impactos negativos na vida do povo Apinajé. **Acervo Combate Racismo Ambiental**, [S. l.], 07 maio 2015. Racismo Ambiental. Disponível em: <https://acervo.racismoambiental.net.br/2015/05/07/uhe-estreiro-agravamento-de-impactos-negativos-na-vida-da-populacao-apinaje/>. Acesso em: 20 set. 2019.

SANTOS, M. A revolução tecnológica e o território: realidades e perspectivas. **Terra Livre**, São Paulo, n. 9, p. 7-17, jul./dez. 1992.

SANTOS, M. Os grandes projetos: sistema de ação e dinâmica espacial. In: CASTRO, E. R. M.; MOURA, E.; MAIA, M. L. S. (org.). **Industrialização e grandes projetos**: desorganização e reorganização do espaço. Belém: EDUFPA, 1995. p. 13-20.

SANTOS, M. O território e o saber local: algumas categorias de análises. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, ano XIII, n. 2, p. 15-26, 1999.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. 2. reimp. São Paulo: EDUSP, 2006.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SBS. **Fatos e Números do Brasil florestal**. São Paulo: SBS, 2008.

Disponível em: http://www.celso-foelkel.com.br/artigos/outros/09_2008_FatoseNumerosdoBrasilFlorestal.pdf. Acesso em: 23 nov. 2019.

SINOBRAS. **Relatório de sustentabilidade**. Fortaleza: SINOBRAS, 2010.

Disponível em: https://www.sinobras.com.br/images/pdf/Relatorio_de_Sustentabilidade_2010.pdf. Acesso em: 07 fev. 2021.

SUZANO. Histórico. **Suzano**, São Paulo, 02 jun. 2020. Disponível em: <https://ri.suzano.com.br/Portuguese/a-companhia/historico/default.aspx>. Acesso em: 24 jan. 2021.

TOCANTINS. **Lei nº 2.713, de 09 de maio de 2013**. Institui o Programa de Adequação Ambiental de Propriedade e Atividade Rural [...]. Palmas: Casa Civil, [2013]. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=254460#:~:text=1%C2%BA,Art.>. Acesso em: 15 mar. 2021.

VAMPRÉ, S.; MEDINA, P. Dispensa de licenciamento ambiental para atividades rurais no estado do Tocantins: suporte teórico para um discurso argumentativo. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v. 16, n. 34, p. 177- 204, jan./abr. 2019. Disponível em: <http://www.domhelder.edu.br/revista/index.php/veredas/article/view/1254>. Acesso em: 13 mar. 2021.

Texto submetido à Revista em 03.07.2020

Aceito para publicação em 22.04.2021



RESENHA

VICENTINI, Yara. **Cidade e história na Amazônia**. Curitiba: Editora da UFPR, 2004.

Adailson Soares Dantas - Mestrando em Planejamento do Desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: adailsondantas16@gmail.com

Flavio Henrique Souza Lobato - Mestrando em Planejamento do Desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: flaviohslobato@gmail.com

Uma história sobre a “natureza” das cidades na Amazônia: constituição, modernidade e processos contemporâneos

1 APRESENTAÇÃO

Uma história, por vezes, possui mais de uma versão. No contexto de conformação da Amazônia, a exemplo, é possível identificar diferentes narrativas, seja dos colonizadores e dos agentes envolvidos no planejamento e na implementação dos grandes projetos de desenvolvimento, seja dos povos indígenas e das comunidades tradicionais que historicamente foram afetadas por transformações significativas em seus modos de vida e territórios. Algumas narrativas dessa história nem sempre são contadas, sendo invisibilizadas e silenciadas diante da sobreposição de versões convencionais e hegemônicas, conforme assinalam Castro e Campos (2015).

Nesse sentido, o livro *Cidade e História na Amazônia* resulta de um esforço de tentar compreender o quadro complexo de discussões sobre a(s) história(s) das cidades na Amazônia brasileira. A obra apresenta compreensões sobre a natureza e

a contraposição entre as visões sobre a Bacia Amazônica, nas quais a subjetividade se expressa no período contemporâneo pela forte manutenção da memória coletiva, vinculada às formas de vida florestal como resistência cultural e como modos de expressão de um inconsciente coletivo. Escrito por Yara Vicentini, o livro tem extensão de 290 páginas e possui configurações de texto argumentativo-dissertativo, sendo escrito em língua portuguesa (BR). Apresenta escrita coerente, coesa, possuindo conteúdo e estrutura bem articulados e desenvolvidos.

A autora é graduada em Arquitetura e Urbanismo (1974) pela Universidade Mogi Cruzes, São Paulo, mestra em Estruturas Ambientais Urbanas (1988) pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP) e doutora em Arquitetura e Urbanismo (1994) pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. Foi professora e orientadora do Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMADE) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), de 2000 a 2006. Teve experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em Teoria do Urbanismo, atuando principalmente nos seguintes temas: meio ambiente, história urbana do Brasil, espaço público urbano, metrópoles brasileiras e história do urbanismo (PLATAFORMA LATTES, 2021).

Inicialmente escrito como tese de doutorado defendida pela autora no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) da USP, em 1994, o livro se refere ao processo histórico e contemporâneo de constituição das cidades na Amazônia brasileira, a partir de sucessivas abordagens teóricas e metodológicas e de suas temporalidades específicas. A necessidade da obra advém de um contexto de crescimento do pensamento ambientalista nos anos 1990, período no qual ocorreram diversos eventos mundiais (como a Conferência RIO92) com o intuito de criar alternativas e avanços para os emergentes prognósticos de esgotamento de recursos naturais e, conseqüentemente, de destruição do meio ambiente.

É neste quadro complexo que é retratada, nesta obra, a discussão sobre a história das cidades na Amazônia brasileira, contrapondo conceitos e perspectivas sobre a natureza e as diversas visões sobre a Bacia Amazônica, nas quais a subjetividade ainda se expressa – mesmo quase 3 décadas após a escrita do livro - pela manutenção da memória coletiva como resistência cultural vinculada às formas de vida dos diversos povos que habitam a floresta, notadamente os povos tradicionais, indígenas e ribeirinhos. Assim, *Cidade e História na Amazônia* tem como enfoque a relação cidade/natureza, compreendendo que o processo de

constituição das cidades da região foi condicionado por um sistema econômico, político cultural e mundial que guarda especificações – que são expostas por uma natureza diversificada e por peculiar apropriação antrópica. No mais, esta especificidade revela uma fragmentação em sua organização territorial, assim como uma diversidade própria nas expressões espaciais, sociais e culturais.

No tocante às considerações fundantes sobre a questão da abrangência da área de estudo e das temporalidades tratadas na obra, a autora entende que a concepção sobre a bacia amazônica, além de exprimir um conceito espacial, distingue uma temporalidade diferenciada em sua concretização histórica, que não se restringe à possibilidade de uma temporalidade estritamente vinculada a ciclos econômicos gerais. Nesse sentido, o exame detalhado da historiografia sobre o objeto de estudo nos ajuda a refletir sobre a reconstrução de uma temporalidade, não necessariamente calcada na cronologia dos fatos políticos, econômicos e sociais, mas na exploração de planos diferenciados de história, procurando epistemologicamente caracterizar um tempo geográfico, um tempo social e um tempo cultural ou individual.

Na discussão sobre as possibilidades teóricas decorrentes de seu objeto de estudo, qual seja, a vinculação cidade/natureza/história na Bacia Amazônica, Vicentini propõe quatro argumentos principais. Em primeiro lugar, colocou-se a necessidade de uma reflexão sobre a concepção de natureza, para, posteriormente, pensá-lo em seus diversos paralelismos com a concepção de cidade. Esta análise possui, para a autora, múltiplas facetas, entre as quais se destaca a compreensão que, entre os séculos XV e XIX, formulou teorias sobre a metafísica, a natureza e a evolução das espécies que contribuíram para consolidar a visão do europeu colonizador em diversas partes do mundo.

O segundo argumento pode ser expresso pela apreensão dos movimentos políticos e históricos vinculados ao seu objeto de estudo. A abordagem da história dos homens encontra nas representações dos movimentos políticos, no caráter do Estado e nas transformações da base econômica direções para um aprofundamento da análise tratada pela autora.

Para o terceiro argumento, Vicentini destaca o caráter das cidades na Amazônia, estabelecendo uma diferenciação fundamental entre uma análise que se pauta no processo de urbanização e outra que se centra no seu caráter. A discussão levantada pela autora se refere às abordagens em que a apreensão do processo urbanização, afeita aos processos mais gerais de um sistema

mundializado de expansão e de peculiaridades do modo de produção capitalista, parece insuficiente para o exame da especificidade e da diversidade das cidades na Amazônia brasileira. Para isso, recorre-se à interpretação marxista da cidade capitalista, nos termos expostos por Henri Lefebvre, que trabalha com a questão da cidade em abordagens que se aproximam do mundo do trabalho, dos modos de vida e de uma interpretação das transformações culturais que lhe são intrínsecas.

Examinar as transformações no caráter das cidades, sob os aspectos que incluem a introdução de uma nova urbanidade, na longa passagem para a modernidade, são premissas que esboçam o quarto e último argumento da abordagem teórica proposto pela autora, uma vez que destacam a contraposição e a diversidade entre um entendimento universal amparado em sua visão da expressão dos modos culturais de vida, os quais são enfocados pela relação trabalho e natureza.

Em termos metodológicos, no âmbito do objeto de estudo da obra, em primeiro lugar, segundo Vicentini, é fundamental realizar uma reflexão sobre as categorias espaço e tempo, delimitadas por uma temporalidade própria do objeto na sua expressão geográfica e histórica, fortemente vinculada ao meio natural e em suas abordagens específicas nas cidades. Nesse sentido, a autora se apropria de uma periodização histórica tradicional não compatível com a formulação metodológica que se persegue, mas que expõe o conhecimento de uma cronologia de ocupação territorial por ciclos econômicos, que se apresentam como um mapeamento do conhecimento empírico da história de apropriação do território.

Um segundo enfoque metodológico utilizado pela autora refere-se à consideração do eixo teórico sobre os processos políticos, à caracterização do Estado e suas transformações e à sua intervenção nas formas de apropriação territorial. A história suporta as concepções teóricas sobre a introdução de novas relações econômicas e técnicas de produção na bacia amazônica, em sua especificidade.

Por último, Vicentini considera que a apreensão da diversidade cultural necessita de conhecimento histórico e antropológico, colocando como referência a compreensão das formas de resistência da população, de caráter social e cultural. Neste caso, o objetivo da autora é particularizar a discussão cultural, fortemente vinculada ao entendimento sobre a ideia de natureza, perante a construção das cidades e suas especificidades.

2 SÍNTESE DA OBRA

A riqueza das informações coletadas por Yara Vicentini e a dimensão dos processos de transformação em curso na época de escrita do livro puderam estruturar a proposta de organização e conteúdo do mesmo, que se apresenta em cinco capítulos, além da introdução, quais sejam: 1) “A gênese da cidade”, 2) “A passagem para a modernidade”, 3) “O processo contemporâneo de formação das cidades” 4) “A especificidade da cidade na Amazônia” e 5) “Conclusão: natureza, Amazônia e cidade”. Para tanto, a autora utiliza, simultaneamente, uma temporalidade política, econômica, histórica e cultural, conforme os enfoques expostos.

No primeiro capítulo, intitulado “A gênese da cidade”, o pensamento sobre a natureza e seus principais paradigmas do século XV ao XVIII são expostos, procurando contrapor a visão do homem europeu à concepção dos povos primitivos. A autora configura a diversidade e a extensão do período inicial da colonização na Amazônia, enfocando a questão histórica que remete a considerações antropológicas sobre a apropriação do território e seu domínio, evoluindo das formas de apropriação dos povos primitivos, até então eminentemente vinculadas às especificidades do “meio físico”.

Prosseguindo, a autora enfatiza a transformação de um processo de apropriação nômade e sem delimitação, que se entende como domínio territorial da região, até o surgimento das primeiras concessões dominiais em áreas extrativistas, a famílias de colonos, constituídas em núcleos urbanos ribeirinhos. Do ponto de vista histórico e social da formação das cidades, Vicentini analisa a construção dos fortes, dos fortins e das aldeias missionárias. O item da discussão sobre o processo de apropriação sobre a região, que está descrito nos quadros de atuação e expansão das ordens religiosas nos séculos XVII e XVIII, também demonstra os exemplos de vilas e cidades da Amazônia que se originaram de aldeamentos e fazendas de missionários, citando as várias cidades que se formaram a partir desses aldeamentos. A autora destaca que havia o interesse em reproduzir, mesmo que tardiamente, o modelo de acumulação que viabilizasse a passagem, em nível internacional, do capitalismo mercantil ao industrial. Por este prisma, o poder comercial das ordens religiosas, em especial jesuítas, dificultavam esta transformação, em particular na Bacia Amazônica

O segundo capítulo, chamado de “A passagem para a modernidade”, analisa as diferentes visões do colonizador estrangeiro na floresta, destacando o pensamento sobre a natureza entre o século XVIII e início do século XX. Neste capítulo Vicentini tenta compreender a intensificação dos processos de ocupação pela expansão e extensão das áreas de exploração econômica. São profundas as alterações da rede urbana de cidades, iniciando-se a apropriação em áreas não mais exclusivamente ribeirinhas ou fluviais. As cidades, nesse período, passam por um processo de expansão diretamente vinculado aos novos parâmetros do mercado internacional. Em seguida, a autora aborda a passagem para a modernidade e o enfoque sobre a história cultural, particularizando estratégias de apropriação territorial, bem como formas de resistência cultural.

A autora termina o capítulo concluindo que o período significou a passagem para a modernidade na bacia amazônica, onde as cidades se expressam como antecipações, destacando: 1) as alterações relativas à sazonalidade da produção e dos modos de vida que são profundamente transformados nas novas condições de trabalho; 2) a tentativa de introdução de um novo padrão cultural urbano, considerando os modelos higienistas do urbanismo mundial, particularizando os projetos de embelezamento de Manaus e Belém, a implantação da cidade de Fordlândia, a tentativa de implantação da Ferrovia Madeira-Mamoré e da estrada de ferro Bragantina.

O terceiro capítulo, “O processo contemporâneo de formação das cidades”, dividido em dois subcapítulos, “Território, população e migração” e “A fronteira urbana”, inicia com uma análise histórica acerca dos processos de ocupação, migração e territorialização da Amazônia, descrevendo: a importância das cidades de Belém e Manaus no ciclo econômico da borracha, os programas, projetos e estratégias de integração e ocupação, até os grandes projetos de exploração mineral na Bacia Amazônica – os quais aparecem sistematizados temporalmente em um quadro como os principais elementos da estratégia de ocupação da Amazônia entre os anos de 1953 a 1988. Destaca-se que tais ações repercutiram, por vezes, em disputas por terras entre colonos, posseiros, grileiros e grandes empreendimentos agropecuários. Essas disputas tiveram um papel basilar na criação de instrumentos de regularização fundiária rural na região.

Ainda sobre o quadro apresentado, é possível notar, além dos programas, dos projetos e dos órgãos executores, os principais objetivos traçados. Destarte, conformou-se uma nova fronteira urbana, marcada pelo surgimento de um

número considerável de cidades no contexto dos grandes projetos de integração e de desenvolvimento, incluindo a instalação das *company towns* – refletindo, inclusive, em uma maior divisão social do trabalho e técnica no território. Tais transformações, ao re(des)estruturarem o espaço, a paisagem e as dinâmicas socioeconômicas, ambientais e culturais da região, conformam um espaço regional permeado por especificidades. Esse cenário tem sido atualmente investigado por Trindade Júnior (2010) a partir da noção de urbanodiversidade, a qual desvela que mesmo dentro das particularidades da Amazônia existem diferenças que podem ser observadas em singularidades que expressam cada cidade, seja a partir de antigas e novas relações com o rio e as estradas, seja em decorrência de inovadoras dinâmicas introjetadas com novos projetos desenvolvimentistas na região.

Decerto, o crescimento da população compreende um dos aspectos que desponta em diversas discussões propostas pela autora, entre elas elencam-se o fato de que: Manaus se tornou definitivamente uma metrópole; houve a ligação do Porto de Itaqui, em São Luís, à mina de Carajás, no Pará; foram construídas as rodovias Belém-Brasília e Transamazônica. Para além desses, é importante postular que diversos outros processos tiveram contributos no desenvolvimento da ocupação da região, os quais também foram condicionantes *sine qua non* para o novo desenho do espaço e da dinâmica regional.

O quarto capítulo, “A especificidade da cidade na Amazônia”, estruturado em sete subcapítulos, inicia contextualizando as especificidades das cidades na Amazônia que persistem mesmo com as ações institucionais e são decorrentes de um sistema econômico, político e cultural mundializado – seja na forma da natureza diversificada das ambiências, seja na forma de apropriação antrópica particular. Em outras palavras, Vicentini assinala que, não obstante tais processos, mantém-se uma rede articulada de pequenas cidades, por meio de rios, estradas e ferrovias, mas que agora são a “base”, isto é, porções onde residem e/ou circulam bolsões de mão de obra assalariadas dos grandes empreendimentos instalados na região.

Na busca por retratar as especificidades, Vicentini explora, no universo das distintas temporalidades históricas, como as diferentes espacialidades (cidades) amazônicas contemporâneas se re(des)estruturaram em: 1) cidades capitais transformadas em metrópoles que concentram e difundem miséria, a partir das inovadoras formas de exploração econômica, 2) cidades empresas e/ou as cidades hospedeiras, as quais hospedam grandes indústrias de extração e industrialização mineral e madeireira e os impactos de suas ações na região,

em troca de um desenvolvimento econômico, ou de um pseudodireito à cidade, e 3) cidades tradicionais, cidades da colonização, cidades excluídas e cidades espontâneas, que resultam de formas diferenciadas de cidades na floresta, a partir de conflitos e dinâmicas de ocupação e exploração econômica.

3 CONCLUSÕES E AVALIAÇÕES DA OBRA

Historicamente, homem e natureza eram (e ainda são) conceitos amplamente polarizados, sendo visualizados a partir de discontinuidades. O homem – enquanto animal componente da natureza – por ser, em sua antologia, o único ser vivo capaz de pensar, refletir, atribuir signos e, nesse caminho, produzir cultura, entendeu que as suas “diferenças” em relação aos demais seres lhe permite estar em um patamar de superioridade. Desse modo, as diferentes sociedades humanas foram guiadas pela lógica de dominação dos outros componentes da natureza. A exploração dos recursos naturais, de certa forma, tem sido uma maneira de reafirmar essa “dominação”. Nesse sentido, a noção de que para desenvolver é preciso explorar e dominar a natureza encontra-se enraizada no pensamento de diferentes agentes que compõem a sociedade contemporânea e o atual e dominante modo de produção e reprodução socioeconômica.

De posse destas compreensões, que estão no bojo das discussões mais atuais, embora diversos estudos antropológicos tenham referenciado as especificidades e as estratégias locais na Bacia Amazônica – reconhecendo a diversidade sociocultural e as relações de simbiose entre sociedades tradicionais e natureza –, o capítulo “Conclusão: natureza, Amazônia e cidade” aborda que na imagem que se projeta sobre a bacia ainda perduram acepções racionais e desenvolvimentistas, as quais concebem a natureza tão somente como recurso natural passível de exploração. Segundo Yara Vicentini, tais concepções apresentam marcas históricas na cobertura vegetal da bacia, incitadas e materializadas por grandes programas de integração nacional, pelos projetos de mineração e pelo desmatamento desenfreado das indústrias madeireiras e do agronegócio.

Diante disso, a autora acentua a criação das áreas protegidas enquanto “demarcações ambientais”. Todavia, na busca por criar áreas que se configuram como imagens ou fantasias do passado, paralelamente, criam-se áreas onde se pode ou não desmatar. Mais adiante, porém, a autora destaca a importância da demarcação das Terras Indígenas, especialmente no que diz respeito ao

reconhecimento étnico de vários grupos indígenas. Ademais, a apropriação de terras criou para além de embates, processos de resistência entre os povos florestas e o capital e seu poder de apropriação territorial.

Por fim, a autora pontua que a configuração de uma nova rede de cidades, fragmentada e deficiente de infraestrutura, comportou-se como componente de uma estratégia hodierna de meios de apropriação territorial. Por outro lado, caracteriza-se como importante possibilidade fomentar e articular uma maior organização de resistências – dado que as cidades, historicamente, concentram órgãos, mecanismos, serviços e ações de informação, organização e de mobilização cultural, sindical urbana, rural e ambientalista. Num contexto mais recente, cabe citar a relevância de Marabá como centro das articulações do povo Xikrin ante os impactos decorrentes dos projetos mineradores da Vale.

A obra traz um debate relevante para a compreensão dos processos de ocupação na região amazônica e, sobretudo, de conformação das cidades, de suas respectivas dinâmicas e de suas configurações no espaço territorial urbano-rural. Na visão da autora, ao se analisar os novos núcleos urbanos, principalmente aqueles atrelados aos grandes empreendimentos, é evidenciada a fragilidade das redes de assistência social para com as populações locais. Em face de um desenvolvimento baseado exclusivamente em crescimento econômico, o Estado e as grandes empresas têm explorado riquezas e deixado como “presentes” aos locais e às populações grandes impactos sociais, culturais, ambientais, políticos e econômicos, introjetando lógicas globalizadas e homogêneas.

Daí decorre a importância de se revisitar esta obra, que, mesmo passados 26 anos de seu lançamento, continua extremamente atual ao analisar os diferentes processos históricos, sociais e antropológicos que conformam a região. A introdução de modelos exógenos de desenvolvimento, acentuados desde a década de 1990, tem se materializado com a implementação de grandes objetos econômicos que visam ao atendimento de um mercado de *commodities* internacional e com a modernização territorial que enseja mudanças culturais que afetam diretamente os modos de vida da população local a partir da adoção de temporalidades, ritmos e costumes exportados que pouco se adequam à preservação da floresta. Conquanto sejam processos contemporâneos, se originaram desde os primórdios da ocupação da região, como podemos aferir a partir da detalhada escrita historiográfica de Vicentini.

Em relação à estrutura e à forma de organização da redação dos capítulos, é importante frisar que a autora os divide basicamente em dois segmentos: no primeiro, de maneira introdutória, Vicentini pormenoriza a produção teórica pregressa de autores e pensadores que abordam a temática principal no campo epistemológico. Quando de fato adentra no segmento em que trata do contexto de constituição das formações territoriais urbanas na bacia amazônica, a autora se mostra objetiva em transmitir as conjunturas históricas e a diversidade dos cenários explorados.

Contudo, a partir das discussões decoloniais mais recentes, nota-se que, apesar de muito se discutir a ideia de construção de um método “geo-histórico” que abarque tanto as realidades políticas, sociais e culturais quanto os eventos econômicos que contribuíram na formação das cidades amazônicas, a autora apresenta dificuldades em desenvolver uma narrativa menos eurocêntrica, que seja capaz contemplar a realidade e os modos de vida das comunidades tradicionais e povos indígenas da região. Por outro lado, dado o contexto de construção da obra, a postura dessa narrativa é facilmente compreensível e não anula a relevância e o mérito do trabalho da autora.

No mais, ao longo da obra é possível verificar, em certa medida, um certo preterimento à uma análise mais fundamentada do objeto “natureza”, que é corroborada na narrativa histórico-crítica das formas antrópicas perversas de ocupação territorial da Bacia Amazônica, as quais a concebem meramente como um recurso a ser explorado. A discussão acerca da natureza é melhor desenvolvida na conclusão do trabalho, em que se retoma o pensamento contemporâneo sobre ela. Ao final da primeira parte a autora disserta que as especificidades da região são importantes para contrapor certas visões contemporâneas de natureza sobre Bacia Amazônica

No nosso entender, a importância da análise histórica empreendida no livro, do seu objeto que articula cidade e natureza, é justamente essa: compreender, de forma abrangente (não apenas levando em conta ciclos econômicos, como efetuada por outros autores que tratam da questão), os processos que conformaram as cidades da região, para assim melhor assimilar a realidade atual e preconizar novas formas de pensar, planejar e executar mudanças nas cidades da região, tendo como parâmetros a realidade, as necessidades e a versão das populações locais sobre a história de “integração”, “desenvolvimento” e “modernidade” que tem sido amplamente contada e legitimada.

REFERÊNCIAS

CASTRO, E. M. R.; CAMPOS, Í. (org.). **Formação socioeconômica da Amazônia**. Belém: NAEA, 2015. (Coleção Formação Regional da Amazônia, v. 2).

PLATAFORMA LATTES. Yara Vicentini. **Plataforma Lattes – CNPq**, Brasília, DF, 2021. Currículo Lattes. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/2078721717627124>. Acesso em: 11 mar. 2021.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C. Diferenciação territorial e urbanodiversidade: elementos para pensar uma agenda urbana em nível nacional. **Cidades**, Presidente Prudente, v. 7, n. 12, p. 49-77, 2010.

Texto submetido à Revista em 15.03.2021
Aceito para publicação em 23.04.2021

Conocimiento etnobotánico de la palma *Mauritia flexuosa* L.f. entre los aripaeños, descendientes de cimarrones, Aripao, Bolívar, Venezuela

Conhecimento etnobotânico da palma *Mauritia flexuosa* L.f. entre os aripaeños, descendentes de maroons, Aripão, Bolívar, Venezuela

Berta E. Pérez e Paul A. Hurtado

Ressignificações da vida ribeirinha: das margens do rio Tocantins ao Assentamento Mirindiba em Araguaína – Tocantins – Brasil

Re-significations of ribeirinha life: from the Tocantins river to the Mirindiba Settlement in Araguaína – Tocantins – Brazil

Eliseu Pereira de Brito e Henrique Martins da Silva

Panorama dos estudos sobre identidade de lugar

Overview of studies on place identity

Elisa Ferrari Justulin Zacarias e Maria Inês Gasparetto Higuchi

Plantas alimentícias não convencionais em Belém, Pará: conhecimento, usos e segurança alimentar

Non-conventional food plants in Belém, Pará: knowledge, uses and food security

Délio Reis Matos de Aquino e Maria do Socorro Almeida Flores

La gripe hespanhola: memórias histórico-literárias na ficção amazônica do século XX

***La gripe hespanhola*: historical-literary memories in Amazonian fiction of the century XX**

Francisco Pereira Smith Júnior

Políticas de governança ambiental urbana na arena eleitoral: o caso do Rio de Janeiro nas eleições municipais de 2016

Urban environmental governance policies in the electoral arena: the case of Rio de Janeiro in the municipal elections of 2016

Antonio Teixeira de Barros

Educação ambiental: desafios e perspectivas no contexto da Educação Básica

Environmental education: challenges and perspectives in the context of basic education

Tainá Silva Cândido Toscan

O panóptico do desenvolvimento e o discurso ambiental institucional: uma reflexão a partir do Amazonas

The panoptic of development and institutional environmental discourse: a reading from the state of Amazonas

Francisca Dionéia Ferreira e Francimara Souza da Costa

Conjunto habitacional Residencial Macapaba, na cidade Macapá-AP: direito à cidade?

Macapaba Residential housing development, in the city Macapá-AP: right to the city?

Naiara Videira dos Santos e Edila Arnaud Ferreira Moura

Entraves no mercado da pesca artesanal: entre a dependência e a desconfiança

Barriers in the market of small-scale fishing: between the dependency and distrust

Mauro Macedo Campos, Lobana Chagas de Almeida e Geraldo Márcio Timóteo

Economia do agronegócio no Brasil: participação brasileira na cadeia produtiva da soja entre 2015 e 2020

The economics of agribusiness in Brazil: domestic share in the soybean supply chain between 2015 and 2020

Gabriel da Silva Medina

Regularização fundiária, apropriação privada de terras públicas e resistência camponesa no Sudeste Paraense

Land regularization, private appropriation of public lands and peasant resistance in Southeast Paraense

Marcelo Fernando Terence

A silvicultura do eucalipto na Região Geográfica Intermediária de Araguaína: implicações socioespaciais sob a ótica do meio técnico-científico-informacional

The silviculture of eucalypt plantations in the Intermediate Geographic Region of Araguaína: socio-spatial implications from the perspective of the technical-scientific-informational milieu

Luciano da Silva Guedes e Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior

Resenha

VICENTINI, Yara. **Cidade e história na Amazônia**. Curitiba: Editora da UFPR, 2004

Adailson Soares Dantas e Flavio Henrique Souza Lobato

